

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO

ECONOMIA MARANHENSE DE 1890 A 2010:
superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento

São Luís

2016

JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO

ECONOMIA MARANHENSE DE 1890 A 2010:
superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

São Luís

2016

JOMAR FERNANDES PEREIRA FILHO

ECONOMIA MARANHENSE DE 1890 A 2010:
superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovada em:25/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva – UFMA

Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo - UFMA

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho - UFC
Examinador (Externo)

Pereira Filho, Jomar Fernandes

Economia Maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento /Jomar Fernandes Pereira Filho. – São Luís, 2016.

246f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2016.

1. Superexploração. 2. Estado oligárquico. 3. Industrialização. 4. Crescimento econômico. I. Título.

CDU 321.15(812.1)

OFERECIMENTOS

Ofereço este trabalho a todos os loucos que acreditam que um mundo mais justo é possível e que a solidariedade pode vencer o egoísmo, a ambição e o ódio.

Aos meus companheiros de luta política, desde os tempos da velha POLOP, pela alegria militante de empunhar a mesma espada reluzente da esperança.

- *In memoriam*, às crianças inglesas que morreram nas fábricas da primeira revolução industrial enchendo com seu suor e seu sangue os alforjes da acumulação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Departamento de Economia da UFMA, por guiarem gerações nos desafiadores labirintos da ciência econômica;

Aos doutores integrantes da banca de qualificação desta Dissertação, José de Ribamar, Elizeu Serra e meu orientador, Flávio Farias, pela crítica militantemente construtiva;

A meus filhos (Jomar Neto, Thiara e Eraldo) e netos (Miguel e Sofia), dentro de uma lógica reversa, pelas horas que deixei de estar com eles;

À minha mãe, que desde muito cedo me colocou na escola e me deu acesso à magia dos livros;

À minha companheira, Terezinha Fernandes, por tudo.

“Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas”.

(Ruy Mauro Marini tratando do “segredo do intercâmbio desigual” em *Dialética da Dependência*. MARINI, 2000, p. 118).

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma reinterpretação da formação econômica do Estado do Maranhão, utilizando categorias que não estão presentes nas análises tradicionais e com isso, busca demonstrar que as raízes do recorrente atraso socioeconômico do Estado, não se acham em bordões herdados da eugenia como “a preguiça do povo” ou “o clima tropical”. Os representantes do *mainstream* costumam apresentar a formação econômica do Maranhão, como uma sucessão natural de fatos socioeconômicos, sem ligação direta com a *forma do Estado* e muito menos com os ciclos mundiais de acumulação, fatores que servem de base para o presente trabalho. O lapso temporal alcançado pela pesquisa se estende de 1890, início da chamada “loucura industrial”, até a primeira década do século XXI. Nesse intervalo serão buscadas evidências de que o atraso socioeconômico do Maranhão está diretamente ligado às práticas políticas patrimonialistas do estado oligárquico, que deram cobertura institucional para a superexploração da força de trabalho, que manteve uma relação negativa com o crescimento do mercado interno e positiva com o recorrente atraso tecnológico que caracteriza a economia local, historicamente dependente dos centros dinâmicos externos. Essa ligação desastrosa – superexploração e estado oligárquico – de modo algum, pode ser creditada a uma *reificação* posta como simples “sucessão natural” de ciclos econômicos, que tenta firmar a tese da *naturalização* do capital. Elas estão dialeticamente ligadas às trocas desiguais com centros de maior produtividade, com o processo mundial de acumulação de capital e com a subserviência colaborativa a esses dois fatores por parte das classes dominantes locais.

Palavras-chave: Superexploração, Estado Oligárquico, Industrialização, Crescimento Econômico.

ABSTRACT

This research aims to make a reinterpretation of the economic formation of the state of Maranhão, using categories that are not present in traditional analyzes and with this, seeks to demonstrate that the roots of recurring socio-economic backwardness of the state, are not in legacy of eugenics catchphrases as “laziness of the people” and the “tropical weather”. The mainstream representatives usually have the economic formation of Maranhão as a natural succession of socioeconomic facts, without direct connection with the state, much less with global cycles of accumulation. The time gap achieved by the search extends 1890, beginning of the "industrial madness" until the first decade of xxi century. in the meantime evidence that the socio-economic backwardness of Maranhão is directly linked to patrimonial political practices of the oligarchic state will be sought, which gave institutional coverage for the exploitation of the labor force, which maintained a negative relationship with the growth of the domestic market and positive with the appellant technological backwardness that characterizes the local economy, historically dependent on external dynamic centers. This disastrous connection - overexploitation and oligarchic state - somehow can be credited to a reification put as simply "natural succession" of economic cycles, that tries to establish the thesis of capital naturalization. They are dialectically linked to unequal exchanges with higher productivity centers, with the global process of capital accumulation and collaborative subservience to these two factors by the local ruling classes.

Keywords: overexploitation, oligarchic state, industrialization, economic growth.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Exportações de Algodão em plumas (1760-1799).....	42
Tabela 2	- Exportação de arroz branco, tipo <i>carolina</i> (1766-1777).....	43
Tabela 3	- Exportações de peles (1760-1771).....	43
Tabela 4	- Exportações de algodão em plumas do Maranhão - 1760 – 1800.....	50
Tabela 5	- Balança comercial do Maranhão - 1812-1820.....	53
Tabela 6	- Balança comercial do Maranhão: 1812-1820 (resumo).....	54
Tabela 7	- Exportações de algodão do Maranhão para Inglaterra e outras nações - 1809-1821.....	54
Tabela 8	- Balança comercial do Maranhão: 1901-1917.....	128
Tabela 9	- Taxas de câmbio vigentes no Brasil entre 1888 e 1913 - Cotação da Libra Esterlina: <i>pence/mil-réis</i> ao final de cada ano.....	129
Tabela 10	- Provisões mínimas (CBA) estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938.....	140
Tabela 11a	- Preços correntes na Praça do Maranhão, 1890 – Gêneros Nacionais.....	142
Tabela 11b	- Preços correntes na Praça do Maranhão, em 1890 – Gêneros Estrangeiros..	143
Tabela 12	- Valor da CBA em 1890 na Praça de São Luís – MA.....	145
Tabela 13	- Salários de operários em fábricas de São Luís em 1895.....	146
Tabela 14	- Fábricas de fiação e tecidos do Estado do Maranhão, em 1921 (valores em réis).....	147
Tabela 15	- Preços correntes na praça do Maranhão, em 1928.....	148
Tabela 16	- Cesta básica estimada para os anos de 1890 e 1928.....	150
Tabela 17	- Estimativa do preço da cesta básica em 1921, com base na variação 1890-1928.....	151
Tabela 18	- Estimativa do salário em 1928, com base na variação salarial entre 1890 e 1921.....	151
Tabela 19	- Compatibilização de dados e estimativas: cestas básicas e salários - 1890, 1921 e 1928.....	151
Tabela 20	- Relação salário básico/ <i>salário mínimo necessário</i> : 1890, 1921, 1928.....	152
Tabela 21	- Produção de ferro-gusa no Maranhão em 2007.....	157
Tabela 22	- Reajuste do Salário Mínimo: 2002 – 2013.....	164
Tabela 23	- Relação Salário Mínimo / Cesta Básica.....	165
Tabela 24	- Variação do Salário Mínimo Real Médio Anual - 1995-2010.....	165

Tabela 25	- Evolução do S.M. nos Períodos FHC e LULA (média ponderada anual)	167
Tabela 26	- Comprometimento do SM com a cesta básica.....	168
Tabela 27	- Relação salário básico/salário mínimo necessário: 1890, 1921, 1928, 2010.....	171

LISTA DOS BOX'S

BOX 1	- Trânsito da Dependência ao Sistema-Mundo.....	32
BOX 2	- O Mapa da contextualização geral.....	60
BOX 3	- Qual o modo de produção do Brasil colônia?.....	76
BOX 4	- Moedas do Brasil.....	126
BOX 5	- Taxa de câmbio e implicações na balança comercial.....	133
BOX 6	- Crise estrutural do sistema e padrão de vida do trabalhador na virada para o século XXI.....	154

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Produção e Balança Comercial do Maranhão, 1921 – 1922.....	153
Figura 2	- Produção e balança comercial do Maranhão, 1921 – 1922 (fotografia)	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Fábricas do maranhão em 1895.....	80
Quadro 2	- Moedas do Brasil: 1500 a 2010.....	127

LISTA DOS ANEXOS

Anexo A	- Dados gerais do Brasil, Nordeste e Maranhão.....	199
Anexo B	- Estatísticas históricas do Maranhão (Gaioso, 2011; Fernandes, 2003).....	205
Anexo C	- Extratos do Capítulo VI de Meireles, 1992. (Mantida a grafia original).....	212
Anexo D	- Evidências de superexploração na década de 1940.....	215
Anexo E	- Predominância do babaçu no início da década de 1950.....	217
Anexo F	- Situação econômica na década de 1960.....	219
Anexo G	- Fran Paxeco e Viveiros: economia maranhense no começo do século XX....	221
Anexo H	- Dados sobre taxaço e receita do Estado entre 1838 e 1845.....	227
Anexo I	- Meireles: Exportações do Maranhão no período da Segunda Guerra.....	230
Anexo J	- Pereira do Lago: Comando político do Maranhão – séculos XVII, XVIII e começo do XIX.....	231
Anexo L	- Pereira do Lago e Fran Paxeco: início dos séculos XIX e XX.....	232
Anexo M	- Balança comercial do Maranhão e do Brasil (2000-2010; 1995-2010).....	241
Anexo N	- Mapa da contextualização geral [Mapa 15(A)]	244

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.C.	– Antes de Cristo
ACM	– Associação Comercial do Maranhão
APEM	– Arquivo Público do Estado do Maranhão
ar.	– Arroba (unidade de massa equivalente a 15 kg)
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
art.	– Artigo
BACEN	– Banco Central
Cap.	– Capítulo
CBA	– Cesta básica de alimentos
CEBRAP	– Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CESO	– Centro de Estudos Socioeconômicos – Universidade do Chile
CFA	– Custo Familiar de Alimentação
CF	– Constituição Federal
CGCGPM	– Companhia (Geral) de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
CLT	– Consolidação das Leis do Trabalho
CORECON	– Conselho Regional de Economia
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ed.	– Edição
EDUEMA	– Editora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FIEMA	– Federação das Indústrias do Maranhão
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
FHC	– Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FT	– Força de Trabalho
<i>gap</i>	– Estrangeirismo que significa hiato, separação, diferença entre estágios
gr.	– Grama, unidade de massa, igual a 10^{-3} da unidade básica, o Kg
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	– Instituto Maranhense de Estudos Sócio Econômicos e Cartográficos
INPC	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPADES	- Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável
IPCA	- Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Kg	- Quilograma, unidade básica de massa no sistema internacional de unidades
LULA	- Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República
MIDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
nº	- Número
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PIB	- Produto Interno Bruto
POF	- Pesquisa de Orçamento Familiar
PSD	- Partido Social Democrático
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior/MDIC
s/d	- Sem data
SM	- Salário mínimo
SMN	- Salário mínimo necessário
TMD	- Teoria marxista da dependência
UDN	- União Democrática Nacional
UF	- Unidade da Federação
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	- Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Objeto da pesquisa.....	22
1.2	Questões metodológicas.....	23
1.3	Referenciais teóricos.....	24
1.3.1	A Teoria do Sistema-Mundo. Relações com teoria marxista da dependência...	25
1.4	Divisão estrutural da pesquisa.....	30
2	O DECLÍNIO DO ALGODÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1890 NO MARANHÃO.....	35
2.1	Antecedentes históricos da economia maranhense.....	35
2.1.1	A expansão ultramarina européia.....	35
2.1.2	A ocupação do Brasil.....	36
2.1.3	A União Ibérica (1580-1640) e as invasões francesa e holandesa.....	37
2.1.4	A origem da economia maranhense: o açúcar, as companhias de comércio e o algodão.....	39
2.1.5	A política das Companhias de Comércio.....	45
2.1.6	A Era pombalina e a economia maranhense do final do século XVIII.....	46
2.1.7	O Maranhão do século XIX.....	56
2.1.8	O viés esquecido da luta de classes.....	58
2.2	Antecedentes da industrialização da década de 1890 no Maranhão.....	60
2.2.1	A singularidade do processo de abolição da escravatura no Brasil.....	62
2.2.2	Notas sobre o impacto da abolição na economia maranhense.....	63
2.2.3	As transições conservadoras da Independência e da República.....	70
2.3	Visões teóricas sobre as origens do processo de industrialização no Brasil..	72
2.4	Estrutura industrial do Maranhão no final do século XIX.....	79
3	SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS.....	85
3.1	Fontes de Marx.....	85
3.2	Exploração, força de trabalho e trabalho em Marx.....	87
3.3	Teoria do valor de Marx.....	88
3.4	A categoria superexploração da força de trabalho.....	92
3.5	Marini e o ciclo do capital na economia dependente.....	99
4	ESTADO E CAPITAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DO ESTADO OLIGÁRQUICO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO MARANHÃO.....	102
4.1	Essência e fetichização.....	102
4.2	A ligação orgânica estado-capital.....	103
4.3	O estado em Marx, Engels e Lênin.....	105

4.3.1	O Estado em Marx.....	105
4.3.2	O Estado em Engels.....	109
4.3.3	O Estado em Lênin.....	110
4.4	A “autonomia” do estado como árbitro entre os interesses de classe.....	112
4.5	A forma do estado oligárquico na realidade histórica do Maranhão.....	115
4.6	O fordismo perde força para o toyotismo da acumulação primitiva, o neoliberalismo solapa direitos dos trabalhadores e a dispersão geográfica acelerada pela reestruturação produtiva é aproveitada pelo oportunismo oligárquico	119
5	A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A CONIVÊNCIA DO ESTADO OLIGÁRQUICO COMO FATORES DECISIVOS PARA O ATRASO HISTÓRICO DO MARANHÃO NO LONGO SÉCULO XX MARANHENSE (1890-2010).....	123
5.1	Os direitos dos trabalhadores e o salário mínimo no Brasil.....	124
5.2	A crise econômica no Maranhão na transição entre os séculos XIX e XX: uma conjuntura propícia à superexploração.....	128
5.2.1	Regressão da economia maranhense no começo do século XX e as origens da grilagem.....	135
5.3	A metodologia da cesta básica de alimentos (CBA) e do salário mínimo necessário (SMN) do DIEESE.....	137
5.4	Evidências empíricas da superexploração: salários e valor da força de trabalho no Maranhão histórico.....	139
5.4.1	Salários e valor da força de trabalho nas fábricas do Maranhão na década de 1890.....	140
5.4.2	Salários e valor da força de trabalho nas fábricas do Maranhão na década de 1920.....	147
5.5	Notas sobre os chamados grandes projetos das décadas de 1970 e 1980 no Maranhão.....	156
5.5.1	O complexo do ferro.....	156
5.5.2	A produção de alumínio no Maranhão.....	158
5.5.3	Notas sobre os complexos da soja e da cana de açúcar.....	162
5.6	Política salarial no Brasil nas décadas de 1990 e 2000.....	163
5.7	Salários e valor da força de trabalho no Maranhão do ano de 2010.....	169
5.8	O aumento da exploração nos países desenvolvidos na transição para o século XXI.....	171
5.9	A relação estado oligárquico e atraso socioeconômico.....	173
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS.....	184
	ANEXOS.....	198

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma reinterpretação da formação econômica do Estado do Maranhão, utilizando categorias que não estão presentes na interpretação tradicional e com isso, busca demonstrar que as raízes do recorrente atraso socioeconômico do Estado, não se acham em bordões herdados da eugenia como “a preguiça do povo” ou “o clima tropical”. Muito menos essas razões se encontram em uma “natural” sucessão de ciclos econômicos, ditados de certo modo pelo processo de vantagens comparativas no contexto da divisão nacional e internacional do trabalho.

A história econômica tradicional é profundamente marcada pelo positivismo. Para essa corrente filosófica, a realidade é uma naturalização divina e, portanto, imutável em sua essência, ou seja, uns nasceram para pensar e dirigir e outros nasceram para receber instruções, obedecer e executar. Em suma, uns nasceram para a riqueza e outros para a pobreza. Dessa determinação deriva toda a *ordem* social, sem a qual não pode haver *progresso*. Qualquer ideia que pregue o questionamento desse “sistema de ordem imutável”, é uma rebeldia que se coloca, em última instância, contra o progresso. E o estado, que tem o monopólio da violência, guarda a legitimidade – dentro desse modo de pensar – para agir *rigorosamente* com o propósito de manter essa *ordem*. O positivismo – além do seu determinismo intrínseco – leva, inexoravelmente, a um processo de *reificação* da realidade. Por querer esconder a essência da questão social que reside num processo mais ou menos intenso de luta derivada da contradição entre classes sociais, a visão positivista tende a se prender na aparência dos fatos econômicos e em idealizações da vida em sociedade, medidas que conduzem a uma coisificação da história. Assim, os ciclos econômicos, a suposta indolência de um povo, ou o humor dos governantes, explicariam todo o processo histórico. Esse tipo de abordagem é comum a grande parte dos pesquisadores que escreveram sobre o Maranhão. Seguidores – às vezes, inconscientemente – do paradigma positivista, eles escondem em seus escritos o que esta pesquisa pretende demonstrar: que a exploração, a superexploração, o caráter de classe do estado, sua ligação orgânica com o capital, sua singularidade no Estado do Maranhão (caráter oligárquico), tudo isso possui forte correlação com o recorrente atraso tecnológico, econômico e social.

Ao não trabalhar com categorias como: a relação centro-periferia, de *Raul Prebisch* (2014, 1ª ed. 1949); a teoria marxista da dependência de Rui Mauro Marini (2005, 1ª ed. 1973); os estudos de Flávio Farias sobre a relação dialética estado-capital (2000) e fazendo uma leitura à direita de Celso Furtado (1986) e de Caio Prado Junior (1981; 2000) além de

serem avessos ao materialismo dialético como método de investigação, a análise dos historiadores do *mainstream* termina por apresentar a formação econômica do Maranhão, como uma sucessão *natural* de fatos socioeconômicos, influenciados apenas, como já dito, pela divisão internacional do trabalho, pelas características da população, supostamente negativas, e pelas qualidades ou defeitos dos governantes. Este trabalho se justifica por apresentar elementos para quebrar essa *reificação* e buscar, nas contradições da própria base econômica da sociedade maranhense e na relação dialética entre essa base e o estado oligárquico (relação entre e infra e superestrutura da formação social), as razões para a situação econômica e social do Maranhão no limiar do século XXI, no âmbito de uma contextualização histórica nacional e internacional.

Analisar a formação econômica do Maranhão ou de qualquer outra unidade federada do Brasil, a partir de referenciais teórico-metodológicos estranhos à ortodoxia positivista-liberal, em si, já é um problema. Qualquer autor que se lance nessa tarefa, de pronto, vai enfrentar a resistência dos que entendem que uma *evolução natural* de atividades econômicas (facilidade de extrair pau-brasil; lucratividade da empresa do açúcar; descoberta de ouro; demanda por café na Europa, etc.) sob a direção de sucessivas ordens institucionais, é suficiente para explicar o desenvolvimento e o atual estágio da economia.

O número reduzido de fontes primárias e de estudos consistentes sobre a formação econômica do Maranhão faz parte do conjunto de problemas enfrentados pela pesquisa. Buscou-se obras singulares como o *Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão* de Cesar Augusto Marques (1870) e *Geografia do Maranhão* de Fran Paxeco, de 1923, que tiveram como fontes célebres trabalhos primevos da historiografia maranhense, tais como *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas Circunvizinhanças*, do padre francês Claude D'Abbeville, de 1614; *Jornada do Maranhão por Ordem de S. Majestade Feita o Ano de 1614*, do português e sargento-mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno, entregue em Lisboa em 1615; *Relação Sumária das cousas do Maranhão* de Simão Estácio da Silveira, com notas de Cândido Mendes, originais de 1624 e os *Anais Históricos do Estado do Maranhão* do governador Bernardo Pereira de Berredo, de 1749, além do festejado *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* de Raimundo José de Sousa Gaioso, de 1818, e do rico repositório de dados intitulado *Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão*, de Antônio Bernardino Pereira do Lago, de 1822. Essas obras constituem as fontes de quantos queiram auscultar o passado econômico do Maranhão dos períodos colonial, imperial e princípios da república.

No século XX, além da citada obra de Fran Paxeco, destacam-se, no campo do relato histórico de linha factual-positivista, os registros de Barbosa de Godóis, *História do Maranhão*, de 1904; o ensaio de Henrique Costa Fernandes, *Administrações Maranhenses 1822-1929*, publicado em 1929, que discorre sobre o século pós-independência. Na mesma linha e mais recentemente, encontram-se Mário Martins Meireles e sua *História do Maranhão*, de 1960 e Carlos de Lima, com sua trilogia *Colônia, Monarquia e República*, 2008/2010. Em uma visão mais crítica, apresenta-se a trilogia historiográfica de Dunshee de Abranches, em especial, *O Cativo* (1941), que oferece outra linha de análise da escravidão e da Balaiada que não aquela do discurso dos senhores de escravos, vencedores da guerra.

Merece destaque em toda a historiografia maranhense, o livro *O Maranhão e suas Riquezas* do engenheiro Eurico Teles de Macedo, de 1947. Eurico, aqui chegado em 1906 para participar da construção da estrada de ferro São Luís-Caxias, já veio apaixonado por esta terra pelas leituras de juventude do poeta maranhense Gonçalves Dias, mas o que se sobressai nesse livro, apesar do *positivista* pendor de respeito à autoridade constituída, é a visão social do processo econômico e a severa crítica que faz à estrutura agrária do Estado, que ele denuncia ser assentada na grilagem com a conivência dos governos, em desfavor dos que realmente trabalhavam na terra. Uma realidade que se aprofundou por todo o século XX. Muitas outras obras foram reunidas pela pesquisa sobre os acontecidos nos séculos XVII, XVIII e XIX. Especialmente sobre os primeiros anos do Maranhão, não pode deixar de ser citado o livro *Fundação do Maranhão* (1912), do professor José Ribeiro do Amaral, que descreve, inclusive, as fontes usadas por Berredo, Beachamp, Gaioso e Pereira do Lago.

Destacam-se ainda as contribuições históricas sobre a vida maranhense feita por padres da Companhia de Jesus e Franciscanos, que representam testemunhos de quem detinha, além do monopólio da representação divina, o melhor acesso à cultura humana naqueles idos. Além das obras seminais dos capuchinos franceses, *Claude d'Abville* e *Yves d'Évreux*, tem-se a densa *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*, do padre jesuíta José de Moraes, de 1759 e a pouco conhecida *Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão*, do Frei maranhense Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão, de 1891, com relatos que cobrem o período de 1612 a 1820, dentre outros.

Na segunda metade da centúria passada, tem-se a referenciada *História do Comércio do Maranhão* de Jerônimo de Viveiros, com os volumes I e II publicados em 1954 e o volume III em 1964, os três cobrindo o longo período de 1612 até 1934.

Em 1992 Mário Martins Meireles escreveu o IV volume da coleção *História do Comércio do Maranhão*, trazendo a narrativa das atividades político-econômicas do Estado até o início dos anos 1990. De obra estritamente econômica que abranja os períodos colonial, monárquico e republicano, tem-se o livro *Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*, de Bandeira Tribuzi, publicado em 1981, quatro anos após seu falecimento e reeditado em 2011, pelo CORECON-MA, com notas competentes de Lino Raposo (mantidas as notas de Joaquim Itapary da primeira edição). Tribuzi usou as mesmas fontes já citadas, especialmente Pereira do Lago, Cesar Marques, Gaioso, Fran Paxeco e Viveiros. Embora tenha apresentado uma narrativa que se afastou do monismo sobre a “vida dos reis” que caracteriza a historiografia tradicional, não rompeu com o silêncio típico das fontes que utilizou – sobre as relações entre a economia e o estado oligárquico – e não apresentou uma contextualização com os ciclos internacionais de acumulação. Mas em que pese essas observações, seu livro foi a primeira obra publicada no Maranhão, a analisar a história do Estado com fundamentos da ciência econômica, fazendo considerações pertinentes sobre o processo de trocas desiguais com a Europa e mostrando – sem falar explicitamente – características próprias da teoria da dependência (TRIBUZI, 2011).

Pela necessidade de contextualização histórica, a tudo isso se juntou uma selecionada bibliografia sobre a formação econômica do Brasil e do mundo, considerando que a economia acontece simultaneamente no local, no nacional e no mundial. Assim, ao tratar dos antecedentes da economia maranhense, a pesquisa busca elementos no estudo do mercantilismo dos séculos XV, XVI e XVII, período da expansão ultramarina portuguesa, e de forte acumulação de capital, para em seguida, verificar impactos da primeira revolução industrial, no século XVIII, e da hegemonia do império britânico no século XIX, pois tudo isso tem estreita ligação com a formação econômica do Maranhão, cuja economia sempre esteve voltada para fora, com seu centro dinâmico apenas mudando de país, mas sempre situado no exterior, em uma intrincada teia de um sistema de relações estado/mercados que pode ser chamada de sistema-mundo, de acordo com a categoria teórica trabalhada pioneiramente pelo sociólogo norte americano *Immanuel Wallerstein* (1930-), pelo economista egípcio *Samir Amin* (1931-) e pelo economista italiano *Giovanni Arrighi* (1937-2009), que depois recebeu a adesão de expoentes da teoria marxista da dependência, como o alemão *André Gunder Frank* (1929-2005) e o brasileiro *Theotonio dos Santos* (1936-1995), estes dois últimos parceiros de Ruy Mauro Marini em lutas e em construções teóricas.

A bibliografia disponível sobre a história econômica do Maranhão se ressentida da falta de utilização de categorias teóricas que têm pautado o debate acadêmico e político no mundo

desde o segundo pós-guerra. Para citar apenas duas vertentes, a ligação entre as *ondas longas* de *Kondratieff* e os *ciclos históricos* de *Fernand Braudel* e a utilização desses esquemas teóricos por *Giovanni Arrighi* na teorização sobre os *ciclos sistêmicos de acumulação*, nada disso foi captado pelos trabalhos de estudiosos que escreveram sobre a história da economia maranhense nos últimos 40 anos. Permanece uma provocante lacuna bibliográfica por um estudo sobre a formação econômica do Maranhão, que enfrente a *reificação* predominante nos tratados tradicionais e busque, na relação dialética entre as contradições inerentes à base econômica e destas com a superestrutura jurídico-política da sociedade, elementos que ajudem na explicação da atual situação socioeconômica do Estado. Em texto publicado à guisa de apresentação da 2ª edição do citado livro de Bandeira Tribuzi (2011), a então presidente do CORECON-MA, Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro fez o seguinte chamamento: “A nossa expectativa é que este livro [...], motive o renascimento de pesquisas e estudos sobre o seu objeto, aprofundando-o e atualizando-o à luz de novas fontes de informações e novos ângulos de interpretação [...]” (p. 13). Esta pesquisa, em que pese as limitações do autor, busca contribuir nessa direção, sem pretensão outra que não a de apresentar novas interpretações para o debate sobre a economia maranhense.

1.1 Objeto da pesquisa

Esta pesquisa busca responder a seguinte questão: qual a causa do recorrente atraso socioeconômico do Maranhão, no período de 1890 a 2010. Estaria ele diretamente ligado às práticas políticas patrimonialistas do estado oligárquico, que deram cobertura institucional para a superexploração da força de trabalho que, por sua vez, diferiu indefinidamente, a formação de um mercado interno consistente?

Secundariamente, qual o papel da falta de reinvestimento, planejamento e gestão, no característico atraso tecnológico, que causou a perda de competitividade e a quebra geral da incipiente indústria do Maranhão? Qual o papel das elites maranhenses nesse processo? O que impossibilitou uma acumulação sustentável de capital nesse segmento (industrial) que, em todo o mundo (inclusive no Brasil), se tornou o mais dinâmico da economia capitalista?

Em síntese, a pesquisa busca responder se o histórico atraso socioeconômico do Maranhão – que é fato – se relacionou de modo dialético com o atraso político-administrativo manifesto pelo sistema de compadrio, típico do estado oligárquico que – de um lado –, sempre impediu o advento da meritocracia na esfera estatal e – de outro –, sempre apoiou a manutenção da superexploração na esfera econômica. A questão central é, portanto, verificar

se essa ligação, que representa os efeitos mais negativos da ligação orgânica estado-capital, causou, na singularidade da *forma do estado* (oligárquico) do Maranhão no longo século balizado pelos extremos 1890 e 2010, os resultados desastrosos que os indicadores econômicos e sociais demonstram em todo esse período.

1.2 Questões metodológicas

Como é do conhecimento amplo, os países só passaram a ter uma contabilidade nacional a partir do segundo pós-guerra, inspirados nas teorias keynesianas. Para que se trate da formação econômica do Maranhão, será imprescindível lidar também com dados sobre o produto interno bruto, renda *per capita*, comércio exterior, mercado de trabalho, inflação, desigualdade de renda, dentre outros (com dados do IBGE, BACEN, IPEA, FGV, MTE, MIDIC, IMESC, dentre outras instituições). Esses dados só bem recentemente (final dos anos 1950) começaram a ser disponibilizados no Brasil. No Maranhão, a carência deles é maior ainda. O período que vai da fundação da França Equinocial no início do século XVII até meados do século XX, além de ser pobre em dados sobre indicadores econômicos, enfrentam o duplo problema da falta de abrangência e carência de confiabilidade. Mas o que existe, em termos de bibliografia e dados socioeconômicos, em conjunto com informações históricas mais gerais, permite demonstrar, de forma metodologicamente organizada, o papel da superexploração da força de trabalho, como elemento usado pela burguesia agroexportadora maranhense para compensar a brutal diferença de produtividade entre a economia local e as economias da Europa e como isso está na origem do secular atraso do Maranhão.

Com a decadência do algodão no final do século XIX, motivada pelo fim da ultra exploração do escravo, esta foi substituída pela superexploração da força de trabalho, como instrumento de manutenção do poder de classe dos proprietários, que se voltaram, então, para as sociedades anônimas ligadas à industrialização. Com essa superexploração, houve uma acomodação dessa elite de mente colonizada, que conseguiu manter um padrão de consumo suntuário, sem fazer os investimentos necessários em desenvolvimento tecnológico e na melhoria dos próprios métodos de produção, o que levou à perda de competitividade (pela baixa qualidade dos produtos) e à crise terminal. No Maranhão do século XX, sem algodão e sem a consolidação da indústria, ocorreu um deslocamento do sistema produtivo para a coleta de amêndoas e produção de óleo do babaçu, que começou a ter importância na primeira

guerra mundial, pela escassez de óleos láuricos¹ na Europa e assumiu a hegemonia das exportações maranhenses a partir do ano de 1929 (BARBOSA, 2012).

Na esteira do *crash* da bolsa de Nova Iorque nos Estados Unidos (1929) e da “Revolução” de 1930 no Brasil, cresceu a industrialização em São Paulo enquanto o Maranhão mergulhou no extrativismo do coco e em uma extensiva produção de arroz. Assim inaugurou-se a subordinação interna ao centro dinâmico do Sudeste que veio somar-se à secular subordinação externa.

Para alcançar o objetivo de fazer uma releitura da formação econômica maranhense para além do determinismo positivista, a pesquisa vai ter como tarefa teórica central demonstrar que a superexploração da força de trabalho (na base econômica) e o estado oligárquico (na superestrutura jurídico-política) trabalharam dialeticamente juntos para que o Maranhão, que no final do século XIX chegou a ser a segunda economia do Brasil em número de fábricas instaladas (VIVEIROS, 1992), iniciasse a primeira década do século XXI com o pior PIB *per capita* da Federação² e o quarto maior percentual de analfabetos (IBGE, 2010), o que denota não só um histórico fracasso econômico, mas uma tragédia social!

1.3 Referenciais teóricos

O referencial teórico deve guardar coerência com o método utilizado, embora não deva haver uma ditadura do método sobre o referencial teórico e nem deste sobre a pesquisa em si. É como pensam autores como Antônio Joaquim Severiano em *A Metodologia do Trabalho Científico* (2002). Severiano defende que a flexibilidade em questão é no sentido de que não se pode exigir que a definição de um determinado referencial teórico impeça o autor de tocar em assuntos não alcançados pelo mesmo, pois isso limitaria o avanço da ciência, que ficaria restrita aos limites do que já foi descoberto, sem poder dar passos adiante.

Esta pesquisa utilizou categorias dos seguintes referenciais teóricos: do marxismo, a teoria do valor que desnuda a exploração da classe trabalhadora via extração da mais-valia, e a conseqüente luta de classes, além da moldura essencial da concepção dialética do processo histórico; da teoria marxista da dependência, especialmente a categoria da superexploração da força de trabalho. Foram usados ainda conceitos da interpretação cepalina de *centro-periferia* inaugurada por Raul Prebisch em 1949, para balizar a análise da economia de uma unidade

¹ Óleos láuricos: óleos produzidos do fruto de coqueiros nativos de países tropicais, como o babaçu. São assim chamadas por conterem grandes quantidades de ácido láurico.

² Somente em 2012, o Maranhão superou o Piauí e passou a ter o penúltimo pior PIB *per capita* do país (IBGE, Constas Nacionais, 2014).

federada periférica de um país periférico em relação ao centro dinâmico do sistema. Para as contextualizações históricas em tão extenso período (1890-2010), serviram de instrumental teórico as categorias de *Nicolai Kondratieff* (1992) sobre os ciclos longos da economia, que foram trabalhados por *Fernand Braudel* (1995) em seus estudos sobre ciclos históricos curtos e longos, assim como elementos da teoria do sistema-mundo fundada pelo sociólogo americano *Immanuel Wallerstein* (1990; 2001), a qual tem em Giovanni Arrighi, um dos principais expoentes, através de obras como *O Longo Século XX*, de 1994, (publicada no Brasil em 1996 pela UNESP), onde ele trata dos *ciclos sistêmicos de acumulação*. Quando a pesquisa trabalhou com singularidades do Brasil e do Maranhão, reduziu ao máximo seu nível de abstração e se valeu de dados e indicadores econômicos típicos da contabilidade nacional.

1.3.1 A teoria do sistema-mundo. Relações com teoria marxista da dependência

Para analisar economias voltadas para o exterior, fortemente sensíveis às flutuações dos mercados externos, em países fora do centro do capitalismo mundial, é preciso escolher bem as categorias teóricas para não cair em reificações vulgares. Como já informado, esta pesquisa tem como um de seus referenciais teóricos, a teoria marxista da dependência. Acontece que os principais expoentes dessa teoria, se ligaram à teoria do sistema-mundo, saindo da especificidade do capitalismo na América Latina, na direção de uma análise que alcance a totalidade do capitalismo mundial. Embora Marini, falecido em 1997, não tenha feito esse trânsito, para nós a integração das duas teorias é de fundamental importância para o estudo da realidade latino-americana, justamente por juntar especificidades ao conjunto do processo histórico mundial.

A teoria do sistema-mundo surgiu com o sociólogo norte americano *Immanuel Wallerstein* (1930-) e teve do economista italiano *Giovanni Arrighi* (1937-2009), uma grande contribuição na formulação de uma metodologia para sua abordagem analítica. Economistas oriundos da teoria marxista da dependência, como o brasileiro Theotonio dos Santos (1936 -) e o alemão-brasileiro André Gunder Frank (1929-2005), se juntaram a Samir Amin (1935 -), economista neomarxista egípcio, formando com Arrighi o núcleo duro da teoria do sistema-mundo atual.

Wallerstein (1990) trabalhou com quatro referenciais teóricos bem definidos: *Karl Marx*, *Escola dos Annales*, *Max Weber* e o que poderíamos chamar de teorias do desenvolvimento, onde se enquadra a teoria da dependência, nas suas diversas vertentes. Sua obra marcante é, sem dúvida, *The Modern World-System* (O Sistema Mundial Moderno),

lançada originalmente em três volumes nos anos de 1974, 1980 e 1989. Depois, lançou várias obras em colaboração com *Giovanni Arrighi*, *André Gunder Frank* e *Theotonio dos Santos*, mas também com *Samir Amin*, *Terence K. Hopkins*, *Ettiënne Balibar*, dentre outros.

De *Marx*, *Wallerstein* adotou a tese de que o econômico precede o político e o ideológico. Também dessa fonte, está muito explícito para ele, que a principal contradição da sociedade contemporânea é a dicotomia capital-trabalho. Ainda de *Marx*, adotou as categorias da acumulação de capital e o sequenciamento dialético da história em fases ligadas à maneira de produzir, como o feudalismo e o capitalismo. Da *Escola dos Annales*, levou adiante o rompimento com a narrativa histórica positivista, baseada em fatos e datas, alargando a análise para além da política e do breve momento, alcançando o econômico, o social, o cultural e o ideológico de toda uma grande região e, até de todo o mundo, em períodos de longa duração.

Do instrumental teórico de *Weber*, *Wallerstein* absorveu elementos para discussão da cultura (a ética protestante, por exemplo) e de outros componentes da superestrutura da sociedade. Das teorias do desenvolvimento e da dependência ele se apropriou da concepção, que passou a ser central em sua teoria, que a divisão do mundo em centro, semiperiferia e periferia é algo inerente ao modo de produção capitalista, assim como seu desenvolvimento desigual (que tem a ver a com a teoria de *Trotsky* sobre *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo*, embora *Wallerstein* não a cite explicitamente).

Giovanni Arrighi, em seu trabalho mais importante – *O Longo Século XX* (1996) – procurou desenvolver a teoria do sistema-mundo, avançando para sua concepção dos *ciclos sistêmicos de acumulação* e para isso, foi também à fonte da *Escola dos Annales*, mas aí, dialogou muito mais com *Fernand Braudel*, que com os fundadores *Lucien Febvre* e *Marc Bloch*. *Fernando Haddad* fez a seguinte referência:

Naquele trabalho seminal, *Arrighi* aceita a concepção braudeliiana de uma economia estruturada em três andares – o da produção material, o da circulação ou do mercado, e o das altas finanças, onde “o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” – e centra suas análises neste último, interessado que estava em elucidar as mudanças espaciais no alto comando da economia mundial através do estudo dos grandes ciclos sistêmicos, da perspectiva da hegemonia financeira (*ARRIGHI*, 1997, p. 7).

Arrighi dialoga também com o economista russo *Nikolai Kondratieff* (1892-1938), que em 1926 apresentou em seu trabalho *As Ondas Longas da Conjuntura*, o resultado de estudos empíricos sobre os ciclos econômicos desde o final do século XVIII até a segunda década do século XX, que ele considerava ser a fase descendente do terceiro ciclo. Ele identificou,

portanto, dois ciclos e meio entre 1790 e 1920. Arrighi procurou ir além do arcabouço teórico de *Kondratieff*, que buscava uma explicação para as *ondas longas*, na medição dos índices de desgaste, reposição e incremento do fundo de bens de capital. Partindo de *Marx*, *Braudel*, *Wallerstein* e *Kondratieff*, Arrighi avançou para uma definição dos ciclos sistêmicos de acumulação que, entre os séculos XV e XX, teriam sido quatro: o genovês, o holandês, o britânico e o americano, cuja crise terminal começou na década de 1970³.

O Maranhão, desde a França Equinocial, foi pensado e organizado para ter uma economia agroexportadora de escala. Esse era o projeto colonial posto em prática pelas companhias de comércio. Esse continuou sendo o projeto inglês para o Brasil independente. O país sempre teve seu centro dinâmico situado fora das fronteiras nacionais. Assim, será mais que necessário, para analisar seu desenvolvimento histórico, que se contextualize sua formação econômica, com os eventos de longa duração da economia mundial. Sem isso, a análise pode cair na armadilha de ficar buscando causas de fatos econômicos, na sociologia eugênica da incompetência da aristocracia agrária maranhense (que é um fato, mas não explica tudo), na indolência dos seus índios, na ignorância dos seus escravos e na absoluta inaptidão para o trabalho de seus homens livres. Esse tipo de abordagem cria uma *reificação* da realidade e, por isso, deixa de enfrentar as contradições endógenas e exógenas, típicas da formação econômica que se pretende conhecer e analisar.

No modelo analítico de Arrighi (1997), a economia mundial se acha estruturada em três zonas: núcleo orgânico, semiperiferia e periferia. O conceito de semiperiferia ele tomou de *Wallerstein* (com fortes congruências com o conceito de subimperialismo de Marini, como veremos adiante), que seria um grupo de países que compõem um pelotão intermediário que conseguiu resistir à periferação, sem, no entanto, ter conseguido acumular capital para superá-la. O *núcleo orgânico* de Arrighi é o mesmo “centro” de *Raul Prebisch* e da teoria da dependência. Segundo ele, esse *núcleo* é o lugar privilegiado onde se realizam as atividades ‘cerebrais’ e as áreas ou jurisdições periféricas, o lugar onde se realizam as atividades ‘neuromusculares’.

Fernando Haddad, no citado prefácio de *A Ilusão do Desenvolvimento* (1997) esclarece que “as atividades ‘cerebrais’ são aquelas associadas ao fluxo de inovações que a

³ No Mapa 15(A), Anexo N, apresentamos um quadro geral de contextualização histórica, organizado cronologicamente, incluindo as ondas longas de *Kondratieff*; os ciclos sistêmicos de Arrighi; importantes eventos históricos mundiais e os principais fatos da história econômica do Maranhão, num intervalo temporal que começa com ciclo sistêmico genovês e se estende ao Maranhão da primeira década do século XXI, na vizinhança do surgimento de um novo ciclo de acumulação, provavelmente o chinês.

concorrência capitalista enseja e incluem a introdução de novos métodos de produção, novas fontes de suprimento, novas formas de organização” (ARRIGHI, 1997, p. 11).

Fica evidente que as atividades ‘neuromusculares’ são os trabalhos manuais de extração, coleta, cultivo ou de fabricação de manufaturas de baixo valor agregado, onde a parte mais dinâmica chega, no máximo, à fase de montagem de produtos cujas patentes estão no exterior, mais precisamente em países do *núcleo orgânico*.

Desde Schumpeter (1883-1950) que se sabe que as inovações – que produzem a chamada *destruição criativa* – são os atos empresariais que produzem os ganhos extraordinários, sempre acima do lucro oriundo da extração de mais valia pela simples extensão da jornada ou aumento de intensidade do trabalho. O que Arrighi destaca é que, nos países onde as empresas praticam processos recorrentes de inovação, os seus estados nacionais são fortalecidos por isso, assumindo ou aprofundando **posições de hegemonia nas relações interestados**, o que coincide com a essência da *ligação orgânica Estado-Capital*, de Flávio Farias (2000).

Para Arrighi (1997), países como Coréia do Sul, Taiwan e Brasil – dentre outros –, estão na semiperiferia, mas ele questiona o alcance do “milagre brasileiro” dos anos 1970, defendendo que a expressão “milagre econômico” só se aplica ao ocorrido no Japão, que em 1948 tinha uma renda per capita de apenas 14,5% da renda do núcleo orgânico e em 1988, chegou a 120%. O que aconteceu no Brasil dos anos 1970 se explica mais pelo conceito de subimperialismo, introduzido por Ruy Mauro Marini em *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, que circulou pela primeira vez no país após o golpe de 1964, em edição mimeografada. O conceito de semiperiferia de Wallerstein-Arrighi guarda certa correlação com o conceito mariniiano de subimperialismo. Este último, em linhas gerais afirma que países subimperialistas exercem um papel de centro regional, em relação a países vizinhos com menor nível de industrialização e papel de periferia, em relação ao centro ou, (*núcleo orgânico* para Wallerstein-Arrighi). Marini vai ainda mais longe e afirma que as relações econômicas tipo centro-periferia (marcada principalmente pelas trocas desiguais, dada a diferença de tecnologia e produtividade), se reproduzem até dentro de um mesmo país. Mas a explicação de fundo tem a ver com especificidades do sistema de acumulação na América Latina. Marini parte da realidade brasileira para afirmar: “A irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil deriva principalmente da impossibilidade [...] para controlar seu processo tecnológico, já que a tecnologia é um produto de importação.” (MARINI, 2000, p. 98). Segundo ele, o Brasil, no estágio de desenvolvimento em que se

encontrava nos anos 1950-1960, teve que buscar no exterior a solução para a insuficiência do seu mercado.

[...] isto se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira para o exterior, no afã de compensar com a conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina, sua incapacidade para ampliar o mercado interno. [o que leva a um subimperialismo]. Com efeito, não é possível à burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios norte-americanos [...]. Por outro lado, essa burguesia depende, para o desenvolvimento de sua indústria, de uma tecnologia cuja criação seja privativa desses monopólios. Não lhe resta, então, senão a alternativa de oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, argumentando com as extraordinárias possibilidades de lucro que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar (MARINI, 2000, p. 98) (Colchetes nossos).

A categoria de semiperiferia de Wallerstein-Arrighi está mais para uma classificação dos países no sistema interestados, tendo em comum com países que praticam o subimperialismo, a posição intermediária na escala de desenvolvimento econômico. Na prática, países situados na semiperiferia praticam o subimperialismo. Marini, entretanto, aprofundou mais sua caracterização, ao afirmar que, pelo fato de o subimperialismo acontecer em associação com o imperialismo praticado pelos países do centro (núcleo orgânico), o resultado é o aprofundamento da exploração da força de trabalho nos países subimperialistas, localizados no que Wallerstein-Arrighi chamam de semiperiferia. Segundo Marini (2000, p. 99):

O subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação, que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.

Voltando a Wallerstein – que analisa a história de forma braudeliana, ou seja, buscando a totalidade de conteúdos em períodos de longa duração – o sistema-mundo atual começou ainda no século XVI e é materializado em uma economia mundial capitalista. Wallerstein é criticado pela tendência de reduzir a história do homem à história da economia, mas ele apresenta razões sólidas para essa aparente redução.

O sistema-mundo moderno, existente pelo menos em parte do globo desde o prolongado século XVI, é uma economia mundo capitalista. Isso significa várias coisas. Um sistema é capitalista se a dinâmica primária da atividade social é a acumulação incessante de capital, [...]. A acumulação incessante de capital requer por sua vez a mercantilização crescente de todas as coisas, e uma economia capitalista mundial deve apresentar uma tendência contínua nesta direção, o que o sistema-mundo moderno certamente faz (WALLERSTEIN, 2002, p. 91-92).

A situação econômica do Maranhão, desde o século XVII, foi afetada pelas duas modalidades de relações centro-periferia. Do período colonial até a República, a modalidade predominante era a relação com Portugal e Inglaterra, principalmente. A partir do início do século XX, o Estado passou também a ter relações de trocas desiguais com a região Sudeste, notadamente com São Paulo (reprodução das relações centro-periferia dentro de um mesmo país). Essa contextualização feita através dessas categorias teóricas torna mais plausível a futura comprovação da hipótese, uma vez que busca essências para além do fetichismo da análise formal, que geralmente permanece presa aos aspectos políticos das singularidades regionais.

Para tratar a questão do estado oligárquico, serão usados os referenciais da obra de Flávio Farias, especialmente os estudos sobre a relação orgânica estado-capital (FARIAS, 2000) e da obra de Lênin *O Estado e a Revolução* (1983; 2011), tendo por base o clássico de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1984), todos partindo de Marx (*A Ideologia Alemã, Manifesto Comunista*, etc.) para quem o Estado é a representação política dos interesses das classes dominantes.

1.4 Divisão estrutural da pesquisa

O Trabalho se acha estruturado em seis partes: Introdução (1); desenvolvimento (seções de 2 a 5) e Conclusão (6). As subseções 1.4.1 e 1.4.2 desta Introdução fazem referência à teoria do sistema-mundo, para onde migraram expoentes da teoria marxista da dependência, para complementar a definição dos referenciais teóricos da pesquisa.

A investigação sobre a industrialização do Maranhão na década de 1890, contextualizada com as diferentes visões teóricas sobre as origens da indústria no Brasil, está na seção 2. Na busca dessas origens trata-se do impacto causado pela abolição. Apresenta-se um quadro detalhado sobre todas as fábricas instaladas no Maranhão naquela década. Depois, seu desenvolvimento e queda são analisados, considerando-se as causas econômicas, políticas e culturais, relacionando-as com a tipicidade das relações centro-periferia envolvendo a Europa e a América Latina naquele período, sem deixar de observar o apoio integral da República recém-fundada, à economia do café, inclusive com uma política de desvalorização cambial que fez explodir os preços dos importados (e dobrar as dívidas com “os maquinismos” das fábricas maranhenses, comprados todos da Inglaterra). Há ainda nessa seção uma caixa especial (Box 3), que trata do modo de produção do Brasil colônia. O

quadro fabril no início da década de 1920 e o advento do babaçu fecham essa etapa da pesquisa.

A subseção 2.1 traz uma retrospectiva da história do Maranhão (antecedentes do período objeto do trabalho), desde a França Equinocial (1612) até o advento da República (1889), contextualizando os fatos econômicos de cada século (XVII, XVIII e XIX) com os acontecimentos mundiais, sob a ótica dos ciclos sistêmicos de acumulação, com atenção para as principais crises econômicas que marcaram cada um desses ciclos. No século XVII, as invasões francesa e holandesa, a recuperação portuguesa e a experiência do açúcar. No século XVIII, o destaque interno é para a chamada “era pombalina” e o crescimento do algodão. No plano político externo, as revoluções americana e francesa e no econômico, a revolução industrial. No XIX, o Brasil se torna Reino Unido e depois, nação independente (de Portugal) e totalmente dependente (da Inglaterra). O Maranhão resiste à Independência, depois “adere”, mas não consegue se recuperar do baque causado à sua economia pela abolição. Segue a “disenteria fabriqueira” (sic) nas palavras de Fran Paxeco (VIVEIROS, 1992).

A seção 3 trata da categoria da superexploração da força de trabalho (FT). Discute as conexões da teoria marxista da dependência com a teoria do valor de Marx. Na busca das fontes teóricas desses autores, faz uma visita ao *valor trabalho* (SMITH, 1996) e ao *salário natural* (RICARDO, 1986) para o confronto com a crítica e o desenvolvimento feitos por Marx a esse crucial tema para a compreensão da categoria da exploração e do desenvolvimento *mariniano* que redundou na definição de uma nova categoria, a da superexploração.

A seção 4 trata dos pressupostos teóricos da relação estado-capital, tendo por base a concepção dos clássicos do Materialismo Dialético, para a posterior análise do estado oligárquico no chamado longo século XX maranhense (1890-2010).

A seção 5 apresenta evidências empíricas que indicam a ocorrência da superexploração da FT. Diminuindo o nível de abstração, apresenta-se a metodologia escolhida e os dados para medir os meios mínimos de subsistência do trabalhador, em diversos momentos da história do Estado, comparando com os salários de cada época. Nessa etapa é discutido o estado oligárquico na singularidade do Maranhão, com ênfase em sua ligação orgânica com os interesses dos capitais locais e estrangeiros, e sua luta secular pela manutenção de um modelo político-econômico excludente e concentrador. A pesquisa buscou demonstrar que esse tipo de estado foi decisivo para o processo de superexploração da força de trabalho que redundou na ausência de um mercado interno significativo. A consequência foi a manutenção do atraso, caracterizado pela entrada do Maranhão no século XXI, com os

piores indicadores sociais do país. A investigação sobre a economia maranhense no século XX se faz também nesse capítulo, levando em conta todo o contexto internacional do período: duas guerras mundiais; a crise entre elas; os “30 gloriosos” do capitalismo mundial; a crise das políticas keynesianas nos anos 1970 (na verdade uma crise estrutural do sistema); a força da onda neoliberal nos anos 1990 e a afirmação da política de enclaves, com graves consequências para o desenvolvimento local. As análises nesse capítulo se acham baseadas em sólido conjunto de dados, muitos dos quais expostos apenas nos anexos. Para efeito de compreensão das alterações monetárias ao longo da história do Brasil, o Box 4 apresenta o quadro de todas as moedas que vigoraram no período de 1500 até o início do século XXI.

A Conclusão (6) busca organizar os argumentos na direção da comprovação da hipótese e arrisca apresentar perspectivas de tendências macroeconômicas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, desde que mantida uma configuração política não oligárquica, que aprofunde a democracia direta na linha do fortalecimento das organizações populares.

• **BOX 1 - Trânsito da Dependência ao Sistema-Mundo**

Teóricos da visão marxista da dependência, como André Gunder Frank e Theotonio dos Santos, fizeram, nos anos 1980, “um trânsito sem rupturas na direção da teoria do sistema-mundo” (BATISTA FILHO, 2009). Mantendo o combate à alternativa insinuada pela chamada “tese de uma dependência negociada” de Fernando Henrique Cardoso e preservando os aspectos centrais da teoria marxista da dependência, esses teóricos passaram a incorporar outros elementos, mais gerais, em suas análises, ligando seus estudos do capitalismo na América Latina ao processo global de acumulação.

Ao se juntarem ao núcleo duro da teoria do sistema-mundo, André Frank e Theotonio dos Santos não abandonaram o estudo das realidades macroeconômicas dos países deste Continente, com suas condicionantes históricas e seu papel no palco das relações interestados. Theotonio, por exemplo, com o alargamento dos horizontes proporcionado pelo diálogo com as ideias do sistema-mundo, deu atenção especial ao desenvolvimento de uma teoria do “desenvolvimento de longo termo” (BATISTA FILHO, 2009) incorporando aí, os elementos centrais da teoria da nova dependência – uma especificidade dessa categoria no contexto dos “30 gloriosos”.

Em sua dissertação de mestrado (Dinâmica, Determinações e Sistema Mundial no Desenvolvimento do Capitalismo nos termos de Theotonio dos Santos: da teoria da

dependência à teoria dos sistemas-mundo, UFU, 2009), Almir Cezar de Carvalho Batista Filho tratou dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, partindo do referencial da dependência de Theotonio (e seus companheiros), que desmontara a tese de que todos os países capitalistas passam, necessariamente, por fases idênticas: independência, subdesenvolvimento e desenvolvimento. Para esses teóricos, o subdesenvolvimento (ou atraso), não é uma etapa do desenvolvimento capitalista, faz parte do seu processo permanente de acumulação.

A teoria marxista da dependência, desenvolvida nos anos 1960/1970 – período das ditaduras militares no continente latino-americano – era extremamente revolucionária. Para Marini, Santos, Frank, Vânia Bambirra e outros que sobreviveram na clandestinidade, a saída para o subdesenvolvimento não era a industrialização da CEPAL ou colaboracionismo de Cardoso, mas o fim da dependência pelo rompimento com o imperialismo e, portanto, com o próprio capitalismo. Nessa concepção teórica, os países dependentes têm seus processos de desenvolvimento subordinados e limitados pelos países centrais, que precisam que eles cumpram funções específicas no sistema mundial de acumulação (na divisão internacional do trabalho), para que a acumulação de capital não cesse de crescer no centro ou “núcleo orgânico”.

Não foi a herança colonial que fez esses países subdesenvolvidos. A colonização já fazia parte do processo de acumulação que continua até hoje. Esses países foram colônia ontem e são dependentes hoje, na essência, algo diferente, mas bem parecido nos efeitos, como nas trocas desiguais. Em suma, nessa visão teórica, para acabar com a dependência, só acabando com o capitalismo. Perguntariam os mais atentos: e como o país Estados Unidos foi colônia no mesmo período que o Brasil e hoje faz parte do centro? Arrighi (1996) explica que há saltos (mobilidade) de uma posição para outra, mas estes são raros. A regra geral é de permanência. No período pós-segunda guerra mundial ele cita como exemplos únicos, os casos do Japão e Itália como mobilidade para cima (para o núcleo orgânico); da Coreia do Sul e Taiwan como mobilidade para cima, da periferia para a semiperiferia e o caso de Gana como mobilidade para baixo, da semiperiferia para a periferia. A escassez de mobilidade deve-se à rigidez do sistema, mantida pelos ciclos sistêmicos de acumulação sob a batuta das relações interestados, dominadas pelas economias hegemônicas dos países do núcleo orgânico (ou centro). O pano de fundo dessa realidade recorrente na história do capitalismo é a relação orgânica, simbiótica, entre estado e capital.

Esta digressão se fez necessária para justificar a utilização de categorias, tanto da

teoria marxista da dependência quanto da teoria do sistema-mundo que, a nosso ver, são complementares. A contextualização mundial não se completa com base apenas na TMD e o sistema-mundo não tem ferramentas para determinadas especificidades da acumulação de capital na América Latina, daí a necessidade de uma teoria mais abrangente para a análise de fenômenos globais, sem prejuízo da utilização de uma mais ligada às singularidades desta parte do mundo, desde que ambas partam de uma visão de mundo comum (“a história é a história da luta de classes”), o que é o caso.

2 O DECLÍNIO DO ALGODÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1890 NO MARANHÃO

Esta seção vai discutir o processo *sui generis* de industrialização levado a cabo pela burguesia agroexportadora maranhense a partir do ano de 1890, quando esta ainda se encontrava atordoada com a abolição. Para isso se faz necessário o estudo dos antecedentes da formação econômica do Maranhão desde a França Equinocial (1612-1615). E esse estudo, por sua vez, necessita de um resgate mais amplo, que contextualize o surgimento do Maranhão com o processo da acumulação primitiva europeia ocorrido não só pela expropriação dos camponeses e artesãos, mas pelo mercantilismo bancado pelo estado absolutista.

2.1 Antecedentes históricos da economia maranhense

A história do Maranhão não começa no Brasil, mas na Europa, mais precisamente em Portugal no contexto da península Ibérica do século XV. Os reis católicos Fernando e Isabel, de Aragão e Castela, empreenderam, na segunda metade do século XV, uma política expansionista que culminou com a destituição do último reino mouro na Europa – Alambra – e a unificação da Espanha. Ficando na Península apenas Espanha e Portugal e tendo por trás dos Pirineus, a poderosa França, o mar-oceano, que desde o século XIV vinha sendo explorado e mapeado, tornou-se uma opção para a riqueza dessas nações. Colombo a serviço da Espanha e Vasco da Gama e Cabral, a serviço de Portugal começaram um processo que redundou, mais adiante, na consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico no mundo. Tratar da história do Maranhão é buscar suas raízes nas grandes navegações promovidas pelos europeus entre os séculos XV e XVIII.

2.1.1 A expansão ultramarina europeia

É fato que a chamada revolução comercial, ocorrida entre os séculos XV e XVIII, representou a transição do feudalismo para o capitalismo. Nesse período conviveram lado a lado, formas de produção feudal, com formas embrionárias do modo de produção capitalista. O avanço tecnológico que levou às grandes navegações alargou o espaço geográfico da atividade econômica, pela primeira vez na história, para níveis planetários. Como bem diz Leo Huberman em *História da riqueza do Homem*:

Se anteriormente, o termo ‘comércio internacional’ queria apenas dizer comércio europeu com uma parte da Ásia, agora a expressão se aplicava a uma área muito mais extensa, abrangendo quatro continentes, tendo rotas marítimas como estradas. As descobertas iniciaram um período de expansão sem par em toda a atividade econômica da Europa ocidental (HUBERMAN, 1986, p. 99).

É consenso hoje que a revolução comercial representou um golpe de morte na economia feudal, que era estática, fragmentada e religiosamente contrária ao lucro. A exploração de riquezas em terras americanas e africanas, além das já conhecidas terras asiáticas, representou etapa decisiva da acumulação capitalista na Europa, com a formação de um vigoroso sistema bancário que dava suporte a um comércio em escala mundial, bancado, dentre outros fatores, por forte suprimento de metais preciosos, especialmente prata e ouro vindos das Américas.

O Brasil surge no cenário mundial no mesmo contexto de “descoberta” das Américas (Colombo, 1492; Cabral, 1500). Ruy Mauro Marini assim define a gênese histórica desta parte do mundo que, pela língua dos seus “descobridores” (espanhol, português, línguas oriundas do latim) passou a se chamar América Latina.

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, num primeiro momento contribui para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2000, p. 107-108).

O que Marini destaca é a importância do papel econômico da América Latina para a acumulação primitiva europeia, que representa a gênese da indústria contemporânea.

2.1.2 A ocupação do Brasil

O Brasil foi oficialmente reivindicado por Portugal a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), que aportou no litoral da Bahia em abril de 1500. O território era imensurável e D. Manoel I, o venturoso (1495-1521), não tinha um projeto político-econômico para lidar com tanta terra. Entre 1500 e 1531 a presença portuguesa na costa brasileira se deu através de expedições para extração de pau-brasil e de patrulhamento, estas últimas, em 1516/1521. Mas naquela conjuntura, patrulhar o quê? Depois da chegada de Colombo à América em 1492, Portugal e Espanha se apressaram em dividir o novo mundo e assinaram o Tratado de Tordesilhas logo em 1494 (BOXER, 2002). No início do século XVI,

a Holanda, Inglaterra e França já tinham tecnologia para cruzar os oceanos e protestaram por não terem sido chamadas a participar dessa *sui generis* partilha. Espanha e Portugal não abriram mão de seus supostos direitos territoriais o que levou à atividade semioficial do corso. Nas três primeiras décadas do século XVI o Brasil era constantemente visitado por expedições piratas desses países. Portugal passou a fundar feitorias – acampamentos temporários para armazenamento de pau-brasil– em vários pontos do litoral (PIRES, 2010), algumas com ares de fortificação militar, mas sem uma política de povoação permanente.

Somente em 1532, D. João III (1521-1557) toma a iniciativa concreta de povoar o Brasil e envia Martin Afonso de Sousa, que funda a vila de São Vicente (na região do atual município de Santos, São Paulo) – primeira vila lusitana nas Américas. O objetivo da Coroa portuguesa, a partir de então, passou a focar na tríade povoamento-patrolhamento-cultivo da cana de açúcar. Em 1534, ainda sob o peso da cultura feudal, esse mesmo monarca dividiu o Brasil em quinze extensas faixas de terras chamadas de capitânicas hereditárias, distribuídas a doze donatários (BOXER, 2002). Esse sistema administrativo não funcionou, até porque muitos donatários nunca vieram tomar posse de suas terras. Assim, em 1549 foi implantado o Governo Geral.

Como afirma toda a historiografia brasileira, desde os didáticos do ensino fundamental, somente duas capitânicas prosperaram: a de Pernambuco e a de São Vicente, justamente porque focaram na produção de açúcar (SKIDMORE, 1989). A partir de meados do século XVI, o açúcar já era o principal produto de exportação do Brasil, superando a madeira. Foi quando teve início a importação de escravos africanos (LOVEJOY, 2002).

2.1.3 A União Ibérica (1580-1640) e as invasões francesa e holandesa

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, havia consolidado a divisão das Américas entre Portugal e Espanha, com cada um administrando o seu quinhão, mas, em 1570, a morte do jovem rei, D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, deu início a um grave problema sucessório, o que veio trazer um complicador para essa divisão do novo mundo que se mantinha estável há mais de 70 anos.

D. Sebastião morreu sem deixar herdeiros, o que fez começar uma guerra pelo trono (que ficou conhecida como a *guerra da sucessão*). Até 1580 a coroa esteve, provisoriamente, sobre a cabeça do cardeal D. Henrique (I), tio-avô de D. Sebastião, mas sua morte, nesse ano, acendeu a chama das requisições das alianças dinásticas europeias.

Em síntese, o parente mais próximo do falecido D. Sebastião era um estrangeiro, o rei Felipe II da Espanha, neto de D. Manuel, o venturoso. Como existiam pretendentes portugueses isso gerou um impasse que foi resolvido pela via militar: as tropas de Felipe II invadiram Portugal pondo fim à dinastia de Avis e iniciando a chamada era filipina, ou União Ibérica, que durou até 1640 (GODINHO, 1968), quando D. João IV restabeleceu o domínio dos portugueses sobre seu próprio território, iniciando a dinastia de Bragança.

A invasão francesa no Maranhão, em 1612, que culminou com a fundação de São Luís, ocorreu no período da dominação espanhola, mas foram tropas portuguesas, lideradas por Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno que expulsaram *Daniel La Touche* e seus liderados em 1615. Isso se deu porque, os portugueses conseguiram manter o controle em relação às suas colônias, através do Tratado de Tomar, de 1581 (CARDOSO, 2011). Para que Felipe II conseguisse a adesão da corte portuguesa e evitasse um estado permanente de rebeliões, concordou com questões fundamentais para nacionalidade portuguesa, como a preservação da língua na metrópole e nas colônias; a exclusividade da frota mercante portuguesa em seu comércio colonial e a manutenção de uma máquina administrativa, em seus limites territoriais, formada principalmente, por portugueses.

É por isso que, quando se visita a história do Maranhão desses sessenta anos em que durou a União Ibérica, Portugal sempre aparece representando a Metrópole. Os espanhóis continuaram cuidando da América Central e dos demais países da América do Sul (FAUSTO, 1995), o que era mais do que podiam efetivamente controlar.

O século XVII foi o período áureo do **ciclo sistêmico de acumulação holandês**. Suas atividades econômicas se concentravam na intermediação bancária e na distribuição, principalmente de açúcar por toda a Europa. Mas eles pretendiam dominar também a produção. Em 1641, um ano após o fim da União Ibérica, os holandeses, que já ocupavam Pernambuco desde 1630, invadiram o Maranhão para a construção de uma grande empreitada agroindustrial de plantação de cana e produção de açúcar que eles tão bem distribuía, com diversos monopólios, por toda a Europa.

Gaioso (2011) manifesta revolta com a falta de coragem do então governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, que praticamente entregou São Luís e a capitania aos invasores.

Em uma palavra, Bento Maciel, que, sem atenção à sua honra, tratava somente de segurar a vida com a vaidade do emprego e posse das suas riquezas, lhes determinou uma parte da cidade para alojamento e os mandou suprir com mantimentos. Finalmente João Corneles buscou a fortaleza, e Bento Maciel, para coroar os seus desatinos, o recebeu com as portas abertas e lhe entregou as chaves. Abateram-se as

bandeiras portuguesas e arvoraram-se as holandesas. Foi posta a cidade a saque e entregue à brutalidade das tropas que ficaram senhoras de toda a Ilha (GAIOSO, 2011, p. 69).

Gaioso (2011), embora não contextualize a ocupação holandesa no nordeste do Brasil com seu processo de acumulação privada de capital, mostra em sua primorosa narrativa factual, qual o verdadeiro interesse neerlandês nestas terras. Assim que chegou ao palácio/fortaleza e recebeu as chaves da cidade de um governador tomado pelo medo, João Corneles, comandante da invasão e almirante da Marinha de Guerra holandesa, tratou logo de exigir 5 mil arrobas de açúcar dos cinco engenhos que funcionavam perto da foz do rio Itapecuru. O governador deu-lhe logo os engenhos, a povoação, além de São Luís e Tapuitapera (Alcântara). Gaioso(2011) escreve o que fizeram em seguida os senhores dos Estados Gerais de Holanda: “João Corneles, depois de reedificar o forte de Vera-Cruz, ou Calvário, na boca do Itapecuru, passou a adiantar-se na utilidade dos engenhos de açúcar, conservando neles os senhores para feitorizá-los, com bastantes soldados” (GAIOSO, 2011, p. 69).

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, com sede em Amsterdã, era um exemplo de organização capitalista de comércio internacional. Formada pela burguesia comercial holandesa, com suporte financeiro dos bancos do país, representava o avesso das companhias de comércio de Portugal, que eram totalmente dependentes do Estado e sensíveis às intrigas palacianas. Os historiadores tradicionais fornecem dados sobre os detalhes da ocupação e participação – heroica ou covarde – dos personagens envolvidos, mas não dizem que essa chamada invasão holandesa, foi um projeto organizado de ocupação do nordeste do Brasil, feito por uma empresa capitalista voltada inteiramente para o lucro, articulada que estava com processo de acumulação de capital a nível planetário. Observe-se que, a primeira providência dos holandeses, logo após o desembarque, foi marchar para a boca do Itapecuru, tomar posse dos engenhos e reconstruir um forte local para sua proteção.

Com a expulsão dos holandeses em 1644, o açúcar do Maranhão voltou a cair em qualidade, em produtividade e foi perdendo competitividade para o açúcar produzido nas Antilhas (especialmente em Cuba) pelos próprios holandeses.

2.1.4 A origem da economia maranhense: o açúcar, as companhias de comércio e o algodão

No século XVI o açúcar começou a ser produzido em escala comercial para abastecer a Europa. Portugal plantava cana de açúcar nas ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira. A

partir da “descoberta” das novas terras por Cabral, a coroa portuguesa procurou vincular a colonização do Brasil ao mercantilismo e assim, além da exploração do pau-brasil, colonos foram enviados com a missão específica de produzir açúcar. Em 1550 já existiam vários engenhos no litoral brasileiro, principalmente nas capitanias de Pernambuco e São Vicente. Cem anos depois, por volta de 1650, o Brasil já era o maior produtor mundial de açúcar de cana (REGO; MARQUES, 2005) e o Maranhão participava dessa estatística ao ponto de ser a tomada dos engenhos de açúcar de São Luís, Itapecuru e Tapuitapera, o motivo da invasão holandesa de 1641.

Assim surgiu o Maranhão no cenário econômico do império colonial português, através de duas guerras (1612-1615 contra os franceses e 1641-1644 contra os holandeses), em plena efervescência do mercantilismo em todos os oceanos da Terra. O Maranhão estava no meio de uma luta de potenciais mundiais por territórios para o extrativismo e para a produção de mercadorias. Era uma disputa por hegemonia econômica, política e militar. Por tudo isso, para discutir sua formação econômica é necessário conhecer como se deu sua inserção no mercado internacional desde a expulsão dos franceses em 1615, até o *boom* do algodão no último quartel do século XVIII, que possibilitou alguma acumulação de capital que seria, depois, aplicado na industrialização iniciada no último decênio do século XIX, principalmente em São Luís, Caxias e Codó.

A gênese da economia do Maranhão (produção de açúcar) aconteceu de forma totalmente integrada ao processo de expansão ultramarina dos países europeus, ocorrida entre os séculos XV e XVIII e coincidiu com a etapa de acumulação de capital por parte da burguesia mercantil, que iria redundar no modo de produção capitalista. Na segunda metade do século XVIII, a máquina a vapor aperfeiçoada por *James Watt*, deu à Inglaterra a dianteira na produção industrial em larga escala, principalmente de têxteis. Esse fato histórico aumentou exponencialmente a demanda mundial por algodão. E o algodão foi a “tarefa” destinada ao Maranhão pela nova divisão internacional do trabalho, embora o açúcar continuasse a ter destaque na pauta de exportações, em todo o vasto período que vai da fundação de São Luís, até o início do período republicano. Mas, por todo o século XVII a situação econômica da capitania permaneceu precária (GAIOSO, 2011), com poucos e rudimentares engenhos de açúcar e uma produção de algodão, de baixa qualidade, para o consumo das fazendas e da população, além do problema da falta de mão de obra para a produção extensiva nas vastidões do seu território.

Somente 115 anos após o fim da União Ibérica, com a entronização do rei D. José I (1570-1577), a situação econômica do Maranhão começou a mudar. Em 1755 Marquês de

Pombal criou a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, e a burguesia agroexportadora maranhense conheceu um período de grande prosperidade, mesmo debaixo do jugo do sistema monopolístico metropolitano. Como conseguiu? À custa de um sistema de exploração ancorado no trabalho escravo⁴ e na abundância do fator de produção terra, bem como na garantia dos mercados externos dada pela Companhia, em função do lugar da capitania na divisão internacional do trabalho, apesar da deterioração dos termos de troca.

Com a Companhia de Comércio fornecendo os escravos e financiamento, além de cuidar das importações e da garantia de espaço nos mercados externos, a elite local logo se adaptou ao monopólio da mesma e passou a colaborar com esse sistema de acumulação, garantindo para si lucros significativos, que se traduziram na construção de uma impressionante estrutura urbana na cidade de São Luís, marcada pelo casario azulejado de inspiração lusitana. Mas a base para o fornecimento de escravos para a Companhia – fator primordial para seu sucesso – veio de um tratado multilateral que pôs fim à guerra da sucessão espanhola: o tratado de Utrecht (1713-1714). A Inglaterra foi a grande beneficiária desse tratado, diante de uma Espanha arrasada pela guerra intestina. Coube à Inglaterra o abastecimento de escravos para todas as colônias espanholas, além do fornecimento direto de certos produtos, quebrando assim o pacto colonial (STEIN, 1976). Como Portugal, nesse período, já dependia da Inglaterra para proteção do seu reino, a mesma exclusividade foi concedida aos britânicos, que ficaram senhores do lucrativo comércio de seres humanos transmutados em instrumentos compulsórios de trabalho.

Em termos de conjuntura mundial, o surgimento da Companhia Geral coincide com o limiar da primeira revolução industrial, momento que marca o início do domínio do **ciclo britânico de acumulação**. O algodão é o principal produto de exportação, em torno do qual gira toda a economia da capitania. Ainda sobre a conjuntura, depois da criação da Companhia em 1755, o mundo seria sacudido pela revolução americana (1776), evento positivo para as exportações maranhenses, e revolução francesa (1789), que daria o golpe final nas instituições de natureza feudal que ainda resistiam na Europa e criavam obstáculos ao desenvolvimento capitalista. No Brasil, nesse mesmo ano de 1789, ocorreu o mais importante movimento

⁴ Cabe aqui um recorte de natureza teórica. No período do trabalho escravo, não se pode falar na categoria *mariniana* da superexploração, porque o escravo era ele em si um misto de detentor de força de trabalho e bem de capital, cuja depreciação era o próprio definhamento de sua vida. A exploração a que estava submetido era o limite máximo de uma hipotética escala de medição dessa categoria. Dentro do paradigma teórico do marxismo, não se pode comparar a situação de um escravo com a de um trabalhador assalariado, pois, para além do grau de exploração de ambos, aquele não possuía nenhum direito enquanto este vende no mercado sua força de trabalho dentro de um regramento institucional, ou seja, conseguiu o direito de ser explorado dentro da lei, que assegura alguns limites à essa exploração. Mas, apesar dessas diferenças técnicas, a superexploração *mariniana* e o escravismo da Idade Moderna resultaram ambos em acumulação de capital via extorsão da força de trabalho.

nativista da história do país: a Inconfidência Mineira. Mas sua marca esteve mais no idealismo de seus líderes que na capacidade de organização e articulação, pelo menos regional, de uma luta pró-independência. A tabela abaixo (exibida na íntegra em uma próxima seção na tabela 4) mostra o crescimento das exportações de algodão no período de existência da Companhia, e sua continuidade após a dissolução da mesma.

Tabela 1-Exportações de Algodão em pluma (1760-1799)

Ano	Nº de sacas(90 kg)	Arrobas
1760	130	780
1769	5.094	30.564
1777	6.290	37.740
1782	9.914	59.484
1786	12.015	72.090
1792	14.873	89.238
1795	27.187	163.122
1799	30.287	181.722

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Viveiros (1954, v. 1, p. 75).

Entusiasta do progresso, Viveiros conta como era a produção de algodão antes da Companhia, como ficou com a mesma e depois da mesma:

Como se vê no mapa acima, o Maranhão que, no seu primeiro século de vida mal produzia algodão para o consumo interno, limitado aliás à fabricação de grosseiro pano, chamado caseiro e de redes, teve, graças aos esforços da Companhia de Comércio, em 1760, a sua primeira exportação com 130 sacas de 90 quilos, no valor aproximado de 3.120 cruzeiros (cotando-se a arroba a 4,00, segundo cálculo de Temístocles Aranha), e daí por diante, numa escala quase sempre crescente, atingiu no último ano do século cerca de 30.000 sacas, que naquela mesma base de preço⁵ dariam 720.000,00 cruzeiros, ou seja, 240 vezes o valor da primeira exportação (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 75).

Mas não foi só com o algodão que a Companhia trabalhou. No período de sua atuação, cresceu sobremaneira a produção de arroz e a exportação de peles conheceu grande desempenho, como demonstram as tabelas seguintes. O curioso é que a Companhia não apoiou a produção de açúcar (VIVEIROS, 1954), mercadoria tão apreciada na Europa.

Talvez algum acordo comercial com companhias de comércio de outras potências coloniais? Não se sabe, mas é certo que empresa capitalista não dispensa lucro e a produção de açúcar – em sistema de produção organizado com as normas da Companhia do Grão-Pará e

⁵Viveiros escreveu em 1954 quando a moeda era o Cruzeiro. Ele converteu os réis do século XVIII para cruzeiros de sua época, para fazer a comparação.

Maranhão –, era lucro certo, mesmo com o custo do monopólio, uma vez que a produção seria necessariamente em escala, por conta do modelo (*plantation*) adotado pelas empresas mercantis em suas colônias de exploração.

Tabela 2 – Exportação de arroz branco, tipo *Carolina* (1766-1777)

Ano	Arrobas	Navios de exportação
1766	2.847	
1772	64.959	13
1773	100.000	15
1774	102.944	
1777	360.000	

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Viveiros (1954, v. 1, p. 76).

Tabela 3 – Exportações de peles (1760-1771)

Ano	Quantidade de peles
1760	21.810
1763	21.765
1765	45.235
1767	31.625
1769	16.512
1771	11.460

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Viveiros (1954, p. v. 1, 76).

Sobre a oscilação das exportações de peles, Viveiros (1954, v. 1, p. 77) explica o caso “pelos repetidos alvarás e cartas régias, ora delimitando, ora suspendendo mesmo a exportação do couro [...]”. Em seguida ele discorre sobre a mudança da pauta de exportações em relação ao século anterior, que ainda era muito centrado nas atividades de extrativismo. Mas o interessante de sua informação é o impacto que o crescimento econômico proporcionado pelas atividades da Companhia causou no povoamento.

Além destes produtos a Companhia exportava outros em menor escala, como gengibre (21.000 arrobas em 11 anos), cacau, goma, etc. O que não figurava no seu negócio eram os artigos comerciáveis do século XVII: cravo, anil, resinas. É que o ciclo da indústria extrativa tinha terminado e começara o do algodão e do arroz [...]. Consequência lógica da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão [...] foi, sem dúvida, **o povoamento do imenso território** daquele Estado. [...] já mostramos como esse povoamento caminhou morosamente, durante a primeira centúria da capitania do Maranhão, não obstante a propaganda largamente feita no Reino por Simão Estácio da Silveira, em 1624 (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 75, grifo nosso).

A questão do povoamento, que tem tudo a ver com a formação futura de um exército industrial de reserva, está intimamente ligada aos limites do território e nível de atividade econômica. Em todo período colonial não havia rigor nos marcos de fronteiras. Fazendo um breve recorte sobre essa questão, o Maranhão surgiu como unidade geográfica e política em 1534, quando a coroa portuguesa (D. João III) dividiu o território brasileiro em capitânias hereditárias. Entre 1580 e 1640 Portugal esteve sob o domínio espanhol, na chamada União Ibérica, que fez várias reformas administrativas nas colônias portuguesas. A mais importante foi feita em 1621, quando Felipe III dividiu o Brasil em dois: Estado do Maranhão, com capital em São Luís e Estado do Brasil com capital em Salvador. Em 1755, no governo de D. José I, sendo primeiro ministro o Marquês de Pombal, o Estado do Maranhão foi incorporado ao Estado do Brasil. Em seguida ocorreram pelo menos mais seis divisões. Somente em 1920 o Maranhão alcançou a atual conformação territorial (FERREIRA, 2008). Estudos mostram que essas modificações territoriais foram todas influenciadas por fatores econômicos.

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento (FERREIRA, 2008, p. 20).

As investigações de Ferreira (2008) dão conta da estrita ligação entre atividade econômica, *forma do Estado*, grau de dependência, de um lado e densidade e distribuição populacional, de outro. Embora esse tema não seja objeto desta pesquisa, estas breves observações são importantes, pois, após a abolição, o Maranhão já tinha um contingente populacional considerável (PAXECO, 1923), formada não apenas por ex-escravos, mas por uma forte miscigenação que tinha em comum a pobreza e o analfabetismo. Uma massa tecnicamente despreparada, mas disponível para trabalhos braçais de baixo conteúdo técnico. Foi essa massa, no papel de *exército de reserva*, que deu suporte à superexploração iniciada no final do século XIX.

Há um documento oficial que mostra outra faceta dessa realidade. Trata-se da carta régia enviada ao governador do período da mudança do Estado do Maranhão e Grão-Pará para Estado Grão-Pará e Maranhão, que passou a ter como capital, Belém. Era ele Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que o havia indicado. A carta, assinado pelo próprio D. José I, datava de 31 de maio de 1751. Nos trechos transcritos abaixo

fica claro que o rei determinava (como era o interesse do capital inglês) o papel do Maranhão na divisão internacional do trabalho. Nas recomendações ao novo governador, destacam-se, preliminarmente, a proibição da escravização do índio e oficialização da escravização do negro africano. Em meio a outras determinações surge a seguinte: “j) que o Governo incentivasse o comércio, a lavoura e as indústrias extrativas [...]” (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 78). Ora, o contexto internacional marcava o início da revolução industrial, mas o rei de Portugal ordenava ao governante que seus colonos deveriam se ocupar da agricultura e extrativismo, na esfera da produção, e do comércio, na esfera da circulação. Isso significava, tecnicamente, que não deveriam se ocupar na manufatura. Estava indicado um futuro que se cumpriu: o Maranhão permaneceu pelos séculos seguintes como exportador de produtos primários!

2.1.5 A política das Companhias de Comércio

Voltando ao século XVII, a Companhia de Comércio do Maranhão criada em 1682, com o monopólio da importação e exportação em terras maranhenses, marcou uma nova etapa da intervenção estatal, que alterou profundamente a incipiente economia erigida em torno da produção e exportação de açúcar. Lembrando que o Estado do Maranhão havia sido criado em 1621⁶ e até 1682, o comércio com a metrópole era livre (em termos, pois que era feito diretamente entre comerciantes do Maranhão e Lisboa). Nesse período de mais de 60 anos, vários empreendedores portugueses se fixaram no Maranhão e prosperaram. Dentre estes se destacou Manoel Beckman, o Bequimão.

A Companhia de Comércio se comprometeu em abastecer o Maranhão com produtos de consumo europeus de boa qualidade e suprir a demanda de escravos africanos, uma vez que a pressão dos jesuítas impedia a escravização de índios. Logo veio a realidade: os produtos importados eram de péssima qualidade e tinham preços elevados e o número de escravos fornecidos era inferior à necessidade geral da lavoura, fora o grande intervalo de tempo entre a vinda de um navio e outro. Godóis (2008, p. 225), assim narrava o problema em 1904:

A lavoura estava sem braços, e a Companhia de Comércio não os importava em número suficiente [...] como prometera; a população, sem víveres que bastassem

⁶O Maranhão, a partir de 1534, foi capitania. Em 1621, no domínio espanhol, o Brasil foi dividido em dois estados: Estado do Maranhão, com capital em São Luís e Estado do Brasil, com capital em Salvador. Como Estado, portanto, o Maranhão surge em 1621.

para seu sustento, e a Companhia não os aumentava, como era seu dever, e, além disso, os que fornecia eram de má qualidade e por preço superior ao convencionado.

A política de preços elevados (nas vendas para os maranhenses) e defasados, nas vendas dos maranhenses, somada ao não cumprimento de acordos firmados por parte da Companhia para com o comércio e agricultores locais, dentre outros fatores, provocou o movimento liderado pelo próspero comerciante maranhense, de origem portuguesa, Manoel Beckman (1684). Em síntese via-se aí, a prática do Pacto Colonial: “para a colônia, pelo maior preço, da colônia, pelo menor preço”. Os revoltosos queriam o fim da Companhia que fora dada pela Coroa a grupos comerciais portugueses ligados à nobreza.

Clamavam também pela expulsão dos jesuítas que eram contrários à escravização dos indígenas, em um momento em que a escassez de mão de obra se confundia com a própria escassez da população e ainda não havia um tráfico regular de escravos africanos.

A revolta foi sufocada por tropas portuguesas e seu líder enforcado em 1685. Mas a Companhia foi desativada pela Coroa nesse mesmo ano, sendo esse fato, a vitória póstuma de Beckman.

O açúcar maranhense começou a enfrentar a concorrência do açúcar das Antilhas, principalmente de Cuba. Os holandeses quando foram expulsos do Brasil, foram para lá e montaram uma estrutura produtiva muito mais moderna e eficiente. A situação só voltou a melhorar a partir de 1755 com a criação da **Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**, pelo primeiro ministro português, o Marquês de Pombal.

2.1.6 A Era pombalina e a economia maranhense do final do século XVIII

A história econômica do Maranhão está associada aos movimentos da economia internacional, suas ondas longas de crescimento e depressão, seus ciclos sistêmicos de acumulação, mas também à vida e ação de determinados personagens, que fizeram de suas atitudes em dados momentos da história, verdadeiros catalizadores de consequências especiais para determinadas realidades socioeconômicas. Esse é o caso do Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras, mais conhecido como Marquês de Pombal (1699-1782).

Sebastião José foi o homem forte de todo o reinado de D. José I (1750-1777). Já em 1750 ele, que já havia sido embaixador em Londres e Viena, onde havia feito contato com próceres do Iluminismo, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, algo como Primeiro Ministro. A partir de 1756 teve seus poderes ampliados pelo Rei, para

fazer as reformas que julgasse necessárias para modernizar Portugal e resolver seus problemas estruturais. Para isso, necessariamente, haveria de desagradar grande parte da nobreza e enfrentar resistências da Igreja, especialmente, da então poderosa Companhia de Jesus.

Em meados do século XVIII, a situação econômica do Maranhão era parecida com a de 70 anos atrás, nos tempos da primeira Companhia de Comércio. Havia uma crise na produção por falta de braços que, por sua vez, refletia a falta de capitais. Os produtores rurais, ante a impossibilidade de escravizar os índios (Bula do Papa Benedito XIV, de 20/11/1741 e a citada Carta Régia de 1751) e sem dispor de capital para a compra de escravos africanos e até mesmo para custear as despesas de exportação, rogaram por providências da Coroa.

Em 1752, a Câmara Municipal de São Luís enviou carta ao capitão-general **Francisco Xavier de Mendonça Furtado**, meio irmão do Marquês de Pombal e governador do novo Estado do Grão-Pará e Maranhão (criado em 1751, com capital em Belém) solicitando solução para a importação de escravos africanos, em face de determinação da Igreja (no Maranhão, representada pela Companhia de Jesus) contra a escravização de indígenas, além da própria norma real. Dentre os comerciantes do Grão-Pará e Maranhão, era quase unânime o descontentamento com a ação dos Jesuítas, que lutavam contra a escravização dos índios pelos fazendeiros, mas eram acusados de usar o trabalho indígena para seus próprios negócios de natureza não missionária.

Sebastião José agiu rápido e criou, em 1755, a **Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**, com a finalidade de suprir os produtores do norte e nordeste do Brasil de mão de obra escrava, financiar a produção exportável, além importar produtos manufaturados oriundos da Europa, tendo o monopólio da comercialização além-mar de toda a produção do Grão-Pará e Maranhão. O interesse de Pombal por essa empresa era tamanho, que ele mandou familiares seus para governar a região: o citado meio-irmão Mendonça Furtado para o Estado do Grão Pará e Maranhão e o sobrinho Joaquim de Mello e Póvoas para a Capitania do Maranhão, subordinada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1761 e 1775 e depois de nova mudança administrativa, para o governo do novo Estado do Maranhão e Piauí, entre 1775 e 1779. Póvoas permaneceu no governo do Maranhão por 18 anos e a história mostra (Viveiros, 1954; Gaioso, 2011; Paxeco, 1923; Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 2009), que era querido pelas classes produtoras, o que demonstra que soube mediar os interesses destes e da Companhia para o progresso (crescimento econômico, não desenvolvimento) do Estado, mesmo sob o tacho do monopólio.

Quanto aos jesuítas, um atentado ao rei D. José I, em 1758, deu o motivo de que precisava Sebastião José para atacar de modo definitivo essa ordem religiosa, que estava

presente em todo reino, desde as universidades de Portugal até os mais remotos aldeamentos na África e na América. Em 1759, membros da família Távora, pertencentes à alta nobreza portuguesa, foram condenados à morte como supostos autores da tentativa de regicídio e os jesuítas, acusados de serem seus cúmplices, foram expulsos de Portugal e de todas as suas colônias, a começar pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa era uma das mais recorrentes reivindicações dos produtores maranhenses à época, só menor que a que clamava por algo como a Companhia Geral.

Raimundo José de Sousa Gaioso, em seu comentado compêndio sobre os princípios da lavoura do Maranhão, festejava efusivamente essa iniciativa – que para ele foi de D. José I, referendada por Pombal, e não o contrário – de criar a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (cujo nome correto constante nos estatutos de fundação de 6 de junho de 1755⁷ é: *Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*). Falando sobre essa iniciativa, mostra a magnitude do capital investido e se derrama em patrióticos elogios ao rei e ao ministro:

Só uma corporação de homens abastados, protegidos, e honrados pelo ministro, só um fundo de mais de dois milhões [de réis] dividido em 1.200 ações podia preencher a magnânima intenção do iluminado Monarca que o estabelecia, e o patriotismo do incansável ministério que abria e dispunha os alicerces e materiais para formar o edifício da riqueza desta capitania (GAIOSO, 2011, p. 123).

Para Gaioso (2011), o princípio da prosperidade da capitania foi a fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. No período da primeira Companhia, de 1682-1685, o principal produto de exportação era o açúcar. No período da segunda, 1755-1778, a primazia foi do algodão. Gaioso (2011, p. 124) informa que, apesar de muitos protestos de comerciantes que defendiam o livre comércio, a Companhia começou a funcionar focada nessa direção:

Estabeleceu-se finalmente no Maranhão a Companhia Geral de Comércio, e entraram seus administradores, em execução das ordens que vinham encarregados pela Junta de Administração de Lisboa, a promover a cultura do algodão e cuidar na sua exportação.

Ao contrário dos tempos do Estanco do século XVII, esta Companhia honrou seus compromissos fornecendo escravos africanos e abrindo novos mercados mundo afora para a produção local. Foi grande a prosperidade da burguesia agroexportadora maranhense, apesar do sistema de trocas desiguais, pois além da crescente demanda pelo algodão, cresceu enormemente o volume das exportações de arroz e peles. Os quadros abaixo, entrecortados

⁷ Em função do terremoto de Lisboa de 1/11/1755, a Companhia só conseguiu integralizar o capital e começar a funcionar, a partir de 1756 (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 71).

com citações de Viveiros (1954) mostram, em números, o que foi esse momento da economia do Maranhão.

A companhia criada por Marquês de Pombal aplicou aqui aquilo que Ricardo iria chamar no século seguinte de *vantagens comparativas*. Portugal não priorizou a industrialização, ancorado que estava em seu vasto império colonial, onde era mais vantajoso produzir matéria-prima para a nascente indústria inglesa. Ele determinou que no Maranhão se plantasse principalmente algodão, produto que atendia aos interesses da Coroa e da burguesia mercantil portuguesa em função da nascente demanda industrial por essa matéria-prima. A Companhia Geral de Comércio garantia o suprimento de mão de obra escrava, fornecia crédito aos produtores e cuidava do comércio internacional. Com a expulsão dos jesuítas por Pombal, foi criado o ambiente que permitia a exploração máxima da força de trabalho escrava sem os reclames da piedade da citada ordem religiosa (que segundo Godóis, 2011, tinha olhos para os índios, não para os africanos). Isso proporcionou uma grande acumulação de capital. De meados do século XVIII, até o fim do período colonial (1822), o Maranhão tornou-se uma das mais importantes economias da Colônia⁸.

Os efeitos da Companhia criada por Pombal foram tão grandes que entre 1760 e 1769, as exportações de algodão (em plumas) do Maranhão passaram de 651 para 25.473 arrobas (GAIOSO, 2011). E essa produção crescente teve ainda um grande impulso externo: em 1776 ocorreu a **independência dos Estados Unidos**. Isso levou a Inglaterra a suspender as importações daquele país o que aumentou a demanda pelo algodão de outras partes do mundo, dentre as quais o Maranhão. Nesse ano, no governo de Joaquim de Mello e Póvoas, ainda segundo Gaioso (2011), cobrou-se pela primeira vez uma taxa sobre a exportação de algodão, no valor de \$160 (cento e sessenta réis) por arroba. Em 1808, com a abertura dos portos, essa taxa foi elevada para \$600 por arroba (segundo Marques, 2008, o valor desse imposto se manteve até 1822, sendo o preço do frete para Lisboa, de 800 réis por arroba). Como se vê, além do preço do produto ser defasado, o imposto e o frete tinham forte peso na composição dos custos, **o que só podia ser compensado na esfera da produção interna**, primeiro, com a brutal intensificação do trabalho do escravo, depois com superexploração do trabalhador assalariado. Mesmo com o fim da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1778 (já não funcionava desde 1777), por ato da rainha D. Maria I, a economia maranhense já havia

⁸De acordo com Arruda (1980, p. 652-653), com a força da economia algodoeira, por volta de 1796, o Maranhão liderava o PIB *per capita* do Brasil com 14\$296 réis (US\$ 112,28). O menor era o da Paraíba com 2\$923 réis (US\$ 22,4), enquanto que o PIB médio brasileiro ficava em 7\$889 réis (US\$61,2 dólares).

alcançado um grau importante de acumulação de capital e uma integração ao mercado internacional.

As divergências nos dados de Gaioso (2011) e Viveiros (1954) demonstram a pouca confiabilidade das estatísticas maranhenses do período colonial. Gaioso não citou suas fontes. Supõe-se, pelo seu texto à p. 124, que são dos arquivos da Alfândega e da Junta Real da Fazenda. Já Viveiros informou a sua: “mapa organizado por Temístocles Aranha”, publicado na edição de 28/12/1883 do Jornal O País. Sendo póstuma a obra de Gaioso (o que não permitiu ao autor as devidas revisões, possíveis em publicações em vida) e tendo Viveiros citado a fonte e continuado sua obra com o lançamento de mais um volume em 1962, três anos antes do seu falecimento, nesta pesquisa, serão adotados os dados de Viveiros.

Os números mostram bem o crescimento vertiginoso das exportações de algodão na segunda metade do século XVIII. De 11,7 toneladas em 1760, chegou-se em 1799 com 2.735,8 toneladas. Um espantoso crescimento de 23.197%.

Esse número, porém, não é um bom parâmetro, por comparar um período de ápice com um início de quase nada, quando a Companhia Geral ainda dava seus primeiros passos. Por isso é melhor tomar os dados do último quartel do século XVIII. Assim, tomando por base o ano de 1766, com exportações de 324,2 toneladas, em 1799 registrou-se uma exportação de 2.725,8 toneladas. Crescimento de 740,8%, ainda assim, extraordinário.

Tabela 4 – Exportações de algodão em pluma do Maranhão - 1760 - 1800***

Exportações de algodão em pluma, por Gaioso, 2011, pp. 124 e 215*				Exportações de algodão em pluma, por Viveiros, 1954, v.1, p.75**			
Ano	arroba	sc 90 Kg	Tonelada	Ano	arroba	sc 90 Kg	Tonelada
1760	651	108,5	9,765	1760	780	130,0	11,700
1761	1.928	321,3	28,920	1761	2.310	385,0	34,650
1762	2.181	363,5	32,715	1762	2.616	436,0	39,240
1763	3.659	609,8	54,885	1763	4.386	731,0	65,790
1764	3.549	591,5	53,235	1764	4.254	709,0	63,810
1765	7.521	1.253,5	112,815	1765	9.024	1.504,0	135,360
1766	11.225	1.870,8	168,375	1766	13.470	2.245,0	202,050
1767	12.705	2.117,5	190,575	1767	28.572	4.762,0	428,580
1768	23.810	3.968,3	357,150	1768	28.572	4.762,0	428,580
1769	25.473	4.245,5	382,095	1769	30.564	5.094,0	458,460
1770	15.576	2.596,0	38,825	1770	18.690	3.115,0	280,350
1771	4.055	675,0	60,825	1771	4.866	811,0	72,990
1776				1776		3.602,0	324,180

1777	1777	6.290,0	566,100
1778	1778	7.296,0	262,596
1779	1779	7.329,0	263,844
1782	1782	9.414,0	847,260
1786	1786	12.015,0	1.081,350
1792	1792	14.873,0	1.338,570
1795	1795	27.187,0	2.446,830
1799	1799	30.287,0	2.725,830
1800	1800	29.799,0	2.681,910

*No Mapa original de Gaioso (2011, p. 215), dados em arrobas.

** Na tabela original de Viveiros (1954, p. 75), dados em sacas de 90 Kg.

*** Convertemos um e outro para toneladas para facilitar a comparação. Viveiros não fornece dados do intervalo 1772-1775 e a partir, de 1780, selecionamos alguns anos.

No final do século XVIII e na primeira década do século XIX, as exportações de algodão comandaram o crescimento das exportações gerais do Estado, que dobraram entre 1780 e 1788 (ARRUDA, 1980; FIEMA-CNI, 1988). Mesmo atravessando várias crises, a maioria de origem externa (concorrência, flutuações de preços, questões cambiais, etc.), o algodão ocupou sempre o primeiro lugar na pauta de exportações da província até os primeiros decênios do século XIX.

A economia do Maranhão [entre 1796 e 1811] poderia ser chamada de ‘a economia do algodão’. A participação deste produto na exportação variou entre 73% e 82%, quer dizer, era praticamente tudo. Os mantimentos mal chegavam a 20%, e o restante era por isso mesmo absolutamente insignificante (ARRUDA, 1980, p. 229, colchetes nossos).

Bandeira Tribuzi, em seu livro *Formação Econômica do Maranhão* (2011) destaca que o *boom* econômico colonial maranhense trazia nele mesmo as raízes de sua decadência:

O crescimento da economia se fazia comandado “de fora” e “para fora” (era dirigido pelo monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e visava criar excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a CGCGPM multiplicava seus lucros na reexportação); o sistema escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos); a exclusão de 2/3 da população dos direitos de gente livre e a alta concentração de renda da população livre (a vida econômica girava em torno de poucas centenas de famílias que monopolizavam a terra e os escravos) permitia criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor; do mesmo passo que transferia a quase totalidade da renda gerada para a metrópole, impedia a diversificação da economia e a criação de uma infraestrutura social (TRIBUZI, 2011, p. 15-16).

Após a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850, que elevou o preço da mão de obra às alturas, houve o retorno de muitos produtores ao açúcar. Segundo Paxeco (1923),

entre 1857 e 1882, a quantidade de açúcar produzido na província variou entre 2.000 e 16.000 toneladas. Viveiros (1954, p. 208) concorda e fornece números específicos entre 1873 e 1882. Naquele primeiro ano do intervalo, a produção foi de 5.000 toneladas e no último, alcançou 16.100 toneladas, aí incluídos o consumo da província que naquele ano era de 1.000 toneladas. Nessa época, investidores maranhenses optaram pela construção de grandes engenhos. Nesse ano foi fundado o maior deles, o engenho de São Pedro em Pindaré, que começou a funcionar em 1884, que contava com ferrovia própria de 12 km, telégrafo e o primeiro gerador de energia elétrica do interior. As dívidas contraídas para tal empreendimento e problemas de gestão o levaram à falência, depois de 9 safras, em 1891.

Os dados das exportações do Maranhão no começo do século XIX, especialmente após a abertura dos portos em 1808, mostram a força da Inglaterra na demanda por algodão (ver mapas 11(A) e 12(A) no Anexo L). Mas se fosse só isso, seria ótimo para a burguesia agroexportadora maranhense. A Inglaterra não era apenas a maior importadora do nosso algodão, ela tinha um Estado forte, política e militarmente falando, e conseguia acordos vantajosos em todos os lugares do mundo. Aqui não foi diferente.

Decorridos dois anos da abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas do Reino de Portugal, isto é, em 1810, *Lord Strangford* arrancava, graças à condescendência anglófila do Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, um tratado de comércio franca e inequivocamente favorável à Inglaterra.

Embora se escrevesse no seu preâmbulo que se ia “adotar um sistema liberal de comércio, fundado sobre as bases da reciprocidade e mútua conveniência”, não há escritor imparcial que o defenda (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 120).

Viveiros não dá detalhes desse acordo, mas informa, citando depoimentos contidos em Lima (1945) que sua reputação entre os maranhenses era péssima. Ele informa ainda que até o povo ironizava os privilégios ingleses através de marchinhas cantadas nas ruas. A proteção do Príncipe Regente (D. João) aos negócios e cidadãos da Inglaterra chegou a interferir até em pequenos incidentes de rua em São Luís, entre ingleses e maranhenses. Viveiros (1954, v. 1, p. 121) assim protestava: “À sombra desta proteção, implantou-se no comércio da colônia portuguesa na América do Sul o imperialismo britânico”. Essa foi a marca do império britânico em todo o mundo. Sua riqueza e poder foram extraídos do sangue e suor de povos de todos os continentes, num processo de trocas desiguais que só começou a ser tratado teoricamente a partir de meados do século XX, primeiro por pesquisadores da CEPAL e depois, pelos expoentes da teoria da dependência.

Números fornecidos por Viveiros (1954) com base em dados de viajantes eruditos que por aqui passaram no início do século XIX, como o português filho de ingleses *Henry Koster*

e os naturalistas franceses *Spix* e *Martius*, mostram como, após a abertura dos portos, foi a Inglaterra a nação que assumiu a hegemonia do comércio com o Maranhão. Nesse início de século XIX, a província ainda viveu um período de prosperidade. Entre 1812 e 1820, nove anos, portanto, a balança comercial conheceu 5 anos de saldos positivos. No acumulado do período, o resultado foi superavitário como mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Balança Comercial do Maranhão - 1812-1820*

Ano	Exportação / Importação	Valores em réis	Ano	Importação / Exportação	Valores em réis
1812	Exportação	1.069.951.000	1817	Exportação	3.548.862.000
	Importação	-1.273.119.000		Importação	-3.681.451.000
	Saldo	-203.168.000		Saldo	-132.589.000
1813	Exportação	1.645.795.000	1818	Exportação	3.669.687.000
	Importação	-1.444.927.000		Importação	-3.441.828.000
	Saldo	200.868.000		Saldo	227.859.000
1814	Exportação	1.794.262.000	1819	Exportação	2.512.425.000
	Importação	-1.824.848.000		Importação	-2.983.022.000
	Saldo	-30.586.000		Saldo	-470.597.000
1815	Exportação	2.076.738.000	1820	Exportação	2.237.396.000
	Importação	-1.824.848.000		Importação	-1.885.250.000
	Saldo	251.890.000		Saldo	352.146.000
1816	Exportação	3.431.650.000			
	Importação	-2.241.345.000			
	Saldo	1.190.305.000			

* Viveiros (1954, v. 1, p. 126-127), com base em Cesar Marques, 1870. (Correções em destaque).

Abaixo, uma síntese da tabela acima, mostrando um saldo positivo de 1.386 contos de réis no decênio que antecedeu a Independência. Essa síntese, constante na tabela 6, separa por coluna os saldos positivos e negativos, de modo a se obter o saldo do período. O destaque demonstrado por esse conjunto de dados é que o maior saldo positivo do período foi no ano de 1816, um ano após o fim das guerras napoleônicas (1803-1815), quando a Europa exportou pouco e importou muito para o seu recorrente trabalho de reconstrução.

Tabela 6 – Balança Comercial do Maranhão: 1812-1820 (resumo em Rs\$)

Saldos positivos	Saldos negativos
200.868.000	-203.168.000
251.890.000	-30.586.000
1.190.305.000	-132.589.000
227.859.000	-470.597.000
352.146.000	
2.223.068.000	-836.940.000
Saldo 1812-1820:	1.386.128.000

A tabela a seguir mostra a relação das exportações do Maranhão, por quantidade, entre a Inglaterra e o resto do mundo, após 1808.

Tabela 7 – Exportações de algodão do Maranhão para Inglaterra e outras nações - 1809-1821*

ano	Destino	Quantidade: sacas de 180 libras**	ano	Destino	Quantidade: sacas de 180 libras**
1809	Inglaterra	55.835	1816	Inglaterra	35.666
	Outras nações	21.006		Outras nações	19.168
1810	Inglaterra	40.684	1817	Inglaterra	36.333
	Outras nações	11.793		Outras nações	27.333
1811	Inglaterra	48.705	1818	Inglaterra	44.500
	Outras nações	6.053		Outras nações	17.500
1812	Inglaterra	35.767	1819	Inglaterra	37.000
	Outras nações	4.803		Outras nações	17.500
1813	Inglaterra	50.072	1820	Inglaterra	44.666
	Outras nações	10.101		Outras nações	13.166
1814	Inglaterra	31.205	1821	Inglaterra	23.833
	Outras nações	14.436		Outras nações	10.333
1815	Inglaterra	28.539			
	Outras nações	22.216			

* Viveiros, 1954, v. 1, pp.125-126, com base em Spix e Martius, expedição de 1817-1820.

** 1 Libra = 453,59237 gramas; 1 Kg = Lb/2,2046. Exemplo do ano de 1809, destino Inglaterra: 55.835 scs. de 180 lb = 10.050.300 lb. Isso equivale a 4.558.756 kg ou 4.558 toneladas.

Após a abertura dos portos e, formalmente, no período pós-independência, o Brasil saiu do jugo do colonialismo de Portugal e passou a ser subalterno da dominância do capital inglês, como os dados e análises acima já o demonstraram. Mas a independência trouxe outro problema para a economia, tanto brasileira quanto maranhense: a dívida externa. No período

colonial, as dívidas eram de Portugal, mas na condição de país independente, essa variável passou a fazer parte das contas nacionais do Brasil. Marini(2000, p. 108) trata desta questão que, para ele, está na raiz de nossa dependência:

Até a metade do século XIX, as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial latino-americana é deficitária; os empréstimos externos se destinam a sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina.

Marini destaca que mesmo com o extraordinário crescimento das exportações brasileiras entre 1902 e 1913, da ordem de 79,6%, a dívida externa do país cresceu não menos que 144,6%, representando em 1913, 60% do gasto público (MARINI, 2000). A partir do estudo desses dados empíricos e amparado pelo arcabouço teórico do marxismo, Marini desvendou uma das bases da dependência:

É a partir desse momento que as relações da América latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

As consequências econômicas da independência política do Brasil ainda são pouco estudadas, mas o senso comum, desta vez aponta na direção correta ao relacionar a independência com a mudança do “chicote” de Lisboa para Londres. Em 1822 o Brasil se tornou nação independente, mas passou para outra situação de dependência, qualitativamente diferente da submissão colonial, como bem ilustra Marini em um dos poucos pontos de discordância entre ele e seu amigo André Gunder Frank. Para Marini (2000), ao contrário de Frank, a situação colonial não é igual à situação de dependência, embora reconheça que há uma continuidade entre ambas. A diferença estaria no estágio de desenvolvimento das forças produtivas, um dos motivos – segundo Marx – porque a história não se repete. Completando esse pensamento, afirmamos que o período colonial fez parte do mercantilismo e a dependência é característica do modo de produção capitalista em sua fase industrial.

2.1.7 O Maranhão do século XIX

A seção anterior retratou o impacto da abertura dos portos para a economia maranhense no começo do século XIX. As exportações continuaram, em média, estáveis entre 1809 e 1818 (tabela 7). Mas com a grande baixa do preço do algodão de 1819, os primeiros anos do Maranhão como província do Império do Brasil foram marcados por grandes dificuldades econômicas e não menores no âmbito político, uma vez que as elites locais se recusaram a reconhecer o governo de D. Pedro I. Somente em 1823, depois que o Lord Cochrane apontou suas peças para os casarões de São Luís, aconteceu a “adesão”. Nesse período ocorreram eventos internos desagradáveis, como a introdução de moedas falsas por aventureiros dos Estados Unidos, o que agravou a crise do meio circulante, esta fácil de entender. Com a independência, criou-se uma instabilidade monetária. A moeda de Portugal continuaria valendo por quanto tempo? Era a dúvida de então. O Novo Império ainda não estava preparado para emitir. As províncias foram obrigadas a colocar no mercado cédulas de notas promissórias como moeda. E tudo isso acontecia em um período que não só a queda do preço do algodão afetava a província, mas a própria diminuição da demanda mundial pelo algodão maranhense, pelo fato do mesmo nunca haver melhorado sua qualidade.

A partir da segunda metade do século XIX entra em funcionamento uma empresa de navegação a vapor. Em 1870, a frota era composta por 9 navios que mediam entre 75 e 176 pés (VIVEIROS, 1954). Bancos também foram organizados no Maranhão, tudo sob o escudo protetor das sociedades anônimas. O Banco Maranhense com capital de 400 contos de réis, fundado em 1841, não logrou êxito. O Banco Comercial do Maranhão, também com capital de 400 contos de réis, começou a funcionar em 1846. Fechou as portas em 1855. Nesse ano o Maranhão recebeu uma filial do Banco do Brasil, que não agradou os comerciantes e fazendeiros, por ter normas rígidas ditadas pela matriz. Fechou em 1870. Em 1858, comerciantes maranhenses fundam mais um banco, o Banco do Maranhão, com capital de 1.000 contos de réis. Funcionou até 1870. Em 1869 entrou em funcionamento outro banco: Banco Comercial com capital de 2.000 contos de réis e em 1877 surgiram os Bancos Hipotecário e Comercial do Maranhão (VIVEIROS, 1954). Todos esses bancos tiveram importância para a Praça de São Luís, mas eram organizações de pouco capital e sem associação com os sistemas financeiros do país e do mundo. Eram mais clubes de empréstimos. Nenhum deles evoluiu para se tornar uma instituição nacional.

Viveiros (1954) denunciou a falta de dados sobre a economia do Maranhão na primeira metade do século XIX.

Qualquer estudo sobre a economia maranhense, na primeira metade do século XIX, mesmo no estrito limite de um simples esboço, será trabalho lacunoso, que apenas atestará a boa vontade e o esforço do seu autor, tal a deficiência de documentação a respeito. Em verdade nos falta tudo: do censo dos habitantes à estatística da produção. Os poucos dados que existem são esparsos pelos relatórios dos presidentes da Província, e pelos artigos dos jornais políticos. Trabalho sistematizado ninguém fez (VIVEIROS, 1954, v. 1, p. 285).

De fato ele tem razão, principalmente entre os anos de 1821 e 1845, pois ele próprio mostra dados econômicos dos períodos de 1809 a 1821 e do período a partir de 1845 (VIVEIROS, 1954). O interessante dessa parte da *História do Comércio do Maranhão* (capítulo XXIII) é que ele faz um apanhado da evolução econômica do Maranhão, desde a fundação de São Luís a meados do século XIX, denotando uma simpatia pelo período de domínio português, mostrando, com dados, o definhamento da economia maranhense após a independência de Portugal e o início da dependência para com a Inglaterra.

Consumindo mais de 150 anos no marasmo de uma colônia pobre e sem gente, a lavoura maranhense só começou a prosperar em 1760, com a Companhia do Grão-Pará e Maranhão. No período que se seguiu – 60 anos, em que ainda predominavam os rígidos princípios de economia lusitana –, mantivemos uma exportação quádrupla da importação. Formaram-se, então, as fortunas maranhenses. Com o tratado comercial de 1810, a sede de nossas transações deslocou-se de Lisboa para Londres, passamos a gastar mais do que produzíamos e a nossa balança mercantil tornou-se deficitária (VIVEIROS, 1954, v.1, p. 285).

Independente do fato dessa ser a melhor síntese de Viveiros (1954) vale comentar que ele não discute o atraso do Maranhão (e do Brasil) se opondo ao pacto colonial ou a dominância estrangeira em si, pois defende os “rígidos princípios de economia lusitana”. Ele se opõe à dominância inglesa, que trazia as marcas de um novo imperialismo: o imperialismo capitalista, muito mais espoliador que o imperialismo colonial português. Ele reproduz informações do Relatório de Eduardo Olímpio Machado (presidente da província), publicado no periódico *Publicador Maranhense* em 30/11/1853, que faz um comparativo entre as exportações dos decênios de 1812-1821 e de 1840-1849, constatando uma queda no termo médio do segundo em relação ao primeiro de 695 contos de réis (695 milhões de réis). Continua Viveiros (1954, v. 1, p. 290): “Do exposto era evidente haver a nossa agricultura descido da brilhante posição do passado (1800-1820) e caminhar em progressiva decadência, o que havia de trazer, mais cedo ou mais tarde, danos e prejuízos ao comércio”.

Viveiros (1954) também não discute uma importante componente política da conjuntura do período da independência, que é objeto de estudo do pesquisador maranhense Marcelo Cheche Galves, especialmente no artigo *Os ‘Republicanos’ do Maranhão: Independência, Confederação do Equador e a Construção do Estado Imperial*, publicado em

O Maranhão Oitocentista pelas editoras “Café e Lápis” e EDUEMA (2ª ed., 2015). Falamos da “adesão” do Maranhão à independência, conseguida pela “discreta” presença do navio armado do mercenário escocês, Lord Cochrane, nas águas próximas a São Luís.

O estudo de Galves mostra uma parte pouco estudada da história política do Maranhão (com graves repercussões econômicas): a luta do padre Cascavel contra Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce. Cascavel chegou a viajar para o Rio de Janeiro para denunciar na corte de Pedro I que o governador que ele havia nomeado, o Bruce, era republicano e teria ligações até com a Confederação do Equador (GALVES, 2015). Isso pode parecer banal, mas vejam os dados apresentados por Viveiros, sobre a queda vertiginosa da economia maranhense após a independência. Não é preciso nem citar fontes para afirmar que a elite maranhense por volta de 1822 era muito ligada, por interesses econômicos, políticos e familiares, às elites de Portugal. O próprio episódio da adesão forçada à independência já espelha isso. Com o deslocamento do poder político de Lisboa para o Rio de Janeiro, houve aí uma consequência para a atividade econômica, que não é objeto deste trabalho examinar, mas é um campo aberto para economistas e historiadores. A luta entre brasileiros e portugueses após o 7 de setembro está nesse cardápio de eventos.

A segunda metade do século XIX começou com um duro golpe à economia escravagista do Maranhão: o fim do tráfico de escravos em 1850. Depois, o Segundo Reinado foi pondo em prática uma política gradual de flexibilização da escravatura, até a Lei Áurea de 1888, que representou a desorganização da lavoura maranhense.

2.1.8 O viés esquecido da luta de classes

Veio a República, depois o século XX, e a atividade econômica só retrocedeu. Esse é o roteiro da história econômica tradicional. Nas análises econômicas sobre o Maranhão do século XIX, pouco é falado sobre a Balaiada (1838-1841), e esse pouco traz sempre a visão profundamente preconceituosa dos vencedores. Dunshee de Abranches, em *O Cativo* (2012 [1. ed. 1941]), falando do plano do filólogo Sotero dos Reis para colocar na presidência da província o general Andréas “que já dera mostras do seu valor, tratando ‘no Pará como cães hidrófobos essa negralhada metida a patriota’” (ABRANCHES, 2012, p. 92), mostra como era a visão das elites sobre qualquer movimento de negros e pobres contra exploração e a opressão. Documentos importantes sobre esse movimento, como *Memória Histórica Documentada da Revolução da Província do Maranhão* de Domingos José Gonçalves de Magalhães (2001 [1. ed. 1848]), secretário do coronel Luís Alves de Lima e Silva e A

Balaiada 1839 de Rodrigo Otávio (2001 [1. ed. 1901]), que colheu o depoimento do tenente coronel Ricardo Leão Sabino que combateu os balaios, são exemplos marcantes de uma história contada de acordo com os interesses dos setores dominantes da sociedade, para os quais, “preto” e pobre existiam para trabalhar até morrer e não para protestarem contra qualquer coisa.

Essas obras desqualificam a todo instante o movimento e seus integrantes. Mas uma movimentação em armas que reuniu trabalhadores livres de várias partes do estado e mais de três mil escravos não pode ter sido apenas uma *anarquia da ralé*, como diziam os fazendeiros da época. Aquilo era luta de classes! Abranches (2012) lamentava que aquela luta tivesse sido farta em combatentes, mas carente de líderes. E nós acrescentamos: e de programa, organização e centralização de comando. O certo é que, apesar de não ter alterado a estrutura agrária, social e política da província, aquele movimento mostrou às elites que a opressão desmedida poderia provocar revoltas capazes de desarticular a ordem vigente e causar danos profundos ao sistema produtivo.

Em termos da economia, a Balaiada, pelo menos durante dois anos (1839-1840), abalou profundamente a produção das fazendas dos vales do Mearim, Itapecuru e médio Parnaíba, mas muitos comentadores tratam-na lateralmente. Viveiros (1954, v. 1) não lhe dedica capítulo específico, fazendo referências lacônicas como a da p. 213 (da obra citada): “O biênio de 1838-1840 é absorvido pela Balaiada”.

É digno de nota, porém, o caráter contraditório da maioria das publicações sobre a Balaiada, que geralmente a apresentam como agitação de menor importância, pelo nível socioeconômico de seus militantes. A base filosófica de todas é o positivismo, para quem a “ordem” que divide o mundo entre pobres e ricos, vem de Deus. Mesmo com duras críticas aos balaios, as publicações dessa linha mostram que o povo mais humilde da província não aceitou impassível o peso da acumulação de capital que acontecia às suas custas. Nesse sentido, os citados trabalhos de Domingos José Gonçalves de Magalhães e Rodrigo Otávio, embora retratem a Balaiada pela ótica quase eugênica dos vencedores, servem como registro histórico de que uma luta popular importante aconteceu. Um tipo de luta que ganha outras cores no veemente combate a essa visão representada pelo corajoso texto de Dunshee de Abranches (2012), onde ele faz, na verdade, um libelo histórico-antropológico de denúncia da escravização de negros no Maranhão.

Do mesmo modo, a resistência do Quilombo dos Palmares, no século XVII, quase não é citada quando se trata da economia açucareira da capitania de Pernambuco. Zumbi foi morto em 1695, mas já em 1678 Ganga Zumba, seu predecessor, negociava acordos de paz com

autoridades pernambucanas (CARNEIRO, 1966; FREITAS, 1973). Estes recortes são chamamentos ao aprofundamento das pesquisas nessas direções tão pouco estudadas do ponto de vista econômico. E para isso, é preciso ir além do *mainstream*.

• **BOX 2 - O mapa da contextualização geral**

O Mapa 15(A), que fecha os Anexos desta pesquisa (impresso em papel A3 pela quantidade de informações nele contidas), faz uma contextualização geral, envolvendo os ciclos de *Kondratieff*; os eventos políticos mundiais com repercussão econômica; os ciclos sistêmicos de acumulação e acontecimentos importantes da história do Brasil e do Maranhão. Ele permite situar o Maranhão na história mundial (o seu lugar na divisão internacional do trabalho e suas correlações cronológicas), deixando mais fácil a leitura das estatísticas econômicas de cada período da história local – especialmente a balança comercial – com todos esses acontecimentos mundiais. A constatação final é que o *sentido da colonização* detectado lá nos anos 1940 por Caio Prado Júnior (concentração de capital e centro dinâmico externo), continuou a persistir no Maranhão até onde esta pesquisa alcança (primeira década do século XXI). Uma economia que continuou baseada na monocultura extensiva (e depois, intensiva) e em enclaves, ambos exportadores de *commodities* agrícolas e minerais, além de semielaborados, sem sinergia com a produção estritamente local e sem contribuições significativas para o desenvolvimento do Estado, que não fica, sequer, com o imposto, que não incide sobre as exportações.

Daqui levaram o baixo custo da mão de obra e os benefícios fiscais, além do uso do território como plataforma de exportações, não cuidando, até a primeira década do século XXI, de nenhum tipo de verticalização. Veja-se o exemplo do alumínio. Qualquer semelhança com o tempo do monopólio comercial metropolitano e do pacto colonial, não é mera coincidência. O mapa 15(A) permite uma visão gráfica desse triste lugar que o Maranhão ocupa no mundo. Mas, mudanças políticas efetivas, na medida em que venham a extirpar as bases do estado oligárquico, poderão abrir uma etapa verdadeiramente nova na história do desenvolvimento do Maranhão, ainda nos marcos do capitalismo.

2.2 Antecedentes da industrialização da década de 1890 no Maranhão

O início da industrialização marca uma transição no regime de trabalho em todo o mundo. Na Europa, da servidão para o assalariamento. Nas Américas e no Brasil, indústrias já

foram instaladas sob a égide do trabalho assalariado. Como a acumulação de capital que serviu de base para esse processo foi feita pelo sistema mundial de comércio, que era sustentado pelo trabalho escravo, tratar dos antecedentes da industrialização é tratar do impacto da abolição da escravatura para a burguesia agroexportadora. Nas Américas, particularmente, no Maranhão, esse impacto foi extraordinário, uma vez que, até 1888, a produção maranhense ainda estava totalmente assentada sobre os pilares do trabalho escravo.

No Brasil, a abolição custou a coroa de D. Pedro II. Antes, nos Estados Unidos, já havia custado uma guerra civil que quase seccionou o país em dois e deixou mais de 600 mil mortos: a Guerra da Secessão, entre 1861 e 1865, no governo do republicano Abraham Lincoln. Nesse sangrento conflito que colocou o sul escravocrata, organizado em uma confederação, contra o norte abolicionista, ficou exposto como o tipo de colonização influência no avanço ou retardamento da maturação das formas capitalistas de produção.

O sul dos Estados Unidos, com seu clima quente e solo fértil, permitiu aos primeiros colonos a plantação em vastas áreas, o que logo exigiu o trabalho escravo. As chamadas *plantation* se organizaram primeiro em torno do tabaco e depois, sobre os eixos da cana de açúcar e do algodão, formando a quadra *latifúndio-monocultura-trabalho escravo-produção para o mercado externo*. Qualquer semelhança com o que aconteceu com o Brasil em geral e com o Maranhão em particular, não é mera coincidência. Já o norte dos Estados Unidos, organizado em torno de parte das 13 colônias inglesas, com seu clima frio e solo de pedra, partiu para o comércio e para manufatura como centros dinâmicos de sua economia. Fica óbvio quem começou primeiro o processo de industrialização e como este necessita da consolidação de um mercado interno que pressupõe trabalho livre, fica explicado porque o norte era abolicionista.

Tomando o exemplo apenas desses dois países, vê-se com clareza genuína a importância do fator trabalho. As diferenças entre o norte e o sul dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, seriam semelhantes – guardadas as devidas proporções – ao que aconteceu na primeira metade do século XX entre o sul e o norte do Brasil, só que aqui, de maneira inversa: o norte permaneceu agropecuário e o sul se industrializou. E qual o ponto em comum? Quem partiu primeiro para o trabalho livre mudou primeiro o centro dinâmico de sua atividade econômica, da agricultura para a indústria. No caso do Brasil, a parte sul do país que, a partir de 1870, começou a experimentar formas de assalariamento. O Maranhão ficou ancorado ao trabalho escravo até a edição da Lei Áurea e sofreu um baque de consequências irreversíveis.

2.2.1 A singularidade do processo de abolição da escravatura no Brasil

Enquanto nos Estados Unidos, o processo de abolição do trabalho escravo só foi consumado após uma guerra civil de 5 anos, no Brasil esse processo se deu por uma via lenta e gradual. Um dos melhores locais (não o único) para se buscar as razões dessa diferença, está na base econômica das duas sociedades. Os Estados Unidos tiveram dois processos de colonização diferentes. No Sul, as *plantations*, semelhantes às que dominaram todo o período colonial brasileiro (adentrando no império e indo até a primeira república), criaram uma estrutura social concentradora, formada pelo binômio senhores/escravos. No Norte, um conjunto de pequenas propriedades, mais voltadas para o comércio e a manufatura, absorveu melhor e mais rápido os processos preliminares da industrialização.

A estrutura social aí apresentava uma melhor distribuição de renda, situação que se refletia em um mercado interno em pleno crescimento já em meados do século XIX. Para essa seção do país, não fazia sentido a escravidão. A burguesia do norte queria trabalhadores que pudessem consumir. Esse confronto de interesses claramente motivado por objetivos econômicos divergentes só foi resolvido pela guerra aberta entre o norte e o sul. Em 1865, com a derrota dos confederados sulistas, ruiu a escravidão nos Estados Unidos, tendo o sul ficado com sua infraestrutura arrasada e o Norte com seu processo de industrialização bastante adiantado, inclusive por conta dessa guerra, que precisou de estradas de ferro, telégrafo e fabricação massiva de armas. No Brasil a abolição ainda esperaria longos 23 anos.

A escravidão negra no Brasil começou ainda no século XVI, mas somente nos séculos XVII e XVIII ela assumiu níveis de empresa, através da política de companhias monopolísticas da Coroa portuguesa (em acordos comerciais com companhias inglesas) que dirigiam o tráfico internacional. Entre 1530, quando Martin Afonso de Sousa trouxe a primeira leva de escravos para o Brasil e 1850, quando cessou o tráfico, milhões de negros escravizados foram trazidos ao país, o que fez dessa atividade um dos ramos mais lucrativos da empresa colonial.

Karl Marx já observava bem essa vertente importante do processo de acumulação primitiva de capital quando comentou o Tratado de Assento (sobre o tráfico internacional de escravos) firmado entre Inglaterra e Espanha no século XVIII:

A Inglaterra obteve assim o direito de fornecer à América Espanhola quatro mil e oitocentos negros por ano até 1743. Isto serviu-lhe ao mesmo tempo para cobrir com um véu oficial o seu contrabando. Foi o tráfico dos negros que lançou os fundamentos da grandeza de Liverpool. Para esta cidade ortodoxa, o tráfico de carne humana consistiu todo o método da acumulação primitiva. E, até nossos dias, as notabilidades de Liverpool cantam as virtudes específicas do comércio de escravos,

‘o qual desenvolve o espírito de empresa até à paixão, forma marujos inigualáveis e rende muito dinheiro’. Liverpool empregava no tráfico 15 navios em 1730, 53, em 1751, 74, em 1760, 96 em 1770, e 132, em 1792 (MARX, 1981, p. 111).

É importante observar que, no final da citação seguinte, Marx denuncia o trabalho assalariado na Europa como “escravidão dissimulada” e, em eloquentes notas de pé de página, grita para a história a brutalidade da acumulação primitiva, da qual o contrabando e o tráfico dos negros foram partes tão sujas quanto importantes para o processo.

Ao mesmo tempo em que a indústria algodoeira introduzia na Inglaterra a escravidão das crianças, os Estados Unidos da América do Norte transformavam o tratamento mais ou menos patriarcal dos negros num sistema de exploração mercantil. Em suma, era preciso, como pedestal à escravidão dissimulada dos assalariados na Europa, a escravidão sem véu do Novo Mundo (MARX, 1981, pp. 111-112).

A escravidão de africanos no Maranhão se firmou no período de atuação da Companhia Geral (segunda metade do século XVIII), que também tinha “acordos negreiros” com os ingleses. Em terras brasileiras o trabalho escravo teve seu apogeu e queda no ambiente do século XIX, marcado por profundos avanços técnicos no cenário mundial e pela manutenção do atraso econômico e social do Brasil. Após a abolição, não ocorreu aqui a reforma agrária e muito menos a reforma educacional. O negro ficou sem acesso à terra e à escola. Isso somado ao estigma que carregava fornece uma ideia das dificuldades enfrentadas pelos ex-escravos na sua luta pela integração no sistema produtivo do país, então já pressionado pela migração estrangeira. Essa origem criou uma cisão no corpo social miscigenado do país.

Destaca-se nessa análise que a questão do escravo africano não se resumiu a uma solução do problema força de trabalho nas *plantations* coloniais. Como mercadoria, o comércio de negros foi, em si, uma das principais atividades econômicas de toda a exploração mercantil, principalmente entre os séculos XVII e XIX. No Maranhão, com o fim do tráfico em 1850, muitos produtores de algodão fecharam suas fazendas e passaram a vender escravos para outras províncias (PAXECO, 1923; VIVEIROS, 1954).

2.2.2 Notas de sobre o impacto da abolição na economia maranhense

A obra de Jerônimo de Viveiros (1884-1965), *História do Comércio do Maranhão*, publicada em três volumes pela Associação Comercial do Maranhão (ACM), abrange o período entre 1612 e 1934 sob o ponto de vista dos membros dessa entidade de classe situados na capital e dos empresários rurais do interior. O professor Viveiros bebeu em várias fontes,

com destaque para Claude d'Abbeville, Diogo de Campos Moreno, Padre Antônio Vieira, Cesar Marques, Raimundo Gaioso, João Lisboa, e Fran Paxeco. Reuniu também densas anotações de anais do parlamento e de diversas outras instituições estaduais e nacionais, como museus, bibliotecas e arquivos públicos, além de mensagens de governadores. Coligiu ainda artigos de revistas e jornais (dentre os quais o Conciliador do Maranhão, o Censor, O farol, Bemtevi (sic), O progresso, Província, Pacotilha e O País). Mas sua principal fonte foi, sem dúvida, os anuários, atas, revistas e documentos da própria Associação Comercial que, trazidos a lume em longas citações literais, dão ares de fonte primária aos três ricos volumes do professor Viveiros.

Os dois primeiros volumes dessa obra foram publicados em 1954 por ocasião das comemorações do centenário de fundação da Comissão da Praça, precursora da Associação Comercial do Maranhão. Eles tratam do período de 1612 a 1895. O terceiro volume, que trata de fatos ocorridos entre 1896 e 1934, foi publicado em 1964. A Associação Comercial do Maranhão, em 1992, sob a presidência de Carlos Gaspar e com o apoio editorial do prefeito Jackson Lago, publicou uma edição *fac-similar* dos três volumes de Viveiros, acrescentando à coleção um quarto volume, este escrito pelo professor Mário Martins Meireles, tratando do período entre 1935 e 1990.

Este breve resumo sobre a obra *História do Comércio do Maranhão* deve-se ao fato de ser esta a fonte principal na historiografia maranhense para se auscultar o violento impacto da abolição sobre a lavoura (termo utilizado na época para definir o setor agrícola) do Estado. As citações feitas a seguir retratam o dia a dia dos senhores do açúcar e do algodão, entre a edição da Lei dos Sexagenários em 1885 e o choque final da abolição incondicional da escravatura em 1888. Elas também mostram como esses fatos redundaram na busca frenética pela industrialização. Se considerarmos um sequenciamento heterodoxo para a marcação do tempo, pode-se dizer que o século XX no Maranhão, começou a partir da década de 1890.

O Capítulo XXXVIII do 2º volume de *História do Comércio do Maranhão*, já em suas primeiras linhas, oferece uma ideia do clima reinante na época:

A lei de 28 de setembro de 1885, que deu liberdade aos escravos sexagenários, trouxe às classes conservadoras maranhenses a convicção de que estava próximo o dia em que se havia de extinguir a escravidão no Brasil. Ninguém mais duvidou da vitória do partido abolicionista. A lavoura viu com clareza o abismo em que ia ser precipitada. Os seus defensores clamavam em vão na Câmara dos Deputados Gerais [...] entre eles Gomes de Castro [...] que quando não estigmatizava, farpeava de ironias a política dos partidários da abolição [...]:

‘Libertando sem indenização os escravos de sessenta anos, destrói o Governo a garantia assegurada pela constituição à propriedade e acaba de vez com o pequeno valor, que a agitação dos sôfregos deixava ainda a essa classe de bens. [...] e tudo isto sob pretexto de restituir à lavoura a tranquilidade perdida, e de moderar uma

propaganda que só existe e cresce, não direi da indiferença, mas da cumplicidade do Governo! Repete-se, pois, com a vítima [que para o deputado, eram os senhores de escravos], de uma solicitude insidiosa e pérfida, a amarga e cruel irrisão do carrasco espanhol, que dizia ao infeliz que se lamentava ao caminhar para morte: - não se queixe, o que se vai fazer é para seu bem' (VIVEIROS, 1992, v. 2, p. 553).

Vê-se no discurso desse ilustre parlamentar, primeiro o desprezo pela figura do escravo, que não era visto como ser humano. Era considerado um objeto. Em termos econômicos, um bem de capital, uma propriedade que guardava investimentos e que então estava em vias de deixar as fazendas. As vítimas, segundo ele, não eram os povos africanos que há três séculos vinham sendo abatidos sob o peso do cativo. As vítimas eram os ilustres lavradores (como eram chamados os fazendeiros na época) que estavam perdendo seus instrumentos (biológicos) de trabalho.

Essa indignação da burguesia agroexportadora maranhense denota outro fato essencial para compreensão histórica daquele momento de transição: ela não se preparou, sequer minimamente, para a passagem para o trabalho assalariado. Até o último instante tinha esperanças que o país não mudasse e que a cômoda situação proporcionada pelo cativo dos negros fosse durar para sempre. Viveiros (1992, v. 2, pp. 554-554) continua sua narrativa:

Assim, desnorteada, a lavoura maranhense não teve energia para congregar os seus elementos e juntos estudarem a solução do seu problema econômico. Foi a Associação comercial que o fez, convidando por meio de circulares e anúncios a todos os maranhenses interessados no momentoso caso.

Realizaram-se reuniões e muitos foram os projetos expostos. Mas aconteceu que todos tomavam como base o aproveitamento do trabalho livre, considerado nulo naqueles tempos. A verdade é que a seu respeito poucos discordavam da opinião transcrita abaixo [artigo publicado no Jornal O País, de 29/05/1885]:

‘O nosso homem livre é uma entidade que não existe economicamente falando; ou porque seja má a educação do nosso povo, ou porque sejam ineficazes nesta parte as nossas leis, o certo é que nossa população livre vive ociosa e arredada do trabalho, causando danos e prejuízos aos proprietários. Analfabeta e sem a menor educação, sem hábito de trabalho, viciosa e malfeitosa, pode ser considerada verdadeiramente selvagem.

Não tem habitação regular, contentando-se em ter por abrigo uma latada de pindoba, na qual não se encontra um único móvel.

A maior parte dessa população nada produz, e os poucos que são considerados trabalhadores, porque fazem uma pequena roça, não produzem anualmente o valor de 20\$000 por família de 4 ou 5 pessoas. [...]. Desta gente ninguém é capaz de conseguir trabalho.’

E o problema ficou sem solução. Na impossibilidade de achá-la [mão de obra livre], os lavradores maranhenses apegaram-se à esperança de que a liberdade dos escravos seria feita mediante razoável indenização, a qual os abrigaria da miséria, e, nesta doce ilusão, quedaram-se musulmanicamente, durante o triênio seguinte.

Viveiros se torna dramático ao falar da possibilidade de *miséria* para os lavradores (fazendeiros) em um cenário pós-abolição. Seu testemunho, no entanto, reforça a tese do despreparo da elite agrária maranhense, ante uma realidade socioeconômica em profunda

transformação no final do século XIX. No momento em que o motor de combustão interna e a eletricidade comandavam o início da segunda revolução industrial, os produtores maranhenses, que queimaram parte dos lucros fabulosos acumulados desde o último quartel do século XVIII com consumo ostentatório, estagnavam na esperança do cumprimento do artigo 179, parágrafo 22º da Constituição Política do Império que “assegurava o direito de propriedade em toda sua plenitude e não consentia que o cidadão fosse dela privado por qualquer ato do poder público sem indenização. O escravo era um dos objetos (sic) sobre que recaía este direito [...]” (VIVEIROS, 1992, v. 2, p. 555-556).

Com toda uma economia assentada em praticamente um único produto – o algodão – e este, ancorado no trabalho escravo, não é de estranhar que a posição dos “homens de negócios” da época fosse de eloquente protesto contra a abolição. Viveiros falava por esses interesses, mas seu discurso deixa antever uma cisão entre os comerciantes da capital, reunidos em torno da Associação Comercial e os lavradores. Foram estes últimos que vieram para São Luís, com o capital acumulado em décadas de exportação de açúcar e algodão, para “fazer do Maranhão agrícola um Maranhão industrial.” Viveiros (1992, v. 3, p. 7) assim tratava dessa questão:

Desiludidos coma lavoura, quiseram substituí-la, como elemento básico da nossa economia, pela indústria têxtil. Sonhou-se transformar São Luís numa Manchester. Na quimera deixou-se embalar todo o Maranhão. [...]. Se não cabe a estes homens [os desiludidos com a lavoura] o desastre da baixa cambial de 24 para 12 [feita para beneficiar o café], fato imprevisível e que ocasionou o pagamento da maquinaria fabril do dobro da quantia orçada, cabe-lhes, sem dúvida, o erro do planejamento de um parque industrial de [20 contos de réis = 20 milhões de réis], evidentemente acima de nossas possibilidades financeiras, o que veio criar novas obrigações para as companhias recém-formadas, quer sob a forma de empréstimos bancários, quer sob a forma de debêntures. (Colchetes nossos).

A Associação Comercial não defendia a via da industrialização. Queria manter a produção agrícola e as exportações que tanto lucro tinham proporcionado aos grandes comerciantes de São Luís. Para tanto, chegou a lançar um concurso público para a escolha de um método a ser usado na substituição do trabalho servil, oferecendo um prêmio de 500 mil réis ao melhor trabalho, a ser escolhido por uma comissão na sede da Associação, no dia 30 de maio daquele ano de 1885. A reunião aconteceu, trabalhos foram apresentados, baseando suas propostas em *parceria* e *salário*. Viveiros (1992, v. 2, p. 557) assim se refere à decepção com o resultado dessa iniciativa:

Qualquer uma destas soluções não satisfazia aos lavradores, cuja maioria acompanhava o pensamento do doutor *Germano Vert* expresso nestes períodos:
‘A exploração estava organizada para ser trabalhada pelo braço escravo. De um dia para outro, sem que nada mudasse no resto, a despesa do salário recaiu sobre a

receita, que não fora calculada para isso. É muito difícil, em tal caso se romper o equilíbrio e conseguir lucros efetivos. [...].’
 Atordoados pelo golpe que lhe arrancava parte do patrimônio, estarecido diante da desorganização do seu trabalho, agora sem braços, com o êxodo dos ex-escravos, que das fazendas partiam para a festa da redenção da raça, o lavrador maranhense esmoreceu, perdeu energia e a coragem, sentiu que lhe faltava a confiança em si mesmo e [...] baqueou. Para logo, cerca de 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas algodoeirais fecharam as portas.

As palavras de Viveiros, descrevendo uma situação de fato, embora usando uma linguagem barroca, atestam o despreparo e a indolência da classe de produtores, talvez maiores que aqueles atribuídos aos trabalhadores livres pelo citado e preconceituoso artigo publicado em 20 de maio de 1885 em *O País*. Viveiros trata a seguir da brutal desvalorização das empresas rurais por toda a província: “por tudo isso, no próprio ano de 1888, a desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingia 90%.” (VIVEIROS, 1992, v. 2, p. 558). Ele cita vários exemplos de vendas de negócios bem abaixo dos valores de mercado e descreve, em tons apocalípticos que “das fazendas afastavam-se os senhores com a mesma ansiedade com que os ex-escravos deixavam os ranchos do seu cativo. Estes tinham horror do passado; aqueles, medo do presente.” (VIVEIROS, 1992, v. 2, p. 558).

A partir desse ponto da narrativa, Viveiros (1992) assume um tom mais conservador que o da própria burguesia agrária da época e critica veementemente o deslocamento de capitais das fazendas atingidas pela abolição, para uma tentativa de industrialização da província, prestes a se tornar estado, o que ele chamou de “loucura industrial”. Tratando ainda dos fazendeiros atônitos com a abolição ele diz:

Poucos ficaram, uns enfrentando a crise para sucumbir mais adiante [...]. A maioria desertou da luta, aceitando os 10% sobre o valor da propriedade, que lhe oferecia o vendeiro da encruzilhada ou o negociante da povoação. Fixou-se em São Luís, onde se deixou arrastar na vertigem das fábricas, empregando nelas o dinheiro apurado. Foi vítima da loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial. [...]. assim completou-se a hecatombe da lavoura maranhense (VIVEIROS, 1992, v. 2, p. 558).

O conservadorismo avultado da análise de Viveiros (1992) impediu que ele compreendesse o momento histórico. Se aquela tentativa de industrialização tivesse dado certo, no mesmo momento em que ela se iniciava em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a história econômica do Maranhão seria outra completamente diferente. Apegado ao discurso daqueles que não conseguiam se desligar dos fantasmas da escravidão, ele achava que a industrialização era um sonho de loucos. O grande mestre foi vítima de uma mentalidade colonizada, que não conseguia ver a oportunidade que se apresentava com o chamamento das províncias que conseguiram acumular algum capital para as estações da

industrialização. Essa mentalidade estava nitidamente ligada ao trabalho escravo, avessa, portanto, ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em terras maranhenses. Nessa linha de pensamento, ele seguiu Fran Paxeco, que em artigo para o jornal Pacotilha, edição de 7 de setembro de 1903, ainda mostrava seu despreço pela abolição, industrialização e República. Para ele, esses três eventos acabaram com a economia do Maranhão: “Os abalos oriundos de 13 de maio, da disenteria fabriqueira e da proclamação da República, succionaram o sistema nervoso-econômico do Estado.” (VIVEIROS, 1992, v. 3, p. 8, citando o jornal Pacotilha, edição de 7 de setembro de 1903).

Viveiros (1992) acreditava que aquela iniciativa – da industrialização – era uma *loucura*, mas demonstrava certo orgulho quando, ainda nessa eloquente página 558 do 2º volume de sua obra, ele informa o tamanho do parque industrial instalado no Maranhão no ano de 1895.

Então tínhamos um parque industrial composto de 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 que eram de particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente.

Esse conjunto de fábricas representava um dos maiores parques industriais do país à época, como se pode observar pelos dados a seguir, fornecidos pelo próprio Viveiros (1992, v. 3, p. 49): “Em 1895 ocupava o primeiro lugar entre os estados industriais o de Minas Gerais, com 37 fábricas, e o segundo, Maranhão, com 16. Estávamos acima da Capital Federal, do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que tinham respectivamente, 15, 14, 12 e 10”⁹.

O que Viveiros (1992) chamou de *loucura*, poderia ter sido o limiar de um estado industrializado incrustado em plena transição entre a Amazônia desabitada e o Nordeste seco. Observe-se que em 1895 o Maranhão tinha mais indústrias (principalmente têxteis) em funcionamento que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O que deveria ser criticado, do ponto de vista de uma abordagem liberal conservadora como a de Viveiros, era a forma de gestão, de financiamento, de relação com os mercados, o despreparo da mão de obra, etc. e não a iniciativa de industrializar em si. A falta de planejamento que caracterizou a ação dos fazendeiros maranhenses no final do período da escravidão os acompanhou na iniciativa de migrar seus capitais para a indústria. Tudo foi feito no atropelo ante o impacto da abolição. Depois das fábricas instaladas, os novos capitães de indústria das terras maranhenses, nunca

⁹ As 16 fábricas citadas acima estão no bojo das 27 da citação anterior. A diferença é que a fonte usada por Viveiros para a informação da p. 49 do v. 2, possivelmente considerava, para sua análise da industrialização, apenas as fábricas de têxteis, as metalúrgicas e as de produtos normalmente importados, como fósforos.

buscaram investir em tecnologia para a obtenção de ganhos de produtividade. Resultado: foram ficando para trás. Novamente se acomodaram com os lucros obtidos, agora pela via da superexploração da força de trabalho, no aguardo das velhas flutuações nos mercados externos.

Essa falta de reinvestimento, planejamento e qualidade na gestão levou à quebra geral dessa indústria e da economia maranhense como um todo, que já nas primeiras décadas do século XX, com a decadência do algodão, via sua agricultura regredir para um estágio de subsistência.

Francisco Benedito da Costa Barbosa, pesquisador do Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável (IPADES) em artigo intitulado *Economia do Maranhão e de São Paulo: semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento*, (REVISTA IPADES, 2012), busca explicações para o que aconteceu com o Maranhão e São Paulo que, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, tinham situações econômicas parecidas, com vantagem para o Maranhão e no século XX, com a decadência da lavoura algodoeira-escravista o Maranhão entrou em uma situação de penúria e São Paulo, com os capitais acumulados nas fazendas de café assentadas sobre o trabalho assalariado, avançou em sua industrialização e se tornou “a locomotiva” do Brasil. O resumo do citado artigo nos dá informações importantes sobre o tema:

O trabalho dá ênfase ao período de 1755 a 1840 no qual o algodão, no Maranhão, e o açúcar em São Paulo promoveram crescimento econômico nessas respectivas regiões. Enquanto o Maranhão não soube dar continuidade a economia agroexportadora que lhe tinha colocado em destaque no Brasil, São Paulo fez da economia açucareira sua plataforma do desenvolvimento econômico, ao transferir capital e infraestrutura do açúcar para o novo ciclo econômico do café. A economia agroexportadora de São Paulo – açúcar e café – criou as condições para que no início do século XX, o estado iniciasse sua industrialização. Nessa época, o Maranhão tinha perdido o ciclo do algodão e encontrava-se em situação de grande pobreza. Três componentes fizeram essa diferença: **mercado, mão de obra e tecnologia**. Para São Paulo o mercado do café suplantou o de açúcar; a mão de obra escrava foi substituída pela assalariada; fundaram-se instituições de pesquisa e ensino agrônomo. O Maranhão assistiu o declínio do seu mercado de algodão por não ter competitividade, que estava comprometida com o custo crescente da mão de obra escrava e também por não ter tecnologias que aumentassem a produtividade (BARBOSA, 2012, p. 1). (Grifos nossos).

Barbosa (2012, p. 2) detalha os dois desenvolvimentos:

A economia açucareira forneceu capital e infraestrutura à expansão cafeeira do Oeste paulista. Esta lançou as raízes da industrialização de São Paulo, no início do século XX, que concomitantemente ao ir se industrializando, também modernizava sua agricultura. Esse processo teve no conhecimento, na **inovação**, nas **instituições**, no **empreendedor** e nas **políticas** [públicas] **de apoio**, as alavancas do seu desenvolvimento econômico que não conhece descontinuidade até hoje.

A economia algodoeira, mesmo introduzindo as primeiras indústrias no Maranhão,

estabelecendo um forte comércio em São Luís, e contribuindo para o título de Atenas brasileira a essa cidade, não foi capaz de estabelecer um desenvolvimento econômico que se assemelhasse a São Paulo. Pelo contrário, o Maranhão após o *boom* da economia algodoeira caminhou para uma situação de pobreza, cuja recuperação só viria a ter início a partir de 1920, desta feita, com a produção extrativa do babaçu, cujo óleo comestível apresentava um mercado em expansão. Porém, faltou ao Maranhão aqueles componentes acima mencionados ocorridos em São Paulo, o que impediu a correção de rumo de sua economia quando da perda de dinamismo na cotonicultura (grifos e colchete nossos).

Viveiros (1992) não viu essa janela histórica para o crescimento econômico no âmbito do capitalismo. Preso aos argumentos dos que faziam a defesa exclusiva da lavoura escravista, considerou uma *loucura vertiginosa* o investimento na industrialização e chegou a afirmar que o fracasso da empreitada havia se dado já no ano de 1895. Mas ele foi apenas um historiador, um importante historiador que legou às gerações futuras, de forma compilada, informações que nos permitem hoje esboçar tentativas de novas abordagens sobre a formação econômica do Maranhão. O problema não está em sua interpretação, estava com as elites cujos atos ele muito bem descreveu: apego ao lucro fácil, consumo de padrão europeu, descaso com a educação e a pesquisa, falta de visão, planejamento e de capacidade de gestão empresarial em ambiente competitivo.

2.2.3 As transições conservadoras da independência e da república

Antes de tratar-se da abolição, será revisado, em síntese, o processo de independência do Brasil, marcado pela diferenciação em relação ao ocorrido no continente. Em praticamente todo o restante das Américas houve luta popular pela libertação do jugo político-econômico imposto pelas potências colonizadoras. Da América do Norte, o primeiro exemplo veio dos Estados Unidos, que fizeram a chamada *Revolução Americana* a partir de 1776, que implantou uma república democrático-burguesa no Novo Mundo, sendo um dos movimentos inspiradores da Revolução Francesa (1789).

No Brasil, o processo de independência começou com a fuga de Portugal (em 1808) de uma corte decadente. Como até a viagem dessa corte para sua maior colônia precisou da ajuda (escolta) dos navios ingleses, a Inglaterra, única potência europeia que não havia se submetido a Napoleão, fez exigências, dentre elas, a abertura dos portos do Brasil, o que representou o fim do monopólio português. Muito se discute sobre a importância para o Brasil da vinda da família real. O resultado mais evidente é que a então colônia foi elevada à categoria de Reino Unido e teve, enfim, uma estrutura institucional – ainda que incipiente – implantada,

justamente por conta da presença do rei, mesmo sendo este considerado tímido e covarde. Laurentino Gomes assim aborda essa questão.

Nenhum período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. No espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. Para o historiador Oliveira Lima, ele foi ‘o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira’, por duas razões principais: assegurou a integridade territorial e deu início à classe dirigente que se responsabilizaria pela construção do novo país. ‘Com ele começou a descolonização efetiva’, afirmou o escritor e crítico literário paranaense Wilson Martins. ‘Não só pelo ato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo e em breve espaço de tempo as estruturas de uma nação propriamente dita’ (GOMES, 2007, p. 284).

É evidente que esses autores abordam a questão sob a batuta de uma interpretação positivista, muito focada no papel do rei e tratando de forma idealizada os conceitos de independência e nação, mas ela serve como testemunho histórico de que os acontecimentos mundiais estão interligados: as guerras napoleônicas e o fim do monopólio português sobre o Brasil, por exemplo. Obviamente, dentro da metodologia deste trabalho a abordagem citada precisa ser complementada com uma análise dialética do conjunto.

O processo da independência do Brasil começou efetivamente em 1808. Para isso concorreram fatos importantes da conjuntura mundial: o expansionismo territorial francês, a resistência da Inglaterra e o declínio do poder do império português são os fatos *positivos* (no sentido da visão positivista) da questão. Pela ótica do Materialismo Dialético, esse acontecimento foi determinado por um novo rearranjo geopolítico mundial ocasionado pela afirmação do sistema britânico de acumulação, que deu novo ordenamento à velha divisão internacional do trabalho, onde os antigos impérios coloniais, especialmente o português e o espanhol, deram lugar a um conjunto de nações formalmente independentes de suas antigas metrópoles, mas que já nasceram mergulhadas no oceano de uma nova dependência, que dura até os dias de hoje.

A proclamação da independência do Brasil em 1822 foi, na verdade, mera passagem da coroa de D. João VI para seu filho D. Pedro I. Nesse aspecto foi um negócio familiar no interior de uma dinastia moribunda, sendo o grito do Ipiranga puro fetichismo. Na verdade, foi uma transição ocorrida sob a supervisão dos interesses do capital inglês, que apoiou e financiou o novo país desde o princípio, para incorporá-lo ao processo britânico de acumulação pela via da dependência econômica, carimbada na origem com o início do processo de endividamento externo. Tal movimento (da independência) não mexeu em nada

com a estrutura agrária e social e nem buscou mudar o centro dinâmico da economia, que gravitava em torno da agroexportação baseada no trabalho escravo. O novo monarca, que já era príncipe regente, se alinhou com a burguesia agrária (travestida de aristocracia rural) e quando os choques de sua personalidade com os interesses daquela se avolumaram, abdicou em nome de seu filho, então com 5 anos de idade. Veio a Regência, depois o II Reinado. Pedro II, monarca esclarecido, parecia simpático à causa abolicionista, mas manteve a estrutura escravagista que herdara, promovendo avanços parciais em doses homeopáticas.

O caráter da lentidão do processo de abolição no Brasil foi marcado pelo longo espaçamento de medidas parciais que se estenderam por quase 4 décadas. Em 1850, por pressão da Inglaterra, foi proibido o tráfico negreiro para o Brasil; em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre-Livre; em 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários; e em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, foi extinta a escravidão no Brasil. Os senhores de escravos, que representavam a elite econômica do país, não perdoaram isso. A maioria não se preparou para o trabalho assalariado e passou aos borbotões para o lado dos republicanos. Resultado, a monarquia só durou pouco mais de um ano após a abolição. O golpe de estado de 15 de novembro de 1889 expulsou a família real do país e, novamente, em mais uma transição conservadora na história brasileira, não foi mexido nada em relação à estrutura agrária, social e ao centro dinâmico da economia, ainda dominado pelo setor agroexportador, então sob a hegemonia dos senhores do café.

Nos Estados Unidos, duas guerras (independência e secessão) e um processo de reconstrução das áreas destruídas sob uma nova direção econômica, voltada para a industrialização e para os ganhos de produtividade, fizeram surgir a maior potência do mundo, obviamente que à custa de um eficiente processo de extração de mais-valia, sob a liderança de um estado organicamente ligado ao capital. No Brasil, após rearranjos dinásticos (independência negociada), dependência estrangeira (Inglaterra) e golpes de estado (Deodoro-Floriano), montou-se uma típica república periférica denominada carinhosamente de *café com leite*, por representar exclusivamente os interesses do café paulista e da pecuária mineira, em detrimento de um projeto de nação.

2.3 Visões teóricas sobre as origens do processo de industrialização no Brasil

A história da industrialização do Brasil tem várias interpretações, todas ligadas ao centro dinâmico da economia brasileira até 1930 que era a agroexportação. Suzigan (1986) relaciona quatro delas. A primeira, dos *choques adversos*, foi desenvolvida por teóricos da

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) dos anos 1950 e 1960. No Brasil Celso Furtado foi seu principal representante. Em sua *Formação Econômica do Brasil* (1986 [1. ed. 1959]), afirmava que as raízes do subdesenvolvimento latino americano poderiam ser encontradas no processo de colonização, que construiu uma economia totalmente vulnerável às crises externas e, portanto, uma economia reflexa. Os fundamentos dessa teoria remontam ao trabalho do economista argentino Raul Prebisch, que em 1949 escreveu uma introdução para um estudo econômico da CEPAL intitulado “*O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos Seus Principais Problemas*”, onde lançou duas teorias interligadas: a da *industrialização por substituição de importações* e a da *relação de preços de intercâmbio*, depois chamada de teoria das trocas desiguais. Caio Prado Júnior em sua *História Econômica do Brasil* de (1981 [1. ed. 1945]) se referia às raízes da economia brasileira analisando o *sentido da colonização* que, segundo ele, evidenciava um país constituído para fornecer gêneros primários para o mercado externo, baseado na produção extensiva tocada pelo trabalho escravo, primeiro com indígenas, depois, negros importados, sem atenção a nada que não fosse interesse daquele comércio (PRADO JR., 1981).

A segunda interpretação é a da *proeminência das exportações*. Seu principal autor, Warren Dean, a lançou na obra *A industrialização de São Paulo, 1880-1945* (1971). E ela está presente em todas as outras interpretações, mesmo nas que a criticam abertamente, pois é impossível desligar o papel das exportações do processo de industrialização.

A terceira interpretação surgiu com a conhecida Tese de doutoramento de João Manoel Cardoso de Mello, de 1988, cujo título *Capitalismo Tardio*, diz muito do conteúdo. Mello refuta o caráter reflexo da economia brasileira, mas admite que o desenvolvimento industrial do país foi fruto do processo de acumulação de capital no setor agroexportador que, por sua vez, depende da demanda externa que nutre a teoria do caráter reflexo por ele refutada. Para Mello o processo de desenvolvimento latino americano era subordinado, mas primeiro a fatores internos, que levaram ao surgimento do capital industrial entre 1890 e 1920. A partir de 1930, segundo essa visão, o motor da economia passara a ser o aumento da atividade no setor industrial urbano. Por fim ele concorda que a industrialização se originou de um processo de substituição de importações.

A quarta visão teórica sobre a origem da industrialização brasileira é do próprio Suzigan (1986): *a industrialização promovida por políticas do governo*, onde o autor não apresenta suas ideias em oposição às demais interpretações, mas com uma ênfase ao papel das políticas de governo desde o final do século XIX até a década de 1930.

Cabe citar aqui o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1981 [1. ed. 1970]) que, apesar de não tratar especificamente das origens da industrialização e abordar a questão do desenvolvimento mais pelo aspecto sociológico que econômico, critica os conceitos de subdesenvolvimento e de periferia econômica e trabalha as relações entre América Latina e países desenvolvidos, pela ótica de uma categoria chamada *dependência*. Na alínea “e” do item 1 do capítulo IV, os autores tratam da industrialização, mas não chegam a qualquer resultado como, aliás, reconhecem na Conclusão da obra, onde não se arriscam, sequer, a esboçar uma Tese:

A natureza deste ensaio não permite que se apresentem, à guisa de conclusões, mais do que algumas indicações gerais sobre os itens tratados. Não gostaríamos que as hipóteses e as interpretações provisórias que fizemos fossem transformadas, sem análises de situações concretas, em afirmações categóricas. Por isso, mais do que conclusões, as reflexões que seguem constituem indicações para trabalhos futuros (CARDOSO; FALETTO, 1981, p. 139).

Para Cardoso e Faletto (1981, p. 73) a industrialização na América Latina começou depois da crise (de 1929), sendo uma espécie de subproduto desta. “A crise econômica precede as políticas de industrialização e como consequência dela parecem colocar-se as alternativas industrializadoras”. Eles se propõem a criticar os conceitos de “subdesenvolvimento” e de “periferia econômica”, mas causam confusão quando usam esses conceitos sem uma classificação rigorosa, numa tentativa prática de redefini-los no ambiente de uma interpretação que pretendem levar além das análises econômico-sociológicas usuais. Mas nessa obra, toda a ideia de *dependência* se articula em torno das relações *centro periferia* e nesta última, estão as nações subdesenvolvidas do ponto de vista econômico que eles dividem em “subdesenvolvidas” e “sem desenvolvimento”, de acordo com a origem histórica de cada uma e suas posições no sistema produtivo mundial. Ora, essa divisão pode até ser feita, mas o certo que tanto as nações “subdesenvolvidas” quanto as “sem desenvolvimento” não estão no centro do capitalismo global.

Quando esses autores falam de como fatores econômicos afetaram de forma homogênea todos os países da região, completam: “na medida em que todos estavam vinculados às economias centrais de modo similar: como seus dependentes.” (CARDOSO; FALETTO, 1981, p. 74). Ora, se admitem que há um centro econômico, há que haver uma periferia econômica. Mas eles tentam dar singularidade a seu conceito de *centro/periferia*, diferenciando-o do já diferenciado conceito (conjugado) de *desenvolvimento/subdesenvolvimento*. A noção de *centro/periferia* pressupõe, na visão desses autores, uma desigualdade de posições e funções dentro de uma mesma estrutura de produção.

Já o subdesenvolvimento, que seria o grau de diferenciação dentro do mesmo sistema produtivo, estaria ligado a uma situação de dependência de nações já politicamente independentes, envolvendo fatores políticos não alcançados pelo conceito de *centro/periferia* (CARDOSO; FALETTTO, 1981, p. 27), que Wallerstein (2001) chama de *relações interestados*, sem negar a inclusão das mesmas nas relações econômicas entre o centro (núcleo orgânico) e a periferia do sistema.

Ao final de mais de 100 páginas de argumentações, os autores – como já dito – não arriscam a confirmação de nenhuma hipótese. O que resta evidente é que suas elegantes tentativas de redefinição de conceitos, não trouxeram nenhuma densa contribuição à teoria econômica ou mesmo, sobre as especificidades da industrialização latino-americana. A economia capitalista mundial continua a possuir um centro (países desenvolvidos; com mais capital físico e financeiro e com mais tecnologia e produtividade) e uma periferia (países com menos capital físico, financeiro e com menos tecnologia e produtividade) e estes permanecem com o grau de desenvolvimento menor que os da área central, dos quais são dependentes (tanto faz serem chamados de “subdesenvolvidos”, ou “sem desenvolvimento”), embora todos integrem o sistema global de acumulação capitalista – marcado pelo desenvolvimento desigual –, ocupando, cada um, seu lugar específico na divisão internacional do trabalho, que é dotada de grande rigidez segundo não apenas o que diz a teoria do Sistema-Mundo, mas o que atesta a própria história.

No fundo, Cardoso e Faletto (1981) prepararam o terreno para a defesa de um desenvolvimento mundial integrado, sem necessidade de ruptura com o sistema como um todo ou mesmo, com as trocas desiguais entre o centro e a periferia. Suas considerações sobre a dependência, feitas em 1970, representaram a pré-estreia das ideias neoliberais para a globalização que o próprio Cardoso ajudou a implantar no Brasil entre 1995 e 2002. A noção do desenvolvimento mundial integrado que perpassa a teoria da dependência de Cardoso e Faletto (1981) é a mesma noção neoliberal do desenvolvimento global com funções bem definidas para cada região do globo, numa divisão internacional do trabalho que, com poucas alterações, vem se repetindo desde a primeira revolução industrial quando da hegemonia do sistema britânico de acumulação.

Foi contra essa raiz globalizante da teoria sociológica da dependência (que achava que não existia dependência, mas interdependência) que Ruy Mauro Marini escreveu, em 1973 no exílio no México, a teoria marxista da dependência (TMD), colocando a categoria da superexploração da força de trabalho como característica estrutural da dependência, com a

ocorrência concomitante do subimperialismo, como elemento geopolítico-econômico regional do sistema mundial de acumulação.

O que fica evidenciado é que todas essas teorias sobre a industrialização e suas bases (categorias como subdesenvolvimento, periferia econômica, trocas desiguais e dependência), buscam suas explicações nas raízes coloniais do país, embora nenhuma delas tenha se lançado à tarefa de definir qual o modo de produção do Brasil colônia, questão que precede todo este debate.

• **BOX 3 - Qual o modo de produção do Brasil colônia?**

O Maranhão fazia parte do complexo colonial do Brasil. Discutir o modo de produção vigente naquela época lança luzes sobre o estudo da sua formação econômica. O conceito de modo de produção é uma categoria estrutural da teoria marxista e pressupõe uma totalidade social e histórica formada por uma base econômica, chamada de infraestrutura, que encerra o modo como a sociedade produz os meios necessários para sua sobrevivência e desenvolvimento, e uma superestrutura, formada pelas instituições jurídico-políticas, mais a religião, a ideologia, a cultura e tradições.

O modo de produção capitalista, em sua base econômica, possui três pressupostos básicos: *propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e produção para o mercado*. Além disso, esse modo de produção necessita de instituições jurídico-políticas solidificadas na *forma Estado*, como ente máximo de defesa e manutenção do direito privado de propriedade, sem o qual essa *forma* não pode existir.

No Brasil colônia, a propriedade do meio de produção terra era do Estado, mas cedido por concessão da Coroa a donatários privados e depois, diretamente a fazendeiros, pode-se admitir esse fator como propriedade privada. Já com o fator trabalho, não há como admitir meio termo: na colônia predominava o trabalho escravo. Somente no último quartel do século XIX começaram a aparecer ilhas de trabalho assalariado no sul do país. Por fim, com relação à produção, seu destino era o mercado (externo), mas sua disposição em *plantations*, cada uma sob a direção de um *senhor*, lembrava os feudos da Idade Média. Então, o modo de produção do Brasil colônia era escravista, feudal ou capitalista?

Considerando os conceitos clássicos, de forma estanque, o modo de produção do Brasil colônia não se enquadra nas definições de escravismo, de feudalismo ou capitalismo. Começando pelos dois últimos, no feudalismo não há produção para o mercado e no capitalismo não há trabalho escravo. Já o escravismo, enquanto modo de produção, ocorreu

na antiguidade, ligado às pilhagens e espólios de guerras, onde os escravos eram usados para construção de infraestrutura dos estados vitoriosos e na prestação de serviços de natureza militar e não para uma produção massiva de mercadorias visando o mercado, além de ter ocorrido em outro contexto de desenvolvimento de forças produtivas.

Rego e Marques (2005), fazendo uma contextualização do período colonial do Brasil com as formas de transição para a economia capitalista a nível mundial, informam os três casos já consagrados pela literatura pertinente:

Há três casos particulares de construção do modo de produção capitalista: o caminho clássico, o prussiano e o colonial [...]. Os países líderes do capitalismo construíram seu desenvolvimento pela via clássica – forma sustentada de realizar a industrialização beneficiando-se dos ganhos da era colonial. Nos séculos XVIII e seguintes, ocorreram transformações político-econômicas a partir das revoluções democrático-burguesas. A via prussiana foi seguida pelos países de industrialização retardatária, no século XIX. Marcados pela ausência de processos democráticos de emancipação, esses países conquistaram, no entanto, sua autonomia econômica. Já os países da via colonial somavam ao atraso democrático o econômico (REGO; MARQUES, 2005, p. 4-5).

Falando das semelhanças entre as vias prussiana e colonial, com destaque para a ausência de revoluções democrático-burguesas e a existência da grande propriedade de terra na base da produção, Rego e Marques (2005, p. 5) mostram as diferenças: “[...] enquanto a via prussiana representou uma passagem do feudalismo para o capitalismo, a via colonial não o fez, pois nasceu inserida no sistema já dominado pelo capital”.

Em nota de pé de página, Rego e Marques (2005) indicam autores de peso na literatura econômica nacional que corroboram com essa opinião (PRADO JR., 1989; FURTADO, 1980; NOVAIS, 1993; MELLO, 1982). Mas a contribuição de maior peso dada por Rego e Marques (2005, p. 5) sobre esse tema, vem a seguir:

A forma colonial de construção capitalista criou uma burguesia sem condições de obter autonomia política para seus países e incapaz de contribuir para que eles escapassem dos marcos da dependência colonial, ou seja, da subordinação aos polos dinâmicos das economias centrais. Em outras palavras, a burguesia dos países de via colonial não realizou nem suas tarefas econômicas, nem as políticas, diferentemente da via prussiana, que deixou apenas de realizar suas tarefas políticas.

Em sua *História Econômica Geral*, Cyro Rezende (2007, p. 87), considera que o sistema econômico comercial deve ser chamado de pré-capitalista e não de “capitalismo comercial”, concorda que a acumulação desse período engendrou o novo modo de produção:

Os mais de dois séculos e meio que se seguiram à expansão ultramarina europeia, promovida pelo sistema econômico comercial, marcaram de modo quase definitivo

o lugar que as diferentes regiões do mundo passariam a ocupar, em termos de desenvolvimento, dentro do novo sistema econômico que eles gestaram, o capitalista. [...].

No entendimento desta pesquisa, a economia brasileira já nasceu vinculada ao processo de acumulação primitiva que resultou na formação do sistema capitalista. Partindo dessa premissa, a resposta sobre qual o modo de produção do Brasil colônia é simples, desde que se olhe a totalidade do processo, de um ponto de vista dialético.

O desenvolvimento dos modos de produção ao longo da história humana não aconteceu de forma linear, ao mesmo tempo em todos os lugares do mundo, mas mesmo assim sempre houve um modo de produção hegemônico, que subordinava os demais que conviviam lado a lado ao longo de certo tempo. Entre o século XIII (com o comércio de Gênova e Veneza) e o século XVIII (com a indústria inglesa), a humanidade assistiu um processo de acumulação de capital, expressado pela expansão ultramarina europeia que resultou na mundialização do comércio. As novas colônias tomadas na Índia, no extremo Oriente e nas Américas, foram incorporadas a esse comércio internacional, com papéis bem definidos. O do Brasil, como disse Prado Júnior (1981, p. 20) foi o de “[...] fornecer açúcar, tabaco, [...], ouro, diamante; depois, algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isso”. O trabalho era escravo, as áreas trabalhadas, extensas, mas o sentido era a produção para o mercado no âmbito de uma empresa voltada para obtenção de lucro. **A colônia era, portanto, uma parte periférica do sistema global de acumulação de capital e este ditava suas determinações**, independentemente do fato de ser colônia de povoamento ou de exploração. A diferenciação desses dois tipos de colonização não os tirava da órbita de influência e comando do capitalismo nascente. O impacto dessa diferenciação foi sentido no posterior desenvolvimento dos países que adotaram um ou outro tipo. Em regra geral, as antigas colônias de exploração tornaram-se nações dependentes.

Considerando todo o contexto analisado, o modo de produção do Brasil colônia não tinha nada de feudal ou escravista, apesar das grandes propriedades e do trabalho escravo. Ele era todo engendrado pela empresa monopolista colonial, produzia para o mercado e buscava a maximização de lucro. **Era, portanto, capitalista, ainda que, formalmente, se valesse de formas de produção pré-capitalistas**. O destino de seu produto não era para um escambo entre feudos, mas o mercado mundial e o trabalho escravo foi uma contingência temporária para acelerar o processo de acumulação, não muito diferente da situação dos “livres” trabalhadores das fábricas inglesas da primeira revolução industrial, tão eloquentemente denunciada por Marx em o Capital.

A independência de 1822 não mudou em nada a situação econômica da até então colônia de Portugal. Somente com a consolidação da revolução industrial e a abolição do trabalho escravo no final do século XIX, o modo de produção capitalista no Brasil (que até então, era um apêndice externo do sistema mundial de acumulação), passou a ser dotado internamente da totalidade das três características: propriedade privada, trabalho assalariado e produção para o mercado, ainda que em uma situação de dependência para com as nações economicamente mais desenvolvidas além da coexistência com formas de produção pré-capitalistas em várias partes de seu território.

Mesmo considerando a persistência de gritantes diferenças regionais, que não foram alteradas no período pós-abolição, um forte sentido de unidade nacional – fortalecido desde 1815 com a elevação do país à categoria de Reino Unido – manteve todas as regiões subordinadas a um centro dinâmico localizado nas regiões Sudeste e Sul, que passou a ser caracterizado pelo trabalho assalariado. Esse centro dinâmico no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX apesar de ainda ser o velho setor agroexportador, hegemônico pelo café, incorporava cada vez mais ares de empresa capitalista dotado até de política de ganhos de produtividade amparada por pesquisas acadêmicas.

A característica política desse centro dinâmico era sua relação mais que orgânica – visceral mesmo – com o *estado do café com leite*, representando uma das mais fortes evidências históricas nacionais da teoria da relação orgânica estado-capital.

A partir da década de 1930, com o choque adverso causado pela crise internacional e uma mudança na composição de classes no poder (“revolução” liderada por Getúlio Vargas), o centro dinâmico da economia passou a ser o conjunto de atividades ligadas à indústria e aos serviços nas áreas urbanas, mantida a importância econômica do setor agroexportador, mesmo com diminuição de sua importância política.

2.4 Estrutura industrial do Maranhão no final do século XIX

A seguir, o Quadro 1 apresenta o conjunto de dados levantados por Viveiros (1992 [1. ed. 1954]), sobre as fábricas existentes no Maranhão em 1895. O importante dessas informações para a presente pesquisa, é que elas dão conta do capital investido, quantidade produzida, preço dos produtos, quantidade de operários e valor da massa salarial de cada empresa. Esses dados, somados à tabela de preços de produtos da cesta de alimentos naquela época, possibilitam o cálculo da relação entre salário e valor dos meios necessários à

subsistência do trabalhador e sua família. Assim, pode-se verificar empiricamente, a ocorrência da superexploração da força de trabalho na gênese da indústria no Maranhão, na direção que aponta a teoria de Ruy Mauro Marini.

Quadro 1 - Fábricas no Maranhão em 1895

Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)								
Início	Fim	Capital investido (contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção /ano	Preço de venda (por m)	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas
1893	1971 (Fiema, 2008)	1.700 (realizado)	São Luís, Apicum. Área:6.993 m².	420	3 milhões de metros de tecidos	\$320 a \$940	600	\$600
Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil								
Início	Fim	Capital investido (contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção /ano	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas
1893	1966(Fiema a, 2008)	1.600	São Luís, Anil. Área: 10.094 m2	172	1.100.000 m de morins e madapolões	10\$000 a 12\$000 por peça de 22 m - "O tecido mais barato custava \$454/m"	209	\$500
Obs. O menor salário/dia (\$500) mal comprava 1m do tecido mais barato produzido na fábrica (\$454/m).								
Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção/ano	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas
1890 – amais antiga da capital	1970 (Fiema, 2008)	1.200	São Luís, Camboa do Mato. Área: 9.925m²	300	1.800.000 de domésticos e riscados grossos e finos e 1.400kg de novelos			
Companhia Industrial Caxiense								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda (por m)	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas
1883 – a mais antiga fábrica do MA		1.000	Caxias	130	Qte. Não informada. Tecidos crus e tintos		250	
Companhia Manufatureira e Agrícola								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda (por m)	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas

1893		1.000	Codó Área: 7.980 m ²	150	750.000 m de fazenda e 6.500 kg de fio e corda	Panos grossos: \$500 a \$700; panos finos: \$340 a \$440; riscados: \$500 a \$850	250	\$320
------	--	-------	---------------------------------	-----	--	---	-----	-------

Obs. O menor salário/dia (\$320) não comprava 1m do tecido mais barato produzido na fábrica (\$340/m).

Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo

Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda (por m)	Empregados	Preço do menor salário por dia de 10 horas
1891	1969 (FIEMA, 2008)	900	São Luís (na antiga R. São Pantaleão)	105	1.400.000 metros de estopa	\$280 a \$1000	220	2\$000

Obs. O menor salário/dia (\$2000) comprava 7,14 m da estopa (tecido de juta usada para fabricação de sacos) mais barata produzida na fábrica (\$280/m).

Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense

Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário
1889	1950	850	Caxias	220	1.000.000 metros de tecidos crus.		350	

Companhia Progresso Maranhense

Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário por dia
1892		700	São Luís (Rua São João)	150	685.000 m de pano algodão, mais fio em novelo		160	\$600

Companhia Progresso Agrícola (Engenho Central São Pedro, em Pindaré-Mirim / dados de acordo com a safra)

Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Maquinário básico	Capacidade de produção	Empregados	Preço de venda em 1884	Preço do menor salário por dia
1880 (1ª safra 1884; 8ª e última safra: 1891)	1892	400 contos subscritos na fundação; 447 contos em 1886, na 3ª safra	Pindaré	6 geradores de vapor de 25x6 pés; 3 moengas de 5 pés; Esteiras, prensas, filtros e centrifugas	1ª sf.: 846 t de açúcar, 267 pipas de aguardente; Maior sf. (3ª sf.): 2.221 t de açúcar. 440 pipas de aguardente	600 (na 3ª safra, 1886)	Kg açúcar de 1ª: \$360; Kg açúcar de 2ª: \$300	1º sf.: 1\$600; 8ª e última sf.: 1\$200

Obs. O menor salário/dia (1\$200) comprava 4 kg do açúcar de 2ª produzido na usina (\$300/kg). Comparativo com 2015: 1 kg de açúcar, em média, R\$1,70; 4kg = R\$ 6,80; (X) 30 dias = R\$ R\$ 204,00. Salário Mínimo em 2015 = R\$ 788,00. Significado: indexando o salário nessa usina (em 1895) pelo preço do kg de açúcar, é como se hoje o mesmo valesse 25,88% do Salário Mínimo atual. Essa é uma evidência empírica muito forte da ocorrência de superexploração (pagamento do salário abaixo do valor da FT), pois o salário mínimo de hoje é aproximadamente ¼ do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE.

Companhia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda/m	Empregados	Preço do menor salário por dia
1894	1969 (Fiema, 2008)	600	São Luís, R. Cândido Ribeiro. Área:3.025 m²	22	440 metros de fazenda por dia	6\$000 a 10\$000	50	2\$000
Obs. O menor salário/dia (2\$000) comprava 1/3 de m (33 cm) do tecido de lã mais barato produzido na usina (6\$000/kg).								
Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (em contos de réis)	Localização	Nº de teares	Capacidade de produção	Preço de venda(p or m)	Empregados	Preço do menor salário por dia
1894	1960 (FIEMA, 2008)	300	São Luís, Rua São Pantaleão. Área: 1.755 m²	55	320.000 metros de pano de algodão	350 a 450 réis.	55	1\$600
Companhia Industrial Maranhense (Fiação)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Nº de máquinas de fiação	Capacidade de produção	Preço de venda (por kg)	Empregados	Preço do menor salário por dia
1894.		250	São Luís, Rua dos prazeres. Área:1.242	22	120.000 kg de fios de algodão	1\$800 e 2\$000	50	1\$400
Companhia de Fósforo do Norte								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Maquinário	Capacidade de produção /ano	Preço de venda por grossa	Empregados	Preço do menor salário por dia
		200	São Luís, Jordôa,	Motor de 40 cavalos e 33 aparelhos	30 mil grosas	4\$000	60	1\$000
Usina Castelo (Açúcar)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Maquinário	Capacidade de produção /ano	Preço de venda	Empregados	Preço do salário por dia
		160	Monção, margem do Rio Pindaré		5.000 sacos de açúcar		200 (Por ocasião da safra)	
Companhia Fábrica de Chumbo (sufocada pelo produto importado, obrigava-se a paralizações temporárias para vender estoques)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção diária	Preço de venda por kg	Empregados	Preço do menor salário por dia
1893		150	São Luís, Rua da Viração	Torre metálica de 50 m de altura; motor de 10 CV;4 máquinas	400 kg de pregos e 800 kg de chumbo.	520 a 600 réis o kg.	12	2\$000

Companhia de Calçados Maranhense (sufocada pela concorrência estrangeira, não conseguiu vender seu estoque antes de falir)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário
		100	São Luís, Rua Nina Rodrigues.	Motor de 20 CV, maquinaria completa				
Companhia Cerâmica São Luís								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Maquinário	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs. Apenas foi registrada a existência. Nenhum dado foi colhido pelo autor Viveiros (1992).								
Fábrica de Arroz São Tiago (Objeto: beneficiamento de arroz, extração de óleo e fabricação de sabão) do Grupo Martins & Irmão								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário
			São Luís, Largo de São Tiago. Área: 3.500 m ²	3 motores, 30 cavalos de força; 10 máquinas operatrizes	Em 12 horas eram produzidos 1.200 litros de óleo, 4.000 kg de sabão e 60 sacas de arroz pilado.		40	1\$600
Preço de venda dos óleos produzidos pela Fábrica de Arroz São Tiago								
RESUMO DOS PREÇOS DE VENDA DOS ÓLEOS								
ÓLEO DE MAMONA EXTRAÍDO A FRIO							1\$400 litro	
ÓLEO DE MAMONA EXTRAÍDO A QUENTE							1\$200 litro	
ÓLEO DE MAMONA EXTRAÍDO TORRADO							1\$000 litro	
ÓLEO DE COCO							1\$000 litro	
ÓLEO DE GERGILIM							1\$400 litro	
ÓLEO DE ANDIROBA							\$800 litro	
SABÃO PALMA							\$500 Kg	
SABÃO FAMÍLIA							\$460 Kg	
SABÃO ANDIROBA							\$480 Kg	
Fábrica Tamancão (Pilar arroz e fabricar sabão)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (Contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção /ano	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário por dia
		40	São Luís, margem do Rio Bacanga. Área: 1.440 m ²	Motor hidráulico de 30 CV e demais aparelhos	30.000 sacas de arroz e 120.000 quilos de sabão	\$300 o kg de arroz e \$500 réis o kg de sabão	12	1\$000
Obs. O menor salário comprava 3,3 kg de arroz/dia; (X) 30 = 99 kg/mês. Em 2015, o kg de arroz, em média = R\$ 2,20; 99 kg custam (2015) = R\$ 217,80 = 27,63 do Salário Mínimo atual.								
Fábrica Lázaro (fabricação de sabão)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção	Preço de venda por kg	Empregados	Preço do menor salário por dia
1832 (a mais antiga do MA)			São Luís, Rua da Cruz	Motor de 10 cavalos e 10 máquinas operatrizes	350.000 kg	\$240 a \$440	12	

Fábrica Sanharó (fábrica de tecidos)								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção	Preço de venda (por m)	Empregados	Preço do menor salário por dia
		150	Caxias, Trezidela	Motor de 48 cavalos e 26 teares	300.000 metros de pano de algodão	\$300 a \$460 o m	60	\$600
Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton								
Fundação	Até quando funcionou	Capital investido (contos de réis)	Localização	Equipamentos	Capacidade de produção	Preço de venda	Empregados	Preço do menor salário por dia
1893			São Luís, Rua de Santana	Motor de 10 cavalos e 20 Teares	400 dúzias de meias; 500 metros de tecido para camisas	6\$500 a 10\$000 a dúzia de meias	30	1\$000

Fonte: Viveiros (1992, v. 2, p. 449-565).

Uma das características dessas fábricas era o emprego em larga escala da mão de obra feminina. As mulheres ocupavam mais de 50% dos postos de trabalho no chão de fábrica. Nem Paxeco (1923) nem Viveiros (1992) dão informações sobre o trabalho infantil, que era comum na Inglaterra da segunda metade do século XVIII e se estendeu, com crescimento descendente, pelo século XIX. Omissão? O certo é que aí se abre mais um campo de pesquisa sobre a história econômica do Maranhão.

3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ASPECTOS TEÓRICOS

Em preliminar, é preciso definir o referencial teórico subjacente à questão. Esta pesquisa levará em conta a teoria do valor de Marx, tal como consta no volume I de *O Capital* (2008), publicado pela primeira vez em 1867 e a teoria marxista da dependência referenciada principalmente na obra de Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* (2005), publicada pela primeira vez no México em 1973.

Esses referenciais teóricos, entretanto, não representam teorias prontas e acabadas, até porque se assim o fossem, não seriam teorias, mas dogmas. Também não surgiram eles, de repente, na materialidade do tecido espaço-tempo que pode se chamar de história. O conhecimento humano é um fluxo contínuo (de saberes) que forma um tipo especial de estoque que nunca se extingue, pelo contrário, se acumula de modo recorrente enquanto é utilizado ao longo do tempo. Isso significa que as novas gerações de cada período não partem do zero. Sr. *Isac Newton* (1642-1727) afirmou “Se cheguei até aqui, foi porque me apoiei no ombro de gigantes”, numa clara referência a expoentes das chamadas ciências naturais e da matemática que viveram antes dele. É óbvio que entre as fontes de Newton, estão a estática e a hidrostática de *Arquimedes* (287 a.C. – 212 a.C.), bem como a geometria Euclidiana (de *Euclides*, c.300), ambos sábios da antiguidade clássica. No campo da astronomia é evidente que criticou o geocentrismo de *Ptolomeu* (90-168), mas bebeu de seus princípios de óptica, assim como do heliocentrismo de *Nicolau Copérnico* (1473-1543) e da mecânica celeste de *Johannes Kepler* (1571-1630), sem esquecer os conceitos metodológicos básicos para a estruturação da moderna ciência de *Galileu Galilei* (1564-1642), dentre outros que ele mesmo (Newton) chamou de gigantes. *François Quesnay* (1694-1774) buscou inspiração nos estudos de *Confúcio* (551 a.C. - 479 a.C.) sobre a agricultura chinesa, para elaborar os princípios da fisiocracia. E assim, toda a ciência parte de alicerces erigidos em épocas anteriores.

3.1 Fontes de Marx

Marx também não partiu do zero – teve três fontes fundamentais – que ele estudou, extraiu, desenvolveu e criticou: a economia clássica inglesa (especialmente *Adam Smith* [1723-1790] e *David Ricardo* [1772-1823]), A filosofia clássica alemã (a dialética de *Friedrich Hegel* [1770-1831] e o materialismo de *Ludwig Feuerbach* [1804-1872]) e o socialismo utópico francês (*Saint-Simon* [1760-1825]; *Charles Fourier*, [1772-1837], dentre outros).

No campo estrito das fontes econômicas, a teoria do valor de Marx deixa para trás as concepções da fisiocracia e do mercantilismo e toma a economia clássica inglesa como ponto de partida. Smith lançou a “teoria do valor trabalho”, quando afirmou em *A Riqueza das Nações* (1996 [1ª ed. 1776]), que o valor das mercadorias vem do trabalho do homem. Para Smith o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor era o trabalho humano incrustado em sua origem, mas a essa noção de valor ele juntou duas outras grandezas: os lucros e os aluguéis, ou seja, o valor do produto, em sua visão, seria a soma dos preços dos **salários, lucros e aluguéis**. O problema dessa teoria é que os componentes do valor do produto, eram eles próprios preços. E ao buscar uma explicação para os preços (que para Smith, era o **valor** [preço natural] submetido à lei da oferta e demanda [preço de mercado]) com base em outros preços, esse autor não conseguiu chegar a uma explicação geral. Mas a ideia do *valor trabalho* foi, sem dúvida, uma grande contribuição para a ciência econômica e para a obra de Marx. Araújo (1988) assim se refere à abordagem clássica (de origem smithiana) do valor-trabalho:

Os clássicos, ao usarem a teoria do valor-trabalho, cometiam certas incoerências porque mediam o valor dos bens pela quantidade de trabalho neles incorporada, mas ao chegar ao preço do trabalho, recorriam à oferta e à procura. Isto é, não aplicavam o mesmo princípio aos salários. [...].

Marx não aceita esta incoerência. Se o valor é medido pela quantidade de trabalho incorporado a um bem, o princípio deve ser aplicável também ao mercado de trabalho. Ele começa fazendo uma distinção muito importante entre trabalho e força de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho, não seu trabalho. Isto é, vende sua aptidão para trabalhar (ARAÚJO, 1988, p. 61).

Mais adiante, Araújo (1988), citando Belluzzo, mostra a percepção de Ricardo sobre o trabalho excedente, percepção que ele não desenvolveu teoricamente, talvez por motivos ideológicos. Mas o importante dessas citações é a demonstração clara de que a economia clássica inglesa é a principal fonte econômica de Marx.

Nota Luiz Gonzaga Belluzzo, no seu livro *Valor e Capitalismo* (1980, p. 40), que Ricardo já percebera que a cesta de bens que o trabalhador entregava ao capitalista, no fim da jornada de trabalho, era maior que a cesta de bens que o capitalista devolvia ao trabalhador como pagamento desta jornada. Ricardo registra o fato, mas não avança nesta análise. Marx vai partir deste fato e tirar dele todas as consequências. O valor da força de trabalho, isto é, o tempo necessário à produção da cesta de bens para o sustento do trabalhador, pode cobrir apenas uma parcela da jornada de trabalho (ARAÚJO, 1988, p. 61-62).

Ricardo (1866) desenvolveu, em *Princípios da Economia Política e Tributação*, de 1817, a “teoria do salário natural” que **recomendava um pagamento mínimo para a subsistência do trabalhador e de sua família**. Ricardo entendia que o “preço natural” do

salário dependia do preço dos meios de subsistência, e embutiu uma indexação em sua teoria: a de que a elevação dos preços dos alimentos redundava no aumento nominal dos salários. Dessa ideia desenvolveu-se depois, a legislação do salário mínimo e as modernas leis de preservação do seu “valor real”.

Marx, em uma construção teórica bem mais sofisticada, como já visto acima, diferenciou trabalho de força de trabalho e definiu esta última como uma mercadoria especial: **a única capaz de gerar valor enquanto se consome**, mas, na raiz, concordou com Smith de que a origem do valor está no trabalho humano (e não nos metais preciosos e na balança comercial dos mercantilistas ou apenas no trabalho da produção agrícola dos fisiocratas). E concordou também com Ricardo sobre a ligação do salário com o valor dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família de modo a garantir a produção e reprodução [dos detentores] da força de trabalho.

3.2 Exploração, força de trabalho e trabalho em Marx

Para falar de superexploração da força de trabalho é necessário, antes, falar da exploração. No âmbito do referencial teórico do marxismo, a categoria exploração está intimamente ligada à lei do valor, que pode ser assim definida: “o valor das diferentes mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las.” (COGGIOLA, 1998, p. 47). A exploração se dá quando o capitalista não paga todo o valor acrescentado pelo trabalho humano às mercadorias produzidas em uma jornada de trabalho, se apropriando de uma parte que Marx chama de *trabalho excedente* (em oposição a *trabalho necessário*, que equivale ao valor dos meios de subsistência do trabalhador). No processo de reprodução do capital, o capitalista compra meios de produção: matérias-primas, insumos, ferramentas, máquinas, instalações e **uma mercadoria especial, a força de trabalho**. Algo acontece nesse processo que, ao final do mesmo, o capitalista tem *mais valor* do que o total investido no início. Esse *mais* está intrinsecamente ligado ao papel força de trabalho no processo de reprodução do capital, que se dá no âmbito do processo de produção de mercadorias.

Mas o que é mesmo força de trabalho? É o mesmo que trabalho? É apenas uma capacidade *biopsíquica* dos animais, em especial, do homem? Marx foi o pensador que esmiuçou esse quesito do ponto de vista teórico no âmbito das relações sociais de produção e ofereceu à sociedade uma **conceituação da força de trabalho como uma mercadoria**. Uma mercadoria dotada de característica especial, que a torna diferente de todas as outras.

Para o senso comum e para diversas correntes do *mainstream*, força de trabalho se confunde com população economicamente ativa. Seria o conjunto dos indivíduos com capacidade para participar do processo produtivo de uma sociedade historicamente determinada. Simplificando, gente preparada para trabalhar. Gregory N. Mankiw em seu livro *Macroeconomia* (2014) tem essa concepção:

A força de trabalho é definida como a soma entre pessoas empregadas, e a taxa de desemprego é definida como porcentagem da força de trabalho que está desempregada. [...]. A taxa de participação da força de trabalho mostra a fração de adultos que estão trabalhando ou que desejam trabalhar. A taxa de desemprego mostra a fração daquelas pessoas que gostariam de trabalhar e não têm um emprego. (MANKIW, 2014, p. 29).

Obviamente que esse conceito carece de cientificidade, pois apenas descreve – e ainda parcialmente – a aparência da categoria, não tocando sequer na questão do valor. O *mainstream* junta em um só, três entes distintos: o trabalhador, a força de trabalho e o trabalho. Para Marx o trabalhador é integrante de uma relação social de natureza econômica. A força de trabalho é a mercadoria que ele vende no mercado ao capitalista e o trabalho é o resultado do consumo da força de trabalho no processo de produção.

3.3 Teoria do valor de Marx

A determinação do valor da força de trabalho é a base para a definição das categorias da exploração e da superexploração. Apesar de ser considerada uma mercadoria especial, pelos motivos que serão expostos adiante, para Marx, em termos de determinação do seu valor, ela não se diferencia das demais mercadorias: “O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução.” (MARX, 2008, p. 200). Mas antes de continuarmos, é fundamental ver a caracterização marxiana sobre a natureza social, tanto da mercadoria, quanto do seu valor:

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressão de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (MARX, 2008, p. 69).

As duas citações acima remetem à Teoria do Valor. Quando, no período da chamada acumulação primitiva, os trabalhadores foram apartados dos seus instrumentos de trabalho, ficando sem os meios para produzir mercadorias aptas a serem vendidas (com valor de uso),

restou-lhes uma e apenas uma mercadoria – seu último patrimônio, por ser esse inerente a seu ser – a força de trabalho.

Na Parte Segunda do volume I, Tomo I de o Capital (cap. IV: Como o dinheiro se transforma em capital, 3. Compra e Venda da Força de Trabalho), Marx (2008, p. 197) define:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que **produz valores-de-uso de qualquer espécie** (grifo nosso).

A força de trabalho – que é diferente de trabalho – como qualquer mercadoria, possui um valor. Mas ela só é considerada mercadoria quando, vendida no mercado, produz valores de uso. “Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor [...]” (MARX, 2008, p. 197). O trabalho é a manifestação do consumo da força de trabalho. Em outras palavras, o trabalho é o valor de uso da mercadoria força de trabalho. É a *substância do valor* (nas palavras de Marcelo Carcanholo) criado pela atuação da força de trabalho sobre matérias-primas e insumos em determinado espaço físico – unidade de produção –, sob algum paradigma técnico.

No âmago da teoria do valor de Marx, habita incólume a força de trabalho. Segundo essa teoria o que determina *o valor de uma mercadoria é a quantidade de força de trabalho depreendida para a sua produção*. Em suas próprias palavras: “a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela contida” (MARX, 2008, p.67). Dito de outra forma é [custo d]o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. No caso da mercadoria especial força de trabalho, como ela é indissociável do seu proprietário – o trabalhador, Marx (2008, p. 201) concluiu que:

O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou **o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor**. (Grifo nosso).

Tendo o capitalista – em dado momento histórico –, se firmado como proprietário dos meios de produção, só restou ao trabalhador, para garantir sua sobrevivência, a venda no mercado de sua força de trabalho (FT). Na prática contábil, o custo dessa mercadoria corresponde ao salário e nesse custo está não apenas a produção da força de trabalho, mas a reprodução da mesma, o que inclui, além da alimentação, gastos com vestuário, habitação,

saúde e educação da família do trabalhador. Isso lembra o “salário natural de Ricardo”, só que Marx (2008, p. 201-202) foi mais incisivo e rigoroso:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se tem de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se, ‘como todo ser vivo se perpetua através da procriação’. As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, **os seus filhos**, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar [...] (grifo nosso).

E por que a mercadoria FT é considerada especial, neste contexto teórico? De forma bem objetiva, é porque se trata da única mercadoria que quando consumida, gera valor! Além de gerar algo com valor de uso, através da transformação da matéria-prima e insumos em mercadoria, **ela gera mais valor do que ela mesma custa** (considerando que o *trabalho excedente* não é pago), pois acrescenta valor a tudo que produz, através do tempo de trabalho (gasto pelo seu próprio consumo/desgaste) na produção. Esse mais valor ou *mais valia*, é apropriado pelo proprietário dos meios de produção – o capitalista – sob a forma de lucro (e suas partições). É assim que o dinheiro se transforma em capital: o capitalista compra meios de produção (máquinas, matéria-prima, insumos e força de trabalho), transforma matéria em mercadoria que adquire (pelo acréscimo de valor feito pela força de trabalho) um valor maior do que o que tinha quando se iniciou o processo de produção na condição de matéria sem valor de uso. Marx (208, p. 197) trata desse paradoxo da seguinte forma:

Para extrair valor de consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir [...], no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de **ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor**, portanto. E o possuidor do dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou força de trabalho.

A força de trabalho não só transforma bens naturais (materiais) em produtos próprios para a troca, mas, paradoxalmente, cria-lhes o seu valor. Tem ela, pois, essa **dupla função**: dotar as mercadorias de valor de uso, característica que lhes habilita para serem trocadas e, no seu próprio (força de trabalho) consumo – representado pelo trabalho realizado –, acrescenta valor aos objetos de sua criação. Essa dupla função é conhecida como **paradoxo** da força de trabalho: participar da fabricação de outras mercadorias e, ao consumir-se nesse processo, criar mais valor para essas mesmas mercadorias.

O mais valor ou *mais valia* gerado pela força de trabalho no processo de produção de mercadorias é fruto de trabalho não pago. A isso Marx denominou de exploração. Ele detalhou a extração da mais valia, como *absoluta* e *relativa*, mas ambas, na essência, representam a parte do valor acrescentado à mercadoria pela mercadoria especial força de trabalho e não pago ao proprietário desta – o trabalhador – pelo capitalista.

Em termos matemáticos o modelo construído por Marx para conceituar a teoria do valor, pode ser expresso, em sua essência, em apenas três relações: a taxa de mais valia, a composição orgânica do capital e a taxa de lucro. O capitalista se volta integralmente para esta última, mas ela está intimamente ligada à taxa de mais valia e à composição orgânica, como vamos demonstrar.

Em primeiro lugar é necessário precisar os conceitos dos componentes do capital em Marx e na contabilidade geral, que segue os preceitos neoclássicos. Para Marx o capital se divide em capital constante (c) e capital variável (v). O primeiro é formado por máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas, combustíveis, energia, etc. O segundo, unicamente pelos salários. O paradigma neoclássico faz a seguinte divisão: capital fixo (máquinas, equipamentos, instalações) e capital circulante (matérias primas, combustíveis, energia e salários). Para tratarmos das relações fundamentais da teoria do valor, obviamente, vamos usar a terminologia marxiana. Chamando taxa de mais-valia de m' ; mais-valia de m , capital constante de c e capital variável de v , as três relações são as seguintes:

- Taxa de mais-valia: $m' = \frac{m}{v}$ é a razão entre mais-valia e capital variável (salários);
- Composição orgânica do capital: $q = \frac{c}{c + v}$ é a razão entre capital constante capital total;
- Taxa de lucro $l = \frac{m}{c + v}$ é a razão entre mais-valia e capital total.

A diferença entre taxa de mais-valia e taxa de lucro é que esta última leva em conta os salários e o trabalho social impregnado nas máquinas, equipamentos, matérias primas (ou seja, o capital total, $c + v$) e a taxa de mais-valia leva em conta apenas o capital variável (v), que no modelo marxiano é representado pelos salários e corresponde ao trabalho necessário.

Fazendo-se uma redução matemática da equação da taxa de lucro ($l = m/(c + v)$), pode-se relacionar o lucro diretamente com a taxa de mais-valia (m) e com a composição orgânica do capital ($q = c/(c + v)$), tornando desnuda uma lei do capitalismo que, antes de

Marx, era impossível de ser vista, pois a análise econômica ficava presa à aparência. Depois da redução, temos:

$$l = m(1 - q)$$

Observe-se que se aumentar a composição orgânica (q), a taxa de lucro diminuirá. Essa hipótese teórica tem gerado muitas controvérsias, desde 1867 (ano de lançamento do Livro I de o Capital), e não é objeto desta pesquisa aprofundar essa discussão. O que nos importa é verificar que a teoria, de acordo com seus pressupostos, possui coerência interna, que vai se relacionar com a lei da tendência à queda da taxa de lucro (OREIRO, s/d) que, por sua vez, se relaciona com as crises cíclicas do sistema. Para esta pesquisa, o importante é verificar que taxa de lucro e taxa de mais valia são grandezas diretamente proporcionais, logo, o aumento da mais-valia representa um aumento da taxa de lucro, *ceterisparibus*.

3.4 A categoria superexploração da força de trabalho

Ruy Mauro Marini, nos seus estudos que redundaram na teoria marxista da dependência (TMD), materializados principalmente em *Dialética da Dependência* (2000 [1ª edição de 1973]), partiu do conceito marxiano de exploração e, aplicando-o à realidade histórica concreta da América Latina, concluiu que, nas economias dependentes, a exploração assumiu uma função especial na busca, pela burguesia nativa, de uma compensação pela desigualdade dos termos de troca com as nações economicamente desenvolvidas. A essa faceta agravada da exploração, ele chamou de superexploração e definiu seus três pressupostos intrínsecos: prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho dentro da jornada e redução do salário abaixo do valor da FT. Permanecendo-se na parte intrínseca da Teoria, os dois primeiros pressupostos podem ser confundidos com os conceitos de mais valia absoluta e mais valia relativa, mas a Teoria é mais profunda e aborda uma questão estrutural, que liga o salário abaixo do valor da FT (sob os auspícios do exército industrial de reserva) aos processos de acumulação – concomitantes, mas contraditórios – no centro e na periferia, em função, justamente, do ciclo do capital na economia dependente. Mas antes de discutirmos essa questão, destacamos que para Marini, não é condição inarredável para a superexploração, a deterioração dos termos de troca:

Não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração da mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado

imediatamente desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. Como observa Marx, “[...] tão logo como os povos cujo regime de produção vinha se desenvolvendo nas formas primitivas de escravidão, relações de vassalagem, etc., se veem atraídos ao mercado mundial, onde impera o regime capitalista de produção e onde é imposto a tudo o interesse de dar vazão aos produtos para o estrangeiro, os tormentos bárbaros da escravidão, da servidão da gleba, etc., se veem acrescentados pelos tormentos civilizados do trabalho excedente (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 155, grifo nosso).

A obra de Marini foi muito pouco estudada e discutida no Brasil, com alguma mudança nesse cenário ocorrendo apenas nos últimos anos. Essa carência tem levado a críticas superficiais que só desqualificam o debate. Muitos críticos de Marini, seguindo a tese de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (que em comunicação feita ao Congresso Latino Americano de Sociologia, Santiago do Chile, 1972, depois publicada na *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales*, lançou duras críticas ao texto (incompleto) da *Dialética da Dependência*, pois que se basearam na edição mimeografada do CESO, de 1972), chegam a afirmar que a superexploração de Marini é apenas uma elevação da taxa de mais valia e que Marini teria se apropriado de uma categoria geral do marxismo, elaborada em elevado grau de abstração para, acrescentando-lhe um superlativo – super – aplicá-la em uma realidade social específica, a América Latina dos séculos XIX e XX. Sobre esse episódio, assim se pronunciou Marini, referindo-se a Fernando Henrique Cardoso e sua crítica:

Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acredita, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento de produtividade (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 91-92).

Marini publicou sua resposta, para a qual não houve tréplica, no *post-scriptum* que escreveu para edição mexicana da *Dialética da Dependência*, de 1973, da qual destacamos o seguinte trecho que esclarece bem o seu conceito de superexploração.

Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, **e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real.** (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 188-189, grifo nosso).

Na sequência dessa reflexão, Marini responde diretamente a Fernando Henrique Cardoso, deixando evidente o seu equívoco interpretativo com relação à Dialética da Dependência:

O que se discute é que se as formas de exploração que se afastam das que engendram a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista. O equívoco de Cardoso está em responder afirmativamente a essa questão, como se as formas superiores de acumulação capitalista implicassem a exclusão de suas formas inferiores e se dessem independentemente destas. Se Marx houvesse compartilhado essa opinião, seguramente não teria se preocupado da mais valia absoluta [*forma inferior de acumulação em relação à mais valia relativa*] e não a haveria integrado, enquanto conceito básico, em seu esquema teórico. [e no pé de página correspondente, cita Marx: '*A produção de mais valia absoluta é a base geral sobre a que descansa o sistema capitalista e o ponto de arranque para a produção de mais-valia relativa*' (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 189, colchetes nossos).

Mesmo sem uma análise mais profunda é possível constatar que **a superexploração em Marini não se confunde com uma simples elevação da produtividade** ou aumento de jornada e/ou aumento da intensidade do trabalho. Embora esses dois últimos elementos sejam constituintes de processos de superexploração, ela é uma nova categoria teórica, primeiro, por estar no âmago do **sistema de acumulação das economias dependentes através da cisão do ciclo do capital**, o que torna bastante específico esse sistema de acumulação na divisão internacional do trabalho. Segundo, porque **sua característica fundamental é o salário abaixo do valor da FT** (o que representa uma violação da lei tendencial de pagar a mercadoria FT pelo seu valor). Isso vai além de um simples aumento de jornada ou de intensidade do trabalho. Assim, a superexploração é, para este referencial teórico, uma categoria estrutural de uma especificidade do capitalismo chamado dependente e sem ela, a teoria da dependência fica incompleta, pois mesmo o conceito de subimperialismo, praticado por países integrantes de um espaço econômico-político semiperiférico, está articulado à necessidade de superexploração para poder atrair sócios do centro (ou núcleo orgânico).

Embora Marini considere a superexploração uma categoria estrutural da dependência, e nós concordamos com isso, para esta pesquisa, ela não é exclusiva do capitalismo dependente, podendo acontecer no centro do sistema quando, em períodos de crise, a flexibilização dos salários para o alcance do equilíbrio do mercado de trabalho, permite o pagamento dos salários abaixo do valor da FT, além de outras situações específicas. Afinal, acumulação de capital só acontece com exploração e mais ainda, com superexploração.

Osório (2013, p. 54), sem medo do dogmatismo (e para alguns, cometendo uma heresia), trata dessa questão citando o próprio Marx:

Quando [Marx] faz referência aos mecanismos para contrarrestar a queda da taxa de lucro, indica como segundo mecanismo a “compressão do salário para abaixo do seu valor”, e na nota de rodapé que dali se segue agrega: “isto é, abaixo do valor da força de trabalho”. O breve texto de cinco linhas que forma esta seção aponta: ‘Isso só se cita aqui empiricamente, já que [...] nada tem a ver com a análise geral do capital [...]’. Mesmo assim, é uma das causas mais importantes de contenção da tendência de queda da taxa de lucro.

Voltando ao O Capital, agora na tradução da edição mexicana da *Fondo de Cultura Económica*, 1973, Osório (2013) lembra que, no nível de abstração do Livro I, Marx considera a possibilidade do pagamento do salário abaixo do valor da FT, mas abstrai esse fato real na sua construção teórica, para mostrar que a teoria do valor demonstra haver exploração, mesmo quando valor e preço da FT são coincidentes. Marini partiu daí e trabalhou a questão empírica do preço (salário) menor que o valor da FT (equivalente ao *trabalho necessário*) na formação social concreta da América Latina e a isso, junto com outras condicionantes, ele chamou de superexploração. Vejamos a citação de Marx (Livro I).

A compressão do Salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho, [...] apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive, portanto, a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor (OSÓRIO, 2013, p. 54).

E Osório completa sua heresia, afirmando corajosamente que, embora Marx, em seu esforço metodológico para construção de uma teoria geral, tenha abstraído a possibilidade (que ele sabia real) do pagamento de uma mercadoria abaixo do seu valor, isso se tornou, nas economias dependentes, uma regra e não uma exceção.

Mas aquelas modificações de pressupostos presentes na ‘análise geral do capital’, tais como salários abaixo do valor da força de trabalho, não são apenas possíveis, mas sim necessárias no momento de incorporar níveis de concretude, na medida em que são outros os problemas a serem decifrados (OSÓRIO, 2013, p. 54).

Essa aparente contradição de Marx, que estaria violando a lei do valor, só pode ser considerada contradição no âmbito da lógica formal. Para Osório (2013), essa lógica é pobre quando trata da realidade de formações sociais concretas. O que cabe aí é a dialética, onde o ser é pensado como “simultâneo não-ser”, mas esta é outra discussão que foge ao escopo da pesquisa. Voltando à Marini, para os que confundem o conceito de superexploração com aumento da produtividade do trabalho, Marini explica:

[...] a determinação da taxa de mais valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho,

isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 146).

Marini, na mesma página da referência acima, cita uma passagem “incluída em *El Capital*, I, XVI, p. 1.008-1009, Plêiade; que não aparece na edição da *Fondo de Cultura Económica*, onde corresponderia ao tomo I, cap. XIV, p. 428”, que é elucidativa quanto ao assunto em discussão:

O trabalho deve [...] possuir um certo grau de produtividade antes que possa ser prolongado mais além do tempo necessário ao produtor para garantir a sua subsistência, mas não é jamais essa produtividade, qualquer que seja seu grau, a causa da mais-valia. Essa causa é sempre o trabalho excedente, qualquer que seja o modo de extorqui-lo (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 146).

Marx, no nível de abstração do Livro I (de *O Capital*), considera que a força de trabalho é paga pelo seu valor e mesmo assim há exploração (trabalho excedente, não pago). Pagar salário abaixo do valor da FT, portanto, pode ser considerado mais que a exploração, nos termos do Livro I, embora Marx não use o termo superexploração. Trata-se, segundo Marini (2000), de apropriação pelo capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, que se converte em fundo de acumulação capitalista.

Para Marini (2000) a superexploração do trabalho está intimamente ligada à dependência. Nessa perspectiva teórica, essa categoria começa a se manifestar na América Latina a partir de meados do século XIX, quando as exportações de alimentos e matérias-primas para a Europa foram fatores essenciais para o rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho naquele continente e, portanto, para a predominância da extração da *mais-valia* relativa dos trabalhadores europeus. Esta pesquisa entende, entretanto, que a teoria marxista da dependência não deve funcionar como uma camisa de força teórica, presa a cortes temporais muito rigorosos. Para nós, a essência do pensamento *mariniano* está na relação entre a superexploração e as trocas desiguais, tendo como pano de fundo o *gap* tecnológico e o exército industrial de reserva (que tem a ver com o ciclo do capital na economia dependente). E mesmo que não houvesse trocas desiguais, nos países com menor grau de desenvolvimento tecnológico ligados ao mercado mundial, a sede de lucro levaria (como leva) à superexploração.

Nesse sentido, tomamos a evidência histórica. Essas exportações (da AL) já eram significativas desde a segunda metade do século XVIII e continuaram a sê-lo nos séculos XIX e XX quando o atraso tecnológico mantinha o continente no mesmo lugar na divisão internacional do trabalho: produtor de *commodities* agrícolas e minerais para exportação. Por isso esta pesquisa entende que a superexploração continuou a existir por todo o século XX e adentrou no século XXI (LUCE, 2013), como forma não só de compensar as trocas desiguais, mas como meio de proporcionar uma acumulação acima do que as condições gerais de produção proporcionam. E que condições gerais seriam essas? – o pagamento do salário pelo valor da FT, ou seja, pelo valor dos meios de subsistência do trabalhador e sua família.

Marini (2000) esmiúça bem o papel da superexploração na posição da América Latina dentro do processo global de acumulação. Ao chamar para o entendimento do porquê que “a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa”, ele é incisivo:

Já mencionamos que uma das funções que lhe foi atribuída [à América Latina], no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali [na Europa] se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América latina contribuiu para criar, e que alcançou o seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o aumento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 146-147).

Nesse debate é imprescindível a discussão sobre o hiato ou *gap* tecnológico. Essa é outra variável que ajuda a explicar a superexploração nas economias dependentes. No caso da singularidade do Maranhão, mesmo com a queda das exportações de algodão na transição do século XIX para o século XX, os novos arranjos produtivos, constituídos em torno do babaçu e do arroz, continuaram pagando salários abaixo do valor da FT. E esse fato continuou sendo um fator decisivo para compensar as trocas desiguais com países do centro (e a partir dos anos 1930, com São Paulo), atenuando assim a diferença de produtividade causada pelo *gap* tecnológico sendo, ao mesmo tempo, um dos fundamentos da dependência que, por sua vez, era causada – dentre outros motivos estritamente econômicos – pela variável exógena da falta de capacidade político-econômica da burguesia (com feições aristocráticas) agroexportadora local, sempre ligada organicamente ao estado oligárquico.

Esse fato coloca a superexploração da força de trabalho no Maranhão no contexto do processo global de acumulação, permitindo aos agroexportadores, mesmo com deterioração dos termos de troca, lucros significativos que não convertiam em poupança ou investimento, mas em consumo de ostentação como informado em testemunhos da época (PAXECO, 1923; VIVEIROS, 1992), não produzindo uma acumulação capaz gerar dinamismo às atividades econômicas internas. A falta de investimentos em tecnologia e processos, por seu turno, forçava o uso recorrente da superexploração da FT, para compensar as perdas nas relações comerciais com países e estados de maior produtividade. Formou-se um círculo vicioso que só poderia redundar no atraso.

Marini (2000) considera a dependência parte do processo dialético de desenvolvimento do capitalismo mundial e não uma de suas etapas pela qual todos os países devem passar; e a superexploração, uma característica estrutural da dependência. Isso fica bem claro quando ele trata do desenvolvimento da economia mercantil latino-americana em função do mercado mundial:

Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a cumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante **uma acumulação baseada superexploração do trabalhador**. É nessa contradição que radica a essência da dependência latino-americana (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 162, grifo nosso).

Fica evidente que, para Marini(2000), o principal fundamento da dependência é a superexploração da FT, mas a polêmica em torno dessa categoria exige mais aprofundamento. Há, nos meios acadêmicos, profícuo debate sobre o significado da superexploração, com muitos afirmando que ela não pode nem ser considerada digna de discussão porque não foi citada por Marx. Voltando à crítica mais comum de que a superexploração é apenas uma elevação da taxa de mais-valia (pelo aumento de jornada e/ou de intensidade), muitos afirmam que, num nível mais geral de abstração, todo capitalismo tem aumento da taxa de mais valia (também chamada de taxa de exploração), logo, a superexploração (que nesta visão seria um simples aumento dessa taxa) não pode ser considerada uma especificidade da dependência latino-americana. Seria uma característica geral do capitalismo abrangida pela categoria marxiana da exploração.

Primeiro, em defesa do conhecimento, o estudo científico dos modos de produção em geral e do capitalismo em particular, não se esgotou em Marx. Se o que não está literalmente nos escritos desse autor não pode ser considerado ou mesmo discutido, é prudente suspender toda a pesquisa nesse campo. Se pensarmos assim, Marini não poderia ter escrito a teoria

marxista da dependência em 1973 e Flávio Farias não poderia ter aprofundado o estudo sobre o Estado Capitalista Contemporâneo no ano 2000, embora ambos tenham utilizado o método marxiano para desenvolver construções inacabadas do marxismo. Segundo, se o senso comum tomar **isoladamente** os dois primeiros pressupostos *marinianos* da superexploração – o aumento da jornada e a intensificação do trabalho – poderia concordar que a chamada superexploração era, na verdade, uma exploração, só que com uma taxa de mais-valia mais elevada, mas o exposto acima, que foi além do senso comum, mostrou, com rigor teórico, a diferença entre aumento de produtividade do trabalho e aumento da taxa de mais-valia e que a característica central da superexploração é o pagamento do salário abaixo do valor da FT.

Marini (2000), por estar tratando de uma formação social específica, (América Latina em dado momento histórico) trabalha com um nível de abstração menor. Ele usa elementos da realidade concreta dos países dependentes e faz um diálogo com a teoria das trocas desiguais, com a transferência de mais-valia da *periferia* para o *centro* e com o *gap* tecnológico que se expressa na baixa produtividade das economias do continente. Esses fatores bem específicos de realidades concretas (Brasil, Argentina, México, Chile, etc.) o levaram a anotar evidências de que as burguesias autóctones buscaram na superexploração, uma forma de diminuir a grande desvantagem nas trocas comerciais com os países do centro e também, como forma de auferir lucros extraordinários, mesmo quando da ausência de trocas desiguais.

Teoricamente isso parece não se encaixar porque salários abaixo do valor da mercadoria força de trabalho levam, no longo prazo, à extinção (pela fome) dos proprietários dessa mercadoria. Mas Marini introduz na análise **o exército industrial de reserva**, que em todos os países da região, cresceu bastante desde a primeira revolução industrial no século XVIII, quando a Inglaterra criou dificuldades para a continuidade da escravização de africanos (fim do tráfico de escravos em 1850, por exemplo), porque almejava um mercado consumidor global para sua indústria. No caso do Brasil, esse exército de reserva cresceu em fins do século XIX com a migração estrangeira iniciada antes da abolição. E depois desta, a oferta do fator trabalho ficou totalmente elástica, permitindo assim, a superexploração, pela facilidade de substituir “peças desgastadas” (trabalhadores exauridos) pelo excesso de oferta da mercadoria força de trabalho.

3.5 Marini e o ciclo do capital na economia dependente

A teoria da dependência já havia enunciado que a economia latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para realizar-se, uma vez que já nasceu para

atender as necessidades de circulação do capitalismo mundial. Marini (2000) observou que isso causou uma cisão no ciclo do capital nas economias dependentes, justamente por estas não dependerem de um mercado interno uma vez que seus sistemas de acumulação estão voltados para fora, tanto no sentido das exportações de bens primários, quanto da importação de manufaturas.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias [...] O consumo individual dos trabalhadores representa um elemento decisivo na criação de demandas para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. [...]. Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, **a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário**, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 162-164, Grifo nosso).

Aqui cabe um parêntesis. É certo que Marini (2000), quando trata de dependência, está se referindo a período posterior à independência política dos países da América Latina – que integram o limite geográfico do seu objeto de estudo –, mas isso não quer dizer que não houve cisão do ciclo do capital no período da colonização. Rezende (2007), ao analisar o período do mercantilismo, esclarece com rigor a cisão do ciclo da capital nas colônias.

Essa articulação econômica mundial, tonada possível pela expansão ultramarina europeia, faz com que as diversas áreas envolvidas acabem especializando-se produtivamente, passando a produzir não para abastecer seus mercados internos, mas em muitos casos, exclusivamente para abastecer a Europa Ocidental com determinadas mercadorias. Essa dependência quase absoluta do mercado externo transforma algumas dessas áreas – a América e a África –, em meras unidades produtoras, que realizam apenas a primeira etapa do ciclo econômico – a produção –, dependendo inteiramente da Europa Ocidental, para que o ciclo econômico iniciado por sua atividade produtiva se complete, mediante a distribuição e o consumo. [...]. Essa dependência estrutural da circulação de sua produção que a América e África, e em menor escala a Ásia e a Europa Oriental têm, e que é feita pela Europa Ocidental valoriza enormemente o transporte marítimo, agora medido em termos transoceânicos [...] (REZENDE, 2007, p. 88-89).

Voltando à economia dependente, o resultado do casamento entre a cisão do ciclo do capital com o aumento do exército industrial de reserva gera uma compressão no salário (que representa o consumo individual dos operários) para abaixo do valor mínimo necessário para a subsistência dos detentores da mercadoria força de trabalho.

Como já dito, esta pesquisa não considera nenhuma teoria pronta e acabada, mas processos de permanente construção dialética. Assim, utiliza como categoria teórica a

superexploração tal como definida na teoria marxista da dependência, mas com os desenvolvimentos cabíveis. Na próxima seção, o nível de abstração vai se reduzir drasticamente com a utilização de dados empíricos sobre a economia do Maranhão – do final do século XIX, de todo o século XX, até a primeira década do século XXI – em nível do preço corrente dos meios de subsistência dos trabalhadores e seus respectivos salários, para a constatação do pagamento de salários abaixo do valor da FT, além das contextualizações das exportações e importações com os ciclos de *Kondratieff* (que retratam as crises cíclicas do capitalismo) e aos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi.

Não serão tratados aqui assuntos referentes à relação entre o *gap* tecnológico e a elasticidade renda das exportações, mas destaca-se que a realidade histórica tem demonstrado que as exportações de países mais atrasados tecnologicamente (em relação à fronteira do conhecimento situada nos países centrais), aumentam com o aumento da renda do resto do mundo, só que concentradas em *commodities*, com participação secundária da indústria que, nesses países, dependem muito da desvalorização do câmbio (subida do dólar) para melhor competir no mercado externo, com a ajuda decisiva de outros fatores, ligados ao sistema interno de exploração, com destaque para a superexploração.

4 ESTADO E CAPITAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DO ESTADO OLIGÁRQUICO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO MARANHÃO

Nesta seção, que precede a apresentação dos dados e indicadores econômicos do período de 1890 a 2010 relacionados à superexploração da força de trabalho, torna-se necessário verificar alguns pressupostos teóricos que vão embasar a discussão, sobre o papel do estado oligárquico na recorrente situação de atraso socioeconômico do Maranhão.

4.1 Essência e fetichização

Se não tratarmos da fetichização do Estado e não desnudarmos sua relação visceral com o capital, a análise ficará restrita a aparência, perdendo todo o seu propósito. Assim, para tratarmos desse tema, buscaremos base nos referenciais teóricos da pesquisa. Uma das grandes contribuições de Marx para cultura humana foi a determinação da contradição principal da sociedade capitalista: a contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção. Outros diriam: foi a teoria do valor e outros ainda: foi a definição da luta de classes como motor da história. Bem aqui temos que fazer um exercício revolucionário: buscar a medula da análise dialética da história, que pode ser resumida em saber identificar a contradição principal e as contradições secundárias de cada formação social historicamente determinada. Em toda a história, a partir do fim da comunidade primitiva, teve luta de classes, mas os modos de produção só mudaram quando o avanço das forças produtivas não cabia mais nos limites de determinadas relações sociais de produção. Tomando o exemplo mais recente – a transição do feudalismo para o capitalismo – vimos que o avanço da ciência que possibilitou as grandes navegações e o comércio a nível mundial, gerou uma acumulação de capital que não cabia mais na estrutura dos feudos de nobres e clérigos, cada qual com sua moeda e suas leis. Um novo modo de produção se impunha a partir de alterações na base econômica da sociedade e isso exigia um novo ser histórico: o Estado Nacional, com unidade não só política, mas, principalmente, monetária e jurídica.

Com o desenvolvimento da manufatura e a expropriação dos camponeses e mestres de ofício dos seus meios de produção, tornava-se necessário uma estrutura institucional que garantisse a nova ordem econômica baseada na exploração da força de trabalho para a produção para o mercado. Mas isso – o trabalho assalariado – teria que parecer um avanço e não a manutenção da escravidão em outras bases. “O capital constrói um mundo sustentado na *ficção real* de homens livres e iguais.” (OSÓRIO, 2013, p.53). De modo que o trabalhador “se

vê obrigado a se submeter incessantemente, numa escravidão que desaparece apenas na aparência. A liberdade do trabalhador se apresenta como seu contrário: escravidão e sujeição ao despotismo do capital.” (OSÓRIO, 2013, p.53).

Osório (2013), seguindo Marx, sustenta que se as relações sociais de produção se expressassem abertamente, a ficção da *liberdade e igualdade entre todos* se romperia. Ele enumera alguns dos principais fetiches que sustentam a legitimação da sociedade capitalista:

Estado como árbitro, ou como contrato social, e não como violência de classes concentrada; lucro como expressão de valor novo, resultado do capital, e não como mais-valia, valor novo gerado pelo capital variável; salário como pagamento do trabalho e não como pagamento da força de trabalho; cidadania eleitoral como igualdade política (cada cabeça conta apenas um voto), num mundo onde impera a desigualdade econômica e política (OSÓRIO, 2013, p. 53).

Desses, o fetiche maior é a democracia burguesa: *uma cabeça, um voto*. Isso é lindo no nível da abstração positivista, mas o contraste entre a *forma estado* abstrata, ancorada no lema de “promotor do bem comum” e a *forma do estado* oligárquico, prebendário, perdulário e patrimonialista, mostra – infelizmente não para a maioria – que o Estado não é uma entidade neutra e acima das classes e seu grau de autonomia quando se trata da defesa dos interesses históricos dos detentores da mercadoria força de trabalho, é praticamente nulo. Basta ver o Estado na singularidade do Maranhão, apenas no longo século XX (1890-2010).

4.2 A ligação orgânica estado-capital

A Obra de Marx é monumental, mas não abarca a totalidade das categorias que, mesmo como modelos (com variados níveis de abstração), buscam analisar a realidade de todas as formações sociais da história humana. Não foi possível para Marx (a vida tem limite temporal) concluir uma teoria do estado capitalista como totalidade social, mas o seu método de investigação deixou as ferramentas para que outros estudiosos continuassem a tarefa. Para Farias (2000), o estado capitalista é uma totalidade concreta, complexa e contraditória. Ele destaca que análises importantes (sobre o estado capitalista) com as de Weber e Lênin, abstraíram aspectos importantes dessa totalidade e afirma: “Não existe somente uma estrutura, mas também uma genealogia, um fetichismo, uma teleologia [...] É, portanto, necessário, completar a crítica do estado capitalista em nome do devir, do movimento, da mobilidade geral.” (FARIAS, 2000, p.17).

Farias (2000, p. 24) rejeita a ideologia formalista que coloca o direito, as regras e os contratos como “[...] expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma

[forma-estado].” Ele discute a primazia do econômico ante o estado, fugindo da armadilha da lógica formal que leva ao determinismo, buscando uma explicação dialética:

Do ponto de vista ontológico, atribui-se uma primazia do capital em relação ao Estado, mas não se estabelece nenhuma hierarquia ou permuta de papel entre estas, nem entre as outras formas do ser social. Em geral, quando se atribui uma primazia ontológica à base, ao ser e à produção em relação e respectivamente à superestrutura, à consciência e à circulação, supõe-se simplesmente que o primeiro elemento pode existir, mesmo quando o segundo é abstraído; enquanto o inverso é impossível, por razões ontológicas (FARIAS, 2000, p. 26).

Justamente por usar o método dialético, Farias (2000) não coloca a “primazia da base” num sistema hierarquizado, rígido. Ele mostra que base e superestrutura estão intrinsecamente ligadas por um conjunto de relações e mesmo assim, são dotadas de certa autonomia, por isso a forma-estado é contraditória. No desenrolar dessa linha de argumentação ele chega ao pressuposto que interessa a esta pesquisa – a existência de uma relação orgânica entre estado e capital.

Quando se considera um aspecto particular da forma-Estado para apreender sua natureza capitalista, trata-se do efeito e o capital é causa. Quando se considera um outro aspecto particular da forma-Estado para apreender seu papel na economia capitalista, o Estado é a causa, enquanto o capital é o efeito. Quando se consideram estes casos particulares, nas suas conexões gerais, no contexto da formação econômica e social capitalista, o que era causa vem a ser efeito e vice-versa. De modo que a determinação, em última instância, pela base técnica e econômica se reduz, por abstração, a uma questão metodológica. Desde então, o que importa é a reciprocidade ou a relação orgânica entre Estado e capital (FARIAS, 2000, p. 26).

Farias (2000, p. 28) trata o estado como um silogismo composto de três termos: “a forma-estado (generalidade), a forma de estado (particularidade) e a forma do estado (singularidade).” A forma-Estado incorpora a particularidade e a singularidade e estas últimas, descem a especificidades dentre as quais destacaremos o regime de acumulação e o espaço histórico-geográfico onde ele ocorre. Nessa linha, ao tratarmos da singularidade do estado oligárquico no Maranhão, entre 1890 e 2010, vamos contextualizar seus aspectos específicos com as relações centro-periferia nesse período. Dentre os aspectos específicos, está a marca do domínio familiar e sua relação com o latifúndio e a grilagem (coronelismo) dominante em todo o interior, principalmente do segundo pós-guerra até a primeira década do século XXI. Antes, porém, é necessário rever a literatura marxista clássica sobre o estado para somente depois, fazermos a ligação entre os indicadores da superexploração da força de trabalho e o papel do estado oligárquico na consolidação do atraso socioeconômico no Maranhão.

4.3 O estado em Marx, Engels e Lênin

4.3.1 O estado em Marx

Ao analisar a concepção marxiana do estado muitos levantam a seguinte questão preliminar: a que etapa da evolução do pensamento de Marx os analistas estão se referindo? O Marx da juventude ou o da maturidade? Seria essa discussão estéril? Marx nasceu em 5 de maio de 1818 na cidade de *Téveris*, reino da Prússia (hoje Alemanha) e faleceu em 14 de março de 1883 em Londres, Inglaterra, antes de completar 65 anos. Teve uma vida dedicada à pesquisa e à organização dos trabalhadores. Deixou contribuições nos campos da filosofia, economia, sociologia e história. Foi jornalista e, principalmente, um revolucionário.

Em 1841, com 23 anos, concluiu o Doutorado com a Tese *A Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e de Epicuro*, onde destacou a visão de Epicuro de buscar a liberdade do homem nos domínios da natureza (matéria), em oposição ao determinismo naturalista de Demócrito, que buscava o refúgio dessa liberdade no espírito.

Destacaremos as principais obras de Marx para em seguida, buscarmos nelas, elementos de sua teoria do Estado, que ficou inacabada. Em 1844 publicou dois ensaios: *Introdução à Crítica da Filosofia de Hegel* (onde rompe com a esquerda hegeliana) e *Sobre a Questão Judaica*, ambos em uma única edição Revista *Anais Franco-Alemães*. Ainda em 1844 publicou *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e, em 1846, aos 28 anos de idade, apresentou ao mundo *A Ideologia Alemã*. Em 1847 lançou *A Miséria da Filosofia*, onde critica o socialismo de Proudhon, que considerava liberal e idealista. Nesse mesmo ano elabora, com Friedrich Engels, o *Manifesto Comunista*, divulgado em 1848. Em 1849 foi exilado em função da derrota das revoluções de 1848. Estabeleceu-se em Londres onde escreveu em 1850 e 1852, respectivamente, *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Neste último analisa as características essenciais do bonapartismo, critica a opressão da burocracia estatal e discute o papel do partido como condutor da aliança entre o campesinato e o operariado urbano na revolução.

Em 1859, aos 41 anos, publicou a célebre *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, prenunciado sua obra máxima, o *Capital*, cujo volume I foi publicado em 1867. Marx ainda em vida, completou a trilogia sobre a luta de classes na França, ao lançar, em 1871, *A Guerra Civil na França*, onde trata da Comuna de Paris. Faleceu em 1883 em meio a um intenso trabalho de redação do restante de *O Capital*, cujos volumes II e III foram publicados por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894.

Como já destacado na Seção 3 (que trata dos aspectos teóricos da categoria da superexploração), Marx bebeu em três fontes, oriundas justamente dos países onde viveu e produziu intensamente: Alemanha, Inglaterra e França que, em sua época, apresentavam a mais densa produção intelectual de toda a Europa. Assim, a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo utópico francês, que representavam a fina flor do conhecimento ocidental, foram para Marx os alicerces de onde ele erigiu sua poderosa crítica direcionada ao modo de produção capitalista, que envolve uma base econômica e uma superestrutura institucional. Nesta última reina o Estado. Mas o que era o Estado para o Marx ao longo de sua vida intelectual? Destacaremos aqui sua posição nas seguintes obras: *A Ideologia Alemã*, de 1846; *o Manifesto Comunista*, de 1848 e *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859.

Já em 1846, em *A Ideologia Alemã*, considerada uma obra do final da juventude de Marx, ele afirma:

Já que o Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real. Do mesmo modo, o direito é reduzido, por seu turno, à lei (MARX; ENGELS, 2006, p. 98).

Em 1848, no *Manifesto Comunista*, em coautoria com Engels, Marx afirma as bases de sua concepção de Estado:

Com a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno estado parlamentar. Um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2006, p. 27).

Antes de escrever sua obra máxima – *O Capital* – Marx apresentou um ensaio que oferecia um vislumbre do que estava prestes a escrever. Falamos do livro *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Publicado em janeiro 1859, quando o autor tinha 41 anos, representou, na visão de Engels, a entrada da Alemanha – pela porta da frente – no círculo dos grandes economistas do mundo: “Em todos os campos da ciência, os alemães têm demonstrado há muito tempo que valem tanto - às vezes até mais - que o restante das nações civilizadas. Havia somente uma ciência que não contava com o talento alemão: a Economia Política.” (MARX, 2008, p. 273).

Por incrível que pareça, é no prefácio dessa obra que se encontra a visão de Marx sobre o Materialismo Dialético e, dentro dele, sua visão mais elaborada do papel do Estado na sociedade burguesa. Seguindo aqui a orientação de Lênin quando escreveu *O Estado e a Revolução*, não temos como fugir de citações longas de trechos desse prefácio, onde encontramos o cerne da dialética marxiana.

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de ‘sociedade civil’. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 2008, p. 47).

É uma constatação decisiva, anunciada com a extrema naturalidade que caracteriza os grandes pensadores. As instituições jurídicas-políticas não se originam de abstrações idealistas: “essas relações [jurídicas, bem como as formas do estado], têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência”(extrato da citação acima). Mais adiante, num impressionante poder de síntese, ele resume sua teoria:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 47).

Em seguida Marx deixou um ensinamento que foi negligenciado até por grandes revolucionários, como Lênin. Disse Marx (2008, p. 48): “Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter”. Além disso, na citação abaixo, Marx tocou na contradição principal da sociedade de classes: **o conflito entre as forças produtivas e as relações sociais de produção**. Simplificando, as forças produtivas no capitalismo (que se desenvolveram ao ponto de trabalhar com capacidade ociosa para não haver superprodução), têm sua produção realizada coletivamente, mas as relações sociais

impõem a apropriação privada da riqueza gerada por todos. Aí reside a semente da mudança. Vamos às palavras de Marx (2008, p. 48):

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, **pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção**. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade.

Alguns autores (e Lênin já denunciava isso em 1917) buscam passar a ideia de que Marx na maturidade mudou sua visão de estado conforme expressa no Manifesto de 1848, reconhecendo, em *O Capital*, por exemplo, que o estado burguês tinha forte dose de autonomia para defender os direitos dos trabalhadores. O professor Nilson Nobuaki Yamauti, em artigo intitulado *As concepções de Estado e de Direito em O Capital, de Karl Marx* (2004) argumenta nessa direção.

Embora considerasse o Estado - desde 1848 no *Manifesto Comunista* - um instrumento de dominação de classe, Marx revela nas páginas de *O Capital*, obra publicada a partir de 1867, uma clara e engajada estima em relação às atividades de denúncia e de fiscalização de fábricas e em relação à tentativa de proteção dos trabalhadores que os agentes de Estado exerciam com grande tenacidade. E exprime em seu texto a mesma indignação de teor ético e humanitário presente nos relatórios oficiais de inspetores que fiscalizavam as fábricas, de comissões do governo e do parlamento, de médicos sanitaristas e de juristas a serviço do poder público (YAMAUTI, 2004, p. 1).

O fato de reconhecer que funcionários do estado burguês podem ter atitudes humanitárias ou mesmo de defesa aberta a certos direitos da classe trabalhadora, de modo algum se configura com uma mudança na concepção do papel do estado na sociedade de classes. Observando o pensamento de Marx nas três fases citadas de sua existência: em 1846 com *A Ideologia Alemã*; em 1848, com o *Manifesto Comunista* e em 1859, já na maturidade, com a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, vamos encontrar uma coerência firmada naquilo que foi tão bem exposto por Engels (baseado em notas de Marx) na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* comentada a seguir: que o Estado é produto da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes sociais e que ele existe para manter a propriedade privada e o sistema de acumulação assentado na exploração de uma classe por outra. Essa é a essência. O resto [...]. Assim podemos concluir que, para Marx, o estado é a organização política da classe dominante. Mesmo que temporariamente possa ser

dirigido por forças populares, o que estas podem alterar é o volume de benefícios sociais, não o sistema em si, como será visto em análise adiante exposta.

4.3.2 O estado em Engels

Marx faleceu em 1883 e deixou uma quantidade considerável de manuscritos sobre diversos assuntos, resultantes de décadas de estudos e pesquisas individuais e com o amigo Friedrich Engels, que viveu até 1895 e conseguiu editar e publicar boa parte desse material, com destaque para os volumes II e III de *O Capital*. Mas há uma obra que, embora seja baseada em notas de Marx, Engels teve que desenvolvê-la, apoiando-se diretamente no trabalho do norte americano Lewis H. Morgan, *Ancient Society* (Sociedade antiga), de 1877 e em seus próprios conhecimentos sobre a sociedade germânica. Falamos de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1984 [1ª ed. De 1884]). No prefácio dessa primeira edição, Engels fornece os créditos:

As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história [...]. Meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como de também de suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que cabíveis (ENGELS, 1984, p. 1-2).

Nessa obra, Engels trata do processo de dissolução da *gens* em três exemplos históricos significativos: o grego, o romano e o germano. Nos dois primeiros, se baseou quase que totalmente em Morgan, mas no germano, acrescentou elementos de suas próprias investigações. Em síntese da síntese, a evolução das forças produtivas (e a consequente divisão do trabalho) foram criando, ao longo da história do homem, contradições sociais que, com o advento da propriedade privada sobre a antiga propriedade comunal, terminou por destruir a organização gentílica e originou o estado, que já nasceu como representação político-militar da classe dominante de cada período. Tratando da dissolução da *gens* na gênese do estado grego, Engels apresenta uma nova análise, pelas lentes do Materialismo Histórico.

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da

sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado (ENGELS, 1981, p. 119-120).

Engels (1981) vai desenvolvendo sua argumentação, sempre sobre o mesmo paradigma de que o avanço das forças produtivas coadunado com o aumento populacional solapou as bases da organização gentílica e fez surgir a propriedade privada e com esta, as classes sociais, tornando imprescindível, para as classes proprietárias, o surgimento do estado. As citações a seguir são para deixar bem claro a visão de estado em Engels, baseada – como ele mesmo afirmou – em anotações de Marx.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1981, p. 193-194).

Engels continua caracterizando o Estado como organização política da classe dominante. Apresentamos abaixo a última citação dessa importante obra do marxismo.

“A força de coesão da sociedade civilizada é o estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada” (ENGELS, 1981, p. 199).

Engels (1981, p. 194) chegou a mencionar uma possibilidade em que “o poder do estado adquire certa independência”, mas como exceção em períodos onde a *personalidade* deixa marcas na história como o bonapartismo do primeiro império francês e o estado bismarkiano na Alemanha. Todo o restante da argumentação de Engels aponta para o estado como instituição da classe dominante, com missões essenciais bem definidas, que o impedem, pelo menos nesses casos centrais – de defesa da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes sob os alicerces da exploração –, de ter qualquer autonomia.

4.3.3 O estado em Lênin

A obra referencial de Lênin sobre o Estado é *O Estado e a Revolução*, publicado em setembro de 1917, às vésperas da revolução russa da qual ele (que chegou a Petrogrado na

madrugada de 4 de abril daquele ano), foi o segundo principal protagonista, depois do proletariado. Nessa obra Lênin partiu dos pressupostos de Marx e Engels, mas foi além deles, pois vivenciava, então, a era do imperialismo e pode acrescentar novos elementos à crítica marxista do Estado.

Lênin (2011) começa sua obra denunciando a sorrateira dubiedade da crítica burguesa ao pensamento revolucionário, que começa com a perseguição aberta e depois toma a forma de “domesticação”. Lênin enfrenta o que considera deturpação do marxismo pelo oportunismo, que buscava alianças com setores da burguesia e não a emancipação do proletariado.

Dá-se com a doutrina de Marx, neste momento, aquilo que, muitas vezes, através da História, tem acontecido com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes do movimento libertador das classes oprimidas. Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo do ódio mais feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois da sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para "consolar" das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o.

[...]. Em tais circunstâncias, e uma vez que se logrou difundir tão amplamente o marxismo deformado, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, teremos de fazer longas citações das obras de Marx e de Engels. Essas longas citações tornarão pesada e exposição e não contribuirão para torná-la popular; mas, é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens de Marx e Engels, pelo menos as passagens essenciais que tratam do Estado, devem ser reproduzidas sob a forma mais completa possível, para que o leitor possa fazer uma ideia pessoal do conjunto e do desenvolvimento das concepções dos fundadores do socialismo científico. Assim, apoiados em provas, demonstraremos, à evidência, que o atual ‘kautskismo’ as deturpou (LÊNIN, 2011, p. 35-36).

Não por acaso, a primeira citação de Lênin é um trecho da obra de Engels *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, comentada na seção anterior. Lênin apresenta: “Resumindo sua análise histórica”, diz Engels (1981, p. 191):

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, ‘a realidade da Ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da Razão’ como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da ‘ordem’. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Segundo Lênin (2011, p. 37):

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Lênin escreveu o *Estado e a Revolução* entre abril e agosto de 1917, às vésperas da tomada do poder pelos *soviets*. Trata-se, portanto, de uma obra militante onde o autor foi buscar toda a essência revolucionária da concepção marxiana do estado, para enfrentar as tentativas de rebaixamento dos objetivos da mesma.

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram (LÊNIN, 2011, p. 38).

Para Lênin, que partiu de Marx e Engels, o estado era a representação política dos interesses das classes dominantes. A revolução proletária precisava tomá-lo e usá-lo num primeiro momento – para derrotar a burguesia –, mas depois de extintas a propriedade privada e o sistema de classes sociais, ele não teria mais razão de existir. Em *O Estado e a Revolução* Lênin enfrenta de modo radical aqueles que chama de “marxistas vulgares” e populistas. Líderes que se apresentavam como ligados aos interesses de operários e camponeses mas que, no fundo, buscavam atalhos para o poder através de alianças com a burguesia para ocupação de cargos no aparelho de estado. Para Lênin o estado iria “definhar”, desaparecer mesmo com o triunfo do comunismo. Sua morte prematura, aos 54 anos de idade, não permitiu que ele continuasse seus estudos sobre o papel do estado na revolução socialista e a transição para uma sociedade sem classes. Esse trabalho ficou para os estudiosos de hoje.

4.4 A “autonomia” do estado como árbitro entre os interesses de classe

Seguindo o referencial teórico adotado pela pesquisa, acima visitado, entendemos que o estado não é uma instituição neutra, voltada para a busca do “bem comum”. Não é uma instituição imparcial nos seus julgamentos dos conflitos sociais. Questionamos a autonomia aceita até por teóricos marxistas, porque, nas questões que tocam nos interesses centrais da classe burguesa, como a *propriedade privada* e o *sistema de exploração*, o estado

representativo moderno não tem margem para cerrar fileiras em uma posição contrária. O que muitos confundem com autonomia (que adjetivam de “relativa”) do estado, é que em dados momentos de certas conjunturas, ele pode pender mais para o lado dos interesses dos trabalhadores mas, na verdade, trata-se de uma ação para defender o sistema como um todo. Por exemplo, a concessão de direitos sociais e trabalhistas que, por sua vez, vão assegurar a reprodução da (mercadoria) força de trabalho, pode causar reações – também conjunturais – de setores da burguesia. Esse fato passa a impressão de que o estado tem autonomia para defender os interesses dos trabalhadores, enfrentando interesses burgueses pontuais. Mas isso é uma fetichização. Na verdade, ele (o estado) está defendendo a manutenção do ciclo do capital, nos seus dois extremos: a produção não pode crescer ou mesmo, se manter, com uma classe trabalhadora faminta e doente. E, na outra ponta, o ciclo do capital não pode ser concluído sem mercado consumidor.

O estado é fruto da divisão da sociedade em classes. Ele não deve ser tratado como um ente imparcial da ordem, quase divino, como prega o positivismo, nem de forma maniqueísta, considerando-o um mal em si. Ele é o resultado histórico da sociedade de classes e, portanto, comporta contradições, mas, as contradições principais como *produção coletiva versus apropriação privada*, só serão extintas com a extinção do próprio estado, fruto da propriedade privada e das classes sociais. Voltando a Lênin, se o sistema de classes deixar de existir, o estado “definha” e desaparece. Esta é uma discussão teórica que só pode ser travada em um dado nível de abstração, mas serve de referência para a posterior análise da singularidade do estado na formação histórica do Maranhão.

O estado feudal era fruto do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais referentes àquele período histórico. O estado capitalista atual é fruto do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais que se dão no momento presente. Ambos marcados por sociedades divididas em classes sociais com interesses *colidentes*, para usar uma expressão de Engels. Pode estar no governo da máquina estatal forças liberais ou forças populares, a margem de manobra destas últimas é extremamente diminuta, no sentido de alterar os fundamentos do sistema. O que podem fazer – e não por longos períodos – é conceder uma cesta maior de benefícios sociais, que logo serão cobrados pelos donos do dinheiro, ávidos por **superávits primários** (que redundam em cortes de gastos sociais), para o pagamento que permite manter vivo o rentável sistema da dívida pública. Mas é evidente que, considerando o caráter contraditório do estado (que não se confunde com autonomia), questões como competência técnico-científica, visão estratégica e qualidade do chamado capital humano, integrante das máquinas públicas diferenciam as

diversas gestões em realidades históricas concretas, umas avançando para o desenvolvimento e outras marchando para o atraso, embora todas estejam sob a égide do sistema hegemônico no mundo, que hoje é o capitalismo.

O que queremos dizer é que a *forma do Estado* pode contribuir para o desenvolvimento ou para o atraso, entendendo por desenvolvimento, o crescimento da renda e uma melhoria em sua distribuição, em uma dada sociedade, resultando em melhoria da qualidade de vida da população (pelo aumento não só da renda direta, mas da chamada renda indireta: mais saúde, educação, cultura, lazer, habitação, urbanismo, paz), ainda no âmbito da exploração capitalista. O atraso é o avesso disso tudo. Aqui é que entram as conclusões de Farias (2000) de que não há uma predominância mecânica da base (relações sociais de produção) sobre a superestrutura (instituições jurídico-políticas e ideológicas) e nem o inverso. Há uma relação dialética. Assim, o avanço das forças produtivas muda formas de organização estatal e a *forma do estado* pode ajudar a mudar – para o desenvolvimento ou para o atraso, para o avanço ou para o retrocesso – o nível de desenvolvimento das forças produtivas. O Maranhão, por exemplo, reconheceu um grande retrocesso em sua economia no início do longo século XX: de segundo lugar entre os estados mais industrializados do Brasil em 1895, passou, na década de 1920, para uma economia de subsistência com baixos excedentes para um pífio comércio preso a limites regionais que lembrava a atomização da produção em feudos da Idade Média. Isso foi causado apenas por acontecimentos da base econômica, ou a forma do estado oligárquico teve muito a ver com isso?

4.5 A forma do estado oligárquico na realidade histórica do Maranhão

A palavra oligarquia vem do grego *ολιγαρχία* (transliterado *oligarkhia*), que significa literalmente, governo de poucos. Aristóteles, em sua obra *A Política* (2006), classifica as formas de governo em seis, sendo três virtuosas e três deformações. Ele apontava como virtuosas, a **monarquia** (governo de um só, dentro da lei); a **aristocracia** (governo dos melhores, independente da condição social) e a **politeia** (governo de muitos para todos). As deformações seriam, pela ordem, tirania (governo de um só, fora da lei); oligarquia (governo de poucos, em benefício próprio) e democracia (assaltada pela demagogia). Para Aristóteles (2006), das piores esta último era a melhor.

Oligarquia, modernamente falando (BOBBIO, 1997), se refere a uma realidade política na qual o poder é exercido por um pequeno grupo ligado por laços familiares ou interesses econômicos. Esse pequeno grupo, através do aparelho de estado, controla a política

econômica e as políticas públicas em geral, usando do patrimonialismo para enriquecimento pessoal (do grupo), e da corrupção eleitoral, do marketing demagógico e da violência em si, para manter-se no poder. E tudo isso pode ocorrer – e geralmente ocorre – em democracias formais, onde o poder é legitimado por eleições periódicas, seguindo o princípio fetichista de “uma cabeça, um voto”, que não se sustenta em uma sociedade desigual.

Outras características dos governos oligárquicos são o nepotismo, o compadrio (oposto da meritocracia) e o conluio com formas de dominação política ainda mais atrasadas e violentas, em áreas do território afastadas do centro político (capital). As consequências desse tipo de governo são sempre as mesmas: atraso socioeconômico, manutenção recorrente da pobreza, às vezes extrema e dissociação da economia local de qualquer onda modernizante (aqui no sentido de avanço técnico do estágio das forças produtivas), seja nacional ou internacional.

Esses governos, para não perderem o poder, apostam também na manutenção de elevadas taxas de analfabetismo, mas sua face mais criminoso reside na relação indecorosa que procuram manter com certos segmentos dos outros poderes – legislativo e judiciário – no sentido de submeter seus adversários a um regime de camisa de força, morte moral ou mesmo física, impedindo assim o surgimento de novas lideranças por períodos consideráveis de tempo.

A historiografia brasileira costuma exemplificar governo oligárquico como os da República Velha (1889-1930), onde o país foi governado pelos interesses de um grupo de grandes empresários rurais de São Paulo e Minas Gerais, com hegemonia dos primeiros. Mas naquele período, o modelo oligárquico de mando predominava em todo o país, pois o voto só era livre na teoria. As pessoas votavam nas fazendas onde trabalhavam, sob os olhos do “coronel” ou de seus feitores. Da aliança entre esses “coronéis” e os líderes políticos das capitais, resultava a manutenção do poder político dos grupos oligárquicos, sob a égide do vale tudo da lei do mais forte. Para quem almejava apenas manter-se no poder, essa fórmula – que pressupunha manter o povo submisso sob o comando de senhores proprietários, fossem herdeiros, adquirentes ou grileiros – era suficiente.

Nesse contexto, a propriedade da terra assume uma importância maior que a de um simples meio de produção. Os economistas do *mainstream*, desde *Jean Baptiste Say* (1767-1832), consideram três os fatores de produção: terra, trabalho e capital. Observando que por terra entende-se o conjunto de todos os recursos naturais do solo, subsolo, ar, luz solar, marés, cursos d’água, da natureza enfim. Para Marx, a terra, quando usada para produção, é também capital (neste caso, capital constante segundo sua terminologia). Esta pesquisa, seguindo esse

paradigma considera a terra um meio de produção situado no campo do capital (constante), quando em uso para transformação da natureza em mercadorias. Mas e quando ela – a terra – não tem uso produtivo? Parte de uma planta industrial em capacidade ociosa, não deixa de ser capital pelo fato de, temporariamente, não estar sendo utilizada para produzir mercadorias. A terra, em si, é um meio de produção, mesmo em estado de inatividade produtiva, quando pode ser considerada uma reserva de valor potencial pois, ao ser revolvida pela força de trabalho, tem o poder de gerar bens com valor de uso, ou seja, mercadorias. No contexto oligárquico, além de tudo isso e aceita a relação orgânica estado-capital, a terra **torna-se um importante meio de conquista e manutenção do poder**. Daí entende-se – sem desconsiderar outras causas – porque nunca houve uma reforma agrária no Brasil e, em particular, no Maranhão.

O Brasil se tornou independente e não realizou a reforma agrária. Veio a abolição e não houve reforma agrária. Chegou a república e a reforma agrária não aconteceu. Nem a onda industrializante dos anos trinta; nem o fim da segunda guerra mundial e o início dos “anos de ouro” do capitalismo mundial; nem o golpe militar de 1964; nem a nova ordem constitucional pós/1988, nada fez ocorrer a reforma agrária. A tenra distribuição de terras no Brasil veio sempre do *viés esquecido da luta de classes*, mais recentemente representado pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Uma das fortes causas para tudo isso é que a manutenção da população do interior, desprovida de quaisquer meios de produção que não sua própria força de trabalho e de preferência, desinformada e submetida a grandes proprietários rurais, garante o poder dos grupos oligárquicos, que conseguem florescer no terreno árido da pobreza como o mandacaru floresce na aridez do sertão. Traduzindo essa metáfora, retiram tudo o que podem de um terreno pobre (mas extenso) e assim conseguem viver sempre verdes e viçosos em meio a sequeidão. Trata-se de um paradoxo típico da acumulação capitalista: a pobreza de muitos garante a riqueza e o poder de poucos. Eis aí a essência do estado oligárquico.

Essa realidade onde a propriedade da terra é dominada pelos latifúndios, com os trabalhadores rurais tendo que vender diárias de trabalho ou pagar renda para sobreviver, sem efetivo controle sobre o produto do seu trabalho, perdurou por todo o longo século XX maranhense.

No Maranhão, os governos com características oligárquicas se sucederam por todo o período republicano. Na república velha, o poder estadual esteve nas mãos de cinco lideranças: Benedito Leite (1906-1908); Luiz Domingues (1910-1914); Urbano Santos (1918-1922); Godofredo Viana (1923-1926) e Magalhães de Almeida (1926-1930), com predomínio de Benedito Leite na primeira década e Godofredo Viana, na segunda.

No período Vargas, o domínio esteve com o interventor Paulo Ramos, que governou com plenos poderes entre 1936 e 1945. A partir de 1946 e até 1965, o domínio político do estado esteve com um homem que nunca foi governador: Vitorino Freire. A partir de 1966 e até o limite do período abrangido pela pesquisa (2010), O Maranhão esteve sobre o poder do grupo Sarney.

Em todo o longo século XX maranhense, os governos oligárquicos, em aliança visceral com as classes dominantes locais – do comércio, da tênue indústria, da empresa rural e do latifúndio – e com investidores externos, deram a chamada cobertura institucional à superexploração da força de trabalho e foram coniventes com uma situação de submissão econômica do Estado para com o Sudeste do país, além da já discutida submissão do país às economias centrais do mundo.

A nível institucional, somente com a Constituição de 1988 tornou-se obrigatório no Brasil o concurso para a admissão no serviço público. Até então, as máquinas estatais nos três níveis – federal, estadual e municipal – eram dirigidas por indicações políticas, onde predominava o compadrio, resultando na incompetência como marca registrada da gestão estatal, considerando sempre honrosas exceções.

A história registra que um imperador de triste memória, o depravado Calígula, que governou o império romano entre 37 e 41 d.C. colocou o seu cavalo preferido – *Incitatus* – na listagem dos senadores romanos, mostrando que seu poder tudo podia. No Maranhão não chegaram a tanto, mas nomearam tanta gente incompetente até que conseguiram transformar um estado rico em recursos naturais e com posição geopolítica privilegiada, em um dos mais pobres da federação.

Na sucessão do governador Newton Bello (1961-1965) aconteceu um racha na base política do vitorinismo, então ancorado no Partido Social Democrático (PSD). Bello não aceitou a indicação de Renato Archer feita pelo comando oligárquico e garantiu a candidatura de Costa Rodrigues. José Sarney, vindo do grupo de Vitorino, se firmou como candidato da oposição pela União Democrática Nacional (UDN), partido que a nível nacional apoiou integralmente o golpe militar. Com o racha citado – que enfraqueceu a candidatura de Costa Rodrigues com a confirmação da candidatura de Renato Archer pelo mesmo campo político – e com o apoio do general Castelo Branco, que colocou a máquina federal e tropas do exército para evitar “anormalidades” político-eleitorais que poderiam ser promovidas pela oligarquia então dominante, José Sarney venceu as eleições de 1965, já sob a égide da ditadura e nela se firmou como novo oligarca, atrasando o início do desenvolvimento do Maranhão por nada menos que meio século, como atestam os indicadores econômicos e sociais do período. Nem a

chamada modernização capitalista Sarney conseguiu trazer para o Maranhão, apesar de toda sua proximidade com a cúpula da ditadura, de cujo partido (Aliança Renovadora Nacional - ARENA), foi presidente e dirigente nacional por longo período, até trair o general Figueiredo – último presidente do regime militar – e passar, na última hora, para o lado de Tancredo Neves que, ao morrer, lhe deixou a cadeira de presidente da República.

É digno de destaque que nem nesse período, o Maranhão não recebeu ações públicas estruturantes para a atração de investimentos sinérgicos com sua débil economia. O que para cá veio foram enclaves, como a ALUMAR, que após trinta anos (1984-2014) sem pagar imposto sobre o consumo de energia elétrica (seu principal insumo), desativou a produção de alumínio, mantendo apenas a produção de alumina (um semielaborado) sem nunca ter montado ou trazido para cá uma fábrica de painéis, sequer, ou seja, sem ter feito qualquer verticalização de sua produção. Mesmo considerando a tendência do sistema – a partir da década de 1970 – pela horizontalização típica da acumulação flexível, as empresas integrantes do Consórcio ALUMAR (listadas na seção 5.5.2) dominavam (e dominam) toda a cadeia produtiva do alumínio no mundo. Bastava não terceirizar os *core process*, ou mesmo, apenas atrair empresas de produtos finais da cadeia, para que ocorresse uma verticalização indireta do empreendimento, que teria dado um grande impulso para a industrialização do Estado. Mas isso não foi feito e o governo oligárquico nada exigiu. O resultado foi que o Maranhão foi usado, por três décadas, como simples plataforma de exportação desse alumínio, e aqui não ficou nem o imposto, nem a tecnologia, nem as empresas finais da cadeia, mas apenas o desemprego.

Esta pesquisa não tem o objetivo de fazer crítica política a personagens específicos da história local, mas sim a uma análise econômica contextualizada mundialmente. Só que, seguindo o paradigma da ligação orgânica estado-capital e diminuindo o nível de abstração, não há como fugir do estudo do estado em sua singularidade, o que levou a pesquisa ao território de uma estrutura política com características oligárquicas que foi recorrente em todo o longo século XX maranhense, onde chefes políticos se confundiam com o estado e por isso foram tidos como símbolos de eras.

4.6 O fordismo perde força para o toyotismo da acumulação flexível, o neoliberalismo solapa direitos trabalhistas e a dispersão geográfica acelerada pela reestruturação produtiva é aproveitada pelo oportunismo oligárquico

A crise geral do capitalismo iniciada na década de 1970, mais especificamente, após o primeiro choque do petróleo em 1973, trouxe consigo um movimento de reação de um novo liberalismo contra as políticas keynesianas que embasaram os “30 gloriosos”. Na base econômica, o modelo fordista de produção, assentado no trabalhador *unitarefa*; na produção em massa (linha de montagem); nos produtos homogêneos; nos grandes estoques de matéria-prima e de manufaturados; nas unidades fabris em escala, concentradas e verticalizadas e em certa estabilidade do emprego e do salário, não era mais condizente com o período de crise que se iniciava. Do Japão veio outro modelo, baseado no trabalhador multitarefa (especialização flexível), no trabalho em equipe (*teamwork*) e no *just in time* (só estocar o necessário, só produzir o demandado, tudo no tempo certo e devido), o que significava uma flexibilização da produção, que poderia, inclusive, ser customizada ao gosto dos mercados ou mesmo, em certos casos, dos clientes. Mas para essa flexibilização da produção era necessário flexibilizar os direitos trabalhistas, afinal, se a demanda diminuísse, imediatamente a produção teria que diminuir e com isso as demissões teriam que acontecer.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do Capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, da qual era a Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um interno processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a adotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares da expansão anteriores (ANTUNES, 2002, p. 31).

Nenhuma crise cai do céu. Ela vai se formando no ambiente histórico corrente (com raízes no precedente) e pode ser percebida bem antes de sua eclosão. A crise do fordismo dos anos 1970 já se anunciava no final dos anos 1960. Alguns fatores podem ser elencados além do choque do petróleo de 1973: ampliação das greves e conflitos trabalhistas pela queda do padrão de vida dos trabalhadores, situação agravada por ganhos de produtividade decrescentes nos EUA e Europa em contraste com o aumento da produtividade e competitividade do Japão. Tudo isso exigia, do ponto de vista do neoliberalismo, uma redefinição do papel do estado. Para a produtividade voltar a crescer – pregavam os neoliberais – era preciso acabar com o estado do bem estar social, desregulamentar o sistema financeiro e flexibilizar os direitos

trabalhistas, na linha do modelo de acumulação flexível proposta justamente pelo toyotismo. Harvey (2003, p. 135) detalha de alguns desses prenúncios:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. [...] rigidez dos investimentos de capital de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que [...] presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica a onda de greves e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

Antunes (2002) se concentra nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos anos 1980, que são as próprias mudanças ocorridas no seio do capitalismo;

[...] no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2002, p. 23).

No Maranhão, não teve crise na passagem do fordismo para o toyotismo por que a industrialização nunca se consolidou neste Estado. A indústria têxtil do final do século XIX, início do século XX, seguia o padrão da indústria têxtil inglesa, mas próxima do modelo fordista, embora não houvesse verticalização para trás, pois comprava toda sua matéria prima de outros produtores, ou seja, não dominava todos os pontos da cadeia produtiva a montante, mas também, não tinha o trabalhador multitarefa e não usava os sistemas *just in time* e *teamwork*. A produção era em escala e em série, o trabalho era parcelar e com nítida fragmentação de funções, fordista, portanto. Quando o toyotismo se espalhou pelo mundo (a partir dos anos 1980), não tinha o que fazer neste Estado.

Há historiadores maranhenses que consideram que a oligarquia Sarney se coadunou com o processo de modernização do capitalismo monopolista brasileiro, trazendo essa modernização para o Maranhão. No fundo, confundiram o discurso supostamente modernizante com ações efetivas. Assim, o *Maranhão Novo* do governo Sarney, que buscava demarcar um rompimento com o passado vitorinista, que ele definia como sinônimo de atraso (ver seu discurso de posse em 1965) e, o *Novo Tempo* do governo Roseana, que buscava ligar sua imagem ao mundo pós-moderno do neoliberalismo, fetichizado pela qualidade total e pelo

planejamento estratégico, não passaram de jogadas de marketing, veementemente desmentidas pelos resultados sociais e econômicos desses governos.

Nos anos 1990 privatizações foram feitas e a administração pública foi transformada em gerência, tudo para passar uma ideia de eficiência típica das modernas corporações privadas em tempos de globalização. O saldo, no início do século XXI, foi o aumento da pobreza! Como já tratado, a burguesia local nunca conseguiu acumular capital suficiente para iniciar um processo consistente e estruturante de industrialização e, o estado oligárquico, nunca criou as condições para atrair investimentos de outros estados do país ou do exterior para esse propósito onde, evidentemente, os enclaves não valem como exemplos. No âmbito trabalhista, os salários continuaram a ser pagos – para a maioria dos trabalhadores – abaixo do valor da força de trabalho (FT), como será demonstrado na seção 5.

O que a oligarquia fez foi se deixar levar pela maré da reestruturação neoliberal que acontecia no mundo pós-fordista. Harvey discute as mudanças geográficas da produção em escala, que buscaram regiões do mundo onde a organização trabalhista era mais frágil. Se referindo aos acontecimentos iniciados no final da década de 1960 que prenunciavam a crise sistêmica da década seguinte, ele diz:

Foi também perto dessa época que as políticas de substituição das importações em muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (sudeste asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente (HARVEY, 2003, p. 135).

Mais adiante, depois de dar sua definição de acumulação flexível, Harvey fala da conjuntura predominante no cenário político-econômico dos anos 1970 e 1980, informando qual a prioridade das corporações.

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. [...]. A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2003, pp. 139-140).

Foi nesse contexto que veio para o Maranhão o consórcio ALUMAR. Foi um movimento mundial do capital (que buscava regiões do mundo que fizessem o mínimo de exigências e arcassem com os custos ambientais), e não uma “ação modernizadora da oligarquia”.

5 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A CONVIVÊNCIA DO ESTADO OLIGÁRQUICO COMO FATORES DECISIVOS PARA O ATRASO HISTÓRICO DO MARANHÃO NO LONGO SÉCULO XX MARANHENSE (1890-2010)

Já foi discutida a teoria da superexploração e por tudo o que foi exposto, decidiu-se abordar essa categoria pela sua característica determinante: pagamento do salário abaixo do valor da mercadoria força de trabalho. Apresentou-se a metodologia que será usada – com as devidas adaptações para as épocas mais remotas da investigação –, agora será abordada a relação entre os preços da cesta de alimentos e dos salários, começando pelo período do início da industrialização maranhense (1890-1895).

Nesta seção a pesquisa mergulha nos dados que foram possíveis coletar sobre preços da cesta de alimentos e preços dos salários de trabalhadores do Maranhão no longo século que se estendeu de 1890 a 2010. Para essa verificação de evidências empíricas sobre a superexploração da força de trabalho, buscou-se dados em quatro momentos específicos de sua história: 1890/1895; 1921/1928; 1940/1945 e 2010 (1940/1945 só nos Anexos). Isso vai proporcionar uma prova empírica da utilização pelas classes dominantes locais, do expediente da superexploração como via de mão dupla: conseguir lucros extraordinários no plano interno e alguma competitividade no plano externo, causada justamente por essa diminuição no custo de produção. Quando, a partir do final da década de 1920, a defasagem tecnológica já era tão grande que a superexploração não era suficiente para colocar o produto maranhense no mercado internacional, pela absurda falta de qualidade, a produção industrial foi definhando e muitos empresários se voltaram para um negócio novo, cuja demanda cresceu no calor da primeira guerra mundial: a amêndoa e o óleo de babaçu.

Nessa cadeia produtiva: extrativismo da amêndoa; produção do óleo e comercialização da amêndoa e do óleo, a nível interno e externo, a pesquisa não precisará de muito esforço para provar que houve, no mínimo, um significativo aumento do grau de exploração das quebradeiras de coco, fato que atravessou todo o século XX e entrou pelo século XXI, onde mulheres, submetidas a jornadas aviltantes, usando instrumentos de trabalho rudimentares (machado e porrete) e tendo por instalações na maioria das vezes, a própria natureza, recebiam (e recebem) valores que não correspondiam, sequer, a uma cesta básica.

E durante todo esse longo século de 1890 a 2010, o estado oligárquico, visceralmente ligado aos interesses do capital, foi conivente com o aumento do grau de exploração e com a superexploração, o que levou a um adiamento *sine die* da estruturação de um mercado interno

e conseguiu fazer com que o Maranhão chegasse ao final desse longo período, numa situação de desonra, entre os estados com os piores indicadores sociais do país.

Para tratar da superexploração da FT na singularidade da formação econômica do Maranhão, precisa-se definir uma metodologia geral para o cálculo dos bens necessários à subsistência do trabalhador e sua família. Dentre os métodos verificados por esta pesquisa, o que melhor se apresentou, pela simplicidade, objetividade e rigor conceitual, foi o do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Preliminarmente é necessário tratar da política de salário mínimo no Brasil.

5.1 Os direitos dos trabalhadores e o salário mínimo no Brasil

O Brasil, por mais de três séculos esteve submetido ao pacto colonial que muitos economistas resumem com a seguinte máxima: “comprar da colônia pelo menor preço; vender à colônia pelo maior preço.” (PIRES, 2010, p.8). A base produtiva desse pacto foi o que se convencionou chamar de *Plantation* (Jacob Gorender, 1980, chamou de *Plantagem*), baseada no modelo português de “latifúndio, monocultura, produção para exportação e escravidão africana” (PIRES, 2010, p. 10). A *Plantagem* está na base do *sentido da colonização*, de acordo com a síntese de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (2000 [1. ed. 1942]) onde ele divide a estrutura da economia colonial, formalmente organizada em uma sucessão de ciclos produtivos¹⁰, em dois grandes eixos: **a concentração de capital** (sendo uma de suas consequências a ausência quase que total de mercado interno nesse período) e o **direcionamento da produção para o exterior**. Nesse modelo econômico, persistente do descobrimento à abolição não há, na história, o que se falar sobre direito de trabalhadores. Na verdade, esse período pode ser estendido até a década de 1930, encerrando em seu bojo a Colônia, o Império e a República Velha.

Em 1930, o modelo político-econômico da república do café com leite ruiu e a burguesia agroexportadora, especialmente a chamada oligarquia cafeeira, teve que ceder espaço para uma nascente burguesia industrial, sem que nenhuma dessas frações tivesse a hegemonia absoluta. Mas é fato que a área urbana passou a ter mais centralidade que as grandes fazendas e o desenvolvimento industrial, ainda que pela via da substituição das importações de bens-salário, pressupunha o fortalecimento de um mercado interno. A crise

¹⁰ Para Prado Júnior, em sua *História Econômica do Brasil* (1981), os ciclos produtivos se deram, principalmente, em torno da centralidade dos seguintes produtos, em períodos específicos da vida colonial: pau-brasil; açúcar; ouro e diamantes; algodão e café, tendo outros produtos como coadjuvantes nos diversos períodos, tais como tabaco, couros, arroz e outros.

dos anos 1930, com repercussão mais efetiva sobre as exportações de café, acelerou o processo de substituição das importações, pelo deslocamento de capitais para o setor industrial, dentre outros fatores já citados. Mas a situação econômica no começo dos anos 1930 estava indefinida. Não havia, por parte dos que tomaram o governo, um plano pronto e acabado, um projeto de nação para o Brasil.

O governo “revolucionário” adotou inicialmente políticas ortodoxas de contenção de gastos, de crédito e de retração da base monetária, mas o aprofundamento da crise internacional diminuiu drasticamente as exportações de café e estimulou a substituição das importações. Esse fato aumentou a demanda por insumos e bens de capital, e para importar esses itens, o país carecia das divisas do setor exportador. Com este em crise, o Governo teve que mudar sua política econômica na direção de medidas anticíclicas, mas a manutenção do nível de atividade dependia da renda gerada pelo setor exportador, ou seja, o setor cafeeiro era importante demais para se deixar quebrar. Vargas adotou medidas fortes de proteção. Entre 1930 e 1934, o governo retirou do mercado (comprou) mais de 50 milhões de sacas, das quais 34 milhões foram queimadas (PIRES, 2010). Por outra via, a crise cambial (causada principalmente pela fuga de capitais) ocasionou uma forte valorização da moeda nacional que encareceu o preço dos importados, favorecendo assim o desenvolvimento da indústria. Embora essa política pareça mera continuidade, Furtado (1982) adverte que a proteção ao café dada por Vargas no início da década de 30 guardava diferenças profundas com a proteção dada pela República Velha. Esta baseava seu meio de proteção no endividamento externo. Vargas tomou por base o aumento do crédito interno, a emissão de moeda e a elevação da tributação sobre a pauta de exportados, garantido a atividade do setor exportador (ver exportações do primeiro período Vargas nos Anexos).

A queda acentuada nos preços do café foi compensada pelo aumento da produção e exportação de arroz, cacau, cana de açúcar, mandioca e algodão. A renda aí gerada, dada a dificuldade de importação, foi canalizada em grande parte para o mercado interno, beneficiando o setor industrial. Toda essa nova realidade demandava um novo marco regulatório entre os dois polos principais da sociedade capitalista: os detentores do capital e os detentores da força de trabalho. Surge, então, o salário mínimo, baseado, teoricamente, no *salário natural* de Ricardo e na teoria do valor de Marx, obviamente, sem fazer referência a nenhum deles.

O salário mínimo foi instituído no Brasil através da Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936, que foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 399 de 30 de abril de 1938. O art. 2º desse Decreto assim o define:

Art.2º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938, não paginado).

A entrada em vigor do salário mínimo ainda esperou dois anos, pois somente com o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, foram fixados os valores do salário mínimo, que então, era regionalizado.

O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existentes na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil. A relação entre o maior e o menor valor em 1940 era de 2,67. (PORTAL BRASIL, 2015, não paginado).

O Decreto-Lei 5452 de 1º de maio de 1943, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 76, refere-se ao salário mínimo da seguinte forma:

Art. 76. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1943, não paginado).

Observa-se aí, não o altruísmo do sistema capitalista, mas o seu sentido prático de garantir a produção e reprodução dessa “mercadoria especial” que é a força de trabalho, na linha do “salário natural” ricardiano, além da garantia de um mercado consumidor mantido pelo salário agregado. Já a teoria do valor de Marx mostra que esse equivalente aos meios de subsistência que o capitalista paga ao trabalhador, é de valor menor que aquele acrescentado por este às mercadorias (através do seu trabalho), caracterizando o processo de exploração típico do sistema. Marini acrescenta que na especificidade latino-americana, o valor pago ao trabalhador é, em muitas situações concretas, inferior ao equivalente aos meios necessários à sua subsistência e de sua família e isso, ligado a outras condições e condicionantes, retrata a superexploração.

• **BOX 4 - Moedas do Brasil**

Nesta etapa da pesquisa é importante a apresentação de um quadro técnico sobre o sequenciamento histórico das moedas utilizadas no Brasil ao longo de sua história. Isso se faz necessário porque, embora o foco da pesquisa seja o período de 1890 a 2010, a análise da economia desse lapso temporal é precedida por um estudo dos antecedentes, que remontam à

França Equinocial e ao início da ocupação portuguesa (século XVII), o que exige uma visitação à expansão ultramarina europeia (portuguesa em especial), passando pela ocupação do Brasil em 1500. De lá até 2010 o Brasil teve nove moedas e elas são citadas ao longo da pesquisa.

Com essas informações ficará mais fácil entender a mudança de símbolos e grafia das moedas ao longo da história do país. Quando, por exemplo, uma tabela apresentar dados entre 1940 e 1945 (onde ocorreu uma transição), até 1941 os dados estarão em réis, sem centavos, e com o “\$” antecedendo as últimas três casas. A partir de 1942, os dados estarão em Cruzeiros, com o símbolo “Cr\$” na frente do número representativo e este, com centavos. Em muitos textos históricos de períodos anteriores a 1942 encontram-se valores em *Contos de réis*. Um Conto de réis valia 1.000\$000 réis = um milhão de réis = mil vezes **um mil réis**. E o *um mil réis*, que virou unidade monetária (PRADO JR., 1981), foi popularizado com o apelido de *mirréis*.

Quadro 2 - Moedas do Brasil: 1500 a 2010

Período	Moeda	Duração (anos)	Observações
1500 1942	REAL , conhecida pelo plural <i>réis</i> (Rs ou \$)	442	Moeda portuguesa usada no período colonial. Foi mantida após 1822 e até após 1889. Não tinha centavos.
1942 1967	CRUZEIRO (Cr\$)	25	Substituiu o <i>réis</i> em 1942, no Estado Novo. Foi a primeira moeda a usar centavos. Conversão: Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) = 1\$000 (mil réis)
1967 1970	CRUZEIRO NOVO (NCr\$)	3	Fisicamente, foi usado o Cruzeiro com carimbo. Conversão: NCr\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
1970 1986	CRUZEIRO (Cr\$)	16	Sem desvalorização. Conversão: Cr\$ 1,00 = NCr\$ 1,00
1986 1989	CRUZADO (Cz\$)	3	Conversão: Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
1989	CRUZADO NOVO (NCz\$)	1	Conversão: NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00
1990 1993	CRUZEIRO (Cr\$)	3	Cruzeiro pela terceira vez. Havia nota de 500 mil Cruzados Novos. Conversão: Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1.000,00
1993	CRUZEIRO REAL (CrR\$)	1	Moeda de transição. Houve carimbos e notas novas. Conversão: CrR\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
1994 (01/06)	REAL (R\$)	Já tem 25 anos	Conversão: R\$ 1,00 = CrR\$ 2.750,00

Fonte: Amato, Neves e Russo (2004).

O Quadro acima mostra que as duas primeiras moedas duraram juntas, 467 anos. Com o fim da segunda moeda, o Cruzeiro, em 1967, o sistema monetário só foi conhecer uma “trégua” entre 1970 e 1986. A partir desse ano, a hiperinflação se fez presente e o país só retomou a estabilidade depois de 1994, com o Real. Entre 1994 e 1998 o controle da inflação

ficou por conta da âncora cambial. De 1999 até o limite desta pesquisa (2010), o controle ficou por conta do regime de metas de inflação.

5.2 A crise econômica no Maranhão na transição entre os séculos XIX e XX: uma conjuntura propícia à superexploração

A literatura sobre a história econômica do Maranhão é farta em informações sobre a crise que se abateu sobre o Estado após a abolição e a proclamação da República. Esses dois eventos tiveram efeito devastador sobre as exportações maranhenses e a desvalorização cambial do início do período republicano fez aumentar, entre 1890 e 1891, em 100% as dívidas da jovem indústria maranhense para com os fornecedores ingleses. A tabela 8 mostra os recorrentes déficits na balança comercial do Estado nos primeiros 17 anos do século XX. Nota-se que uma frágil recuperação só começou após 1914, início da Primeira Guerra Mundial.

Tabela 8 - Balança Comercial do Maranhão: 1901-1917

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1901	1.894.830.000	4.821.000.000	-2.926.170.000
1902	3.930.228.000	6.207.000.000	-2.276.772.000
1903	5.209.446.000	8.893.000.000	-3.683.554.000
1904	4.111.612.000	8.857.000.000	-4.745.388.000
1905	2.558.905.000	7.887.000.000	-5.328.095.000
1906	3.957.096.000	7.325.000.000	-3.367.904.000
1907	4.094.086.000	8.454.000.000	-4.359.914.000
1908	2.002.393.000	6.102.000.000	-4.099.607.000
1909	1.617.224.000	6.873.000.000	-5.255.776.000
1910	1.683.906.000	9.054.000.000	-7.370.094.000
1911	1.718.991.000	9.548.000.000	-7.829.009.000
1912	1.594.577.000	9.986.000.000	-8.391.423.000
1913	2.592.305.000	8.581.000.000	-5.988.695.000
1914	2.296.565.000	5.079.000.000	-2.782.435.000
1915	2.538.337.000	4.996.000.000	-2.457.663.000
1916	3.580.599.000	5.387.000.000	-1.806.401.000
1917	6.080.456.000	7.424.000.000	-1.343.544.000

Fonte: Paxeco (1923, p. 281-282).

Sobre a gravidade dessa crise fala Jerônimo de Viveiros no volume 3 de sua *História do Comércio do Maranhão*. Observe-se que ele reforça a posição já expressada no volume 2, nomeando como causas da regressão econômica do Estado, a Lei Áurea e a República:

A liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica, que se prolongou por um lapso de tempo de cerca de um quarto de século. [...]. Deixamos de produzir um dos nossos gêneros de maior consumo e de exportação – o açúcar, decrescemos no algodão, nunca mais atingindo o costumeiro limite de sessenta mil fardos, paralisamos em relação ao arroz e apenas progredimos na mandioca e no milho, que eram gêneros de valores ínfimos. (VIVEIROS, 1992, v. 3, p. 1).

Viveiros (1992) apresenta diversas vezes nessa parte do seu texto, a “desvalorização da taxa de câmbio” como correspondente da depreciação da moeda nacional (porque naquela época, a taxa de câmbio era expressa – ao contrário de hoje – em moeda estrangeira por unidade da moeda nacional – *x.pence/1.mil-réis* – e nesse caso, uma queda na taxa significava que com o mesmo 1 mil-réis se compraria uma quantidade menor de pence, ou seja, uma desvalorização do mil-réis frente a uma valorização do pence). Embora a desvalorização da moeda nacional favorecesse as exportações (a cafeicultura paulista estava preparada e aproveitou a oportunidade), no Maranhão elas continuaram caindo porque naquele período havia uma crise estrutural na produção, em função, principalmente, da mudança do regime de trabalho, para a qual não se preparou a elite agroexportadora maranhense. O que Viveiros reclama, portanto, é de outra característica de uma desvalorização cambial: ela aumenta as dívidas contraídas pelos nacionais em moeda estrangeira. Ver abaixo, na tabela 9, como variaram as taxas de câmbio entre a Abolição e o início da segunda década do século XX. Nota-se uma estabilização a partir de 1906, ano do Convênio de Taubaté.

Tabela 9-Taxas de câmbio vigentes no Brasil entre 1888 e 1913 - Cotação da Libra Esterlina: *pence/mil-réis* ao final de cada ano

Ano	Câmbio	Ano	Câmbio
1888	27,06	1901	12,29
1889	25,81	1902	11,87
1890	21,88	1903	11,89
1891	12,09	1904	13,03
1892	13,38	1905	16,72
1893	10,19	1906	15,41
1894	10,72	1907	15,2

1895	9,16	1908	15,16
1896	8,68	1909	15,25
1897	7,09	1910	16,16
1898	7,77	1911	16,2
1899	6,96	1912	16,23
1900	9,84	1913	16,08

Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (1987, p. 546-549).

Tratando da crise no Maranhão pós-advento da República Viveiros afirma: “Por outro lado, a nossa moeda desvalorizava-se com a baixa do câmbio. Decorrido um ano depois da proclamação da república, isto é, em 14 de novembro de 1890, ele já havia rolado de 24 a 11 e $\frac{3}{4}$.” (VIVEIROS, 1992, v.3, p. 6). Mais adiante, referindo-se aos ruralistas que, “desiludidos com a lavoura” (pela abolição da escravatura) “quiseram substituí-la, como elemento básico de nossa economia, pela indústria têxtil” (VIVEIROS, 1992, v. 3, p.7), Viveiros, que sempre foi contrário ao que ele chamava de “loucura industrial”, assim relaciona esses empresários com a crise instalada e aplica sua sentença:

Se não cabe a estes homens o desastre da baixa da taxa cambial de 24 para 12, fato imprevisível e que ocasionou o pagamento da maquinaria fabril do dobro da quantia orçada, cabe-lhes, sem dúvida, o erro do planejamento de um parque industrial do valor de 20.000.000,00¹¹, evidentemente acima das nossas possibilidades financeiras, o que veio criar novas obrigações às companhias recém-formadas, quer sob a forma de empréstimos, quer sob a forma de debêntures. Dessa solução irrefletida e, sobremaneira, errada, resultou, [...], o agravamento da crise (VIVEIROS, 1992, v.3, p. 7).

Mas essa crise no Maranhão não correspondia à situação nacional, que logo após a Proclamação da República, viveu uma farrá de emissão monetária e um afrouxamento na legislação das sociedades por ações (resultado do Encilhamento de Rui Barbosa), o que provocou um crescimento com característica de bolha (que realmente estourou em 1891), mas que também contribuiu para concentração de capitais, fortalecimento de empresas e para o crescimento do produto, o que colocou o Maranhão na contramão desse processo: após a instabilidade causada pela derrubada do Império, o país voltou a crescer, mas o Maranhão só regrediu.

Entre 1900 e 1913, o PIB [do Brasil] cresceu cerca de 4% ao ano depois de uma década de estagnação e instabilidade, em boa medida em decorrência de impulsos internacionais favoráveis que mitigaram os efeitos recessivos da política econômica

¹¹Viveiros escreveu em 1954, quando a moeda vigente era o Cruzeiro. 20 milhões de cruzeiros correspondiam, desconsiderando-se a inflação, a 20.000 contos de réis ou 20 bilhões de réis nos idos de 1890-1895.

doméstica, que continuou impecavelmente ortodoxa (FRANCO; LAGO, 2011, p. 22).

Não há como deixar de introduzir elementos aparentemente subjetivos na análise, como o papel das classes dominantes do Maranhão e de São Paulo, no processo de desenvolvimento econômico dos dois estados. Mas também não se pode deixar de destacar os compromissos dos governantes da jovem República com os interesses da cafeicultura, que se consolidaram de forma institucional, no Convênio de Taubaté de fevereiro de 1906. Os reflexos da política do governo central na economia do Maranhão, nesse período, estão diretamente ligados à política de crédito e à taxa de câmbio, ou melhor, a como o governo central enfrentava suas variações. Para defender as exportações, a República editava medidas para desvalorizar a moeda nacional em relação à libra esterlina, mas o mercado internacional, dominado pelos ingleses, impedia que essa desvalorização avançasse além de certos limites ou mesmo que ela ocorresse. Nesses casos, o governo central injetava diretamente dinheiro no setor cafeeiro.

Para a economia maranhense, a questão cambial tinha duas faces: para aqueles que importaram maquinário para a montagem do parque industrial, na década de 1890, a maxidesvalorização da moeda nacional em 1890-1891, causou graves prejuízos, dobrando suas dívidas para com os fabricantes de bens de capital da Inglaterra. E, quanto aos efeitos benéficos que essa desvalorização teria sobre as exportações, a tabela 11 já mostrou que as mesmas entraram em declínio desde o fim da escravidão, não tomando alento nem com aquelas fortes desvalorizações da moeda nacional em relação à Libra. Isso denota que a crise do setor agroexportador maranhense era estrutural. Tinha a ver com o regime de trabalho: o fim do trabalho escravo desarticulou a produção agrícola em todo o Estado e isso tem a ver com a qualidade da gestão da burguesia agroexportadora local. Segue a análise dos professores Franco e Lago, sobre esse tema, com ênfase para a relação governo central/cafeicultura paulista:

Os desafios para a cafeicultura pareciam tão formidáveis quanto seu progresso: a produção aumentara de cerca de 5,5 milhões de sacas em 1890-91 para 16,3 milhões em 1901-1902, de tal sorte que a perspectiva de superprodução e de colapso dos preços era concreta e ameaçadora. Com efeito, os eventos que precedem e precipitam o Acordo de Taubaté apontam claramente nesta direção. Em 1905, face ao aumento das receitas de exportação e dos influxos de capital estrangeiro, a taxa de câmbio experimenta uma vigorosa valorização, da ordem de extraordinários 30% [...], **cerca de 17pence por mil réis**. Essa súbita apreciação, ainda mais diante de perspectivas de uma safra sem precedentes para 1906, forneceu a motivação e a urgência para o que passou à história como o “Convênio de Taubaté”; o primeiro e mais importante de diversos mecanismos de aquisição financiada de estoques excedentes de café promovidos pelo governo, com o propósito de “defender” os níveis de preço. Era uma encruzilhada importante e reveladora da natureza da

economia política do café e da taxa de câmbio no Brasil, pois os problemas bem como as soluções conciliadoras então empreendidas iriam se tornar modelos para os anos a seguir (FRANCO; LAGO, 2011, p. 23).

As elites empresariais maranhenses marcaram sua história com a incompetência atestada até por seus defensores históricos, como Viveiros (ver citação da página anterior). O apego dessas elites ao trabalho escravo denotava uma completa falta de visão das mudanças porque passava o mundo desde a segunda metade do século XVIII, somado a seu envolvimento, sem nenhum preparo e planejamento, com um processo abrupto de industrialização, explicam parte do processo de regressão da economia maranhense no início do século XX. No advento da República, o café já estava situado no centro da economia brasileira (como atividade mais dinâmica), pois saiu na frente em termos de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e não descuidou da pesquisa voltada para os ganhos de produtividade. O quadro dos déficits comerciais do Maranhão (tabela 8) nas primeiras décadas do século XX mostra que as elites locais não aproveitaram, sequer, as vantagens oriundas dos chamados *choques adversos* resultantes da Primeira Guerra Mundial, por exemplo. Em São Paulo, os ganhos de produtividade do setor exportador foram transferidos, em grande parte, para a nascente indústria de bens-salário, contribuindo para a diversificação de atividades e a ampliação dos investimentos em infraestrutura, para o que não faltou a parceria do capital estrangeiro.

Tratando da importância daquele conflito para o início do processo de substituição das importações ocorrido no Brasil, verifica-se que o Maranhão, que possuía um parque industrial têxtil considerável, mais uma vez não aproveitou a janela de oportunidades: tanto o seu algodão não tinha qualidade, quanto suas indústrias não buscaram modernização. Os Professores Gustavo H. B. Franco e Luiz A. C. do Lago, assim se referem ao que ocorreu no Brasil naquele período.

A Primeira Guerra Mundial permitiu um interessante vislumbre do processo de industrialização via substituição de importações que se desdobraria depois de 1929, e motivou debates sobre se os ‘choques adversos’ não seriam, ao fim das contas, benéficos para a indústria e para o crescimento. A produção industrial efetivamente cresceu, uma vez ultrapassado o choque de 1914, a partir da queda das importações. Porém os níveis de utilização de capacidade rapidamente se elevam de tal sorte que o acesso a bens de capital e matérias primas importadas, se apresenta como limitação ao crescimento, mas também como oportunidade para a substituição de importações (FRANCO; LAGO, 2011, p. 35).

Continuando nossa verificação daquela conjuntura, a situação do Brasil na transição do Império para a República era de atraso não só econômico, mas, principalmente, social. O professor Paulo Roberto Almeida, em ensaio sobre a economia brasileira na época do Barão

de Rio Branco, oferece pinceladas realistas daquele quadro, que se tornou muito mais grave no interior de antigas províncias escravistas, como o Maranhão.

O Brasil era essencialmente agrícola, mas basicamente atrasado. A taxa de analfabetismo era de 65% em 1900 (o número de analfabetos aumentou para 70% em 1920). A maior parte dessa população era de rurícolas entregues a uma agricultura tão primitiva que horrorizou Monteiro Lobato e que o motivou a criar a figura do Jeca Tatu algum tempo depois. Os investimentos estrangeiros, obviamente, se faziam para ampliar a base produtiva nacional, mas a tomada de recursos no exterior pelo governo central e pelas unidades subnacionais tinha, em boa parte das vezes, objetivos não produtivos, isto é, puramente orçamentários. Em uma escala comparativa de bem estar, o Brasil de um século atrás situava-se na média dos latino-americanos, à exceção da Argentina, bem mais rica; os brasileiros tinham uma renda per capita pouco abaixo de 800 dólares, em contraste com os mais de 5 mil dólares dos americanos e cerca de 3.700 dólares dos argentinos, em dólares de 1990, como calculados por Maddison, 1995; 2001 (GOMES PEREIRA, 2012, p. 523-563).

Com essa situação social e econômica, estavam lançadas as bases para que as elites fizessem a transição da exploração do trabalho escravo para a superexploração da força de trabalho dos assalariados.

• **BOX 5 - Taxa de câmbio: conceito e implicações na balança comercial**

A taxa de câmbio é uma variável macroeconômica de grande importância para o comércio exterior, para o controle da inflação e para a política monetária de um modo geral. Ela é definida como uma relação entre moedas de dois países que resulta no preço de uma delas medido em relação à outra. Em termos mais didáticos, de acordo com o conceito exposto no *site* do Banco Central do Brasil, “taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades da moeda nacional (e suas frações). No Brasil, a moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação comumente utilizada seja a dessa moeda.”(www.bcb.gov.br).

Em termos de fórmula matemática, a taxa de câmbio nominal no Brasil, pode ser expressa do seguinte modo:

$$Txc = \frac{xR\$}{US\$}$$

Dando um exemplo: se for necessário 4 (quatro) reais para comprar 1 (um) dólar, teremos uma taxa de câmbio igual a 4.

$$Txc = \frac{4}{1} = 4$$

Uma elevação da taxa de câmbio significa uma desvalorização da moeda nacional com relação à moeda estrangeira (pela fórmula acima a elevação da taxa significa que se precisa de mais reais para comprar um dólar). O caso contrário, uma diminuição da taxa de câmbio significa uma valorização da moeda nacional com relação à estrangeira. Neste ponto, é importante lembrar que o câmbio pode ser expresso de duas formas: de **forma direta** quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em moeda nacional - ou seja, exprime a quantidade de moeda nacional necessária para comprar uma unidade de moeda estrangeira, como expresso na fórmula acima. Na **forma indireta**, exprime a quantidade de moeda estrangeira necessária para comprar uma unidade de moeda nacional. No final do século XIX, começo do século XX a taxa de câmbio era expressa de forma indireta: quantos *pence* compravam 1 mil-réis.

Como a jovem República brasileira não tinha força diante da Inglaterra para impor, unilateralmente, uma taxa de câmbio que beneficiasse os interesses da coalização politicamente dominante (cafeicultores de São Paulo e pecuaristas de Minas gerais, com a hegemonia dos primeiros), o Governo Federal passou a adotar medidas compensatórias sempre que o mercado (leia-se, a Inglaterra), “determinasse” uma valorização da moeda brasileira (dito de outro modo, uma desvalorização da libra frente o mil-réis), para aumentar suas exportações para o território brasileiro. O problema reside no fato de que as tais medidas compensatórias destinavam todos os recursos da União para proteger unicamente a cafeicultura paulista. Esse foi o teor do citado Convênio de Taubaté, de 1906. Quando os industriais maranhenses viram dobrar suas dívidas com fornecedores ingleses, entre 1889 e 1891, por conta de uma maxidesvalorização cambial (pela ótica indireta) de 25,81 para 12.09 (x.pence/mil-réis), não houve um movimento do governo central em defesa daquela nascente indústria. Essa é uma das variáveis explicativas dos rumos diferenciados tomados pelas economias do Maranhão e de São Paulo.

O certo é que, com a crise que afetou o Maranhão, desde a abolição até o primeiro quartel do século XX, que remeteu a economia maranhense a núcleos isolados de subsistência, **a superexploração passou a ser vital** para a manutenção do padrão de vida da burguesia local e para seu tosco sistema de acumulação, aviltado pelo baixo nível de investimento e inexistente grau de desenvolvimento tecnológico.

5.2.1 Regressão da economia maranhense no começo do século XX e as origens da grilagem

Passados três décadas do início da loucura industrial, o Maranhão se afastava cada vez mais do apogeu econômico alcançado entre o último quartel do século XVIII e meados do século XIX. Com a produção de algodão desarticulada pela abolição da escravatura e com a crise no sistema fabril iniciada ainda na década de 1890, a única novidade no começo do século XX foi a demanda, então inusitada, pelas amêndoas de babaçu, principalmente a partir de 1916.

Esses temas foram registrados com enfoques diversos. Henrique Costa Fernandes em *Administrações Maranhenses* (2003 [1ª ed. 1929]), narrou mais os feitos dos governantes e a situação das finanças públicas, enquanto Eurico Teles de Macedo em *O Maranhão e suas Riquezas* (2001 [1ª ed. 1947]) se preocupou mais com a falta de produtividade (que ele chamava de eficiência) da economia local e denunciou a grilagem sem meias palavras. Para uma melhor apreensão da realidade das primeiras décadas do século XX é importante rever esses autores. Fernandes (2003) transcreve um minucioso relatório sobre o governo de Godofredo Viana (1923-1926), assinado pelo Sr. Benedito de Barros e Vasconcelos. Tratando da receita do Estado, esse relatório informa:

Essa própria receita, obtida dificultosamente, apenas se aplicava na manutenção dos funcionários e dos serviços indispensáveis de todo à existência política do Estado. E é de ver-se que até esse necessário indispensável já se não podia acudir a tempo e suficientemente. A anemia econômica e financeira deslocara a velha e tradicional terra maranhense de entre as mais ricas e auspiciosas do País para as menos prósperas e ativas de todas. [...]

Ao menor embaraço, aos primeiros sintomas de uma crise em perspectiva, alguns administradores entregam-se ao desânimo, e o primeiro passo é fazerem tornar o Estado à mera atividade burocrática, arrecadando mal o que é possível e pagando dificultosamente até mesmo o indispensável, enquanto a Providência Divina traga um socorro na desgraça alheia ou um fato de inesperada consequência, como **o surto imponente do babaçu, em 1916** (FERNANDES, 2003, p. 114-115, grifo nosso).

A título de ilustração que demonstra a continuidade desse marasmo administrativo (dialeticamente reflexo e causa do marasmo econômico) no decorrer do século XX, segue um trecho do Relatório apresentado pelo governo Eugênio Barros, tratando do déficit orçamentário e do baixo nível de investimento no período de 1953 a 1956:

O que se via no Orçamento era que, no total da despesa prevista, 68% se destinavam ao pagamento de pessoal, 26% para o material de expediente e tão-somente 6% para as obras [...], isto mostra que, em matéria de administração pública, continuamos ainda em pleno ciclo colonial. **Cobramos impostos para pagar o funcionalismo e mantemos o funcionalismo para cobrar os impostos** (MEIRELES, 1992, p.111, grifo nosso).

Eurico Teles de Macedo, engenheiro que veio ao Maranhão participar da construção da estrada de ferro São Luís-Caxias, toca mais no pano de fundo social das questões econômicas, partindo de problemas técnicos da produção. Sua análise da agricultura do Maranhão nas três primeiras décadas do século XX é indispensável. Muito tempo antes da teoria marxista da dependência ele já via na “parcimônia dos salários”, a saída encontrada pelas elites agrárias locais para compensar sua incompetência produtiva.

Mesmo a lavoura de cana que, em tempos idos, fora das mais prósperas, à exceção da do Engenho d'Água de Cristino da Cruz e da do Engenho Central, toda ela acompanhava os métodos da derrubada de matas para plantar canaviais, sem seleção de dementes, as canas sendo de baixo teor sacarino, excessivamente duras para as moendas de velhíssimos engenhos, cujas caldeiras vazavam a todo instante, interrompendo a safra, sem que seus proprietários se apercebessem do suicídio que se aproximava para sua indústria. Contudo, ainda assim **prosperavam muito lentamente, porem à custa, Deus sabe, de que parcimônia de salários [...]**. E alguns deles fracassaram completamente [...], e outros, continuaram a lavoura de cana nos mesmos métodos [...].

O arado poderia resolver, como em Pernambuco e na Bahia, o problema da cana, porém essa simplicíssima ferramenta, que exigiria apenas uma junta de bois, existente nos engenhos, fiava paralisada porque os canaviais estavam com os primitivos tocos das derrubadas e nem se pensava em destoca-los para aproveitamento como lenha nas fornalhas [...].

Esse o quadro da lavoura de cana de açúcar no Maranhão até o ano de 1930 e, ao que estou informado, em nada tem sido alterado substancialmente até hoje [1947], pois os próprios filhos dos proprietários dos engenhos, quando formados, procuram profissão completamente diversa da dos pais e se fixam nas cidades, deixando os engenhos em mãos de administradores que terão de fazer milagres para satisfazê-los nas suas ambições de dinheiro (MACEDO, 2001, pp. 221-222, grifo nosso).

Não se pode deixar de observar, nesse testemunho de época, feito por um técnico gabaritado, o papel negativo das elites locais na construção do atraso. Mas a denúncia que vem a seguir é mais contundente e explicativa. Ela faz a ligação do atraso técnico da produção com uma nova expropriação do homem do campo, o que não poderia acontecer sem a conivência do Estado. Macedo primeiro faz um cálculo da renda *per capita* do Maranhão para mostrar que naquela situação, era impossível qualquer passo adiante. Exalta a perspectiva social da produção em contraste com a individualista e faz a grave denúncia de uma realidade que perdurou por toda a segunda metade do século XX: a grilagem. Defende uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade, o que demandava uma reforma agrária. Em trechos aqui não citados acusa o descaso do governo, trata da “eficiência” e oferece alternativas ainda hoje válidas para o desenvolvimento do Maranhão.

O Maranhão possui mais de três centenas de milhares de quilômetros quadrados de terras, que, ao fim de um ano, produzem mais de 300 milhões de cruzeiros [o cruzeiro entrou em vigor em 1942. O livro de Macedo é de 1947. Ele se refere a esse período], os quais, distribuídos pela população de 1 milhão e 200 mil habitantes, dão a baixa cifra de 214 cruzeiros anualmente para cada maranhense! A renda anual por hectare é de dez cruzeiros!

Com tais índices, a sociedade vejeta, apenas. Os seres humanos mais não conseguem que manter a vida, nada construindo para as gerações vindouras; o patrimônio permanece o mesmo, senão até sofrendo sucessivas depreciações em cada ano; enfim, as localidades, os sítios se convertendo em taperas, em desolados sinais de uma vida forasteira, rápida e quase selvagem dos antigos habitantes.

Eis a razão porque a exploração da terra exige cooperação, vida social bem estimulada, amparo do governo, sem olhar despesas nem sacrifícios, legislação forte, positiva, asseguradora dos direitos da pequena propriedade para aqueles que diretamente fazem a terra produzir e não para aqueles que vivem de explorar o trabalho alheio, muitas vezes armados de escrituras e títulos de propriedade fraudulentamente forjados, verdadeiros grileiros, que espertamente se apoderam de vastíssimos tratos de terras (MACEDO, 2001, p. 246, colchetes nossos).

O Maranhão das primeiras décadas do século XX pode ser assim retratado: produção agrícola e exportações em queda; empobrecimento geral da população; resistência do núcleo industrial têxtil, mas sem investimento em inovação e somente uma esperança, vinda na esteira da primeira Guerra: a amêndoa de babaçu.

Viveiros (1992) expõe o reflexo dessa guerra no preço dos produtos de exportação do estado. Ele informa o crescimento do preço da tonelada de algodão, que teve um pequeno alento nesse período, mas o destaque é a entrada em cena de um produto que, até então, não tinha importância econômica, e havia sido cotado pela primeira vez, apenas em 1891 (140 réis o kg). Viveiros (1992, v. 3, p. 218) explica porque o babaçu passou a ter destaque na pauta de exportações do Maranhão:

[...] e o babaçu, porque era gordura, cuja carência entre as nações em guerra era tal, que levava a Alemanha a construir usinas para extraí-la de cadáveres.

Assombram os números que expressão a exportação da amêndoa de babaçu: 588 quilos em 1912, 16.972 em 913, 19.462 em 914, 836.408 em 1915, 4.010.100 em 1918, 5.603.200 em 919. E não desce mais da casa dos milhões, mesmo depois da guerra.

Como se verifica, o babaçu entrou em nossa economia de maneira soberana. Vinha de um longo passado de utilidades humildes, em que a sua palmeira só entrava na construção dos casebres. Depois, durante o império, iluminou com óleo as fazendas rurais, onde era juntado no mato pelas crianças escravas, quebrado e reduzido a azeite pelos escravos adultos nos serões do cativoiro. Valor mercantil ele não tinha, talvez pela abundância com que se apresentava.

Após a Guerra, o algodão desceu ao ocaso e o babaçu se firmou como novo centro da economia local, ao lado do arroz de produção extensiva. No mais, o interior voltou à economia de subsistência.

5.3 A metodologia da cesta básica de alimentos (CBA) e do salário mínimo necessário (SMN) do DIEESE

Será utilizada a essência da metodologia da cesta básica de alimentos e do *salário mínimo necessário* do DIEESE, adaptando a mesma para outras épocas da história do Brasil

(em particular, do Maranhão), quando não havia salário mínimo definido por lei. Essa metodologia liga o custo da cesta básica à estimativa do *salário mínimo necessário* e sendo este último conceito o que mais se aproxima da definição marxiana de valor da força de trabalho, vai ser de fundamental importância para a presente discussão sobre as evidências empíricas da superexploração da FT em terras maranhenses nos séculos XIX, XX e primeira década do XXI. Servirá também para tratar da ligação da superexploração com o recorrente atraso socioeconômico deste Estado. Começando pela definição do custo da cesta básica de alimentos (CBA).

Os produtos integrantes da CBA foram definidos pelo Decreto-Lei nº 399/1938 e as quantidades do consumo por pessoa de cada item da mesma estão divididas em três grupos de acordo com as regiões conforme listagem a seguir: **Região 1:** estados do Sudeste mais Goiás e Distrito Federal; **Região 2:** estados do Norte e Nordeste; **Região 3:** estados do Sul mais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As quantidades diárias constante dos anexos do Decreto-Lei nº 399/1938 foram convertidas em quantidades mensais na metodologia do DIEESE.

A CBA, por definição, é a quantidade mínima de alimentos para manter uma pessoa adulta durante um mês. O preço médio de cada produto, multiplicado pelas quantidades definidas no Decreto-Lei nº 399/1938, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da CBA (DIEESE, 2015).

Mas o que vai interessar diretamente para a presente pesquisa é a metodologia do *salário mínimo necessário*, que se aproxima da definição marxiana dos meios de subsistência destinados à produção e reprodução da força de trabalho. Ainda segundo o texto do DIEESE:

A Constituição de 1988 define o salário mínimo como aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo [...] (CF/88, art. 7, IV).

Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto-Lei nº 399/1938, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos.

A família considerada para o cálculo é composta por dois adultos e duas crianças, que por hipótese, consomem como um adulto. Utilizando o custo da cesta mais cara, dentre as 18 capitais pesquisadas e multiplicando-se por três, obtém-se o gasto alimentar de uma família (custo familiar de alimentação [CFA]).

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo DIEESE, no município de São Paulo em 94/95 demonstra que a alimentação representa 35,71% das despesas das famílias de estrato 1. Comparando-se o custo familiar da alimentação (a de maior razão multiplicada por 3), com a parcela orçamentária das famílias de baixa renda (35,71%), pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte, etc. Dessa forma o cálculo do Salário Mínimo Necessário pode ser dado pela seguinte fórmula [...].(DIEESE, 2015, não paginado)

Didaticamente essa fórmula é o que segue. Toma-se o preço da cesta básica e multiplica-se por três (o DIEESE toma o maior preço do país, esta pesquisa tomará o preço correspondente aos dados de época do Maranhão, nas décadas de 1890, 1920, 1940 [nos Anexos] e do ano de 2010). O valor resultante desse produto é o custo familiar de alimentação (CFA). Dividindo-se o CFA por 0,3571 (35,71% é a porcentagem gasta com alimentação pelas famílias de baixa renda de acordo com pesquisa do DIEESE, na última década do século XX) obtém-se o *salário mínimo necessário*.

A título de exemplo, o maior custo da cesta básica calculado pelo DIEESE em abril de 2015 foi o de São Paulo: **R\$ 387,05**. Multiplicando-se esse valor por três, tem-se um **CFA de R\$ 1.161,15**. Como as famílias de baixa renda gastam em média 35,71% do seu orçamento com alimentação, divide-se o CFA por 0,3571 e chega-se ao valor de **R\$ 3.251,61** que corresponde à estimativa do *Salário Mínimo Necessário*, o que significa que o mínimo necessário para o sustento do trabalhador e sua família (aqui considerada de dois adultos e duas crianças com estas duas últimas consumindo por um adulto) em abril de 2015 na cidade de São Paulo seria 4,1264 vezes o valor do salário mínimo vigente nesse período (R\$ 788,00). Somente isso pode ser considerado uma forte evidência de superexploração da FT (pagamento de salário abaixo do valor da FT, mesmo levando-se em conta que grandes empresas pagam mais que um salário mínimo, as médias e pequenas remuneram nessa faixa e são a maioria). Os dados que serão apresentados a seguir mostrarão, com mais rigor, a efetiva ocorrência do fenômeno da superexploração na formação econômica maranhense (nos períodos focados), relacionando esse fator como uma das causas basilares do atraso socioeconômico do Estado.

5.4 Evidências empíricas da superexploração: salários e valor da força de trabalho no Maranhão histórico

Preliminarmente, quando da análise do valor da força de trabalho do final do século XIX até meados do século XX, efetuou-se dois cálculos. No primeiro, considerando o percentual de gastos de uma família pobre com alimentação, aquele pesquisado pelo DIEESE em 1994/1995 (35,71%), por ser esse o eixo metodológico da pesquisa para os cálculos do valor da força de trabalho nas diversas etapas do longo século XX maranhense (no sentido de manter a coerência metodológica da pesquisa) O segundo, como ilustração, considerando o fato de que, naquele período, o estágio de desenvolvimento tecnológico ainda não havia introduzido novos elementos de consumo na cesta dos mais pobres, que terminavam gastando uma maior parcela de suas rendas com alimentação. Assim, nas análises das décadas de 1890e

1920, apresentou-se um **segundo cálculo** que considera que uma família pobre consumia 50% de sua renda com alimentação. Nas análises dos anos 1940 (nos Anexos) e do ano de 2010, manteve-se apenas um cálculo, com base no percentual de 35,71%.

Abaixo a tabela com os componentes da cesta básica de alimentos (CBA) de acordo com Decreto nº 399/1938, informando novamente que a **Região 1** é formada pelo Sudeste mais o Estado de Goiás e o Distrito Federal; a **Região 2** é formada pelo Norte e Nordeste e a **Região 3** é formada pelo Sul mais os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do sul. Nesta pesquisa, foram consideradas as proporções da CBA da **Região 2**, pelas características da cultura alimentar maranhense, com maior ênfase para o arroz e a farinha, por exemplo. Nas próximas subseções serão mostrados os ajustes entre os produtos disponíveis em cada época estudada e os 13 produtos expostos na tabela 10, abaixo.

Tabela 10 – Provisões mínimas (CBA) estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938

Ordem	Alimentos	Região 1	Região2	Região 3	Nacional
1	Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
2	Leite	7,5 L	6,0 L	7,5 L	15,0 L
3	Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
4	Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
5	Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
6	Batata	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
7	Legumes (tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
8	Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
9	Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
10	Frutas (Banana)	90 um	90 um	90 um	90 um
11	Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
12	Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
13	Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE (2015).

5.4.1 Salários e valor da força de trabalho nas fábricas do Maranhão na década de 1890

A categoria da superexploração, tal como se apresenta na exposição de Marini, tanto em *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, quanto em *Dialética da Dependência*, trata de fatos havidos já no seio de uma produção capitalista propriamente dita, ou seja, de uma produção assentada na tríade: propriedade privada; trabalho assalariado e destino do produto ao mercado. Ora, isso não se configurava nos períodos colonial e imperial, onde vicejava o trabalho escravo. Daí a escolha da década de 1890 para iniciar os estudos empíricos da superexploração no território maranhense. Naquele decênio a economia local

iniciou um processo de montagem e operação de um parque industrial têxtil, já com base no trabalho assalariado, na concentração de capitais por meio de sociedades por ações e na produção em escala, ou seja, um processo de produção nitidamente capitalista.

Definido o ponto de início, seguem os dados. Viveiros (1992) apresenta uma tabela de preços correntes vigentes na Praça do Maranhão em 1890, separada em gêneros nacionais e gêneros estrangeiros.

Nas tabelas 11.a e 11.b, reproduziu-se integralmente os dados apresentados por Viveiros e, na tabela 12, fez-se uma seleção de 13 itens que entendeu-se serem os que mais se aproximam dos 13 itens previstos pelo Decreto-Lei nº 399/1938 (listados na Tabela 10, acima), que estabeleceu os produtos da cesta básica de alimentos e que “o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da cesta básica de alimentos”.

Visitar a lista de *gêneros estrangeiros* diz muito da economia do Maranhão à época (transição do século XIX para o XX). A pauta de importados nos mostra o quanto a produção local era deficitária em termos de diversidade e qualidade. A Europa, principalmente Inglaterra, Portugal, Holanda e França, para cá mandavam o bacalhau, o chouriço em latas, o azeite, as azeitonas, especiarias como erva doce, cominho, pimenta da Índia, alfavaca, além de alhos, cebolas, batatas, figos, passas, manteiga e chás. Destaca-se ainda produtos como a pólvora inglesa, o queijo flamengo, e as sardinhas de Nantes (França). Completava essa lucrativa lista, dentre outros produtos, os apreciados vinhos portugueses, especialmente do Porto e de Lisboa. Não se faz referência aqui aos *maquinismos* ingleses, pois essas listas de Viveiros trazem, principalmente, produtos de consumo alimentar.

Já na lista de *gêneros nacionais*, encontram-se, dentre outros, a aguardente e o açúcar de cana, o arroz, o algodão, o azeite de coco e de carrapato, o café, o camarão, a carne seca, couros diversos, farinha seca e d'água, feijão, fumo de corda, gergelim, milho, tapioca, sebo e sabão de andiroba, o que mostra o caráter eminentemente primário da economia, situação que perdurou por todo o longo século XX, realimentando as trocas desiguais com a Europa e Estados Unidos. Para efeito de ilustração dessa realidade, cabe uma informação de Viveiros sobre o triste quadro das exportações maranhenses no começo do século XX, através do manifesto de um navio que partiu de São Luís em 24 de agosto de 1902 com destino a portos europeus. Além de lamentar o aumento do déficit da balança comercial, aquele autor desdenhava do conteúdo e quantidade das vendas externas de então: “Fardos de algodão, 968; couros de boi, 2.702; chifres de boi, 5.000; sacos de tapioca, 300; farinha seca, 100; de mandioca, 30, de resina de Jatobá, 50; de maniçoba, 184; de osso, 100 e de cravo, 16.”

(VIVEIROS, 1992, p. 24). Ou seja, somente produtos primários com pouca ou nenhuma agregação. Nada muito diferente da realidade das exportações maranhenses em 2010. Voltando ao cálculo do valor da cesta básica de alimentos (CBA) em 1890, a grafia das tabelas de preços foi mantida de acordo com o original. Os 13 produtos tomados como correspondentes da cesta básica usada na metodologia adotada pela pesquisa foram tirados das duas Tabelas abaixo (11.a e 11.b), onde se acham destacados.

Tabela 11.a - Preços correntes na Praça do Maranhão, 1890 – Gêneros Nacionais

13 prod. correspondentes à Cesta Básica	Produto	Unidade de medida	Valor em réis
	Aguardente de 22°	Pipa	70\$000 a 75\$000
	Algodão	Kg	\$420 a \$440
	Arroz em casca	Alqueire	30\$000 a 3\$200
	Arroz pilado	Kg	\$260 a \$280
	Açúcar branco	“	\$300 a \$320
	Dito sementes	“	\$200 a \$240
	Dito mascavo purgado	“	\$160 a \$180
	Dito bruto	“	\$070 a \$100
	Azeite de côco	Litro	\$500 a \$600
	Azeite de carrapato	“	\$320 a \$340
	Cacáu	Kg	\$400 a \$500
	Café de 1ª.	“	\$950 a 1\$000
	Café de 2ª.	“	\$750 a \$900
	Café de 3ª.	“	\$640 a \$750
	Camarão	“	\$240 a \$440
	Carne seca	“	\$500 a \$600
	Carrapato	“	\$080 a \$090
	Caroço de algodão	Arroba (15 Kg)	\$300 a \$320
	Cêra de carnaúba	Kg	\$400 a \$440
	Couro salgado	“	\$220 a \$240
	Couro espichado	“	\$300 a \$320
	Couro verde	Un	3\$500 a 3\$800
	Couro de veado	Kg	1\$700 a 1\$750
	Farinha seca	“	\$050 a \$055
	Farinha d'água	“	\$040 a \$070
	Favas	“	\$100 a \$120
	Feijão frade	“	\$100 a \$120
	Dito manteiga	“	\$120 a \$140
	Fumo de corda	“	1\$000 a 2\$500
	Dito de molho-(Codó)	Arroba (15 Kg)	15\$000 a 25\$000
	Dito de molho-(Anajatuba)	“	6\$000 a 8\$000
	Dito Baependi	Lata	10\$000 a 12\$000
	Gergelim	Kg	\$160 a \$180
	Sabão de andiroba	“	\$120 a \$160
	Sebo	“	\$240 a \$320
	Tapioca	“	\$100 a \$160

Fonte: Viveiros (1992, v. 3, p. 28-30).

Tabela 11.b - Preços correntes na Praça do Maranhão, em 1890 – Gêneros Estrangeiros

13 prod. correspondentes à CBA (cont.)	Produto	Unidade de medida	Valor em réis
	Alhos	Maço	\$060 a \$070
	Alfazema	Kg	\$400 a \$450
	Alpiste	“	\$300 a \$320
	Arroz da Índia	“	\$220 a \$240
	Azeite doce	Litro	1\$000 a 1\$200
	Azeite em latas grandes	Lata	1\$200 a 1\$400
	Azeitonas em latas pequenas	“	\$400 a \$450
	Bacalhau	Barrica	15\$000 a 18\$000
	Dito	Caixa (de 20kg)	9\$000 a 10\$000
	Banha de porco	Kg	\$600 a \$700
	Batatas em caixas	Caixa (de 30 kg)	3\$500 a 4\$000
	Cebolas em caixas	Caixa (de 8 molhos)	12\$000 a 16\$000
	Chá Hisson	Kg	3\$500 a 5\$000
	Chouriços em latas	Arroba	27\$000 a 30\$000
	Cominho	Kg	1\$000 a 1\$100
	Farinha de trigo americana	Saco (60kg)	16\$000 a 18\$000
	Dita de Trieste	Arroba	6\$000 a 20\$000
	Figos em caixinhas	“	7\$000 a 8\$000
	Erva doce	Kg	\$900 a \$960
	Querosene em latas	Lata (de 5 galões)	3\$800 a 4\$000
	Manteiga em latas	Lata-Kg	2\$000 a 2\$400
	Passas	Caixa	6\$000 a 7\$000
	Papel de embrulho	Resmas	\$700 a 1\$2000
	Pimenta da Índia	Kg	1\$000 a 1\$1000
	Pólvora inglesa	Barril	24\$000 a 25\$000
	Queijo flamengo	Un	2\$800 a 3\$000
	Sardinhas de Nantes	¼ (de Kg)	\$300 a \$320
	Toucinho de Lisboa	Kg	\$700 a \$800
	Velas stearinas	Maço	\$300 a \$400
	Vinagre de Lisboa	Pipa	130\$000 a 135\$000
	Vinho de Figueira	“	250\$000 260\$000
	Vinho de Lisboa	“	250\$000 a 260\$000
	Vinho branco	“	250\$000 a 260\$000
	Vinho do Pôrto	Caixa	8\$000 a 15\$000

Fonte: Viveiros (1992, v.3, p. 229-231).

Por não haver uma correspondência integral entre os produtos constantes nas listas de preços de gêneros alimentícios de 1890 (Tabelas 11.a e 11.b) e 1928 (Tabela 15) e entre estas e a lista de produtos prevista no Decreto-Lei nº 399/1938 (cesta básica de alimentos, Tabela 10) a pesquisa foi obrigada a fazer substituições, guardando coerência no sentido de reunir 13

produtos necessários à alimentação de uma pessoa adulta em um mês, fazendo os ajustes necessários em termos de unidades de medidas.

Como exemplo desses ajustes, no item destacado “farinha de trigo americana” a unidade apresentada é “saco”, tido como de 60 (Tabela 11.b) kg. A esse item da tabela de Viveiros, fez-se corresponder o item 8 da tabela 13 (usada na metodologia do DIEESE), que é o pão francês (feito de farinha de trigo). Ora, um pão francês tem 60g, se houvesse uma correspondência direta entre farinha de trigo e pão, os 6kg (6.000g) de pão exigidos no item 8 da tabela 10 corresponderiam a 100 pães de 60g, mas o pão não é feito apenas de farinha. O site <http://rogerioshimura.wordpress.com/category/etapas-da-producao-de-paes/>, especializado em estatísticas de panificação, apresenta a seguinte relação: [*1 kg de farinha de trigo produz 1,8kg de pão*]. A diferença é oriunda dos outros componentes: açúcar, sal, melhorador, água, fermento e gordura. Considerando a farinha como “100”, os outros componentes somados pesam “80”. Desses “80”, “60” corresponde a água e “20” aos demais componentes acima citados. Usando a relação de *1 para 1,8*, tem-se que para 6kg de pão são necessários 3,33kg de farinha. Mas já foi visto que não é só a farinha que compõe o pão. Descartando-se a água (considerada de custo zero), tem-se ainda “20” de produtos com custos. Por isso, na hora de calcular o preço desse item há que considerar essa informação. O preço de um saco de farinha de trigo variava de 16\$000 a 18\$000. Tomando o preço mais baixo, buscado pelos mais pobres tem-se o preço de 1 kg de farinha de trigo em \$267. Com esses dados, para fazer 6kg de pão são necessários 3,33kg de farinha, a um custo de \$889. Colocando 20% sobre esse valor para cobrir os demais ingredientes (exceto a água), encontra-se o valor final desse item na CBA do ano de 1890: 1\$067. Para efeito de simplificação, fazendo direto 6,0kg de farinha de trigo vezes \$267, tem-se: 1\$602. Esse valor será utilizado em substituição aos 6,0kg de pão francês, para a cesta básica de 1890 (Tabela 12).

A cebola oferece outro exemplo de ajuste. Como da tabela de Viveiros não consta o tomate, a cebola ocupou o seu lugar na montagem da versão de CBA para o ano de 1890. A cebola aparece em *molho* (espécie de réstia) estimada em 4kg. Assim, uma caixa com 8 molhos teria 32kg de cebola. Se uma caixa custava (valor mais baixo) 12\$000, um kg de cebola custava \$375. A Tabela 10 aponta uma necessidade de 9kg de legumes. Assim, 9kg de cebola entram na CBA a um custo de 3\$375.

O item frutas na Tabela 13 é preenchido por 90 un. de bananas. A fruta existente na tabela 11.a, de 1890, é o cacau e está com unidade em kg. 90 un. são 7,5 dz. Considerando 1 dz. de bananas aproximadamente com peso de 1kg, tem-se um equivalente a 7,5 kg de cacau.

Por fim, o leite, que é previsto no Decreto-Lei 399/1938, não consta nas Tabelas 11.a e 11.b (de 1890). Sabe-se, entretanto, que o azeite de coco era muito consumido pelas famílias pobres, por isso foi feita essa substituição, só que diminuindo a quantidade de 6 litros para 3 litros. Não se trata de dizer que o azeite de coco é um substituto direto do leite, mas apenas que ele era um item muito consumido pelas famílias maranhenses, passível de integrar a rotina alimentar das mesmas. Assim, dos 13 itens (da cesta do Decreto-Lei nº 339/1938 e da estimada para 1890), 9 são comuns. Nesses termos, a cesta básica de alimentos estimada para 1890 mantém coerência com o consumo da época e similaridade com os produtos usados pela metodologia adotada pela pesquisa.

Tabela 12 – Valor da CBA em 1890 na Praça de São Luís - MA

Itens previstos no Decreto-Lei 399/38 para a cesta básica de alimentos do Norte/Nordeste			Itens correlatos de uma cesta básica de alimentos do ano de 1890 (Preços em Réis)			
Ordem	Alimentos	Região ²	Produtos básicos na praça de S. Luís, em 1890	Preço em Réis/un	Preço em Réis/total do	
1	Carne	4,5 kg	Carne seca	4,5 kg	\$500/kg	2\$250
2	Leite	6,0 L	Azeite de Côco	3,0 L	\$500/L	1\$500
3	Feijão	4,5 kg	Feijão frade	4,5 kg	\$100/kg	\$450
4	Arroz	3,6 kg	Arroz pilado	3,6 kg	\$260/kg	\$936
5	Farinha	3,0 kg	Farinha d'água	3,0 kg	\$040/kg	\$120
6	Batata	6,0 kg	Batata	6,0 kg	\$116/kg	\$696
7	Legumes (tomate)	12,0 kg	Cebola	12,0 kg	\$375/kg	4\$500
8	Pão francês	6,0 kg	Farinha de trigo	6,0 kg	\$267/kg	1\$602
9	Café em pó	300 gr	Café de 2ª	300 gr	\$640/kg	\$192
10	Frutas (Banana)	90 un	Cacau	7,5kg	\$400/kg	3\$000
11	Açúcar	3,0 kg	Açúcar branco	3,0 kg	\$300/kg	\$900
12	Banha/Óleo	750 gr	Banha de porco	750 gr	\$600/kg	\$450
13	Manteiga	750 gr	Manteiga em latas	750 gr	2\$000/kg	1\$500
Preço estimado de 1 cesta básica/1890				18\$096		

Chegou-se, assim, ao preço de uma cesta básica de alimentos (CBA) em 1890: 18\$096 (dezoito mil e noventa e seis réis). Considerando uma família de 4 pessoas (em 1890 as famílias dos operários eram bem maiores, mas mantendo o formato da metodologia adotada), com dois adultos e duas crianças e as duas crianças consumindo como um adulto, multiplicou-se, pois, a CBA por três para obtermos o custo familiar da alimentação (CFA):54\$288.

Para estimar o *salário mínimo necessário*, foram usados dois cálculos, sendo o primeiro o adotado pela metodologia e o segundo, para demonstrar a evidencia da superexploração, mesmo com um rigor contrário maior. **Primeiro cálculo:** considerando-se o dado do DIEESE segundo o qual uma família pobre gasta 35,71% de sua renda com alimentação, o *salário mínimo necessário* (SMN) em 1890 deveria ser **152\$024** ($54\$288 \div 0,3571$). **Segundo cálculo:** considerando que naquela época, as famílias gastavam mais de suas rendas com alimentação, por não haver muitas outras opções de consumo e tomando um percentual de 50% (0,5000), teremos o SMN em **108\$576**.

A pesquisa buscou, na sequência, a média dos salários pagos aos operários nas fábricas de São Luís no ano de 1895¹². Relacionando as sete maiores fábricas em operação na capital naquele ano, exceção da Camboa, cujos valores dos salários não constam nos dados de Viveiros (1992). Tomando os salários de base de cada uma das sete fábricas, chegou-se a um salário mensal médio de **37\$286**, com mínimo em 15\$000 e máximo em 60\$000. Constatou-se que o maior salário pago a um operário no Maranhão em 1895 cobria 55,26% do *salário mínimo necessário* (SMN) a preços de 1890, pelo segundo cálculo. O salário médio de 1895 representava 34,34% e o menor salário, apenas 13,81% desse mesmo SMN definido pelo segundo cálculo.

Tabela 13 – Salários de operários em fábricas de São Luís em 1895

Indústrias	Salário do operário por dia de 10h	Salário do operário por mês (30d)
Cia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Isabel)	\$600	18\$000
Cia de Fiação e Tecidos Rio Anil	\$500	15\$000
Cia de Fiação e Tecidos Cânhamo	2\$000	60\$000
Cia Progresso Maranhense	\$600	18\$000
Cia de Lanifícios Maranhense (Fábrica Santa Amélia)	2\$000	60\$000
Cia de Fiação e Tecelagem São Luís	1\$600	48\$000
Cia Industrial Maranhense (Fiação)	1\$400	42\$000
Média mensal		37\$286
menor salário		15\$000
maior salário		60\$000

Fonte: Viveiros (1992, v. 2, p. 449-565).

Esses números, retirados da realidade histórica concreta do Estado do Maranhão, demonstram, de forma inequívoca, o pagamento de salários (bem) abaixo do valor da força de

¹² Desconsiderou-se a defasagem de 5 anos – em relação ao preço da cesta de alimentos de 1890 –, por ser ela contrária à evidência da superexploração, na medida em que os preços dos salários em 1895 deveriam ser maiores que os de 1890, uma vez que a literatura não menciona nenhum caso de deflação no começo do século XX. Simplificando, tomando preços de 1890 e salários de 1895, atenua-se a evidência de superexploração, pois se o salário de 1895 retrocedesse a 1890, compraria mais gêneros que o salário do próprio ano de 1890.

trabalho (aqui tomado como *salário mínimo necessário*). Junte-se a isso jornadas diárias de 10 horas, trabalho infantil e de mulheres com salários abaixo dos pagos aos homens adultos, além da falta de direitos trabalhistas que hoje são elementares e tem-se um quadro real de superexploração. Com fábricas importantes como a Fabril (Santa Isabel) e Rio Anil, pagando em 1895 salários, respectivamente de 18 e 15 mil réis, portanto **abaixo do valor de uma única cesta básica de 1890** (18\$096), ficava impossível pensar em fazer da “loucura industrial” um projeto de industrialização sustentado em um mercado interno consistente.

5.4.2 Salários e valor da força de trabalho nas fábricas do Maranhão na década de 1920

Voltando à indústria, em 1921, a cotonicultura já havia perdido importância no Maranhão, mas as indústrias ainda ocupavam um lugar de destaque na frágil economia do Estado, embora sem grande relevância para a economia do país. A Tabela 14 mostra dados das indústrias têxteis localizadas no Maranhão, com destaque para os 3.557 empregos diretos e o faturamento anual de 11.776 contos de réis ou 10,8 bilhões de réis.

A partir da década de 1930, recrudescceu o processo de industrialização em São Paulo e os capitães de indústria do Maranhão, mais uma vez, não investiram em tecnologia e inovação e suas fábricas ficaram reduzidas à produção de panos de inferior qualidade e cada vez mais com menor valor de mercado. Veio a Segunda Guerra Mundial e outra janela de oportunidade foi perdida. Após a Guerra, enquanto o capitalismo mundial entrava nos “trinta gloriosos”, o Maranhão assistia ao fechamento gradativo de seu obsoleto parque industrial e a consolidação da pobreza de seu povo, passando a ser sinônimo nacional de atraso.

Tabela 14 - Fábricas de fiação e tecidos do Estado do Maranhão, em 1921 (valores em réis)

FÁBRICA	CAPITAL INICIAL	TEARES	Operários	Produção (metros)	Valor total da Produção	Preço por metro	Salários: massa total anual	Salário por empregado/ano	Salário por operário/dia [(+12)+30 d]	Mts de pano comprados por 1 Salário/dia
Cambôa	1.194.900\$000	200	475	1.761.239	1.756.408\$830	997	336.629\$490	708\$694	1.969	1,97
Fabril	1.200.000\$000	574	650	1.886.291	1.606.586\$940	852	310.961\$120	478\$402	1.329	1,56
Cânhamo	900.000\$000	120	160	1.055.330	812.604\$100	770	50.283\$190	314\$270	873	1,13
Anil	1.573.690\$000	392	462	2.659.267	1.917.865\$670	721	279.222\$810	604\$378	1.679	2,33
Sta. Amélia	700.000\$000	280	292	3.189.772	3.225.653\$250	1.011	237.176\$000	812\$247	2.256	2,23
S. Luiz	1.260.000\$000	(11.800f)	248			1.011	191.619\$000	772\$657	2.146	2,12
Industrial	300.000\$000	130	260	745.000	600.000\$000	805	190.000\$000	730\$769	2.030	2,52
União	850.000\$000	220	350	1.002.786	528.165\$355	527	156.320\$630	446\$630	1.243	2,36
Manufatura		160	300	526.586	322.477\$790	612	90.363\$160	301\$211	837	1,37
Manufatureira	851.500\$000	200	300	917.140	798.278\$580	870	167.937\$700	559\$792	1.555	1,79
Sanharó	50.000\$000	60	60	231.000	208.600\$000	903	45.000\$000	750\$000	2.083	2,31
TOTAIS	8.880.090\$000	2.336	3.557	13.974.411	11.776.640\$515	M=825	2.055.513\$100	Média=589\$005	Média=1.636	Média= 1,97

*Elaboração própria com base em dados de Paxeco(1923, p. 136-137): Mapa das fábricas de fiação e tecelagem do Maranhão.

Obs.1. A massa de salários do conjunto das 11 fábricas equivalia a 17,45% do valor da produção agregada

- Obs.2. Em 1921 o faturamento total anual superava o capital investido em 2.896.550\$515 (2.896 contos de réis).
 Obs.3. Estimando um lucro de 20% sobre o faturamento, em 3,7 anos estaria recuperado o capital investido.
 Obs.4. Pela média, o salário de um dia de um operário comprava 1,97 m de pano produzido pelas fábricas.
 Obs.5. O salário médio/mês de um operário em 1921 era: 49\$084 ($589\$005 \div 12$).

A tabela 14 mostra que o salário médio por dia de trabalho de 10h (\$1.636) comprava 1,97 m de tecido (ao preço médio de \$825/m) em 1921. Não foi feita nenhuma indexação envolvendo tecidos (embora o pano já tenha sido usado como moeda no Maranhão colonial), mas o dado acima exposto indica o baixíssimo poder aquisitivo do salário.

Para apresentar evidências da superexploração da FT na década de 1920, foi usado o mesmo procedimento metodológico utilizado para a demonstração relativa à década de 1890. Os dados que a pesquisa levantou são os seguintes: valor do salário do operário na indústria têxtil no ano de 1921 (extraído da Tabela 14) e uma lista de preços de gêneros alimentícios de 1928, que permite estimar o valor da cesta básica de alimentos para aquele ano. Essa lista se encontra na tabela 18. Como já apresentado, a pesquisa dispunha também do valor do salário do operário em 1895 e do valor da cesta básica em 1890.

Essa defasagem temporal entre os dados do salário (de 1921) e da cesta básica (de 1928) exigiu uma correção da variação de preços da cesta básica, de 1890 até 1928 (espaço de 38 anos). Daí tirou-se uma taxa de variação média anual e assim, regrediu-se o valor da cesta básica de 1928 para 1921. Com relação aos salários, fez-se uma correção dos valores de 1890 para 1921 (espaço de 31 anos). Daí tirou-se uma taxa de variação média anual e assim, atualizou-se o valor do salário de 1921 para 1928. Desse modo foi possível fazer as devidas comparações entre as estimações do valor do salário efetivamente pago e o valor do *salário mínimo necessário* (SMN), para os anos de 1921 e 1928.

Tabela 15 - Preços correntes na Praça do Maranhão, em 1928

Aguardente	1\$300 a 1\$400
Alcól	1\$700 a 1\$800
Algodão em rama	1\$500 a 1\$600
Algodão em caroço	\$350 a \$400
Algodão hidrófilo	3\$500 a 4\$000
Amêndoa de côco babaçu	\$570 a \$580
Araruta	\$950 a 1\$000
Arroz em casca	\$200 a \$250
Arroz pilado	\$400 a \$450
Açúcar branco, refinado	\$800 a \$900
Açúcar de 1ª	\$500 a \$550
Açúcar de 2ª	\$400 a \$450
Açúcar somenos	\$400 A \$450
“ mascavo	\$350 a \$360
“ bruto	\$310 a 320

Azeite de carrapato	1\$900 a 2\$000
Azeite de gergelim	2\$100 a 2\$200
Azeite de côco	1\$500 a 1\$600
Azeite de andiroba	1\$100 1\$200
Banha de porco	2\$100 a 2\$200
Baunilha	3\$900 a 4\$000
Borracha de mangabeira	1\$400 a 1\$500
Bucho de peixe	2\$000 a 5\$000
Cacáu	\$900 a 1\$000
Café	1\$500 a 1\$600
Camarão seco	1\$000 a 2\$400
Carne de porco	1\$000 a 1\$300
Carne seca	1\$800 a 2\$200
Carôço de algodão	\$100 a \$200
Cêra de carnaúba	2\$500 a 2\$800
Chifres	\$100 a \$110
Couros de boi, salgados	1\$400 a 1\$700
Couros de boi espichado	1\$700 a 1\$900
Couros de veado	3\$400 a 3\$500
Crina animal	2\$900 a 3\$000
Cumarú	\$650 a \$700
Farinha seca	\$1700 a \$180
Farinha d'água – branca	\$220 a \$240
Farinha d'água – amarela	\$300 a \$400
Farinha lavada	\$170 a \$180
Farelo	\$090 a \$100
Fava	\$250 a \$300
Feijão	\$300 a \$400
Fio de rêde	4\$400 a 4\$500
Fumo em corda	2\$900 a 3\$000
Fumo em folha	3\$900 a 4\$000
Fumo desfiado	8\$900 a 10\$000
Gergelim	\$380 a \$400
Mamona	\$350 a \$380
Milho	\$130 a \$140
Morim	\$500 a 1\$000
Óleo de copaíba	2\$500 a 2\$600
Ossos	\$050 a \$060
Peixe seco	\$800 a 1\$200
Pele de cabra	3\$400 a 3\$500
Pele de caitetú	9\$000 a 11\$000
Pele de capivara	8\$000 a 9\$000
Pele de cobra gibóia	5\$000 a 6\$000
Pele de cobra sucuruju	1\$900 a 2\$000
Pele de gato maracajá	3\$000 a 5\$000
Pele de lontra	5\$000 a 20\$000
Pele de onça pintada	5\$000 a 20\$000
Pele de ovelha	3\$400 a 3\$500
Pele de tamanduá- i	1\$900 a 2\$000
Resíduos	\$090 a \$100

Resinas	\$390 a \$400
Riscados	\$500 a \$700
Sabão	\$900 a 1\$000
Sal	\$150 a \$160
Sêbo	1\$200 a 1\$300
Sola	4\$500 a 4\$800
Tapioca do Pará	\$350 a \$360
Tapioca de goma	\$350 a \$360
Tapioca de forno	\$350 a \$360
Tecidos de cânhamo	\$950 a 1\$000
Tiquira	1\$300 a 1\$400
Toucinho	1\$400 a 1\$500
Tucum	\$130 a \$140

Fonte: Viveiros (1992, v.3, p. 229). (Mantida grafia original).

Visitando a lista de preços de gêneros de 1928 (Tabela 15), fica evidente que nela não são encontrados todos os 13 itens constantes da tabela 13 (Decreto-Lei nº 399/1938, usada pelo DIEESE). Por esse motivo, valendo-se do mesmo procedimento adotado para o ano de 1890, os itens faltantes foram substituídos por outros produtos comestíveis passíveis de serem consumidos por uma pessoa vivendo no Maranhão em 1928. O Resultado é uma aproximação do que seria uma cesta básica de alimentos naquele ano e o seu respectivo preço. Como a pesquisa já dispunha dos preços da cesta básica de 1890 foi possível calcular a taxa de variação dos preços da cesta básica entre 1890 e 1928, o que serviu para as atualizações necessárias, para que as comparações entre preço da CBA e preço do salário fosse feita com valores corrigidos para um ano comum.

Tabela 16 - Cesta básica estimada para os anos de 1890 e 1928

Itens correlatos de uma cesta básica de alimentos do ano de 1890 (Preços em réis)				Itens correlatos de uma cesta básica de alimentos do ano de 1928 (Preços em réis)			
Produtos básicos na praça de S. Luís, em 1890	Qte	Preço em réis/un	Preço em réis/total do item	Produtos básicos na praça de S. Luís, em 1928	Qte	Preço em réis/un	Preço em réis/total do item
Carne seca	4,5 kg	\$500/kg	2\$250	1 Carne seca	4,5 kg	1\$800	8\$100
Azeite de Côco	3,0 L	\$500/L	1\$500	2 Azeite de Côco	3,0 L	1\$500	4\$500
Feijão frade	4,5 kg	\$100/kg	\$450	3 Feijão	4,5 kg	\$300	1\$350
Arroz pilado	3,6 kg	\$260/kg	\$936	4 Arroz pilado	3,6 kg	\$400	1\$440
Farinha d'água	3,0 kg	\$040/kg	\$120	5 Farinha d'água amarela	3,0 kg	\$300	\$900
Batata	6,0 kg	\$116/kg	\$696	6 Milho	6,0 kg	\$130	\$780
Cebola	12,0 kg	\$375/kg	4\$500	7 Araruta	12,0 kg	\$900	10\$800
Farinha de trigo	6,0 kg	\$267/kg	1\$602	8 Tapioca do Para/de goma	6,0 kg	\$350	2\$100
Café de 2ª	300 gr	\$640/kg	\$192	9 Café	300 gr	1\$500	\$450
Cacau	7,5kg	\$400/kg	3\$000	10 Cacau	7,5kg	\$900	6\$750

Açúcar branco	3,0 kg	\$300/kg	\$900	11 Açúcar de 2ª	3,0 kg	\$400	1\$200
Banha de porco	750 gr	\$600/kg	\$450	12 Banha de porco	750 gr	2\$100	1\$575
Manteiga em latas	750 gr	2\$000/kg	1\$500	13 Toucinho	750 gr	1\$400	1\$050
Preço estimado de 1 cesta básica/1890			18\$096	Preço estimado de 1 cesta básica/1928			40\$995

Diferença de valor das cestas básicas 1928 - 1890: (40\$995-18\$096) = 22\$899.

Preço da CB variou 126,54% em 38 anos (1890/1928).

Média da variação: 3.33% por ano.

Estimativa da inflação entre 1921 e 1928: 23,31%

Fonte: Viveiros (1992, v. 3, p. 28-30 e 229-231).

Usando essa taxa média anual de variação do preço da cesta básica entre 1890 e 1928, a pesquisa construiu as três tabelas seguintes: a primeira (20), estimando o valor de uma CBA para o ano de 1921 (dado não disponível na literatura consultada); a segunda (21), estimando o valor do salário médio do operário no ano de 1928 (dado não disponível na literatura consultada) e a terceira (22), consolidando as bases de comparação entre preços da CBA e do salário para os anos de 1921 e 1928.

Tabela 17 - Estimativa do preço da cesta básica em 1921, com base na variação 1890-1928

Cesta Básica em réis (\$)		Diferença em réis:	Variação (%) CB	Variação média anual	Estimativa CB em 1921:
[Dados históricos]		CB 1928/1890	1928/1890	CB: 1928/1890 (38 anos)	var. anual 3,33%. Base: 1890
A	B	C	D	E	F
1890	1928	B - A	(B-A)*100/A	D / 38	A+(1,0323A)
18\$096	40\$995	22\$899	126,54%	3,33%	36\$777

Obs.1 A CB variou a uma tx. anual média de **3,33%** entre 1890 e 1928.

Tabela 18 - Estimativa do salário em 1928, com base na variação salarial entre 1890 e 1921

Salário mensal por trabalhador [Dados históricos]		Diferença em réis:	Variação (%)	Variação média anual	Estimativa Salário em
Salário 1921/1890		Salário 1921/1890	Salário 1921/1890	Salário: 1921/1890 (31 anos)	1928: var. anual 0,94%. Base: 1921
1890	1921	1921	Var. 1921/1890	Var. anual período	Sal. Mês: 1928
37.286	48.164	10.878	29,17%	0,94%	51.333

Obs.1 O salário variou a uma tx. anual média de **0,94%** entre 1890 e 1928.

Tabela 19 - Compatibilização de dados e estimativas: cestas básicas e salários - 1890, 1921 e 1928

Dados históricos e estimativas					Base de comparações		
Ano	Salário dado	Salário estimado	Cesta básica dada	Cesta básica estimada	SALÁRIOS	CESTA BÁSICA ALIM.	RELAÇÃO: Sal./CBA
1.890	37.286		18.096		37.286	18.096	2,06
1.921	48.164			36.777	48.164	36.777	1,31
1.928		51.333	40.995		51.333	40.995	1,25

Obs. 1. O grau de exploração cresceu entre 1890 e 1928, na razão inversa da relação Sal./CBA.

Com os dados acima, pode-se calcular o valor do *custo familiar da alimentação* (CFA = 3CBA) para os anos de 1921 e 1928. Para **1921**, o valor estimado do CFA é **110\$331**. Para 1928, o valor estimado do CFA é **122\$985**.

A próxima etapa é a estimação do *salário mínimo necessário* (SMN) para os anos de 1921 e 1928, usando as duas formas de cálculo já anunciadas quando da estimação relativa ao ano de 1890.

Ano de **1921, primeiro cálculo**: considerando o consumo alimentar de 35,71% da renda, tem-se um SMN estimado em **308\$964** ($110\$331 \div 0,3571$). Ano de **1921, segundo cálculo**: considerando o consumo alimentar de 50% da renda, tem-se um SMN estimado em **220\$662** ($110\$331 \div 0,50$).

O salário médio de um operário em 1921 era de **48\$164**, o que representava 21,82% do menor *salário mínimo necessário* (SMN) estimado para aquele ano (220\$662).

Ano de **1928, primeiro cálculo**: considerando o consumo alimentar de 35,71% da renda, tem-se um SMN estimado em **344\$399** ($122\$985 \div 0,3571$). Ano de **1928, segundo cálculo**: considerando o consumo alimentar de 50% da renda, tem-se um SMN estimado em **245\$970** ($122\$985 \div 0,50$).

O salário médio de um operário em 1928 era de **51\$333**, o que representava 20,86% do menor *salário mínimo necessário* (SMN) estimado para aquele ano (245\$970).

Para efeito de comparação, construímos uma tabela (21) com os salários básicos médios dos anos de 1890, 1921 e 1928, verificando quanto cada um representava, em termos percentuais, do menor *salário mínimo necessário* (SMN) estimado (pelo segundo cálculo). Verifica-se que o valor do salário efetivamente pago foi decrescendo em relação ao valor do *salário mínimo necessário* (que representa o valor da FT), o que indica um aumento no grau de exploração. Independentemente disso, nos três anos analisados, os salários foram pagos bem abaixo do valor da FT. Na verdade, abaixo até do valor da CFA, o que é uma forte evidência de superexploração da FT. Nas palavras do engenheiro Eurico Teles de Macedo (2001), que não conhecia essa categoria teórica, tratava-se de “parcimônia no pagamento de salários”.

Tabela 20 - Relação salário básico/*salário mínimo necessário*: 1890, 1921, 1928

Ano	Salário médio/mês	Valor da CBA	Valor do CFA	Menor SMN estimado	Relação Salário médio/SMN
1890	37\$286	18\$096	54\$288	108\$576	34,34%
1921	48\$164	36\$777	110\$331	220\$662	21,82%
1928	51\$333	40\$995	122\$985	245\$970	20,86%

Observação 1. Ver nos Anexos os cálculos da relação entre o salário mínimo de 1940 e o valor da FT para aquele ano, mais a inflação galopante entre 1940 e 1945. O tratamento desses dados resulta em mais evidências empíricas da superexploração em terras maranhenses.

Observação 2. Pela escassez de estatísticas sobre a economia maranhense, os pesquisadores tratam como tesouro quaisquer dados procedentes sobre agregados macroeconômicos anteriores a meados do século XX. Nesse sentido, para fechar esta seção sobre a década de 1920, reproduziu-se um mapa elaborado por Paxeco (1923), sobre balança comercial e produção nos anos de 1921 e 1922. No Mapa 1, tem-se os dados reproduzidos por scanner. Na Figura 1, uma fotografia da própria página do livro.

Mapa 1 - Produção e Balança Comercial do Maranhão, 1921 - 1922

ESTADO DO MARANHÃO											
Estatística econômica e financeira											
Comércio interno--Gêneros vindos do interior do estado											
1921						1922					
PRODUÇÃO DO ESTADO						PRODUÇÃO DO ESTADO					
Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial
805.882	102.816.155	16.621:277\$363	717.019	64.021.374	21.480:416\$295						
Esportação pelo pôrto da capital											
1921			1921			1922			1922		
ESPORTAÇÃO INTERESTADUAL			PRODUÇÃO INTERNACIONAL			ESPORTAÇÃO INTERESTADUAL			PRODUÇÃO INTERNACIONAL		
Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial
70.898	5.459.335	11.173:034\$929	328.971	18.255.228	7.350:071\$028	88.244	5.850.006	10.460:060\$094	379.534	22.403.267	16.007:244\$919
Importação pelo pôrto da capital											
IMPORTAÇÃO INTERESTADUAL			IMPORTAÇÃO INTERNACIONAL			IMPORTAÇÃO INTERESTADUAL			IMPORTAÇÃO INTERNACIONAL		
Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial	Volumes	Quilos	Valor oficial
125.030	6.548.170	15.287:890\$727	79.212	6.291.423	3.028:244\$755	65.999	2.934.230	9.774:468\$004	124.775	9.479.898	3.811:938\$035

Fonte: Fran Paxeco (1923, p. 328 e 329)

Figura 1 – Produção e Balança Comercial do Maranhão, 1921 – 1922 (fotografia)

ESTADO DO MARANHÃO
Estatística econômica e financeira
Comércio interno—Gêneros vindos do interior do estado

1921			1922			
PRODUÇÃO DO ESTADO						
Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	
	805 882	102 816 155	16 621 277 303	717 019	64 021 374	21 480 416 295

1921			1921			1922			1922			
ESPORTAÇÃO PELO PÔRTO DA CAPITAL												
ESPORTAÇÃO INTERESTADUAL			ESPORTAÇÃO INTERNACIONAL			ESPORTAÇÃO INTERESTADUAL			ESPORTAÇÃO INTERNACIONAL			
Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	
	70 808	5 459 335	11 473 034 829	328 971	18 255 228	7 350 071 829	88 244	5 850 000	10 460 060 094	379 534	22 403 207	16 007 244 919

1921			1921			1922			1922			
IMPORTAÇÃO PELO PÔRTO DA CAPITAL												
IMPORTAÇÃO INTERESTADUAL			IMPORTAÇÃO INTERNACIONAL			IMPORTAÇÃO INTERESTADUAL			IMPORTAÇÃO INTERNACIONAL			
Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	Ítems	Quilos	Valor oficial	
	128 030	6 548 170	15 287 800 727	79 212	6 291 423	3 028 244 755	65 999	2 914 230	9 774 468 804	124 775	9 479 898	3 811 938 035

Fonte: Fran Paxeco (1923, p. 328 e 329).

Observação3. Imagem de página do livro *Geografia do Maranhão* (PAXECO, 1923, p. 328 e 329) fotografada de um dos dois únicos exemplares existentes na seção de *livros raros* da Biblioteca Benedito Leite. O outro exemplar disponível para pesquisa encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

• BOX 6 - Crise estrutural do sistema e padrão de vida do trabalhador na virada para o século XXI

Entre economistas mais à esquerda, fala-se muito que na década de 1970 iniciou-se uma crise estrutural do capitalismo, que está em curso até hoje. Economistas do *mainstream* criticam essa posição afirmando que as crises são típicas das oscilações do curto prazo e que, no longo prazo, a economia tenderá para o equilíbrio, não havendo, portanto, crise estrutural do sistema. O certo é que a crise iniciada nos anos 1970 se estendeu até os dias de hoje, com agravamentos como o de 2009. É importante ouvir economistas do *mainstream* sobre a situação econômica desse período. Mesmo sem falar em crise estrutural, não há como negar que aquele crescimento dos “30 gloriosos”, marcado pela melhoria no padrão de vida da população dos países desenvolvidos, principalmente, não se manteve no último quartel do século XX. Esta pesquisa parte do pressuposto de que crise não é apenas falta de crescimento econômico, mas também e principalmente, falta de elevação no padrão de vida da população (que tem por base o aumento da concentração da renda). Krugman (2011) aborda

essa questão à sua maneira. Falando de inflação ele demonstra que a situação do trabalhador típico dos Estados Unidos **ficou praticamente estagnada por quatro décadas** – entre 1970 e 2008 (data em que escreveu o comentário abaixo). Comparando salários e poder de compra nos dois extremos desse intervalo temporal, ele afirmou:

Em 1970, o trabalhador médio na produção dos Estados Unidos recebia \$3,40 a hora. Em agosto de 2008, o ganho médio por hora desse trabalhador tinha aumentado para \$18,05 a hora. Viva o progresso econômico!

Mas, esperem. Os salários pagos aos trabalhadores americanos eram muito mais altos em 2008, porém eles também enfrentavam um custo de vida muito mais alto. [...].

Em seu conjunto, o aumento do custo de vida anulou muitos ganhos salariais do trabalhador típico entre 1970 e 2008, senão todos. Em outras palavras, quando se leva em conta a inflação, o padrão de vida do trabalhador típico nos Estados Unidos ficou estagnado desde 1970 até o presente (KRUGMAN; WELLS, 2011, p. 502).

Se o padrão de vida do trabalhador da produção da maior economia do mundo ficou estagnado desde os anos 1970, não houve desenvolvimento nesse período. No máximo, houve crescimento econômico acompanhado do aumento da concentração de renda. Os aumentos salariais foram consumidos pela inflação e, mesmo em uma economia forte em termos de ganhos de produtividade, não houve melhoria real no valor do fator trabalho em quase meio século. Se isso não for crise estrutural, mas apenas uma crise de curto prazo, o curto prazo tem que ser redefinido.

5.5 Notas sobre os chamados grandes projetos das décadas de 1970 e 1980 no Maranhão

O senso comum identifica uma periodização da economia maranhense pautada em ciclos como cana-de-açúcar, algodão e babaçu. Este último predominou desde os anos 1920 até os anos 1970. Nas duas últimas décadas do século XX havia uma predominância da produção intensiva de soja no sul e leste do Estado, além da cana de açúcar para a produção de álcool anidro e hidratado nas regiões Tocantina, Gerais de Balsas e Baixo Parnaíba, bem como uma razoável pecuária de corte (segundo rebanho do Nordeste), tudo isso entrecortado por segmentos de agricultura familiar firmados, sobretudo, na produção de arroz. Colocados sobre esse “bolo” econômico, como “cerejas”, estavam os enclaves da ALUMAR e da Vale do Rio Doce, no plano privado, e a Base de Lançamento de Satélites de Alcântara, no plano público. Os dois primeiros são frutos do último planejamento da ditadura militar, o II PND (Governo Geisel). Esse quadro da economia maranhense no final do século XX continuou, sem alterações qualitativas, na primeira década do século XXI.

Analisando a economia maranhense como um todo, na primeira década do século XXI, cerca de 70% do seu PIB vinha dos três setores dinâmicos já citados (ferro, alumínio e soja). Há, pois, a necessidade (e possibilidade) de crescimento de outros setores, tais como o turismo, a cadeia produtiva da pesca, a agricultura, pecuária e agroindústria, a bioenergia e a inovação tecnológica, além de uma possível diversificação da atividade industrial. Para isso já concorrem fatores logísticos como a maior proximidade da Europa e dos EUA, uma malha ferroviária significativa (Carajás, Transnordestina e Norte-Sul), um porto em processo de modernização e boa oferta de energia (Boa Esperança, Estreito e Tucuruí), que tende a melhorar com a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia. Somando-se a tudo isso é necessário – do ponto de vista do crescimento econômico – investimento público em educação, em pesquisa e desenvolvimento e em mais infraestrutura, além da criação de um ambiente propício ao investimento privado. Em suma, estamos tratando, usando a terminologia neoclássica, da potencialização dos fatores de produção, que Marx chamaria de investimento em Capital e Força de Trabalho, início do ciclo de reprodução do capital. Ocorrendo esses avanços, as forças produtivas se deslocam para um novo estágio e a luta de classes vai desempenhar seu papel em outro patamar, tanto na busca imediata por uma melhor repartição da renda, como pelo estabelecimento de objetivos de caráter estratégico mais elevados.

A economia do Maranhão chegou a primeira década do século XXI do mesmo modo que chegou à última do século XIX: com elevado grau de integração com a economia mundial. Sua Corrente do Comércio (soma das exportações e importações) de 2010, alcançou a cifra de US\$ 6,7 bilhões (MARANHÃO, 2011, p. 49). A um dólar médio de R\$ 2,2 em 2010, tem-se uma Corrente de Comércio de R\$ 14,74 bilhões, o que equivalia a 35,57% de um PIB de R\$ 45,256 bilhões à época. Além disso, na crise de 2009, o PIB do Maranhão, que vinha crescendo mais que a média nacional, caiu mais que o do Brasil, provando sua dependência aos citados complexos voltados para o exterior (ver Gráfico 1A do Anexo A). Nas próximas seções serão analisados os complexos do ferro e do alumínio, além de notas curtas sobre os setores da soja e da cana de açúcar,

5.5.10 complexo do ferro

A economia do ferro, a partir da operação do Projeto Grande Carajás, nos anos 1980, se consolidou como um dos principais componentes da pauta de exportações do Maranhão. O objetivo era explorar economicamente a Província Mineral de Carajás, uma dádiva da

natureza descoberta em 1967 no Estado do Pará. Tratava-se de uma operação de exportação de *commodities* que, pelo preço unitário reduzido, só tem valor econômico se exportado em larga escala. O porto de Belém não tem calado suficiente para receber grandes navios. Também por dádiva da natureza, o do Maranhão é o segundo mais profundo do mundo. Foi assim que este Estado entrou no projeto, como corredor de exportação do minério de ferro.

O Grande Carajás ficou a cargo da antiga Companhia Vale do Rio Doce¹³³. O projeto se acha dividido em três segmentos distintos, mas integrados: a mina a céu aberto no Pará; a ferrovia Parauapebas - PA a São Luís - MA e o porto Ponta da Madeira no complexo portuário de Itaqui em São Luís. A maior repercussão para o Maranhão – que arcou com complicadores de natureza ambiental e social – foi a instalação de um polo guseiro, pois este abre possibilidade de instalação no Estado de um polo siderúrgico para produção de aço, com elevada agregação de valor. No final de 2015 já se achava em fase de testes a primeira indústria de aço do Maranhão, localizada em Açailândia, mas essa data está fora do limite temporal alcançado pela pesquisa. A Tabela 8 apresenta as indústrias de ferro-gusa instaladas no Maranhão. Elas representam investimentos de US\$ 1 bilhão. A produção (2007) alcançou 1,77 milhão de toneladas ano. O setor gera cerca de 3 mil empregos diretos, com salário médio de R\$ 1.100,00 e emprega trabalhadores da região. A produção de gusa no Maranhão representa 15% da produção nacional.

Tabela 21 – Produção de ferro-gusa no Maranhão em 2007

Empresas	Fornos	Capacidade (mil t/mês)		
	Nº	p/forno	p/empresa	%
Cia Siderúrgica do Maranhão - COSIMA	2	11.000	22.000	17
Cia Siderúrgica Vale do Pindaré	2	11.000	22.000	17
Ferro Gusa do Maranhão Ltda - FERGUMAR	2	9.000	18.000	14
Gusa Nordeste S/A	2	9.000	18.000	14
Maranhão Gusa S/A - MARGUSA	2	8.000	16.000	7
Siderúrgica do maranhão S/A	2	8.000	16.000	7
Viena Siderúrgica do maranhão S/A	4	9.000	36.000	28
Total	16		148.000	100

Fonte: FIEMA-CNI, 2008

¹³ Cronologia da implantação do Programa Carajás. 1974: conclusão dos estudos de viabilidade do Projeto Ferro Carajás; 1982: início do lançamento dos trilhos da EFC em agosto; 1984: inauguração da ponte sobre o rio Tocantins em Marabá, em outubro; 1985: inauguração oficial da EFC no dia 28 de fevereiro; 1986: inauguração do transporte comercial de passageiros, em março; 1987: início do transporte de soja, em abril; início do transporte de produtos derivados de petróleo, em outubro; 1989: inauguração do trecho inicial da Ferrovia Norte-Sul, em abril, passando a ser operada com apoio da EFC e permitindo a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo porto de Ponta da Madeira. (FIEMA-CNI, 2008).

A falta da implantação de usinas siderúrgicas para produção de aço no Maranhão está ligada a um debate que vem desde 2010, quando Roger Agnelli era presidente da Vale e Lula presidente do Brasil. Lula pressionava para que a Vale, além de investir mais no Brasil que no exterior, agregasse mais valor a seus produtos. Agnelli, com nítido *complexo de vira lata*, escondido em uma peculiar mania de grandeza e na linha da teoria das vantagens comparativas, entendia que, para a Vale, o melhor negócio era vender minério *in natura*:

Em resposta às declarações do governo de que a Vale precisa agregar maior valor aos seus produtos e ir além da exportação de minério de ferro, Agnelli disse que a atividade mineradora é a que ‘mais agrega valor na cadeia produtiva’. ‘Tirar minério do morro, quando ele não vale nada, e aplicar tecnologia para transformar em algo rentável é agregar valor’, disse (ZAPEMPREGOS, 2016, não paginado).

Esse era o pensamento do maior executivo do Brasil no início do século XXI. Um pensamento nitidamente colonizado. Esse nível de entendimento, extensível às elites locais, condenaram o Maranhão a ser apenas um corredor de exportação de minério. Essa posição afeta positivamente a balança comercial do Estado, mas só na aparência, pois o produto vem do Pará, simplesmente para ser exportado pelo porto de Itaqui, que é mais profundo. Se não houver agregação de valor em território maranhense, só haverá crescimento contábil no volume das exportações. Felizmente a Vale mudou seu entendimento e no primeiro semestre de 2016, vai inaugurar uma siderúrgica produtora de aço no Estado do Ceará (Companhia Siderúrgica do Pecém, CSP)¹⁴, em parceria com empresas coreanas. As indústrias de aço são estruturantes e em acontecendo a afirmação do Maranhão como polo siderúrgico de aciarias, dar-se-á início, ainda que tardiamente, a um vigoroso processo de industrialização.

Com relação ao avanço das forças produtivas no Estado em função das operações da Vale, têm-se novamente, apenas a experiência da classe trabalhadora. Não há ressonância de algum tipo de progresso tecnológico em outros setores industriais do Estado, embora, no longo prazo, com a verticalização (fabricação de aço, por exemplo), isso possa ocorrer.

5.5.2 A produção de alumínio no Maranhão

O complexo do alumínio no estado teve início com a implantação do Consórcio ALUMAR cujas instalações fabris foram inauguradas em 1984.

¹⁴ A CSP é uma *joint venture* formada pela brasileira Vale (50%) e as coreanas Dongkuk (30%) e Posco (20%). O empreendimento terá capacidade para uma produção de três milhões de toneladas de placas de aço por ano. Inicialmente, toda a produção será exportada, utilizando benefícios fiscais de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE). Estrategicamente para o Ceará, além do incremento da balança comercial, a formação de um dinâmico polo siderúrgico só ocorrerá, quando se iniciarem as vendas para o mercado interno.

O Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR é um dos maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo. Inaugurado em Julho de 1984, é formado pelas empresas **Alcoa**, **BHP Billiton** e **Rio Tinto Alcan**, e desempenha um papel importante no Maranhão (ALUMAR, 2016, não paginado, grifos nossos).

O processo de produção do alumínio é muito mais complexo que a produção do ferro, por exemplo. Envolve alta tecnologia e é consumidor intensivo de energia elétrica. Só há lucratividade com produção em escala. Por esses motivos é que poucas empresas no mundo produzem alumínio. Em síntese, tudo começa com a extração da bauxita, minério rico em óxido de alumínio. Na refinaria da indústria a bauxita é refinada e transformada em alumina, um produto intermediário, matéria-prima do alumínio. Este é obtido através de uma redução por método eletrolítico. A própria empresa assim descreve o processo, com alguns dados quantitativos de sua produção anual (2013).

Na Refinaria, a bauxita recebida no Porto da ALUMAR, é refinada e transformada em alumina, matéria-prima do alumínio. **A produção atual é de 3,5 milhões toneladas.**

O minério é refinado através de um processo conhecido como o *Processo Bayer*, no qual a bauxita é misturada a uma solução de soda cáustica e enviada à digestão, onde é aquecida sob pressão, ocorrendo a dissolução da alumina. A Alumina constitui uma importante matéria prima para as indústrias de cerâmicas, vidros, medicamentos e cosméticos.

A **Redução** é a parte final da cadeia produtiva da ALUMAR. Ela é composta pelas áreas de Eletrodos, Salas de Cubas, Sistema de Transporte de Alumina e Banho, Sistema de Tratamento de Gases e Lingotamento.

A Alumina produzida na Refinaria é dissolvida num banho eletrolítico fundido a 950 °C dentro das cubas eletrolíticas, sendo reduzida (daí o nome de Redução) para Alumínio. **A área da Redução produz anualmente cerca de 440 mil toneladas de Alumínio**, que são comercializadas em todo o mundo (ALUMAR, 2016, não paginado).

A implantação da ALUMAR em São Luís trouxe à luz dois grandes problemas: a falta de sinergia com o desenvolvimento da economia local e, pelo fato do maior volume da produção ser exportado, haver pouca repercussão em termos de ICMS que é o principal tributo estadual (por conta da desoneração prevista pela LC nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir). Esses problemas foram discutidos por vários setores da comunidade maranhense, desde o período de implantação da empresa na ilha de São Luís.

É importante destacar que no ano de 2013, às vésperas de completar 30 anos no Maranhão, a Alcoa, principal integrante do consórcio ALUMAR, informou que reduziria a produção de alumínio no Brasil e nos Estados Unidos. Assim a revista Valor Econômico noticiou o assunto:

Por Olivia Alonso | São Paulo, VALOR - 14/08/2013 às 14h58

A americana Alcoa anunciou hoje que vai reduzir 164 mil toneladas métricas de capacidade de fundição de alumínio nos Estados Unidos e no Brasil, como resultado

da sua revisão de capacidade que anunciou em maio. Segundo a Alcoa, a produção no Brasil está sendo reduzida “temporariamente” para uma adequação “à atual situação do mercado internacional e à forte queda de preços na Bolsa de Metais de Londres (LME)”, disse a empresa em nota.

Os ajustes no Brasil representam uma diminuição de 124 mil toneladas de alumínio primário nas plantas de **São Luís (MA)** e Poços de Caldas (MG). Segundo a companhia, uma das três linhas de produção das unidades brasileiras de alumínio primário será desligada temporariamente, de forma ‘segura e controlada, permitindo a retomada da produção assim que os ambientes econômicos e de negócio se mostrarem viáveis’ (VALOR, 2016, não paginado).

A notícia se confirmou. Em março de 2014 a ALUMAR anunciou a demissão de 500 trabalhadores, o que provocou reação do sindicato dos metalúrgicos do Maranhão e de setores da sociedade civil. O fato evidencia uma das contradições inerentes à natureza do capitalismo: a empresa se instala, contrata capital e força de trabalho, produz, mas quando há problemas de realização no mercado, o corte vem primeiro no fator trabalho. É natural que comunidades que abrigam grandes projetos e que vislumbrem muito pouco benefício dos mesmos para a economia local, se revoltam. Isso é um aspecto da luta de classes que mesmo que não esteja prevista nas curvas de equilíbrio dos mercados, existe. O caso é emblemático e tem causado reação que não está sendo repercutida pela grande mídia, por motivos óbvios, mas a mídia alternativa tem mostrado o problema pela ótica dos trabalhadores. Abaixo a repercussão sob o ponto de vista do Sindicato dos Metalúrgicos.

MARANHÃO 247. 5/05/2014 às 15h36.

Cerca de 1.200 trabalhadores operacionais e administrativos da empresa Alumar/Alcoa cruzaram os braços e realizaram paralisação na manhã desta segunda-feira (dia 5), [...] em São Luís, contra as 500 demissões anunciadas.

O presidente do Sindmetal, José Maria Araújo afirma que “A empresa ofereceu indenizações irrisórias em relação ao prejuízo econômico e social das demissões”.

De acordo com o sindicalista, a medida de desligamento temporário de fornos e diminuição da produção de alumínio decorre de uma opção estratégica da empresa, cujo objetivo exclusivo é tentar alterar o preço do alumínio no mercado mundial mediante a redução de estoques, ou seja, não decorre de falência ou inviabilidade financeira da planta de São Luís. E lembra que ‘a empresa recebeu incentivos fiscais e contraiu empréstimos no BNDES’ (BRASIL247, 2016, não paginado).

Observe-se a importância do contraditório. O sindicato apresenta questões que a reportagem do Valor não tocou. O presidente do sindicato afirma que a diminuição da produção de alumínio é uma estratégia da empresa (maximizadora de lucro) para forçar uma elevação dos preços do alumínio no mercado internacional, via redução da oferta. Se isso vai gerar demissões, pouco importa para o capital. Do ponto de vista do capital, a estratégia está correta. Com custos elevados na produção e redução do preço das *commodities* no mercado internacional, é necessário fazer algo para que esses preços voltem a subir. Quanto ao fator

trabalho, não importa o quanto tenha contribuído para o sucesso da empresa, na hora da crise, é o que sofre o primeiro corte.

O sindicalista lembrou que a empresa recebeu incentivos fiscais e financiamento do BNDES (a juros subsidiados), ou seja, se implantou com a ajuda prestimosa dos recursos públicos, que são dos trabalhadores. Outro problema colocado por ele foi que o mercado local não tem como absorver os demitidos da ALUMAR, pela qualificação específica dos mesmos, pela não existência de empresas afins e até pelos níveis de salários dos mais qualificados. Esse é o preço da economia de enclave.

Para análise do custo-benefício dos grandes projetos voltados para a exportação sempre cabe o debate sobre a contribuição para receita tributária local. Além da desoneração do ICMS para exportação prevista na Lei Kandir, no caso específico da ALUMAR, foi concedido isenção de ICMS sob o consumo de energia elétrica por um prazo de 30 anos. Cabe, então, a pergunta: que benefício traz esse tipo de empreendimento? Em termos de *crescimento econômico*, é melhor ter o grande projeto exportador que não ter, mas em termos de *desenvolvimento econômico*, é preciso mais que esse simples *trad-off*. O Estado – teoricamente como organização política da sociedade – deve negociar um comprometimento maior desses enclaves com o desenvolvimento local. Mas o estado oligárquico real não manifestou essa preocupação.

Pelo princípio do contraditório não é possível deixar de destacar que a ALUMAR conta com 90% dos empregados recrutados no Maranhão (dados de 2013, sítio da ALUMAR, válidos para 2010) e uma fatia (não informada) do que fatura anualmente fica no estado, principalmente na forma de salários, compras e serviços, que movimentam determinados segmentos da economia local.

Em termos do avanço das forças produtivas em território maranhense, a ALUMAR acrescentou muito pouco e não há muito que comemorar. É óbvio que uma parcela da classe trabalhadora maranhense adquiriu experiência com métodos de produção mais sofisticados, mas que, de tão específicos que são, pouco poderão ser utilizados fora da produção em larga escala da cadeia do alumínio, a não ser que já estivesse em curso um processo de verticalização dessa cadeia no estado, o que não ocorreu.

Em síntese, no começo do século XXI, o Maranhão tinha uma unidade avançada do restrito oligopólio do alumínio, mas o território onde estava situada a empresa representava apenas uma base do *neolocalismo competitivo*, sem relações sinérgicas com o processo de desenvolvimento local. Já em 2014, foi completamente desativada a produção de alumínio. E

o que restou além do desemprego? Talvez complicações ambientais para o frágil ecossistema da Ilha (de São Luís) que só o futuro dirá.

5.5.3 Notas sobre os complexos da soja e da cana de açúcar

Soja. A soja começou a ter importância para o agronegócio brasileiro na década de 1970. No Maranhão foi nos anos 1980 que essa atividade produtiva se firmou economicamente, principalmente na região de Balsas e depois no leste do Estado, no vale do Parnaíba. Em 2010, a produtividade em terras maranhenses já chegava a 60 sacas por hectare e a produção total da safra 2010-2011 foi de 1,6 milhão de toneladas. Com a construção de um terminal de cargas da ferrovia Norte-Sul em Porto Franco, a exportação de grãos do serrado sul maranhense ficou mais fácil, pois essa ferrovia se conecta em Açailândia com a ferrovia Carajás, que está conectada com o porto de Itaqui em São Luís.

A soja é um dos principais produtos da pauta de exportações do Maranhão (ver Tabela 17A nos Anexos), mas a atividade é bastante concentradora de renda e, pelo fato de ser voltada quase que exclusivamente para a exportação, gera pouco ICMS para o Estado. Quanto à verticalização, só há uma indústria esmagadora de soja, justamente no município de Porto Franco – ALGAR - ABC Inco – que até 2010, não tinha iniciado a produção de nenhum tipo de óleo: mais uma produtora de semielaborado para industrialização final em outros territórios.

Açúcar. Até 1974, o açúcar representava cerca de 20% das exportações do país. Em 1975, o governo militar lançou o maior programa mundial de substituição de combustíveis: o Proálcool. Um combustível renovável, mas que, mantida a base de produção da cana, resultou na diminuição da produção nacional de açúcar, com flutuações ao longo do período, em função de variações nos preços internos e externos dos dois produtos. A FIEMA apresentou, em 2013, dados sobre a produção de cana de açúcar no Maranhão.

Hoje o Maranhão produz cerca de 2,9 milhões de toneladas de cana por ano, o que equivale a cerca de 2,5% da produção do Nordeste. No entanto, de acordo com estudos realizados pela Fiema ainda há muito espaço para esta indústria crescer apenas pela substituição de produtos derivados da cana, como açúcar e álcool, hoje comprados em outros estados, como Alagoas e Goiás. A estimativa é que este mercado movimente cerca de R\$ 90 milhões anuais apenas em açúcar (FIEMA, 2016, não paginado).

No Maranhão, no fim da primeira década do século XXI se destacavam quatro grandes empreendimentos nessa área: a **Agropecuária Industrial Serra Grande Ltda - Agrosserra**, situada no município de São Raimundo das Mangabeiras, (com capacidade para produção de

110 milhões de litros de álcool/ano); a **Maity Bioenergia**, localizada no município de Campestre do Maranhão (60 milhões de litro de álcool/ano, mais açúcar); a **TG Agroindustrial**, do município de Aldeias Altas, (40 milhões de litros de álcool/ano, mais açúcar) e a **Usina Itajubara**, em Coelho Neto, (9 milhões de litros de álcool/ano) (SINDALCOOL, 2016).

5.6 Política salarial no Brasil nas décadas de 1990 e 2000

No Brasil, entre os anos 1970 e 2000, o salário mínimo também não teve crescimento real. As consequências disso para um Estado como o Maranhão, onde a maioria dos trabalhadores ganha entre um e dois salários mínimos, foi desastrosa, aprofundando a fragilidade da economia local, diminuindo a capacidade de atrair investimentos, a não ser os enclaves, sem ligação com o mercado interno, pois buscam justamente salários aviltados uma vez que suas vendas se dão no exterior (configurando-se naquilo que Marini chamava de quebra do ciclo do capital na economia dependente).

Analisando a situação do salário no Brasil na transição do século XX para o século XXI, observa-se que somente a partir de 2004, o Brasil passou a experimentar uma política de valorização do salário mínimo. Em Nota Técnica de número 118 de dezembro de 2012, o DIEESE fez um breve histórico da luta da classe trabalhadora brasileira por um salário melhor:

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. [...]. Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB [defasado de dois anos], além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010 (DIEESE, 2015, p. 2).

Assim o governo LULA iniciou uma política de valorização do salário mínimo, que foi consolidada pelo governo DILMA, através da Lei nº 12.382 de 25 de fevereiro de 2011 – a Lei da *política de valorização de longo prazo do salário mínimo*. Em síntese, ela repõe a inflação do período e concede aumento real com base na variação do PIB defasado de dois anos.

No governo LULA, a política de valorização do salário mínimo, foi discutida com as entidades representativas da classe trabalhadora e passará à história como medida social de extraordinária magnitude. Mas como se deu efetivamente o aumento real do salário entre

2004 e 2010? Para responder a essa pergunta, nada melhor que uma nota técnica da entidade que mais estuda salários no Brasil. Com a palavra o DIEESE (2015, p. 2-3):

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, o reajuste aplicado foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que correspondeu a um aumento real de 1,23%. No ano seguinte, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21% e o reajuste ficou em 16,67%, com aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30%, diante de uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo atingiu 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação ficou em 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, com valor de R\$ 510,00, o ganho real acumulado no período atingiu 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68%, contra inflação de 3,45%. Em 2011, embora a taxa de crescimento do PIB de 2009 tenha sido negativa, o piso registrou aumento real de 0,37% e finalmente, em 2012, com o repasse do crescimento de 7,5% do PIB de 2010 e feito o arredondamento de valor, o salário mínimo foi fixado em R\$ 622,00. Com o valor de R\$ 678,00, a vigorar em janeiro próximo [2013], o piso acumula um ganho real desde 2002 de 70,49%, como demonstrado na tabela [abaixo].

Tabela 22 – Reajuste do Salário Mínimo: 2002 - 2013

Mês/Ano	Salário Mínimo(R\$)	Reajuste nominal (%)	INPC (%)	Aumento Real (%)	Valores constantes de jan/2013
abr/02	200,00				397,08
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23	401,76
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19	406,74
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23	440,74
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04	497,62
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10	523,00
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03	544,08
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79	575,58
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02	610,23
jan/11	542,00	6,86	6,47	0,37	612,49
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59	658,98
jan/13	678,00	9,00	6,10	2,73	678,00
TOTAIS		239,00	98,85	70,49	

Somente no período de 2003 a 2010, o aumento real do salário (descontada a inflação do período) foi de 51,89%. Isso causou um impacto grandioso na economia como um todo, levando-se em conta a importância do salário mínimo para a demanda agregada.

Os estudos que envolvem a remuneração mínima dos trabalhadores podem ser feitos por diversas óticas, mas duas são fundamentais para uma análise criteriosa: seu valor em dólar e seu poder de compra. O primeiro dado se extrai diretamente das tabelas de câmbio. O valor do SM em dólar traz muitas informações implícitas. Por exemplo, se há um crescimento do

salário em dólar, ao mesmo tempo em que a cotação do dólar em relação à moeda nacional decresce (mantida a inflação) isso gera um barateamento dos produtos importados resultando num duplo aumento do poder de compra pelo aumento dos valores reais do salário (crescimento acima da inflação interna) e pelo custo menor dos artigos importados para consumo de massa (pela valorização da moeda nacional frente ao dólar).

Já o poder de compra do salário se mede, dentre outras maneiras, pelo número de cestas básicas que ele pode comprar. Esse é o indicador mais importante, em termos de salário, quando se quer auscultar seus efeitos na vida dos mais pobres. Ele relaciona diretamente a recompensa pelo trabalho e a sobrevivência do trabalhador. Neste aspecto, vale destacar os dados do DIEESE pesquisados na cidade São Paulo entre 1995 e 2010.

Tabela 23 - Relação Salário Mínimo / Cesta Básica

Relação Salário Mínimo / Cesta Básica				
Período FHC			Período LULA	
1995	1,02		2003	1,38
1996	1,14		2004	1,47
1997	1,23		2005	1,60
1998	1,22		2006	1,91
1999	1,25		2007	1,93
2000	1,28		2008	1,74
2001	1,37		2009	2,01
2002	1,42		2010	2,06

Fonte: DIEESE (2015).

Na Tabela 23, tem-se os valores nominais do salário mínimo entre 1995 e 2010 (na data do reajuste), lado a lado com o IPCA do período (acumulado dos 12 meses anteriores), para obtenção da variação real.

Tabela 24 - Variação do Salário Mínimo Real Médio Anual - 1995-2010

	0	1	2	3	4	
Mês do reajuste do SM	Ano	Salário mínimo nominal (em R\$)	Variação nominal do salário (%)	INPC acumulado nos 12 meses anteriores ao reajuste (%)	Variação real (%) 2 - 3	SM real médio anual em R\$ de 01/01/2013
maio	1995	100,00		170,53		303,61
maio	1996	112,00	12,00	18,22	-6,22	308,29
maio	1997	120,00	7,14	6,95	0,19	313,18
maio	1998	130,00	8,33	4,12	4,21	327,87
maio	1999	136,00	4,62	3,38	1,24	330,49
abril	2000	151,00	11,03	5,84	5,19	339,61
abril	2001	180,00	19,21	6,27	12,94	367,59
abril	2002	200,00	11,11	9,72	1,39	376,21

abril	2003	240,00	20,00	18,54	1,46	379,57
maio	2004	260,00	8,33	5,60	2,73	394,25
maio	2005	300,00	15,38	6,61	8,77	423,54
abril	2006	350,00	16,67	4,15	12,52	489,96
abril	2007	380,00	8,57	3,30	5,27	516,93
março	2008	415,00	9,21	5,43	3,78	529,12
fevereiro	2009	465,00	12,05	6,43	5,62	570,42
janeiro	2010	510,00	9,68	4,11	5,57	595,69

Elaboração própria com base nos dados do IBGE (INPC) e DIEESE (S.M. médio anual em R\$ de 01/01/2013).

O INPC é o acumulado dos últimos doze meses, no mês anterior ao reajuste.

A tabela acima informa que a média anual de variação real do salário mínimo no período 1995-2002, foi de 2,70%. A mesma medida no período 2003-2010 alcançou a porcentagem de 5,72%. Nesse período 2003-2010, o salário mínimo cresceu 56,94% em termos reais.

Segundo cálculos do DIEESE, o mínimo de R\$ 510,00 implantado em janeiro de 2010, representou um incremento de renda da ordem de R\$ 26,6 bilhões ao longo do ano de 2010 (estimativas do início daquele ano). O impacto de um salário agregado dessa magnitude na variável consumo é significativo. Seu valor em dólar, em janeiro de 2010 (pela cotação de 1,76) era de US\$ 290, o maior valor do mínimo em dólar desde sua instituição oficial no Brasil em 1940. Na época, o primeiro valor nominal do mínimo ficou em 240 mil réis. Esse valor permaneceu até 1942, quando o dólar era cotado a 19,26 mil réis, portanto, o primeiro salário mínimo do Brasil foi de US\$ 12,23.

O salário mínimo no Brasil só chegou à marca dos cem dólares no final de 1994 com a implantação do Plano Real e a adoção do populismo cambial que fez, artificialmente, um real valer mais que um dólar. Já a partir de 1999, com o fim da âncora cambial, o valor do mínimo caiu para US\$ 76,57, permanecendo abaixo dos cem dólares até 2004. No final do período LULA, com o câmbio flutuante, aliado ao bom desempenho de toda a economia, com destaque para os grandiosos saldos na balança comercial (que permitiu o acúmulo do maior volume de reservas cambiais da história), chegou-se ao início de 2010 com um mínimo de quase trezentos dólares e um poder de compra equivalente a 2,17 cestas básicas a preços checados pelo DIEESE, o maior da série histórica até então.

A política adotada entre 1995 e 2002 acreditava que para aumentar o lucro do capital e controlar a inflação, era preciso congelar os salários. A adotada entre 2003 e 2010, possibilitou, gradualmente, um crescimento real do salário, dentro da estratégia de elevação permanente da qualidade de vida do povo. O resultado da segunda política somado a

mecanismos de Estado de transferência de renda para os mais pobres possibilitou, além do aumento real do salário e do consumo, a vinda para a cidadania de milhões de brasileiros (com a contribuição dos investimentos em educação, saúde e urbanização). Assim, quando grande parte do mundo ainda tentava se livrar dos efeitos danosos da crise (2009), o Brasil, no primeiro trimestre de 2010, reduziu o desemprego a seu menor índice dos últimos vinte anos e teve um crescimento do PIB equivalente ao da China, provocando até uma retomada do viés de alta da taxa de juros para desarmar expectativas inflacionárias.

Entre 1995 e 2010 houve um crescimento do mínimo em dólar de 173,67%. FHC começou o governo com um mínimo de US\$ 105,88 e terminou na casa dos US\$ 82,97, apresentando, pois, um crescimento negativo. LULA começou sua gestão com um mínimo de US\$ 66,66 e alcançou no começo de 2010 o patamar de US\$ 290,00.

Tabela 25 - Evolução do S.M. nos Períodos FHC e LULA (média ponderada anual)

SALÁRIO MÍNIMO NO PERÍODO FHC			
ANO	Mínimo em R\$	Cotação do dólar	Mínimo em US\$
1995	90,00	0,85	105,882
1996	108,00	0,97	111,340
1997	117,33	1,05	111,740
1998	126,67	1,12	113,098
1999	134,00	1,75	76,571
2000	147,25	1,78	82,724
2001	172,75	2,00	86,375
2002	195,00	2,35	82,978
SALÁRIO MÍNIMO NO PERÍODO LULA			
ANO	Mínimo em R\$	Cotação do dólar	Mínimo em US\$
2003	230,00	3,45	66,666
2004	253,35	2,93	86,460
2005	286,67	2,65	108,177
2006	337,50	2,16	156,250
2007	380,00	2,08	182,692
2008	415,00	1,77	234,463
2009	465,00	2,30	202,173
2010	510,00	1,76	289,772

Fontes: DIEESE (2015).

Muitos analistas entendem que a principal política social do governo no período 2003-2010 foi o programa *Bolsa Família*. Sem desconhecer a importância dessa assistência direta para os setores mais desprotegidos da população, o mais importante programa social daquele período se resumiu na combinação virtuosa entre o crescimento do emprego formal e o aumento real do salário. Ao incorporar mais de 15 milhões de brasileiros na rede formal de

ocupação, com um salário real valorizado, o governo conseguiu o que nunca havia sido conquistado no país: tirar da linha da pobreza, em menos de uma década, mais de 23 milhões de pessoas. Mas no capitalismo, conquistas como essas não são sustentáveis no decorrer do tempo, pois os empregos não são permanentes: dependem dos ciclos de expansão e contração, típicos do sistema.

Na Tabela 25, consta o percentual de comprometimento do salário mínimo (SM) com a compra da cesta básica de alimentos (CBA), em intervalos de 5 anos de 1960 a 1995 e anualmente desse ano até 2010. Observe-se que a partir dos anos 1970, quando se inicia a crise estrutural do sistema, a porcentagem do SM comprometida com a compra da cesta básica, começou a crescer em patamares muito superiores aos da década de 1960. Nos anos 1980 e 1990, o trabalhador passou a comprometer quase 100% do salário mínimo com a cesta básica. Esse comprometimento só começou a diminuir sistematicamente, a partir de 2004 até 2010, o que confirma a política de valorização real do salário nesse período.

Tabela 26 - Comprometimento do SM com a cesta básica

Ano	Cesta básica x Salário mínimo em %	Ano	Cesta básica x Salário mínimo em %
1960	33,96%	2000	78,47%
1965	36,74%	2001	73,51%
1970	43,82%	2002	70,53%
1975	62,36%	2003	73,20%
1980	65,57%	2004	68,09%
1985	74,38%	2005	62,60%
1990	92,42%	2006	52,67%
1995	99,69%	2007	51,95%
1996	88,08%	2008	57,68%
1997	81,32%	2009	49,47%
1998	81,98%	2010	48,61%
1999	79,86%		

Fonte: DIEESE (2010).

Essa política salarial da União repercutiu positivamente no Maranhão. Com um interior extremamente empobrecido, a valorização real do salário e a chegada dos programas de transferência direta de renda, somados ao aumento do acesso ao crédito e aos programas sociais de natureza estrutural como o Luz para Todos e habitação para os mais pobres, provocaram um fortalecimento do mercado interno e uma relativa melhora na vida de milhões de pessoas, independentemente de posturas teóricas ideologicamente contrárias a essas medidas. Na primeira década do século XXI o PIB do Maranhão cresceu mais que a média nacional, mas em termos de renda *per capita*, chegou ao último ano do longo século XX

(2010) com o **menor PIB per capita do país** (IBGE, Censo 2010). Somente em 2011 galgou uma posição, passando de último para penúltimo lugar do Brasil, deixando na lanterna o vizinho Estado do Piauí. O significado desses dados é que o crescimento mais elevado que a média nacional, do PIB do Maranhão nos anos 2000, teve como consequência, não o desenvolvimento, mas a concentração de renda. É uma concentração que não significou acumulação de capital por parte da burguesia nativa, mas sim na restrita massa de acionistas dos enclaves aqui localizados ou de meia-dúzia de grandes produtores do agronegócio.

5.7 Salários e valor da força de trabalho no Maranhão no ano de 2010

Passados os primeiros 10 anos do século XXI, o Maranhão ainda vivia debaixo da influência econômico-política e cultural do longo século XX maranhense (1890-2010). O grupo político no poder era o mesmo de há quase 50 anos; o PIB ainda totalmente dependente da exportação de *commodities* agrícolas e minerais e as poucas grandes indústrias eram nada mais que enclaves voltados para o exterior. Em 120 anos, desde o início da loucura industrial em 1890, a burguesia maranhense não conseguiu acumular capital sequer para iniciar efetivamente uma industrialização do Estado ou mesmo para se associar a grupos econômicos nacionais ou estrangeiros em iniciativas nessa direção.

Em termos de indicadores sociais a situação em 2010 era um retrato piorado de um século inteiro de atraso. Mas, e a superexploração? Será que ela deixou de existir?

No decorrer do longo século XX, o país ficou estagnado em muitos setores, regrediu em alguns e melhorou em outros. Uma das melhoras significativas foi na quantidade e qualidade de estatísticas econômicas e indicadores sociais. Se para expor evidências da superexploração em 1890, 1921 e 1928, a pesquisa teve que fazer diversos exercícios de estimação, pela falta de dados de fontes confiáveis, para tratar do mesmo tema em 2010, basta definir uma metodologia, pois os dados disponíveis permitem uma análise mais rigorosa da matéria.

É fato incontestável que a situação socioeconômica do Estado do Maranhão na primeira década do século XXI seria bem pior se o salário mínimo tivesse continuado a ser reajustado abaixo da inflação como nos anos 1990, mas, mesmo com a citada política de valorização salarial, o salário mínimo de 2010 (R\$ 510,00) representava apenas 22,89% do *salário mínimo necessário* calculado pelo DIEESE para aquele ano (R\$ 2.227,53), com base na cesta básica mais cara do país (São Paulo) no valor de R\$ 265,25. Dito de outra forma, o SMN correspondia, em 2010, a 4,37 vezes o SM vigente.

Mathias Seibel Luce realizou um estudo sobre evidências recentes da superexploração da força de trabalho no Brasil, que resultou em um artigo publicado no Caderno *Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini* organizado para o IPEA pelo professor Almeida Filho (2013). Nesse artigo, Luce (2013) acrescenta mais uma modalidade em que a superexploração pode se apresentar: o aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração recebida:

[...] as transformações da sociedade foram colocando novas necessidades, que fizeram aumentar a quantidade de bens necessários na cesta de consumo dos trabalhadores: ‘o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens, vão transformando estes novos bens em bens necessários em épocas determinadas’ [...].

Mas é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter mais um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornam necessários, isso significa que do ponto de vista da relação capital[-trabalho] tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho. Assim, configura-se, na verdade, uma quarta forma de superexploração, o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e o pagamento desta (LUCE, 2013, p. 159; 161-162).

Luce (2013) apresenta, no resultado de seus estudos, dados empíricos sobre aumento de duração e de intensidade da jornada, bem como a distância considerável entre o salário mínimo vigente e o *salário mínimo necessário*, que no final dos anos 2000, como já mostrado por esta pesquisa, estava em torno de 4 para 1.

Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000, isso não foi suficiente para alcançar o salário mínimo necessário, que é o indicador que mais expressa de maneira aproximada o valor da força de trabalho (LUCE, 2013, p. 162).

Para comparar a situação de 2010 com a dos anos estudados de 1890, 1921 e 1928, há que se considerar que no cálculo do SMN de 2010 foi usado o divisor adotado pelo DIEESE (0,3571) que é mais rigoroso que o chamado *segundo cálculo* usado para 1890, 1921 e 1928 (0,5000). Por isso, não é correto comparar o SMN de 2010 com o daqueles anos, mas a comparação do padrão de vida do trabalhador pode ser feita, em qualquer período, pelo número de cestas básicas que o salário básico (ou mínimo) pode comprar. Assim, a situação do trabalhador que ganhava salário mínimo em 2010 é semelhante à do operário de 1890, pois em ambos os casos um salário comprava perto de duas cestas básicas (Tabela 26). Já em 1921 e 1928, a crise que acometeu a economia maranhense se refletiu de imediato no poder de compra do salário: em 1921 comprava 1,31 cesta básica e em 1928, piorou, e comprava apenas 1,25 cesta básica.

O que melhorou de lá para cá foi o salário indireto (educação, saúde e um esboço de rede de proteção social), os direitos trabalhistas e as transferências diretas de renda. Mas se olharmos apenas para salário contra salário, no nível mais básico (hoje chamado de mínimo), a exploração em 2010 era da mesma magnitude que a exploração na virada do século XIX para o XX. E isso não é de estranhar em um capitalismo (da singularidade do Estado do Maranhão) que não acumulou, não investiu em inovação, apenas sobreviveu e para essa sobrevivência, teve que continuar com o mecanismo da superexploração, pagando salários bem abaixo do valor da FT.

Essa comparação se acha melhor organizada na tabela 27, que agrega aos dados da tabela 21, os dados do ano de 2010 e acrescenta duas colunas: número de cestas compradas por um salário e correspondência do *salário mínimo necessário* em termos de salário (básico para 1890, 1921, 1928 e mínimo para 2010).

Tabela 27 - Relação salário básico/salário mínimo necessário: 1890, 1921, 1928, 2010

Ano	Salário médio/mês	Valor da CBA	Valor do CFA	Menor SMN estimado	Relação Salário básico/SMN	Cestas compradas com 1 básico	1 SMN em termos de Salário básico
1890	37\$286	18\$096	54\$288	108\$576	34,34%	2,06	2,91
1921	48\$164	36\$777	110\$331	220\$662	21,82%	1,31	4,58
1928	51\$333	40\$995	122\$985	245\$970	20,86%	1,25	4,79
2010	R\$510,00	R\$ 265,15	R\$ 795,45	R\$4 2.227,53	22,89%	1,92	4,37

Marx não imaginava que no começo do século XXI, o sonho de muitos trabalhadores era, simplesmente, receber um salário igual ao valor da FT. Em 2010 o salário mínimo era R\$ 510,00 e o *salário mínimo necessário*-DIEESE (que corresponde aproximadamente ao valor da mercadoria força de trabalho, tanto pela definição da lei do valor quanto pelo Decreto-Lei 399/1938 e CF/1988) era de R\$ 2.227,53. No Brasil e, especialmente, no Maranhão, a grande maioria dos trabalhadores ainda ganha o salário mínimo e não o *salário mínimo necessário*. São mais explorados, portanto, do que previa a lei do valor no nível de abstração do Livro I de O Capital. Marini chama isso de superexploração.

5.8 O aumento da exploração nos países desenvolvidos na transição para o século XXI

Com a crise do fordismo nos anos 1970, que foi a expressão mais superficial da crise estrutural do próprio capitalismo, algumas garantias, formais e informais, dos direitos dos trabalhadores, foram engolidas pela flexibilidade exigida pela acumulação flexível. O tripé *taylorismo-fordismo-keynesianismo* foi, em grande parte, suplantado pelo modelo japonês,

também conhecido como toyotismo, mas essa mudança não veio para melhorar a distribuição funcional da renda entre capital e trabalho. Veio para radicalizar a acumulação.

A acumulação flexível, como sistema organizacional capitalista, foca no crescimento dos ganhos do capital em valores reais. Como esse crescimento é obtido na exploração do trabalho vivo no ambiente da produção, cabe analisar o cerne do processo produtivo no caso do modelo fordista de acumulação. Harvey (2003) analisa como a produção pós-fordista trouxe de volta um aumento da exploração do trabalhador, mesmo nos países desenvolvidos. Harvey chega a falar em superexploração, obviamente sem se referir à categoria mariniana em si, mas tratando do aumento da taxa de exploração a um nível tal que se faz necessário o uso de uma nova terminologia para referenciá-la:

Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenadas de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que saíram do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do "teletransporte" [telemarketing], bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da "Terceira Itália", por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong (HARVEY, 2003, p. 175).

Essa “visão sombria da história supostamente progressista do capitalismo” é confirmada pela citação de Paul Krugman (Box 6, p. 153), que afirma que o padrão de vida do trabalhador típico nos Estados Unidos ficou estagnado por quase quatro décadas (entre 1970 e 2008). O significado de tudo isso é que, com o fim do período de reconstrução do mundo demolido pela segunda guerra mundial (início da década de 1970), o capital, de posse de instrumentos tecnológicos estratégicos, avançou mundialmente sobre o fundo de consumo do trabalhador, ampliando o fundo de acumulação capitalista. Nos países dependentes, o *gap* tecnológico, a amplitude do exército industrial de reserva e a cisão do ciclo do capital, tornam predominante a superexploração da FT. Nos países centrais, no mínimo tem-se um aumento da taxa de exploração, sem prejuízo de pagamento de salários abaixo do valor da FT em épocas de crise. Considerando-se o processo de acumulação capitalista como um movimento único no planeta, embora desigual e contraditório, a superexploração pode ocorrer até no

centro do sistema, embora seja predominante no chamado “capitalismo dependente”. Para Marini, uma característica estrutural do mesmo.

5.9 A relação estado oligárquico e atraso socioeconômico

O estado oligárquico, pelas suas características intrínsecas do compadrio, nepotismo, ineficiência administrativa, patrimonialismo e submissão absoluta aos interesses do capital, nunca buscou construir um projeto integrado de desenvolvimento. Ao longo de sua história, em maior ou menor grau, sempre esteve subordinado a centros decisórios externos. Politicamente, sempre dependeu do voto dos grotões, comandados por chefes políticos até bem pouco tempo chamados de coronéis, a maior parte deles ancorada no latifúndio improdutivo.

Tomando-se como exemplo apenas o mando dos dois últimos grupos oligárquicos dominantes no Maranhão – Vitorino e Sarney –, verifica-se que entre 1946 e 2010, período de mais de seis décadas, nada de estruturante foi feito na economia maranhense, que perdeu mais duas *janelas de substituição de importações* (a dos anos 1950 e a do período do regime militar) e não se industrializou. E a educação (ou mesmo a simples luta contra o analfabetismo), nunca foi efetivamente considerada prioridade, uma vez que esses grupos oligárquicos estavam amparados em núcleos políticos regionais cujo poder vinha do analfabetismo e da desorganização dos trabalhadores. O que essas elites conseguiram foi perder as poucas indústrias oriundas do final do século XIX, riscando o Maranhão do mapa da indústria têxtil nacional.

A maioria do povo maranhense chegou ao início do século XXI, nos mais de duzentos municípios, sem emprego formal, vivendo de diárias na juquira, aposentadoria dos idosos, programas de transferência direta de renda, além da pesca artesanal e do extrativismo ou de vagas no quadro de servidores das prefeituras. Nada muito diferente – com exceção das aposentadorias e dos programas de transferência de renda – da situação do começo do século XX.

A base econômica influencia a superestrutura jurídico-política da sociedade, mas a superestrutura, em especial o estado, também influencia a base econômica. O que não se pode deixar de considerar é que, sendo o estado governado – direta ou indiretamente – pelos interesses das classes dominantes, a qualidade destas – nível educacional, capacidade de gestão, visão estratégica, espírito empreendedor (tipo *schumpeteriano*) – influencia o tipo de estado em uma dada formação social historicamente determinada e, por força da relação

dialética acima descrita, termina por influenciar a economia e as formas de organização social. As elites locais, amparadas no trabalho escravo até 1888 e na superexploração da FT, depois dessa data tiveram sua cota de responsabilidade na estagnação do padrão de vida do trabalhador típico maranhense no longo período estudado, entre 1890 e 2010, como foi demonstrado na seção 5.7 (para uma consulta rápida, ver Tabela 27).

Instalou-se no Maranhão, há mais de cem anos, um ciclo vicioso: não pagam melhores salários porque a economia local não conheceu ganhos de produtividade e não investem em inovação para obter esses ganhos de produtividade porque não há mercado interno que justifique a expansão da produção. E assim tem sobrevivido o capitalismo maranhense, amparado por um Estado que teve sua configuração oligárquica melhor expressa historicamente a partir do segundo pós-guerra, com a sucessão de apenas dois grupos no poder (Vitorino e Sarney). Essa singularidade estatal retroalimentou muito bem uma situação *sui generis* caracterizada pelo que se pode chamar de *atraso sustentável*, que deriva de outra faceta do mesmo ciclo vicioso: o Estado é atrasado porque a população é analfabeta e a população é analfabeta porque o Estado é atrasado. Trata-se de argumento tautológico não falacioso, pois há uma ligação dialética entre analfabetismo e atraso. E essa ligação acontece, fundamentalmente – no caso da realidade concreta do Maranhão –, no âmbito da estratégia de permanência do estado oligárquico.

A visitação que a pesquisa fez à história econômica do Maranhão encontrou a burguesia local sempre na dependência de algum fator que não sua própria iniciativa. Nos séculos XVII, XVIII e XIX, esse fator foi o trabalho escravo, a princípio, de indígenas, depois, de africanos. A revolução industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra, no final do século XIX ainda causava asco em boa parte das elites econômicas locais, que hostilizavam a parte dos seus pares que enveredou pela chamada “loucura industrial”, como bem documentaram Fran Paxeco (1923), Viveiros (1954; 1992) e outros. A vocação era a produção extensiva com trabalho escravo e mercado externo. Com o fim da escravidão, ficou evidente a falta de um projeto daquelas elites.

Durante o século XX, o que se pode chamar de economia maranhense, se desenvolveu, com altos e baixos, em torno do babaçu e do arroz e aí o fator que se destacou foi a dependência privada aos incentivos e recursos do Estado, nos seus três níveis. Na base econômica, o trabalho escravo foi substituído pela superexploração (tanto no sentido da categoria mariniana, quanto no simples aumento do grau de exploração), objetivada, na prática, pelos salários abaixo do valor da FT nas poucas ilhas fabris existentes, mas também

pela cobrança de renda de posseiros e pela indigna remuneração das quebradeiras de coco, muitas delas mães solteiras e chefes de família.

Sem um corpo técnico profissional, funcionado mais como cabide de emprego e moeda de troca política, a máquina pública teve nos déficits recorrentes, um retrato de sua ineficiência. Marcado pelo patrimonialismo e pelo compadrio com o latifúndio cobrador de renda, o estado oligárquico foi, ao mesmo tempo, filho e pai da superexploração da FT e da resultante situação geral de atraso socioeconômico deste Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem deixar de considerar as contradições externas relacionadas com o processo histórico da formação econômica do Maranhão, conclui-se que o recorrente atraso socioeconômico do Estado nesse *ciclo longo* de 120 anos que vai do início da “loucura industrial” na última década do século XIX até o fim da primeira década do século XXI, está assentado sobre dois pilares causais: a superexploração da força de trabalho e o estado oligárquico.

O primeiro, como fator anômalo usado para manter algum nível de competitividade no mercado externo de uma indústria que não se modernizou (e depois como prática eminentemente local para obtenção de lucros extraordinários). O segundo, fruto de uma composição de classes conservadora, formada pela burguesia agroexportadora e pelo estamento político da capital, assentado na burocracia estatal e no controle das instituições, inclusive das forças militares, cumprindo um papel de guardião daquela ordem. Esses dois pilares contribuíram para a manutenção de uma agricultura atrasada que, baseada na escravidão até 1888, nunca conseguiu elevar sua produtividade e dar qualidade a seus produtos. Mesmo depois da *debacle* da cotonicultura, acelerada pela abolição, não mudou seu *modus operandi* baseado no modelo *casa grande-senzala* (concentração-exclusão), que só permitia um padrão de vida suntuoso àquela decadente classe dominante, pelo tamanho portentoso de uma mão de obra desqualificada e à disposição para ser superexplorada (o exército industrial de reserva), presa que estava aos donos dos meios de produção pelas cadeias da fome.

Da aliança entre as elites políticas da capital e o latifúndio coronelístico do interior resultou na desarticulação do desenvolvimento industrial do estado que se iniciou no mesmo período que a industrialização paulista, mas que percorreu, ao contrário daquela, um caminho descendente. Essa aliança também manteve a estrutura atrasada da agricultura, que continuou assentada no latifúndio baseado na grilagem e na violência. Durante o século XX ainda se manteve por largo período uma considerável produção de arroz, mas até isso acabou e, a partir dos anos 1970, sem perspectivas, o Maranhão se abriu aos enclaves.

Ao analisar a economia maranhense desde a Colônia até o ano de 2010, uma conclusão inexorável se impõe: a dependência aos centros dinâmicos externos. No primeiro momento, a Portugal, o principal colonizador. A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, entra em cena a dominância do capital inglês. Nesse período acontece a independência dos EUA e esse fato político diminuiu a oferta de algodão para a indústria

inglesa. Aumentou assim, a demanda por mais algodão do Maranhão, que viveu seu período áureo. Com a independência do Brasil, em 1822, a dependência para com a Inglaterra acentuou-se. Na segunda metade do século XIX, a guerra da secessão nos EUA, voltou a comprometer a produção de algodão dos EUA, o que favoreceu a produção de baixa qualidade do Maranhão, mas por pouco tempo. Logo os americanos recuperaram seus níveis de produtividade e o algodão maranhense, que já vinha sofrendo com o encarecimento do seu principal bem de capital (o escravo), com a abolição, recebeu o golpe de morte, que desestruturou sua produção, totalmente assentada no trabalho escravo, quando o Sudeste já estava adaptado ao trabalho assalariado. Com o agravante da corrida da borracha na Amazônia, que drenou para aquela região boa parte da força de trabalho local, grandes fazendas maranhenses perderam a condição (econômica) de existir.

Aconteceu a *loucura industrial*. Capitais acumulados com o açúcar e o algodão, somados à captação de sociedades anônimas e empréstimos externos, foram aplicados na abrupta formação de um parque industrial no Estado. Na última década do século XIX, São Luís despontava como sede de significativo número de indústrias a vapor, com suas chaminés a sinalizar que o progresso havia chegado. A Atenas brasileira queria virar Manchester.

Entre 1914 e 1918, mais uma vez uma crise externa – a primeira guerra mundial – ofereceu oportunidades para a economia local. Com a produção na Europa paralisada pelo conflito, as fábricas de São Luís, Caxias e Codó tiveram a possibilidade de uma preparação para ampliação da produtividade e da oferta, em função de um aumento anunciado da demanda para o período pós-conflito. A literatura não mostra nada de significativo nesse sentido. As elites locais estavam satisfeitas com o aumento dos preços no mercado internacional, pois o que ganhavam com isso era o bastante para manter seu suntuoso padrão de consumo. Enquanto isso, em outras partes do país e do mundo, aumentava-se os investimentos, buscando ganhos de produtividade através da inovação.

A crise de 1929 afetou negativamente o Maranhão. Com a redução da atividade econômica nos países centrais, as exportações locais sofreram um golpe, mas bem menor que o sofrido pelo café. Na década de 1930, com uma indústria defasada, se consolidou neste Estado uma nova atividade, baseada na produção de óleos e sabões da amêndoa do babaçu, palmeira nativa e abundante em todo o interior maranhense. Vem a segunda guerra mundial, o que dá novo fôlego à indústria têxtil local, mas esta, mais uma vez, não se moderniza. Após a guerra, cresce a economia do babaçu e define a defasada indústria de fiação e tecelagem, que se extingue por completo até o final da década de 1960.

Com a perda da centralidade que o algodão detinha no século XIX, o século XX assistiu uma regressão da atividade no campo, que voltou a operar em núcleos isolados de subsistência. Os capitais locais se estruturaram na economia do babaçu onde todo o fornecimento de matéria-prima vinha de uma atividade muito comum na pré-história: a coleta (extrativismo). A característica dessa atividade era a superexploração do trabalho das quebradeiras de coco, o que garantia uma maior lucratividade das indústrias, pela diminuição dos custos. Essa indústria adquiriu grande destaque nos anos 1950 e só perdeu importância na década de 1970, com a chegada dos grandes projetos, além da própria defasagem tecnológica e da dificuldade de garantia do fornecimento constante da matéria-prima, na quantidade e qualidade necessárias, em função da atividade extensiva da coleta e da extração da amêndoa via machado.

Desde a abolição, o Maranhão não experimentou uma atividade econômica que fomentasse a formação de um mercado interno. A burguesia local nunca se preocupou com a educação do povo ou mesmo, com a qualificação da força de trabalho diretamente ligada à produção (pela cisão do ciclo do capital). As variações no nível de atividade econômica no estado sempre foram umbilicalmente ligadas à situação internacional. Foi assim na Colônia, no Império e se estendeu pela República. Observando a quebra da indústria maranhense no final da década de 1960, não há como não considerar a atualidade do comentário de Fran Paxeco, em sua *Geografia do Maranhão*, referindo-se à quebra da cotonicultura no final do século XIX: “A terra continuou a trabalhar-se, pelos roneiros processos de há séculos e as casas de ensino conservavam-se as mesmas, usando os mesmíssimos métodos. Parou-se. Retrocedeu-se.” (PAXECO, 1923, p. 222).

Não precisa se dizer mais nada. Basta lembrar um comentário de Jerônimo Viveiros em sua célebre *História do Comércio do Maranhão* (1954, v.1, p. 205), de que no meio rural da província, surgia uma nova classe “envaidecida e com hábitos de opulência”, ao que se acrescenta: em nada preocupada com as inovações tecnológicas que surgiam no mundo a uma velocidade sem par, comparando-se com o avanço das forças produtivas em épocas passadas.

O século XX inteiro, foi marcado no Maranhão pela superexploração da força de trabalho (aqui tomada, principalmente, como pagamento do salário abaixo do valor da FT), o que permitia alguma competitividade pela redução anormal do custo do fator trabalho.

A produção só crescia quando havia crise de oferta em outros países por guerras ou catástrofes. O único mecanismo de crescimento alternativo era conquistado com a ampliação da fronteira agrícola, através da abertura de estradas, cujo exemplo emblemático é a Santa Luzia – Açailândia (BR-222), que incorporou um volume significativo de terras devolutas e

provocou ondas migratórias na direção dos vales do alto Pindaré e Tocantins. E aí, mais uma vez, o latifúndio expulsou os lavradores que abriram as matas e reproduziu padrões típicos de um sistema de *vassalagem*, com o pagamento de renda pelo uso da terra (em sua maior parte, grilada).

Essa estrutura agrária armada em torno do latifúndio e da fraude da titulação de terras garantiu poder político aos “coronéis” do interior, que mantiveram relações de colaboração permanente com os grupos políticos da capital, resultando na criação de um sistema político de compadrio em tudo avesso à criação de um ambiente propício para o investimento. Esse quadro serve para os séculos XVIII, XIX e XX. Eis a gênese do atraso crônico do desenvolvimento das forças produtivas no Maranhão.

Se não for colocado o fator político – que hoje é reconhecido até pela economia neoclássica, quando trata do “ambiente ótimo para investimento” – haverá sempre uma análise parcial. A economia maranhense nasceu como um apêndice da expansão ultramarina portuguesa e depois se integrou, de forma dependente ao mercantilismo. Mas a economia de São Paulo também começou do mesmo modo. Em algum momento, as elites paulistas tomaram outro caminho, quando, observando a nova realidade mundial, antes da abolição, adotaram o trabalho assalariado em suas fazendas e não descuidaram do (re)investimento direcionado ao aumento da produtividade.

As elites locais insistiram no modelo colonial das *plantations* e nunca se preocuparam nem com a atualização tecnológica de seus empreendimentos ou com a formação de um mercado interno. O que ganhavam, em parte graças à ultra exploração do trabalho escravo, era revertido em sofisticados padrões de consumo.

O resultado histórico disso pode ser resumido em dois indicadores: a urbanização tardia – somente em 1996 a população urbana superou a rural (ver tabela 2A nos Anexos) –, o que denota um sistema político-econômico montado sobre o coronelismo e o latifúndio da “cobrança de renda” que impediu a reforma agrária e, portanto, o crescimento das cidades do interior. Veja-se o exemplo reverso de Buriticupu. Lá houve, nos anos 1980, um vigoroso processo de luta pela terra, com guerra aberta contra grileiros e pistoleiros. Assentamentos foram formados em torno da povoação que se tornou uma cidade com crescimento diferenciado em relação a outras bem mais antigas.

Outro exemplo da tragédia maranhense é o índice atual de analfabetismo. Segundo o Censo de 2010 (IBGE), o Maranhão tinha, naquele ano, 19.31% de sua população acima de 10 anos sem saber ler e escrever (ver tabela 3A nos Anexos). Levando-se em conta o analfabetismo funcional, essa taxa pode ter chegado aos 40% naquele ano. É impossível ter

desenvolvimento econômico com essa realidade. Além de analfabetos, grande parte do povo maranhense vive nas piores condições de saneamento do país. Mais de um milhão e meio de pessoas que vivem no Maranhão habitam em locais com abastecimento de água e esgoto sanitário inadequados. Estes são os números apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, disponibilizado na internet. A literatura do começo do século XX (MACEDO, 2000; GODÓIS, 1904, FRAN PAXECO, 1923, dentre outros) informa a mesma situação. Essa é a herança que as novas gerações estão desafiadas a superar.

O crescimento do PIB do Estado na primeira década do século XXI continuou totalmente dependente dos enclaves econômicos produtores de *commodities* minerais e agrícolas, voltadas para exportação. E porque o Maranhão não conseguiu, até então, atrair investimentos que possuíssem efeito estruturante? Uma das respostas é que o *estado oligárquico* não tinha interesse em criar um ambiente para atraí-los, especialmente aqueles com sinergia com a economia local. Esse sistema político oligárquico – cuja última versão se manteve por meio século no comando do Estado – preferiu o ambiente do atraso, de onde pôde dominar com mais facilidade, como fez o *vtorinismo* antes. E antes dele, os coronéis da república velha e os senhores de escravos do império e da colônia.

As melhorias na distribuição funcional e pessoal da renda causadas por políticas macroeconômicas nacionais, que resultaram também em uma diminuição da desigualdade, principalmente com o social-desenvolvimentismo vigente na primeira década do século XXI, criaram bases – econômicas e sociais – para a quebra desse domínio, seguindo, obviamente, uma herança de lutas de gerações. A renda *per capita* pouco cresceu, até pelo acentuado aumento da população, mas cresceu o valor real do salário. Isso, aliado a uma ampliação do crédito com juros moderados, fez a economia do país crescer uma taxa duas vezes maior que a da última década do século XX. No Maranhão, pela elevação do preço das *commodities* puxada pelo impressionante nível de crescimento do principal comprador – a China –, as taxas de crescimento do PIB foram ainda bem superiores às do Brasil (ver PIB do Maranhão, Nordeste e Brasil na tabela 1A dos Anexos). Mas esse crescimento não se tornou desenvolvimento.

O Professor Benjamin Alvino de Mesquita, em artigo publicado pelo IPEA sobre as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão a partir dos grandes projetos, baseadas em uma política de atração de enclaves afirma que resulta daí “um perfil de desenvolvimento socioeconômico que favorece uma minoria ‘eficiente’ e muito bem articulada com o poder e penaliza a maioria apática, desorganizada e despolitizada.” (MESQUITA, 2011, p. 1).

O Maranhão é servido por três ferrovias importantes (Carajás, Norte-Sul e Transnordestina, cuja parte maranhense é conhecida como São Luís-Teresina); possui o segundo porto mais profundo do mundo, em fase de modernização; possui uma oferta de energia significativa (Boa Esperança, Tucuruí e Estreito); geograficamente está mais próximo da Europa e dos EUA que o porto de Santos, por exemplo; possui terras férteis e abundante oferta de água doce, além de sol, ventos (para a geração de energia limpa) e um regime de chuvas de padrão amazônico. O Maranhão tem tudo isso, mas em **2010 tinha cerca de 20% de analfabetos** e um interior sustentado pelas aposentadorias e programas de transferência de renda. Nessa dicotomia reside a triste realidade de uma herança hedionda.

Fatores avessos à inovação como a superexploração da força de trabalho (apoiada pelo estado oligárquico), embora tenham proporcionado em algum momento, acumulação de capital, formaram entraves ao desenvolvimento socioeconômico, justamente pela elevada concentração de renda e atrofia do mercado interno, ambos oriundos do velho modelo *latifúndio; monocultura; produção para o mercado externo e trabalho escravo* (antes de 1888) *ou superexploração da força de trabalho* (depois). A história mostra que as elites agroexportadoras maranhenses mudaram a rota da reprodução ampliada para o consumo de luxo e com isso – junto a outros fatores internos e externos – inviabilizaram o desenvolvimento industrial do estado.

Chegou-se à transição do século XX para o século XXI, em essência, na mesma situação da transição do século XIX para o século XX: um estado com poucas indústrias, consumidor de manufaturas importadas (do exterior e de outras UF's) e exportador de *commodities*. Mas a alta tecnologia utilizada na redução de alumina em alumínio; a alta tecnologia usada na Base de Lançamentos de Satélites de Alcântara; a alta tecnologia agrícola utilizada na produção de soja; a alta experiência em comércio internacional de uma camada da classe trabalhadora ligada às atividades do complexo portuário; a tecnologia por trás da produção e exportação do complexo do ferro, tudo isso, embora tenha pouca sinergia com a economia local no curto prazo, lança bases para um avanço das forças produtivas no próximo período histórico, desde que a mudança qualitativa ocorrida no sistema político e na gestão estatal se consolide e venha a exigir maior verticalização dos investimentos que para cá venham em busca de condições favoráveis.

Com uma população hoje na casa dos 7 milhões de pessoas, somente os programas sociais do governo federal e a política de valorização real do salário mínimo, não vão assegurar um mercado interno que garanta um nível de crescimento capaz de tirar o Estado da rota da pauperização.

A criação do chamado ambiente de investimento (infraestrutura, educação, saúde, segurança social e jurídica, comunicações, pesquisa, etc.), aliado à uma relação republicana entre estado e empresas privadas com o fortalecimento das instituições e regramento claro e desburocratizado atrairá, sem dúvidas, investimentos estruturantes para a consolidação absurdamente tardia do processo de industrialização do Estado. Entre uma Amazônia ainda indômita e um Nordeste com carência do insumo água, ergue-se o Maranhão com rios perenes e lenções freáticos transbordando em todas as suas regiões de terras férteis e riquezas minerais descobertas e a descobrir.

Mesmo com o declínio do *estado oligárquico* que dominou o “longo século” de 1890 a 2010, a superexploração da força de trabalho que foi sua base de sustentação econômica (assim como foi a escravidão para a Colônia e o Império) ainda persiste na essência para grande parte da população economicamente ativa, se considerarmos o *salário mínimo necessário* calculado pelo DIEESE. Embora hoje exista uma legislação trabalhista inimaginável para um operário da Santa Amélia, Cânhamo ou Fabril do final do século XIX, essa permanência (do pagamento de salários abaixo do valor da FT) mostra que, mesmo com a singularidade de um estado mais democrático e um governo mais republicano, o problema da superexploração continua, por ser uma característica estrutural da dependência, ligada ao *gap* tecnológico e ao tamanho do exército industrial de reserva, assim como a exploração é inerente ao sistema como um todo.

Sobre a situação mundial, para Wallerstein (2001), o declínio da hegemonia americana iniciada com a crise dos anos 1970 (e ainda em curso) é a crise final do próprio capitalismo. Ele não afirma o que virá depois, mas entende que o capitalismo como é conhecido não sairá ileso dessa crise prolongada que, para ele, é estrutural e terminal. Já Giovanni Arrighi (1997) entende que o fim do ciclo americano – que ainda está em curso e pode durar décadas – não representa o fim do capitalismo, mas a transição para um novo ciclo de acumulação que teria a hegemonia chinesa.

A crise prolongada que marca a conjuntura mundial desde a década de 1970, segundo Arrighi, é marca característica das transições de ciclos sistêmicos de acumulação. Exemplos recentes podem ser tomados das crises que marcaram o fim do ciclo britânico e o início do ciclo americano no século XX: nada menos que duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945); separadas por uma crise (1929) de consequências planetárias.

Sobre qual o desfecho mais provável, a história é sempre um livro aberto e o avanço das forças produtivas termina por criar contradições irreconciliáveis que leva, inexoravelmente, a novos tipos de sociedade. Quanto ao *quando*, ninguém sabe. Voltando à

singularidade, hoje o Maranhão é uma unidade federada de um país capitalista emergente situado na América Latina, enfrentando a deterioração dos termos de troca, tanto a nível externo quanto interno, pois o crescimento do grau de industrialização do Sudeste-Sul consolidou este Estado como importador de manufaturas, enquanto sua pauta de exportações, nos anos 2000 (Tabela 16A nos Anexos), continuava dominada por produtos com baixa agregação de valor.

Para desenvolver o Maranhão (no âmbito do capitalismo e mesmo, depois dele) é preciso aumentar o investimento (tanto em capital físico quanto humano). E para isso é preciso que se extirpe a forma oligárquica de domínio, se implante a República e se dê prioridade histórica à educação!

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, D. **A Esfinge do Grajaú**. 2. ed. São Luís: Alumar, 1993. [1940].
- _____. **O Cativoiro**. 3. ed. São Luís: AML, 2012. [1941].
- ABREU, M. de P. "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945". In: ABREU, M. de P. (org.). **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- ALBUQUERQUE, C. P. **O Mercado de Algodão em Pluma: Subsídios à fixação de preços mínimos**. 1980. Dissertação (Mestrado) - Fortaleza: UFC, 1980.
- ALENCASTRO, L. F. de. Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves Magalhães. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 23, p. 7-13, 1989.
- AMARAL, J. R. do. **Fundação do Maranhão**. 3. ed. São Luís: AML, 2012. [1912].
- AMATO, C.; NEVES, I. S.; RUSSO, A. **Livro das moedas do Brasil**. 11. ed. São Paulo: [do Autor], 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. de; NETO, J. S.; MARTINS, C. C. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: Lithograf, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora/ED. Unicamp, 2002.
- ALMEIDA FILHO, N. Superexploração da Força de Trabalho e Concentração de Riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília, IPEA, 2013.
- ALMEIDA, P. R. de. In: GOMES PEREIRA, M. (Org.): **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: Funag, 2012. p.523-563.
- ALUMAR. Disponível em: <<http://www.alumar.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.
- ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1988
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **A Confederação do Equador:** manuscritos. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2005. v. 2.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Retratos do Maranhão Colonial:** Correspondência de Joaquim de Mello e Póvoas, governador e capitão-general do Maranhão, 1771-1778. São Luís: SECMA, 2009.

_____. **Catálogo dos Registros Gerais:** registros de atos e da correspondência do Reino e do Governo do Maranhão, 1754 – 1828. São Luís: SECMA, 2009.

_____. **Catálogo dos Registros Gerais:** registros de atos e da correspondência do Reino e do Governo do Maranhão 1822 – 1885. São Luís: SECMA, 2012. v. 2.

_____. **Repertório de documentos para a história da escravidão no Maranhão 1754 - 1840.** São Luís: SECMA, 2012. (Série Instrumentos de Pesquisa).

_____. **Repertório de documentos para a história da escravidão no Maranhão 1818 - 1852.** São Luís: SECMA, 2015. (Série Instrumentos de Pesquisa. v. II).

_____. **Repertório de documentos para a história indígena no Maranhão.** São Luís: SECMA, 1997.

_____. **Livro de acórdãos da Câmara de São Luís 165-1649.** São Luís: SECMA, 2015.

ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento.** Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O longo século XX.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRUDA, J. J. A. **O Brasil no Comércio Colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Perfil socioeconômico do Maranhão.** Fortaleza: BNB, 2015.

_____. **Nordeste 2022:** Estudos Prospectivos – Documento Síntese. Fortaleza: BNB, 2015.

BARBOSA, F. B da C. **Economia do Maranhão e de São Paulo:** Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento. São Paulo: IPADES, 2012.

BATISTA FILHO, A. C. de C. **Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotonio dos Santos:** da teoria da dependência à teoria dos sistemas-mundo. 2009. Dissertação (Mestrado) - Uberlândia: UFU, 2009.

BERREDO, B. P. de. **Anais históricos do estado do Maranhão**. 4. ed. São Luís: Alumar/Tipo Editor, 1988. [1749].

BOBBIO, N. **A teoria das formas de Governo**. Tradução de Sérgio Bath. 10. ed. Brasília: Ed. UNB, 1997.

BORGES, F. T. de M.; PERARO, M. A. (Orgs.). **Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra**. Cuiabá-MT: Entrelinhas-EDUFMT, 2012.

BOSCHI, C. C. **Catálogo do manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no arquivo histórico ultramarino**. Editor e Revisor Jomar Moraes. São Luís: FUNCMA; AML, 2002.

BOXER, C. S. R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **O império marítimo português 1415–1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: III. O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL247. **Trabalhadores da Alumar realizam paralisação na BR 135**. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/maranhao247/138799/Trabalhadores-da-Alumar-realizam-paralisa%C3%A7%C3%A3o-na-BR-135.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BUZAR, B. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. 5. ed. São Luís: Instituto Geia, 2014. [1998].

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado – conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís, SECMA, 1992.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. [1977].

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CARCANHOLO, M. D. **(Im)precisões sobre a categoria Superexploração**. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília, IPEA, 2013.

CARDOSO, A. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 329-330, 2011.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. [1970].

CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

CARREIRA, A. **A Companhia geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 1988. 2 vol. (Documentos).

CARVALHO, C. J. **Ascensão e Crise da Lavoura Algodoeira no Maranhão (1760- 1910)**. 1982. Dissertação (mestrado) - Rio de Janeiro; UFRJ, 1982.

CARVALHO, J. de S. J. **Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão**. Organização, introdução e notas de Jomar Moraes. São Luís: Alumar, 1995. [1863].

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci O. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHIAVENATTO, J. J. **A guerra contra o Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viramundo, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA (1952). **Babaçu: economia a organizar**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Economia, 1952.

COUTINHO, M. **A Revolta de Bequimão**. São Luís: Instituto Geia, 2004.

_____. **Fidalgos e Barões: Uma história da nobiliarquia luso-maranhense**. São Luís: Instituto Geia, 2005.

D'ABBEVILLE, P. C. **História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo: Siciliano, 2002. [1614].

D'EVREUX, Pe. Y. **História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614**. Tradução de Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [1864].

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1971.

DOBB, M. **A Evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DORATIOTO, F. **Maldita guerra**: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELKAN, W. **Introdução à economia do desenvolvimento**. Tradução de Octavio M. Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Algodão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v.1, 1995.

ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo, EDUSP, 1995. (Didática I).

FARIAS, F. B. de. **O estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã, 2013.

_____. **Crise global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

FERREIRA, A. J. de A. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. 2008. Tese (Doutorado) - São Paulo: USP, 2008.

FERNANDES, H. C. **Administrações maranhenses**: 1822-1929. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FIEMA. **Plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão**. São Luís: FIEMA, 2007.

FIEMA. **Comissão técnica estudará incentivos ao segmento sucroalcooleiro**. Disponível em: <<http://www.fiema.org.br/noticia/20394992/comissao-tecnica-estudara-incentivos-ao-segumento-sucroalcooleiro/>>. Acesso em: 3out. 2015.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. do. A Economia da República Velha, 1889 – 1930. In: **História Contemporânea do Brasil, a abertura, 1889 – 1930**. Rio de Janeiro: PUC, 2011.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Movimento, 1973.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o signo da economia patriarcal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Global, 1973.

GAIOSO, R. J. de S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** 3. ed. São Luís: Instituto Geia, 2011. [1818].

GALVES, M. C. **Os ‘Republicanos’ do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do estado imperial.** 2. ed. São Luís: Café e Lápis e EDUEMA, 2015.

GODINHO, V. M. 1580 e a Restauração. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaio sobre a História de Portugal.** v. II. Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 1968.

GODÓIS, A. B. B. de. **História do Maranhão.** 2. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

GURGEL, A. Metodologia nas Ciências Humanas. In: **V Encontro Humanístico CCH-UFMA.** São Luís, 2005. Conferência de Abertura. Disponível em: <<http://Geocities.yahoo.com.br/ayalagurgel/metodologia.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

HADDAD, C. L. **Crescimento do Produto Real no Brasil 1900-1947.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução de Marcos Santarita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. de (org.). **A Época Colonial - tomo I: do descobrimento à expansão territorial.** 6. ed. São Paulo: DIFEL / FFLCH-USP, 1981. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, v.1).

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUBERMAN, L. **A História da Riqueza do Homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

HUNT, E. K.; SERMAN, H. J. **História do pensamento econômico.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 223 apud IBGE. Desembarques no Brasil. <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais**, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto interno bruto do estado do Maranhão: 2006 – 2010**. São Luís: IMESC, 2012.

_____. **Índice de Desenvolvimento Municipal: ano 2010**. São Luís: IMESC, 2012.

_____. **Índice de desenvolvimento municipal: ano 2012**. São Luís: IMESC, 2014.

_____. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. São Luís: IMESC, 2013.

KEYNES, J. M.. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KONDRATIEV, N. **Los ciclos largos de la coyuntura economica**. México: UNAM, 1992.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à economia**. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACERDA, A. C. de. et al. **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LACROIX, M. de L. L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís, EDUFMA, 2000.

LAGO, A. B. P. do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001. [1822].

LÊNIN. V. **I.O Estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

_____. **O estado e a revolução**. Introdução: Francisco Máuri de Carvalho Freitas. Capinas-SP: FE/UNICAMP, 2011 (Navegando Publicações).

_____. **O imperialismo a fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1987.

LIMA, C. de. **História do Maranhão: a monarquia**. 2. ed. São Luís: Geia, 2008.

_____. **História do Maranhão: a república**. 2. ed. São Luís: Geia, 2010.

LOVEJOY, P. E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

MACEDO, E. T. de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001. [1947].

MAGALHÃES, D. J. G. de. **Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão**: desde 1839 até 1840. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. [1848].

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. Tradução de Teresa C. P. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MARANHÃO, F. F. de N. S. P. **Poranduba maranhense ou relação histórica da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: AML, 2012. [1891].

MARINI, R. **Dialética da dependência**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. O conceito de trabalho produtivo. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Sobre a dialética da dependência (Post-scriptum). In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico do Maranhão**. São Luís: Typographia Frias, 1870. (Disponível em PDF na Biblioteca digital do Senado).

MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. (Edição crítica de Jomar Moraes). 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008. 1.028p.

MARTINS, C. E. O Pensamento de Ruy Mauro Marini e sua Atualidade para as Ciências Sociais. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. Tradução de Walter S. Maia. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. **O capital**: crítica da economia política. v. I, 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, v. I. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas I, II e III**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

_____. **A ideologia Alemã.** Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MCNALLY, D. Da crise financeira à recessão mundial: acumulação, financeirização e o declínio global. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 143-165, jun. 2012.

MEIRELES, M. M. **História do comércio do Maranhão.** v. 4. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992.

_____. **História do Maranhão.** 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELLO, E. C. de. **Olinda restaurada; guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife: FUNDAJ/Massangana-Instituto Nacional do Livro, 1987.

MESQUITA, B. A. de. **Notas sobre a dinâmica recente em área periférica:** as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. Rio de Janeiro: IPEA-CODE, 2011. (Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos).

MESQUITA, F. de A. L. **Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850-1890).** São Luís: EDUFMA, 1987.

MIRANDA, A. **Balaios e Bem-te-vis:** a guerrilha sertaneja. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

MORAES, Pe. José de. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará.** Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

MORENO, D. de C. **Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614.** São Luís: Alumar, 1984. [1614].

MOTA, A.S. Família e fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, W.C. (org.). **História do Maranhão: Novos estudos.** São Luís: EDUFMA, 2004. p.51-80.

NASCIMENTO, C. A. do; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência:** Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. [1979].

NOVAIS, F. **A Estrutura e a dinâmica do antigo sistema colonial**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, F. de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n° 18, maio/ago. 1993.

OREIRO, J. L. **A Lei da Tendência a queda da Taxa de Lucro em Marx**. [s/d]. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/439da44cd5a0196d228ac3cda2b094c5565ee5be.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

OSORIO, J. Fundamentos da Superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

OTÁVIO, R. **A Balaiada 1839**: depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos 'Balaios'. São Paulo: Siciliano, 2001.

PAXECO, F. **O Maranhão**: subsídios históricos e corográficos. 3. ed. São Luís: AML; EDUFMA, 2008. [1913].

_____. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Teixeira, 1922. [1923].

PIRES, M. C. (Coord.). **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

POLARY, J. H. B. **Indústria no Maranhão**: Panorama recente e prospectiva. São Luís: SESI, 2001.

POMER, Leon. **A guerra do Paraguai**: a grande tragédia rio-platense. 2. ed. Tradução de Yara Peres. São Paulo: Editora Global, 1981.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1970].

PREBISCH, R.. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas (1949). In: **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPPAL**. Textos Seleccionados. Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>>. Acesso em 21 mai. 2014.

REZENDE, C. **História econômica geral**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, J. A. J. **A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão. 1850-1888.** São Luís, SIOGE, 1990.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** Tradução de Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1986. [1817].

ROJAS, C A. A. **Braudel, o mundo e o Brasil.** Tradução de Sandra T. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, M. V. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, T. **Economia mundial: integração regional & desenvolvimento sustentável.** 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Tradução de Maria Sílvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998 (Os Economistas).

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEVERIANO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, R. F. **Colônia e nativismo: a história como biografia da nação.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SILVEIRA, J. L. A. (Org.). **Ensaio sobre a economia maranhense.** São Luís: CORECON; EDUFMA, 2014.

SILVEIRA, S. E. da. **Relação sumária das coisas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal.** 8. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. [1624].

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500-1820).** 6. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

SINDALCOOL. **Maranhão ganha usina de etanol no município de Tuntum.** Disponível em: <<http://www.sindalcool-mt.com.br/mostra.php?noticia=2845>>. Acesso em: 5set. 2015.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** 2. ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. v. Tradução de Luiz João Braúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas).

SODRÉ, N. W. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Síntese de história da cultura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOMEKH, N.; GASPAR, R. C. Capital Excedente e Urbanização: o papel dos grandes projetos. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 133-146, nov. 2012.

SOUZA, N. A. de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, N. A. de. Teoria Marxista das Crises, padrão de Reprodução e Ciclos longos. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**: 1850/1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **A herança colonial da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 2. Rio de Janeiro, 1975.

SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. São Paulo. Zahar, 1983.

TOMBOLO, G.; SAMPAIO, A V. O PIB Brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. **Revista de Economia**, Curitiba-PR, ano 37, v. 39, n. 3, p.181-216, set./dez. 2013.

TORRES, M. **O Maranhão e o Piauí no espaço colonial**: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva. São Luís: Instituto Geia, 2006.

TRIBUZI, B. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2. ed. São Luís: CORECON, 2011. [1. ed. FIPES, 1981].

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALOR. **Alcoa reduz capacidade de produção de alumínio nos EUA e no Brasil**. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/empresas/3233316/alcoa-reduz-capacidade-de-producao-de-aluminio-nos-eua-e-no-brasil>>. Acesso em: 6 out. 2015.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VIVEIROS, J. de. **História do comércio do Maranhão: 1612-1895**. v. 1. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

_____. **História do comércio do Maranhão: 1612-1895**. v. 2. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. [1954].

_____. **História do comércio do Maranhão: 1896-1934**. v. 3. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. [1964].

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **El capitalismo histórico**. México-DF: Siglo XXI Editores, 1988.

_____. **O fim do mundo como o conhecemos: ciência social para o século XXI**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Tradução de Carlos Leite et. al. v. 1. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. **World-Systems Analysis: an Introduction**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2004.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José M. M. de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: WEBER, M. **Textos Selecionados**. Tradução de Maurício Tragtenberg et. al. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).

YAMAUTI, N. N. As concepções de estado e de direito em o capital, de Karl Marx. **Acta Scientiarum – Human and Social Sciences**. Maringá, v. 26, n. 1, p.151-168, 2004.

ZAPEMPREGOS. **Vale:** quadro de funcionários deve crescer 12% em 2010. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/revista/empregos/ultimas-noticias/vale-quadro-de-funcionarios-deve-crescer-12-em-2010-20091020/>>. Acesso em: 5out. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Dados gerais do Brasil, Nordeste e Maranhão

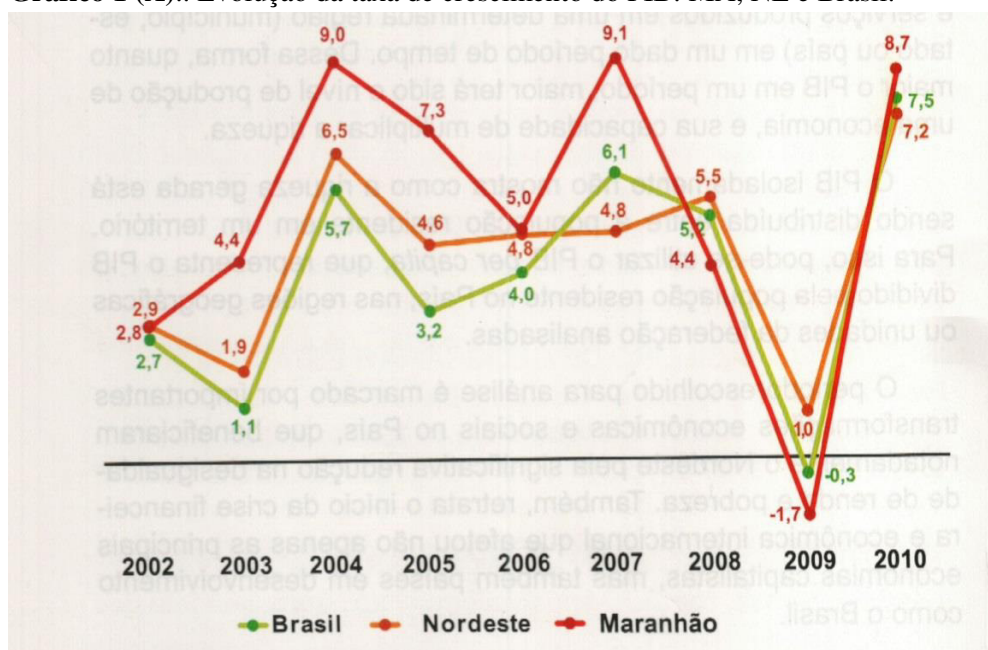
Nota explicativa: Tabelas, gráficos, mapas e figuras a seguir expostos, serão numerados sequencialmente a partir do número 1 (um), porém, todos seguidos da letra “A” entre parêntesis para indicar que fazem parte dos Anexos.

Tabela 1 (A). PIB do MA, NE e Brasil, a preço de mercado e *per capita*-2000-2010

Ano	Maranhão		Nordeste		Brasil	
	a preço de mercado (em R\$ mil)	<i>per capita</i> (R\$)	a preço de mercado (em R\$ mil)	<i>per capita</i> (R\$)	a preço de mercado (em R\$ mil)	<i>per capita</i> (R\$)
2000	9 206 845	1 616	144 134 603	2 998	1 101 254 907	6 430
2001	10 293 103	1 782	157 301 961	3 233	1 198 736 188	6 896
2002	11 419 649	1 949	181 932 855	3 694	1 346 027 825	7 631
2003	18 483 300	3 112	217 037 426	4 355	1 699 947 694	9 498
2004	21 604 577	3 588	247 042 512	4 899	1 941 498 358	10 692
2005	25 334 591	4 151	280 545 055	5 499	2 147 239 292	11 658
2006	28 620 246	4 628	311 104 054	6 028	2 369 483 546	12 687
2007	31 606 026	5 165	347 797 041	6 749	2 661 344 525	14 465
2008	38 486 883	6 104	397 502 594	7 488	3 031 864 490	15 990
2009	39 854 677	6 259	437 719 730	8 168	3 239 404 053	16 918
2010	45 255 942	6 889	507 501 607	9 561	3 770 084 872	19 766

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2012.

Gráfico 1 (A). Evolução da taxa de crescimento do PIB: MA, NE e Brasil.



Fonte: Elaboração BNB/ETENE (2015) com dados do IBGE (2014).

Gráfico 2(A). Participação do PIB do Maranhão e do Nordeste em relação ao PIB do Brasil



Fonte: Elaboração BNB/ETENE (2015) com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 (A). População residente no MA, por situação de domicílio, 1950-2010

Ano	Total	Situação de domicílio			
		Urbana	%	Rural	%
1950	1.583.248	274.288	17,32	1.308.960	82,68
1960	2.492.139	448.509	17,99	2.043.630	82,01
1970	2.992.678	753.466	25,18	2.239.212	74,82
1980	3.996.444	1.254.830	31,40	2.741.614	68,60
1991	4.930.253	1.972.421	40,00	2.957.832	60,00
1996	5.222.183	2.711.175	51,92	2.511.008	48,08
2000	5.651.475	3.364.070	59,53	2.287.405	40,47
2010	6.574.789	4.147.149	63,08	2.427.640	36,92

Fonte: IBGE – Sinopses dos Censos 1872-2010.

O Maranhão possui uma população de 6.574.789 (IBGE, 2010), distribuída de forma irregular em uma área de 331.983 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 19,8 hab./km². A distribuição da população por gênero apresenta o seguinte resultado (IBGE, 2010): Homens: 49,61%; Mulheres: 50,39%, o que acompanha a média nacional que é, respectivamente, 48,97% e 51,03%.

Em 2009 a População Economicamente Ativa do estado somava 2.956.000 pessoas (IBGE, 2009), aproximadamente 45% da população. Do total dos maranhenses em 2010, 30,94% eram crianças; 8,65% eram idosos e 60,41% eram jovens e adultos, o que explica uma PEA tão elevada em relação ao total da população. Mas a taxa de analfabetismo entre pessoas de 10 anos ou mais era de **19,31%**, em 2010 (Tabela 3(A)). Um índice alarmante para a primeira década do século XXI, que explica, em parte, o porquê do atraso da economia do estado e diz muito também da atuação das elites políticas maranhenses ao longo da história.

A **Tabela 2** mostra a evolução da população maranhense, total e por situação de domicílio. Vê-se que o Maranhão só fez a inversão rural-urbana em meados dos anos 1990, cerca de trinta anos depois que essa inversão ocorreu no país. Esse dado pode parecer de natureza secundária na análise do desenvolvimento das forças produtivas, mas denota uma realidade *sui generis* da relação latifúndio-população rural no Maranhão: um latifúndio improdutivo manteve as pessoas no campo, como *pagadores de renda*. Grandes parcelas de terra, em todas as regiões do estado, foram mantidas no século XX como reserva de valor e de poder político, acobertadas, sobretudo, pela fraude e pelo compadrio. É impossível dissociar a análise das relações de produção no campo maranhense, do sistema político herdeiro do coronelismo da República Velha.

Tabela 3 (A)-Analfabetismo no Brasil-2010

Taxa de analfabetismo - 2010	População acima de 10 anos
Estados	%
Distrito Federal	3,25
Santa Catarina	3,86
Rio de Janeiro	4,09
São Paulo	4,09
Rio Grande do Sul	4,24
Paraná	5,77
Mato Grosso do Sul	7,05
Goiás	7,32
Espírito Santo	7,52
Minas Gerais	7,66
Mato Grosso	7,82
Amapá	7,89
Rondônia	7,93
Amazonas	9,60
Roraima	9,69
Pará	11,23
Tocantins	11,88
Acre	15,19
Bahia	15,39
Pernambuco	16,73
Sergipe	16,98
Ceará	17,19
Rio Grande do Norte	17,38
Maranhão	19,31
Paraíba	20,20
Piauí	21,14
Alagoas	22,52
BRASIL	9,02

Fonte: IBGE, Censo 2010.

O analfabetismo é prova cabal da inconsistência do sistema educacional de um país. No Brasil, trata-se de um fenômeno histórico. Diminuiu nas duas últimas décadas, mas ainda é muito grande, especialmente no Nordeste. Se as pessoas não sabem ler, não há como discutir o restante do edifício educacional.

Se para o sistema político oligárquico, o analfabetismo foi um grande aliado da dominação conservadora, para o desenvolvimento ele é um câncer que precisa ser erradicado. Em uma sociedade midiática e tecnológica, onde a informação ocupa o altar principal, ter 20% da população com mais de 10 anos sem saber ler é uma tragédia histórica!

Observe-se na **Tabela 3(A)** que a taxa de analfabetismo no Maranhão é mais que o dobro da taxa nacional e que os nove estados da região Nordeste são exatamente os estados com mais analfabetos no Brasil.

Tabela 4 (A). Exportações e Importações Brasileiras - 1933-1945
(unidade monetária: milhões de libras esterlinas)

-----Ano---	Exportações/ PIB (%)	Exportações/ FOB	Importações	Balança Comercial
1933	-	52,8	41,5	11,3
1934	-	58,0	41,9	16,1
1935	-	55,0	45,9	9,1
1936	-	64,5	46,7	17,8
1937	-	70,2	66,9	3,3
1938	-	60,3	60,2	0,1
1939	11,8	68,8	58,0	10,0
1940	10,0	65,2	62,1	3,1
1941	11,6	89,7	68,9	15,0
1942	11,4	100,0	58,1	35,1
1943	10,5	116,0	75,9	31,3
1944	9,9	143,0	108,4	32,5
1945	9,5	162,6	116,6	43,5

Fonte: Abreu, Marcelo de Paiva. "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945", in ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1990. (pp. 73-104 e Anexos).

Tabela 5 (A). Participação de Produtos Agrícolas no Total Exportado, 1924-1945 (%)

--- Períodos ---	--- Café ---	--- Cacao ---	Algodão	Couro e peles	Outros
1924-1929	72,5	3,3	1,9	4,5	17,8
1930-1933	69,1	3,5	1,4	4,3	21,7
1934-1939	47,8	4,3	17,6	4,4	28,9
1940-1945	32,5	3,2	9,1	3,6	51,6

Fonte: VILLELA, A. e SUZIGAN, W. 1973. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973 (p. 70).

Tabela 6 (A). Taxas de Crescimento: Produção Industrial, PIB e Importação de Bens de Capital para a Indústria, 1911-1945 (%)

	Produção Industrial	Produto Interno Bruto PIB	Importação de Bens de Capital para a Indústria
1917-1919	3,6	-	-14,8
1920-1922	6,2	3,2	12,3
1923-1926	0	1,3	14,0
1927-1928	8,0	12,4	-7,2
1929-1932	0	0,3	-31,7
1933-1936	14,1	7,4	41,0
1937-1941	8,3	4,5	-5,5
1942-1945	4,3	1,8	-1,1

Fonte: SUZIGAN, W. "Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica." In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol5, n.2. Rio de Janeiro, 1975, p. 437.

Tabela 7 (A). Distribuição Setorial do PIB Brasileiro, 1910-1950(%).

Ano---	Agricultura	Indústria	Serviços (*)
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

(*) - Inclui Governo.

Fonte: HADDAD, C. **Crescimento do Produto Real. Brasil 1900-1947**. Rio de Janeiro: FGV, 1978 (com base em IBGE, 1990: *Estatísticas Históricas do Brasil*).

A **Tabela 6(A)** mostra bem os efeitos da Segunda Guerra no processo de industrialização do Brasil. O conflito reduziu a oferta de produtos industrializados, criando uma necessidade inadiável de substituir as importações. Isso fortaleceu a criação de novas e o desenvolvimento de indústrias já existentes no país. Nesse período, o Estado entrou decisivamente na atividade econômica, cuidando de áreas de infraestrutura não atrativas para a iniciativa privada, principalmente, siderurgia e energia elétrica. Na área do petróleo, O governo Vargas já vinha tomando providências contra a dependência

externa do país ante as grandes companhias petrolíferas do mundo, desde o início dos anos 1930. Entre 1935 e 1937 foram instaladas no país mais de vinte destilarias de óleo diesel (CANO, 1985). Mas uma política de Estado para o setor petrolífero só foi efetivada no segundo governo de Vargas, na década de 1950.

Na série alcançada pela **Tabela 6(A)**, pode-se observar que em dois períodos (1927/1928 e 1933/1936) houve um crescimento mais acentuado da produção industrial, mas o que salta aos olhos é a instabilidade da economia no longo período de 1917 a 1945, marcado por duas guerras mundiais e pela maior crise do sistema até então. Os efeitos da crise de 1929 são bem visíveis no período 1929/1932: zero de crescimento da produção industrial, 0,3% de crescimento do PIB e um decréscimo da importação de bens de capital da ordem -31,7%. No período 1933/1936 houve um forte crescimento do setor industrial, causado pela citada substituição das importações (14,1%). O período 1937/1941 ainda sustentou um crescimento de 8,3% que não se manteve no período final da Guerra (1942/1945), quando os efeitos adversos do recrudescimento da militarização quase que total da economia mundial na fase final do conflito, repercutiram na produção interna, resultando em um crescimento da atividade industrial de apenas 4,3%, o que não deixou de ser significativo, dado a conjuntura mundial.

A **Tabela 7(A)** mostra o declínio da participação da agricultura brasileira no PIB entre as décadas de 1920 e 1950 e o crescimento da participação do setor industrial no mesmo período. No Maranhão, ocorreu o contrário, com a *debacle* da industrial têxtil local. Nem os efeitos incentivadores para a atividade industrial, oriundos das duas guerras mundiais, foram aproveitados pelas elites locais, que se contentavam com os aumentos temporários de demanda para produtos agrícolas como o babaçu e o algodão, ocorridas nos períodos desses conflitos.

ANEXO B – Estatísticas históricas do Maranhão (Gaioso, 2011; Fernandes, 2003)

Os dados a seguir expostos são, principalmente, das seguintes fontes:

- da obra de Viveiros, História do Comércio do Maranhão. V. 1, edição de 1954; volumes 2 e 3, edição de 1992 e o volume 4, também de 1992, da autoria de Mário M. Meireles;
- da obra de Raimundo José de Sousa Gaioso, Compêndio Histórico-político dos Princípios da Lavoura do Maranhão. 3. ed., 2011. (1. ed. de 1818);
- do compêndio de Henrique Fernandes (2003), *Administrações Maranhenses: 1822-1929* (1. ed. de 1929);
- da *Geografia Maranhense*, de Fran Paxeco, 1923;
- das pesquisas de Antônio Bernardino Pereira do Lago reunidas em *Estatística Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, 2001 (1. ed. de 1822);
- e dos *Anais Históricos do Estado do Maranhão* do governador Bernardo Pereira de Berredo, de 1749 (muito usado como fonte por autores que vieram depois).

Destacam-se outros trabalhos que, apesar de não apresentarem dados em tabelas ou mapas, legaram à historiografia maranhense informações importantes para o estudo dos diversos períodos de sua formação econômica e social, como Eurico Teles de Macedo, 2001 (1. ed. 1947) e Dunshee de Abranches, em especial, em *O Cativo*, 2012 (1. ed. de 1941).

Para períodos mais recentes, a pesquisa se valeu, principalmente, de levantamentos e estatísticas de instituições como IBGE, IPEA, FGV, M.T.E., DIEESE.

Os dados apresentados a seguir, não estão dispostos em uma ordem cronológica rigorosa, mas, dentro da metodologia explicativa de cada autor, eles nos remetem para fatos e atos concretos de épocas específicas e permitiram à pesquisa o confronto salutar das formulações teóricas com as realidades historicamente determinadas, das quais, em termos de ciência econômica, as estatísticas sempre podem dizer muito.

MAPA 1 (A). Dos Efeitos que se exportaram desta cidade de São Luís do Maranhão, para a de Lisboa em Frotas dos Anos de 1760 a 1771.

Ano	N. de navios	Algodão (ar.)	Arroz (ar.)	Gengibre (ar.)	Cacau (ar.)	Atanados	Meios de Sola	Madeiras de N.
1760	5	651		3202	60	21810	3980	
1761	4	1928		4743	147	19142	878	194
1762	4	2181		5969	88	15512	403	225
1763	5	3659		4668	144	21765	89	94
1764	5	3549			54	21734		
1765	8	7521		446	30	45235		217
1766	7	11225			201	25696		587
1767	8	12705	2847	538	153	31625		133
1768	9	23810	285	495	187	18127		141
1769	10	25473	225	403	72	16512		8
1770	7	15576	554	23	262	12080		
1771	1	4055	523	594		1146		
Total	71*	112339	4437	21084	1398	249780**	5350	1599

* A soma da coluna "nº de navios", no original, está grafada como 71, mas a soma correta é 73.
 ** O valor correto da soma da coluna "Atanados" é 250384.

Fonte: Gaioso (2011, p.215).

MAPA 2 (A). Circunstanciado dos Efeitos que se exportaram da cidade de S. Luís do Maranhão para as cidades de Lisboa e Porto, em 26 navios do comércio, pertencentes ao ano de 1788, conforme os mapas individuais dos respectivos capitães.

NAVIOS	Meses	Dia	QUALIDADE, QUANTIDADE DOS EFEITOS EXPORTADOS, E SEUS PREÇOS						
			Algodão		Arroz		Atanados	Cargas de cada navio	Frete de cada navio
			Sacas	Arroba	Sacas	Arrobas			
Galera Aníbal	Janeiro	23	504	2747 a 7500	2600	15000 a 550	100 a 2400	30:462:310	5:473:410
S. Sebastião	Fevereiro	22	777	5736 a 7200	3100	18500	200 a 2600	37:603:220	6:746:180
Curv.ta S. Ana	Março	8	711	3823 a 7300	2730	15000	299 a 2000	37:453:125	6:397:400
Triunfo	D.º		912	5322	3548	19048 a 560	596 a 2000	52:430:180	8:983:690
Galera Águia	D.º		486	2326	2820	15500 a 430		24:833:231	5:273:450
Berg. am Comércio	D.º	22	655	4047 a 7500	1500	7500 a 500	80 a 2000	3:266:016	4:763:575
Berg. am Protetor	Abril	7	596	2044 a 7700	2280	12400 a 550	330 a 1600	23:963:100	4:457:280
Galera Prazeres	D.º	d.º	503	2803 a 8000	1580	7910 a 600	130 a 2000	27:846:200	3:954:270
Galera Santa Teresa	D.º	d.º	530	2988	1863	10250		30:282:760	4:498:010
Galera Carolina	D.º	20	555	3037 a 7900	1900	10600		30:369:626	4:549:775
Curv.ta Sacramento	Maio	20	227	1460 a 8000	6	22013	653 a 2400	14:462:413	1:655:063
Galera Belém	D.º	d.º	360	2108 a 8100	1214	6647 a 550	9	22:841:540	3:305:148
Galera Bom Jesus	Junho	5	26	148 a 8500				1:578:215	177:175
Curv.ta Rei Davi	D.º	d.º	453	2478 a 8000	2000	12000 a 550		26:686:400	4:487:360
Santo Antônio Resol.º	D.º	18	685	4110 a 8200	3600	17500	250 a 1600	45:349:075	7:476:850
Galera S. Ana	D.º	d.º	218	112 a 8500	1442	8222 a 500	60 a 1000	14:045:634	2:656:150
Expedição	Julho	22	520	2884 a 18	2500	14002	733 a 2000	32:999:781	5:346:610
Curv.ta Santa Rosa	D.º	17	366	2015 a 8000	1390	8140 a 600	700 a 2400	22:932:000	3:543:760
Galera Amav. Donzela	Agosto	16	560	3094 a 8800	2560	14600 a 550	187 a 3000	36:261:000	5:523:960
Galera S. Pedro e S. Paulo	D.º	1.º	189	1088 a 7200	1554	8013		13:345:150	2:753:600
Americano	Outubro	30	45	255 a 8000	1718	9180 a 600	284 a 2000	8:974:200	2:323:600
Curv.ta S. Rafael	Novembro	28	128	695 a 5500	1514	8950		9:945:615	2:576:565
Galera S. Macário	Dezembro	14	28	160 a 5600	1600	8050		5:728:800	1:338:000
Enéias	D.º	d.º	646	3660 a 5500	2794	18000	327 a 200 os a 640	33:379:305	7:290:605
N. S. ra d'Ajuda	Fevereiro	7	367	2921 a 7500	3200	16000 a 640		40:119:250	8:367:760
N. S ra d'Atalaia	Agosto	16	507	2299 a 8400	6000	30000		29:592:622	5:049:425
IMPORTÂNCIA TOTAL	Das quantid.		11354 sac.	63510 ar. 15 lib.	56810 sacas	313434 ar. e 13 lib.	5717 atan. os e 20 m. os		
	Da exportação		484:577:341		176:039:207	12:057:340	687:746:788	118:968:671	

Fonte: Gaioso (2011, p.219).

MAPA 3 (A). Dos Efeitos exportados da cidade de São Luís do Maranhão para as cidades de Lisboa e Porto, em todo ano de 1783, em 22 navios. (a partir de dezembro de 1782. Valores em Réis).

N. do navio	Meses	Dias de saída	Navios	Algodão	Arroz	Atanados	Couros em cabelos	Valor total
	1782							
1	Dezembro	5	Sumaca S. Ana e Almas	19 arrobas			14230	26:480:00
1	Janeiro	5	S.ta Rita, e Santis.º Sacr.º	2086	7241 ar.	410	110	24:144:987
1	D.º	D.º	Berg.m S. F.º de Paula	1696	5111	230	890	19:660:282
1	D.º	D.º	S.Pedro de Rattes	3168	13439	750		36:239:455
1	D.º	D.º	S.º Amt.º de Lx.ª Auréo	2604	5810	852		28:211:925
1	Fevereiro	18	S.Pedro Gonçalves	1224	7557	100		18:621:596
1	D.º	D.º	Princesa Divina	2414	7699	846	557	27:646:274
1	D.º	D.º	Santa S. Ana, e S. José	3006	6050	527	500	31:283:800
1	D.º	D.º	São João do Rossio	310	4339	301	207	14:341:150
1	Março	17	S. Pedro e S. Paulo	2096	5887	716		23:016:432
1	Abril	2	Prazeres, e providência	2895	9029	313	761	31:093:220
1	D.º	21	S.ª Teresa de Jesus	2448	3305	73	366	22:885:100
1	Junho	15	S.ª de Nazar., e S.ª Ana	2159	7123	534	211	21:034:117
1	Julho	15	S.º Antônio de Pádua	4229	9159	1341	151	41:789:180
1	D.º	D.º	Santissimo Sacramento	2317	8756	450	285	25:322:260
1	D.º	D.º	Enéias	4201	11658	1268	332	43:778:070
1	D.º	D.º	S.ra do Rosário, e S.to Anio	1353	6421	200	100	13:927:533
1	D.º	D.º	Senhora das Maravilhas	2473	5207	178	116	23:792:490
1	Agosto	28	S. Jorge	2035	5682	442	500	14:911:217
1	Setembro	26	S. Pedro	2576	19551	413	477	25:063:831
1	Novembro	9	S. João Batista	2868	10768	486	525	20:173:862
1	Dezembro	8	S. Rafael Estrela do Norte	1597	4523	361	385	11:563:910
22 Navios	Importância de cada efeito			49756 ar.	164519 ar.	10797	21003	544:980:691

Fonte: Gaioso (2011, p.217).

MAPA 4 (A). Exportação Geral-Porto de S. Luís - MA, 1922-1926

EXPORTAÇÃO GERAL - PORTO DA CAPITAL			
Quinquênio: 1922-1926			
<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Kg.</i>	<i>Valor Oficial</i>
1922	Interestadual	5.850.006	10.460:060\$100
	Internacional	<u>22.403.267</u>	<u>16.007:244\$910</u>
	Totais	28.253.273	26.467:305\$010
1923	Interestadual	5.593.349	16.229:502\$770
	Internacional	<u>25.394.242</u>	<u>18.677:619\$010</u>
	Totais	30.987.591	34.907:121\$780
1924	Interestadual	7.708.709	21.842:949\$770
	Internacional	<u>10.177.736</u>	<u>7.379:410\$350</u>
	Totais	17.886.445	34.907:121\$780
1925	Interestadual	12.122.143	24.016:597\$060
	Internacional	<u>9.033.743</u>	<u>6.888.861\$500</u>
	Totais	21.155.886	30.905:458\$560
1926	Interestadual	6.417.588	18.202:578\$490
	Internacional	<u>14.647.929</u>	<u>9.687:591\$350</u>
	Totais	21.065.517	27.890:169\$840

Fonte: Fernandes (2003, p.180).

MAPA 5 (A). Exportação Internacional-Porto de S. Luís - MA, 1922-1926

EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL - PORTO DA CAPITAL			
Quinquênio: 1922-1926			
<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Kg.</i>	<i>Valor Oficial</i>
1922	1.º	10.115.472	5.912:747\$470
	2.º	<u>12.287.795</u>	<u>10.094:497\$440</u>
	Totais	22.403.267	16.007:244\$910
1923	1.º	13.027.782	9.574:143\$980
	2.º	<u>12.366.460</u>	<u>9.103:475\$030</u>
	Totais	25.394.242	18.677:619\$010
1924	1.º	5.745.716	4.098:119\$820
	2.º	<u>4.432.020</u>	<u>3.281:290\$350</u>
	Totais	10.177.736	7.379:410\$350
1925	1.º	4.859.915	3.928:482\$620
	2.º	<u>4.173.828</u>	<u>2.960.378\$880</u>
	Totais	9.033.743	6.888.861\$500
1926	1.º	11.247.896	7.070:308\$720
	2.º	<u>3.400.033</u>	<u>2.617:282\$630</u>
	Totais	14.647.929	9.687:591\$350
	Total Geral	81.656.917	58.640:727\$120

Fonte: Fernandes (2003, p.182).

MAPA 6 (A). Exportação Interestadual-Porto de S. Luís - MA, 1922-1926

EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL - PORTO DA CAPITAL			
Quinquênio: 1922-1926			
<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Kg.</i>	<i>Valor Oficial</i>
1922	1.º	3.709.580	4.865:159\$540
	2.º	<u>2.140.426</u>	<u>5.594:900\$560</u>
	Totais	.5.850.006	10.460:060\$100
1923	1.º	2.525.475	7.022:289\$540
	2.º	<u>3.067.874</u>	<u>9.207:113\$230</u>
	Totais	5.593.349	16.229502\$770
1924	1.º	3.055.394	10.114:548\$820
	2.º	<u>4.733.315</u>	<u>11.728:400\$950</u>
	Totais	7.808.709	21.842:949\$770
1925	1.º	6.004.326	11.937:081\$060
	2.º	<u>4.173.828</u>	<u>12.079.516\$000</u>
	Totais	12.122.143	24.016.597\$060
1926	1.º	2.863.127	7.915:261\$420
	2.º	3.554.461	10.287:317\$070
	Totais	<u>6.417.588</u>	<u>18.202:578\$490</u>
	Total Geral	37.791.795	90.751:688\$190

Fonte: Fernandes (2003, pp.183-184).

Mapa 7 (A). Exportação interestadual pelo porto de S. Luís – Principais produtos (em Réis).

EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL PELO PORTO DA CAPITAL			
Os Principais Artigos da Exportação, na Ordem do Valor Anual desta			
<i>Ano</i>	<i>Numero</i>	<i>Artigo</i>	<i>Valor Oficial</i>
1922	1º	Tecidos de Algodão	5.467:250\$020
	2º	Arroz	945:880\$890
	3º	Tecidos de Cânhamo	856:592\$180
	4º	Algodão	706:843\$400
	5º	Fios de Algodão	335:885\$500
	6º	Amêndoas de Babaçu	194:521\$050
	7º	Tapioca	114:149\$500
	8º	Açucar	23.759\$000
	9º	Farinha	22.056\$360
1923	1º	Tecidos de Algodão	6.734:772\$140
	2º	Algodão	4.679:668\$000
	3º	Tecidos de Cânhamo	1.436:074\$430
	4º	Amêndoas de Babaçu	632:881\$280
	5º	Arroz	495:741\$440
	6º	Fios de Algodão	224.297\$200
	7º	Couros	96:426\$800
	8º	Farinha	42:456\$100
	9º	Tapioca	31:432\$500
	10º	Açucar	13:580\$000
1924	1º	Tecidos de Algodão	10.237:136\$680
	2º	Algodão	4.244:495\$520
	3º	Arroz	1.986:989\$200
	4º	Tecidos de Cânhamo	1.460:207\$610
	5º	Amêndoas de Babaçu	582:910\$740
	6º	Fios de Algodão	472:904\$680
	7º	Açucar	259:895\$200
	8º	Solas	255:684\$500
	9º	Couros	73:653\$700
	10º	Farinha	61:441\$300
	11º	Tapioca	3:738\$700
1925	1º	Tecidos de Algodão	11.220:849\$350
	2º	Arroz	5.142:653\$630
	3º	Amêndoas de Babaçu	2.054:351\$580
	4º	Tecidos de Cânhamo	1.365:765\$180
	5º	Solas	629:498\$160
	6º	Farinha	327:715\$000
	7º	Algodão	363:669\$600
	8º	Couros	241:957\$000
	9º	Fios de Algodão	190:440\$000
	10º	Tapioca	35:761\$500
	11º	Açucar	33:893\$000
1926	1º	Tecidos de Algodão	10.510:535\$840
	2º	Arroz	1.640:542\$700
	3º	Tecidos de Cânhamo	1.182:241\$280
	4º	Amêndoas de Babaçu	1.003:897\$860
	5º	Solas	689:985\$700
	6º	Couros	322:973\$000
	7º	Fios de Algodão	171:642\$000
	8º	Algodão	106:378\$600
	9º	Tapioca	65:437\$200
	10º	Farinha	27:950\$400
	11º	Açucar	25:770\$300

Fonte: Fernandes (2003, pp. 184-185).

MAPA 8 (A). Principais artigos de exportação (Porto de S. Luís), por ordem de valor (em \$Réis)

EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL PELO PORTO DA CAPITAL Os Principais Artigos da Exportação, na Ordem do Valor Anual desta		
<i>Ano</i>	<i>Artigo</i>	<i>Valor Oficial</i>
1922	Amêndoas de Babaçu	9.402:156\$400
	Algodão	3.860:386\$780
	Couros	978:055\$300
	Caroços de algodão	358:343\$550
	Arroz	311:437\$440
1923	Amêndoas de Babaçu	15:314:655\$800
	Algodão	1.292:804\$600
	Couros	1.270:862\$180
	Caroços de algodão	292:896\$200
	Arroz	106:295\$00
1924	Amêndoas de Babaçu	4.611:750\$710
	Algodão	1.355:070\$700
	Couros	829:997\$320
	Caroços de algodão	332:908\$270
	Arroz	660\$000
1925	Amêndoas de Babaçu	4.587:862\$550
	Algodão	977:102\$040
	Couros	863:608\$500
	Caroços de algodão	239:826\$910
	Arroz	720\$000
1926	Amêndoas de Babaçu	8.771:444\$530
	Algodão	437:877\$000
	Couros	311:738\$400
	Caroços de algodão	27:709\$720
	Arroz	229\$000

Fonte: Fernandes (2003, p.182-183).

ANEXO C – Extratos do Capítulo VI de Meireles, 1992. (Mantida a grafia original)

CAPITULO VI

A II **Guerra** (1939/1945) e seus reflexos no Maranhão. A instituição do **salário-mínimo** e a Associação Comercial órgão técnico-consultivo do Governo (pp. 55-63). (Grifos nossos).

O governo do Brasil, conquanto pela feição também totalitarista do regime do Estado Novo, implantado em 1937, mais pendesse para a causa do Eixo, procuraria, de início, resguardar-se em prudente neutralidade até que o inesperado ataque aeronaval do Japão à esquadra norte-americana ancorada em *Pearl-Harbor*, no *Hawai*, e a consequente reunião dos chanceleres dos vinte e um países da América na Conferência do rio de Janeiro, o forçassem, primeiro, à ruptura das relações diplomática (28/1/1942), a seguir, à declaração de beligerância (28/8/1942) contra as nações do Eixo e, por fim, ao envio da Força Expedicionária Brasileira (30/6/1944) ao teatro da luta, na Itália. (p. 55-56).

No Maranhão que, aliás, atravessava, no momento, uma fase de pleno desenvolvimento, com suas economias e finanças equilibradas, graças a uma administração severa e rigidamente correta e, dentro dela, à execução de um Plano Rodoviário que facilitava a assistência à lavoura, agilizava o comércio e estimulava o escoamento da produção. (p.56).

Lembre-se. O volume das transações mercantis, no Estado, que se havia mantido estável nos anos de 1939 (Rs.340.243:592\$000) e de 1940 (Rs. 339.829:103\$000), subiria, no ano de 1941, em 23,60% (Rs. 419.640:00\$000). Igualmente, o das exportações que de 1939 (Rs. 101.675:820\$000) para 1940 (Rs. 89.259:833\$000) chegara a baixar em 23,76%, cresceria, em 1941, para Rs. 121.491:700\$000, ou seja – mais de 19,48%. (p..56).

Vê-se adiante o quadro comparativo da exportação de todo o estado no quinquênio 1940/1945, que corresponde mais efetivamente ao da Guerra ¹e pelo qual se verifica, quanto aos quatros principais produtos que, no meio de uma centena e meia deles, respondiam em média por 80% do total vendido fora:

- o babaçu, amêndoas e óleo, embora mantivessem sempre no primeiro lugar da pauta, acusavam, no mercado um gradativo decesso – 48,54%, 45,20%, 43,82%, 41,22% e 34,22%, isso tudo, sem dúvida, em consequência da perda do mercado europeu, que se concentrava principalmente na Alemanha;
- o algodão em pluma, em fio e principalmente em tecidos que só em um ano, o de 1941, cedeu, e por pouco (13,11% x 15,60%) o segundo lugar à cera de carnaúba, acusam, sim, uma ligeira reação que os leva, com pequena oscilação, de 17,49%, em 1940, para 19,26%, em 1944, isso, queremos crer, devido a se ter verificado, de pouco tempo, uma reação na atividade industrial de fiação e tecelagem com o reinício dos trabalhos em três fábricas sediadas em São Luís – a Camboa, a Santa Amélia, e a Fabril, e em uma de Codó – a Manufatureira;
- o arroz por sua vez, e em menor escala, e principalmente o pilado, apresentou uma apreciável reação, passando de 2,78% em 1940, para 13,92% em 1944 ou, incluindo no cálculo também o em casca, de 3,36% naquele ano para 14,85% neste último. (p.56-57).

Mas, esclareça-se, estes valores para maior nem sempre representavam crescimento quantitativo da exportação. No Relatório que fez de sua Administração de 1943, o

Interventor Paulo Ramos ressalta que ele era antes *resultante, pura e simplesmente de momentânea elevação de preços nos mercados consumidores.*(p.57).

Aliás, antes de apreciarmos aquele quadro comparativo maior, vejamos estoutro, menor, em que se ressalta a posição, na classificação geral, dos referidos quatro produtos principais de exportação: (p.57).

Tabela 8(A). Posição dos principais produtos de exportação: 1940-1944

ANOS	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR	4º LUGAR
1940	Babaçu – 48,54	Algodão –17,49	Carnaúba – 13,00	Arroz –3,36
1941	Babaçu –45,20	Carnaúba – 15,60	Algodão –13,11	Arroz –7,93
1942	Babaçu –43,82	Algodão – 18,16	Carnaúba –11,45	Arroz –6,47
1943	Babaçu – 41,25	Algodão – 22,92	Carnaúba –11,45	Arroz – 9,00
1944	Babaçu –34,22	Algodão –19,26	Arroz – 14,85	Carnaúba – 8,15

Ao tempo, o salário não era único para todo o País, mas variava por região e entre capital e interior. O fixado para São Luís (Decreto-lei 2.162, de 1/5/1940) foi de Rs. 120\$000 mensais de Rs. 4\$800 diários e de \$600 por hora de trabalho, fixada em 200 horas a jornada mensal e em 8, a diária; e o do interior em Rs. 90\$000, Rs. 3\$600 e Rs. \$450, respectivamente. (p.60). (Grifamos).

Todavia, o que mais inquietava o governo era *o fato de estarem a economia e as finanças do Estado dependente de uma indisciplina, incerta e fugidia indústria de extração manual de frutos silvestres – o babaçu, vale dizer.., exercitada... pela massa movediça dos habitantes do interior que não alcançaram melhor meio de vida.*(p.61).

Em 1941, só existiam, em todo o Estado, seis fábricas de óleo vegetais, quatro em São Luís e duas em Caxias, o que não representava grande número, pois em 1929 elas já eram quatro na capital, das quais uma única sobrevivia – a fábrica Martins. (p. 61).

Mas em agosto de 1942, já o vimos, o Brasil entrou declaradamente na Guerra; e muito outras, do que essas de 1941, seriam suas palavras no atinente à Administração de 1942. Começa ele por dizer que *a borrasca nos atingiu em cheio trazendo-nos prejuízos os maiores que nos poderia ocasionar;* e prossegue acentuando que *nunca foi maior a crise dos transportes,* provocando a estagnação dos produtos da lavoura nas próprias fontes, onde muitas vezes entravam em rápida deterioração, e o congestionamento dos armazéns portuários com os gêneros de exportação na espera de navios, o que tudo acaba por criar *o problema angustioso do abastecimento das populações da capital e do interior.* (p. 61).

Este novo problema obrigaria a Comissão de Abastecimento, já no segundo semestre de 1942, a controlar os estoques de mercadoria e a racionar o consumo, ante a falta principalmente, do álcool, gasolina e querosene, e também dos gênero alimentícios de primeira necessidade, como açúcar, o café, a manteiga, a farinha de trigo, etc.”

Como disse o Interventor, a borrasca nos atingiu em cheio, não só ao Maranhão como todo o Brasil que se vira, com a ação predatória dos submarinos inimigos dentro de nossas próprias águas territoriais, como que se seccionados em duas grandes porções de seus vastos território ante a falta de comunicação terrestre entre

o sul e o norte; e São Luís, porque cidade litorânea passou a viver o pesadelo das noites de *black-out*, pelo receio de um ataque surpresa. (p. 62).

Estes, os de 1942 e 1944, foram para o Maranhão, os anos mais difíceis porque no primeiro semestre de 1944 a Guerra, na Europa, já marcharia aceleradamente para seu fim e, após a queda de Roma (4/6/1944) e a retomada de Paris (25/8/1944), reduzir-se-ia, de fato aos últimos estertores da resistência da Alemanha, que capitularia a 7/5/1945. Pg.63

Nos cinco anos de duração do conflito, o custo de vida no Maranhão, ou se mais rigorosamente dito, São Luís, triplicou praticamente, haja vista que, conforme se vê do quadro a seguir, em que se comparam os preços, em 1940 e 1945, das mercadorias básicas do consumo popular [...]. (p.63).

Tabela 9 (A). Preços correntes: 1940; 1945

Produtos	Unid.	Valor em Cr\$		Para mais
		1940	1945	
Açúcar	kg	1,20	4,40	3,20
Arroz	kg	1,00	3,00	2,00
Aveia	kg	3,50	8,00	4,50
Banha	kg	1,18	18,00	16,82
Batata	kg	2,20	8,00	5,80
Café	kg	3,60	16,00	12,40
Camarão Fesco	kg	1,60	8,00	6,40
Camarão seco	kg	3,00	16,00	13,00
Carne fresca	kg	1,40	10,00	8,60
Carne seca	kg	3,00	18,00	15,00
Carvão	kg	0,20	1,00	0,80
Cebola	kg	3,00	8,00	5,00
Cerveja	garrafa	2,30	10,00	7,70
Cigarro	carteira	1,00	3,50	2,50
Farinha de mandioca	kg	0,40	4,00	3,60
Farinha de Trigo	kg	2,40	8,00	5,60
Feijão	kg	1,00	6,00	5,00
Fósforo	caixa	0,20	0,30	0,10
Galinha	uma	4,00	20,00	16,00
Geléias	vidro	4,00	16,00	12,00
Leite Fresco	litro	1,20	4,50	3,30
Leitre em pó	Lata	4,80	17,00	12,20
Lenha	m3	10,00	18,00	8,00
Manteiga	kg	12,00	38,00	26,00
Ovos	dúzia	1,20	12,00	10,80
Pão	kg	1,40	6,00	4,60
Peixe	kg	2,50	10,00	7,50
Queijo	kg	18,00	55,00	37,00
Sabão	kg	1,20	4,50	3,30
Sabonete	um	1,00	3,50	2,50
Somas		93,48	354,70	261,22

Fonte: Meireles (1992, p.64).

ANEXO D – Evidências de superexploração na década de 1940

Tabela 10 (A). Cesta básica: estimativas em 1940 e 1945

Dados do Decreto-Lei 399/1938			CB em1940/1945		Preços em 1940 (convert. p/Cr\$)			Preços em 1945(Cr\$)	
Produtos da Cesta Básica do Dec. 399/1938	Uni	Quantidades Reg. 2	Produtos da Cesta Básica 1940/1945	Uni	Quantidades Reg. 2	P. unit. em 1940	Tot. do item em 1940	P. unit. em 1945	Tot. do item em 1945
1 Carne	kg	4,5 kg	1 Carne fresca	kg	4,50	1,40	6,30	10,00	45,00
2 Leite	Lt	6,0 L	2 Leite	Lt	6,00	1,20	7,20	4,50	27,00
3 Feijão	kg	4,5 kg	3 Feijão	kg	4,50	1,00	4,50	6,00	27,00
4 Arroz	kg	3,6 kg	4 Arroz	kg	3,60	1,00	3,60	3,00	10,80
5 Farinha	kg	3,0 kg	5 Farinha	kg	3,00	0,40	1,20	4,00	12,00
6 Batata	kg	6,0 kg	6 Batata	kg	6,00	2,20	13,20	8,00	48,00
7 Tomate	kg	12,0 kg	7 Cebola	kg	12,00	3,00	36,00	8,00	96,00
8 Pão francês	kg	6,0 kg	8 Pão francês	kg	6,00	1,40	8,40	6,00	36,00
9 Café em pó	kg	300 gr	9 Café em pó	kg	0,30	3,60	1,08	16,00	4,80
10 Banana/fruta	un.	90 um	10 Geléias	Vid.	2,00	4,00	8,00	16,00	32,00
11 Açúcar	kg	3,0 kg	11 Açúcar	kg	3,00	1,20	3,60	4,40	13,20
12 Óleo	Lt	750 gr	12 Banha	kg	0,75	1,18	0,89	18,00	13,50
13 Manteiga/banha	kg	750 gr	13 Manteiga/banha	kg	0,75	12,00	9,00	38,00	28,50
					TOTAIS	33,58	102,97	141,90	393,80

Obs.1. Valor da CB em 1940 (convertido para Cr\$): Cr\$ 102,97

Obs.2. Valor da CB em 1945 (em Cr\$): Cr\$ 393,80

Obs.3. Variação 1940/1945: Cr\$ 282,44%

Fontes: Elaboração própria com base: Decreto-Lei nº 399/1938; DIEESE, Metodologia da Cesta Básica; Meireles, 1992, p. 63-64.

Tomando a tabela de preços correntes de gêneros de consumo de 1940 e 1945 (9A); tomando a relação dos itens da cesta básica prevista no Decreto-Lei nº 399/1938; fazendo uma adaptação dos gêneros alimentícios contido na Tabela 10(A) para compor uma cesta básica para o ano de 1940 e tomando os preços do salário mínimo no Maranhão (capital e interior), segundo Meireles (1992, p. 63), reunimos as condições para calcularmos a relação entre salário pago e valor da FT, aqui tido como valor do SMN (*salário mínimo necessário* calculado pela metodologia do DIEESE).

- Salário mínimo mensal definido para o Maranhão pelo Decreto-lei 2.162, de 1/5/1940 foi de Rs. 120\$000 mensais; de Rs. 4\$800 diários e de \$600 por hora de trabalho, fixada em 200 horas a jornada mensal e em 8, a diária; e o do interior em Rs. 90\$000, Rs. 3\$600 e Rs. \$450, respectivamente. Tomaremos o maior salário mensal: Rs. 120\$000.
- O valor estimado de uma cesta básica (CB) em 1940 [ver Tabela 10(A)]: Rs. 102\$970.
- O valor do CFA (custo familiar da alimentação: CB x 3): Rs. 308\$910
- O valor do SMN (salário mínimo necessário, pelo divisor 0,3571: Rs. 865\$050.

Conclusões:

- O maior salário mínimo no Maranhão, em 1940 comprava 1,16 cestas básicas.
- O SMN estimado para 1940 equivalia a 7,2 SM.
- O maior SM representava 38,84% do CFA e apenas 13,87 do SMN.

d) Constatado o pagamento do salário bem abaixo do valor da FT.

Nota: A tabela de preços vigentes em 1940 e em 1945 apresentada por Meireles (1992), p. 64, (reproduzida acima na tabela 9(A) ele fez a conversão da moeda Réis (Real português, vigente no Brasil até 1942) pra Cruzeiro. A base para essa conversão foi: 1 Cr\$ = 1\$000 Réis. Destacamos que há erros de soma nessa tabela e a reprodução feita neste Anexo já está com os valores corrigidos, como segue:

- na coluna dos preços unitários de 1940, Meireles apresenta um total de Cr\$ 94,10, mas o número correto é Cr\$ 93,48;

- na coluna dos preços unitários de 1945, Meireles apresenta um total de Cr\$ 255,20, mas o número correto é Cr\$ 354,70;

- na coluna “para mais”, que apresenta a diferença de preços 1940/1945, Meireles apresenta um total de Cr\$ 161,10, mas o número correto é Cr\$ 261,22.

- há outro erro na linha referente ao produto “banha”. Na coluna “para mais” original consta 16,20, mas o número correto é 16,82.

A variação dos preços dos gêneros de consumo entre 1940 e 1945 (Segunda Guerra) foi extraordinária.

Basta ver que em 1940 o total dos preços unitários somava Cr\$ 93,48. As unidades dos mesmos produtos em 1945 custavam Cr\$ 354,70. Um aumento nominal de Cr\$ 261,22.

Calculando essa variação em termos da variação do preço da cesta básica de alimentos (CBA), comparamos o preço da CBA estimada para 1940 (valor convertido para Cr\$), Cr\$ 102,97, com o preço da CBA estimada para 1945, Cr\$ 393,80 (Ver Tabela 10(A), temos um aumento de 282,44%, em apenas 5 anos. Realmente, uma inflação de guerra.

ANEXO E – Predominância do babaçu no início da década de 1950

Segundo dados levantados pelo Departamento de Estatística da Associação, foram estes, pela ordem, os produtos de maior participação na pauta estadual de exportação, nos anos de 1949 e 1950, pois que, somados, responsáveis por 89,90% e 88,70% respectivamente (MEIRELES, 1992, p.92).

Tabela 11 (A). Participação na pauta de exportações: 1949-1950

TONELADAS		
PRODUTOS	1949	1950
Babaçu (amêndoas)	31.383	33.797
Babaçu (óleo)	5.420	11.057
Arroz pilado	14.139	10.209
Algodão (pluma)	1.289	1.464
Algodão (tecidos)	1.648	1.057
Tucum (amêndoas)	1.405	971

Fonte: Meireles, 1992, p. 92.

Pelo quadro, verifica-se que, dentro daqueles percentuais de 89,90% e 88,70% a participação maior foi a do babaçu – 59,79% em 1949 e 67,93% em 1950, seguido do arroz, 22,97% e 15,44% respectivamente, e quase inexpressivamente pelo algodão – 4,77% e 3,815 e pelo tucum – 2,36% e 1,47%. (p.92).

Exportações do babaçu, 1939-1950 e situação dos trabalhadores da coleta.

(...) haja vista que, se em 1939 o Estado exortara, em espécie e em óleo, o equivalente a 54.460 toneladas de amêndoas, em 1950 não mandara, para fora, mais do que 55.107, ou seja a mesma quantidade porque era evidente que um aumento de 1,26%, em dez anos, nada representava tanto mais porque era verdade que, no período intermédio e em nenhum dos anos, aquela quantidade inicial era alcançada. (MEIRELES, 1992, p.93).

Tabela 12 (A). Exportações de amêndoas e óleo de babaçu: 1939-1950.

ANOS	AMÊNDOAS TONELADAS	ÓLEO TONELADAS	TOTAL
			Em termos de amêndoas, na base de 1,6 quilo amêndoas p/ 1 quilo de óleo
1939	51.616	1.840	54.460
1940	37.000	1.714	39.742
1941	48.800	972	50.355
1942	21.200	948	22.716
1943	20.700	827	23.023
1944	23.500	1.409	25.754
1945	39.900	3.021	44.753
1946	22.360	2.346	26.113
1947	32.100	2.616	36.285
1948	40.419	4.018	46.947
1949	32.626	5.327	41.165
1950	36.163	11.903	55.107

Fonte: Meireles (1992, p.94).

Como se verifica, no período intermediário a produção caiu possível, se não certamente, porque a maior demanda provocada pela, como dissemos, emergente industrialização do óleo no país que vinha se manifestando nos últimos cinco anos, oferecia à matéria prima um aumento de preços que levava o **coletor ou quebrador do coco a não precisar de extrair maior quantidade de amêndoas que a bastante para alcançar o mínimo de dinheiro de que carecia para satisfazer as necessidades de sua vida rústica, em verdade praticamente miséria.**(MEIRELES, 1992, p.94). (Grifo nosso).

Tabela 13 (A). Balança Comercial do Maranhão: 1957-1959

ANOS	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	QUILOS	VALOR – Cr\$	QUILOS	VALOR Cr\$
1957	80.794.539	1.737.648.908,00	158.580.332	2.194.317.361,00
1958	84.769.973	2.109.881.450,00	168.732.812	2.364.718.000,00
1959	103.405.903	3.191.026.161,00	311.565.740	5.416.655.877,00
SOMA	268.970.415	7.038.551.519,00	638.878.884	9.975.691.238,00

Fonte: Meireles(1992, p.136).

Obs. 1. No original de Meireles, 1992, há um erro no valor total da coluna exportação. Lá está como Cr\$ 9.975.691.236,00, mas o correto é Cr\$ 9.975.691.238,00.

Obs. 1. Saldo da balança comercial no triênio foi de Cr\$ 2.937.139.817,00, mostra um crescimento do setor exportador, justamente no momento de crescimento da economia internacional.

Tabela 14 (A). Balança Comercial do Maranhão: 1960-1962

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1960	4.086.497.000,00	3.562.206.000,00	524.241.000,00
1961	3.827.398.000,00	5.029.920.000,00	-1.202.522.000,00
1962	5.862.675.000,00	7.754.974.000,00	-1.892.299.000,00

Fonte: Meireles (1992, p.145).

ANEXO F – Situação econômica na década de 1960

- Advertência do presidente da Associação Comercial do Maranhão, Eder Santos, em Relatório apresentado à Assembleia Geral em 29/01/1960:

Advertiu, porém, que *continuam como sustentáculos da economia das finanças maranhenses o arroz, o babaçu e o algodão, circunstância que se afigurava realmente pouco tranquilizadora – uma economia que se arrima em três produtos apenas, e estes mesmos, como sucede entre nós, obtidos através de sistema primitivo de cultura e extração*(MEIRELES, 1992, p.144, Grifo nosso).

- Advertência do presidente da Associação Comercial do Maranhão, Enéas Vilhena Frazão, em Relatório de 1962, quanto aos três produtos básicos da economia maranhense de então:

Algodão – que há longos anos permanece com sua lavoura estagnada.

Arroz – que, abandonado por longos anos, voltou a despertar interesse nos setores rurais, aumentando progressivamente a produção, para atingir uma posição de destaque na balança comercial do de nosso Estado, colocando-se em quinto lugar na produção nacional.

Babaçu – que, ante a carência de uma estrutura econômica organizada, o comércio regional do babaçu flutua sem segurança, por vezes deixando lucros satisfatórios, para, com frequência, não proporcionar resultados compensadores ao exportador maranhense (MEIRELES, 1992, p.144-146).

- Relatório do ano de 1965 do presidente da ACM, José Antônio Martins Itapary, apresentado à Assembleia Geral, com uma crítica severa ao estágio que ele considerava “colonial” da economia maranhense. Seus dados apontam o início do declínio do babaçu. (Grafia da época).

“Reportando-nos, ainda, ao plano estadual de nossa economia, quando falamos, anteriormente, da escassez crônica dos nossos meios de pagamento, de um Estado já pobre financeiramente e agravado pela atual política econômico-financeira, não podendo deixar de frizar que, nos últimos anos, o regime de colonialismo que domina a economia maranhense, apresenta-se mais acentuado – Maranhão é mero exportador de suas matérias-primas e importa todos os produtos industrializados, os mais primários, indispensáveis ao consumo imediato.

E note-se um agravante: não há “superávit” necessário a nossa balança de comércio, porque além de termos, apenas, recebido incentivo para exportarmos matérias-primas e desestímulo a nos industrializarmos, a economia maranhense vem se caracterizando, portanto, ano a ano, pela queda constante de suas exportações de produtos básicos, e pelo aumento, sempre constante de suas importações. Estamos portanto sendo um estado cada vez mais explorado, explorado e, financeiramente mais pobre.

Somos o menos industrializado do Brasil, na verdadeira concepção de uma indústria de completa transformação. Afirmaremos que se elas existem, sua maioria está no estágio primário de simples beneficiamento. Mas, em ciclo de completa transformação, indústrias há em número inexpressivo, tecnicamente desatualizadas, financeira e comercialmente desassistidas, não só, justo reconhecer, pela omissão e desânimo dos homens de empresas, mas também, pela arcaica, inadequada e anti-social orientação das altas direções dos estabelecimento de crédito oficiais.(...).

É o povo do Maranhão, quiçá, que mais depende seus poucos recursos, ao adquirir aos produtos que importa e é obrigado a consumir, porque mais paga pelo frete, do que o valor real das mercadorias que compra, muitas das vezes, retorno de sua matéria-prima regional, industrializada em outros estados.”(MEIRELES, 1992, p. 146-147).

[...].

- quanto ao algodão, que a produção continuava a decrescer sintomaticamente, de ano para ano:

Em 1962.....	13.635 toneladas
Em 1963.....	12.057 toneladas
Em 1964.....	10.000 toneladas
Em 1965.....	9.000 toneladas

- quanto ao arroz, que igualmente vinha caindo sua produção no nosso quadriênio:

Em 1962.....	5.000 sacos
Em 1963.....	6.000 sacos
Em 1964.....	5.500 sacos
Em 1965.....	4.000 sacos

- quanto ao babaçu, será interessante registrar estes seus relatórios.

Tomando-se para base de cálculo o cômputo de amêndoas exportadas e esmagadas para produção de óleo, em todo o Estado, no ano de 1965, no montante de 125.000 toneladas, chega-se à conclusão que esse montante de amêndoas corresponde a 3,34% da produção avaliada para os babaçuais do Maranhão (3.7444.000 toneladas). Menor ainda é a percentagem nos anos anteriores, mesmo no último decênio, apesar de apreciável aumento da população rural do Maranhão (MEIRELES, 1992, p.147-148).

ANEXO G – Fran Paxeco e Viveiros: economia maranhense no começo do século XX

Tabela 15 (A). Valor provável da massa pecuária do Maranhão em 1922*.

Bovinos – 1.018.618, á razão de 50\$ cada um	51.000:000\$000
Equinos – 296.407, á razão de 100\$ cada um	29.640:700\$000
Asininos e muares – 102.022, á razão de 100\$000, cada um	10.202:200\$000
Suinos – 712.588, á razão de 12\$000 cada um	8.551:056\$000
Ovinos – 155.790, á razão de 6\$000, cada um	934:710\$000
Caprinos – 393.201, á razão de 5\$000, cada um	1.966:055\$000
TOTAL	102.294:701\$000
Bovinos abatidos no Matadouro Modêlo, - 13.054, pesando, em média, 140 quilos, cada um	1.697.020 quilos
Valor comum de \$900 o quilo	1.527:318\$000
Suinos abatidos no Matadouro Modêlo, - 7.109, com o peso médio de 50 quilos, cada um	355.450 quilos
Valor comum de 1\$100 o quilo	390:995\$000

*Mantida grafia original.

Fonte: Fran Paxeco (1923).

Tabela 16 (A). Exportação por cabotagem (valores em Réis). 1913-1922.

Anos	Toneladas	Valor oficial
1913	18.408	7.735:989\$336
1914	19.421	8.549:922\$510
1915	19.943	8.820:385\$510
1916	27.883	13.707.333\$829
1917	30.193	22.135:723\$682
1918	15.007	15.734:879\$825
1919	25.454	19.016:203\$278
1920	25.172	22.235:902\$988
1921	5.400	11.173:034\$912
1922	186.741	129.109:385\$228

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 314.

Tabela 17 (A). Importação por cabotagem. (valores em Réis). 1913-1922.

Anos	Toneladas	Valor oficial
1913	9.365	8.301:010\$404
1914	5.831	8.741:830\$196
1915	14.270	8.062:758\$404
1916	9.179	9.741:167\$107
1917	11.804	17.756:883\$699
1918	15.190	24:605:938\$113
1919	11.050	20.428:046\$610

1920	9.366	25.570:101\$098
1921	6.548	15.287:890\$727
1922	92.603	135.495:626\$667

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 314.

Tabela 18 (A). Mapa das importações internacionais do Maranhão e do Piauí

	Maranhão Valor – cif	Piauí Valor - Cif
1901	4.821:974\$	359.058\$
1902	6.207:386\$	409.393\$
1903	8.893:026\$	729:476\$
1904	8.857:764\$	1.410:804\$
1905	7.887:178\$	1.385:635\$
1906	7.325:557\$	907:336\$
1907	8.454:154\$	1.542:291\$
1908	6.102:138\$	1.182:257\$
1909	6.873:812\$	968:005\$
1910	9.054:800\$	1.234:765\$
1911	9.548:099\$	1.784:313\$
1912	9.986:658\$	1.626:252\$
1913	8.581:141\$	1.654:701\$
1914	8.079.906\$	840:484\$
1915	4.996:332\$	672:043\$
1916	5.387:605\$	796:586\$
1917	7.424:558\$	1.093:525\$
1918	5.714:569\$	807:132\$
1919	6.206:375\$	952:584\$
1920	11.303:000\$	1:913\$
1921	7.682:000\$	3.298:000\$

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 281.

Tabela 19 (A). Mapa das exportações internacionais do Maranhão e do Piauí

Ano	Maranhão Valor – fob	Piauí Valor- fob
1901	1.894.830\$	2.134:198\$
1902	3.930:228\$	2.615:536\$
1903	5.209:446\$	5.019:870\$
1904	4.111:612\$	5.737.066\$
1905	2.558:905\$	5.066:436\$
1906	3.957.096\$	5.811:096\$
1907	4.094:086\$	8.357:796\$
1908	2.002:393\$	3.731:576\$
1909	1.617:224\$	5.078:958\$
1910	1.683:906\$	4.747:480\$
1911	1.718:991\$	5.898.429\$
1912	1.594:577\$	4.944:987\$
1913	2.592:305\$	7.295:824\$
1914	2.296:565\$	5.578:288\$
1915	2.538:337\$	7.660:072\$
1916	3.580:599\$	8.249:569\$
1917	6.080.108\$	7.136:648\$
1918	4.680:456\$	8.145:160\$
1919	10.793:519\$	13.798:116\$
1920	8.370:000\$	13.160:000\$
1921	11.342:000\$	10.354:000\$

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 282.

Tabela 20 (A). Distribuição da produção de algodão entre os estados (EUA):

	Libras	Sacas de quase 500 libras	
	1920	1920	1919
Virgínia	9.069.000	19.000	22.523
Carolina do Norte	400.764.000	840.000	830.293
Carolina do Sul	730.728.000	1.530.000	1.426.146
Geórgia	669.340.000	1.400.000	1.659.529
Flórida	8.687.000	18.000	15.922
Alabama	315.414.000	660.000	713.236
Mississippi	423.384.000	885.000	960.886
Luiziânia	181.678.000	380.000	297.681
Texas	2.012.220.000	4.200.000	3.098.967
Arcansas	555.176.000	1.160.000	884.473
Tennessee	148.335.000	310.000	310.044
Missuri	40.690.000	85.000	64.031

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 207.

Tabela 21 (A). Situação algodoeira dos EUA:

Anos	Área plantada(em ha.)	Produção em sacas (em libras)
1920	-	12.987.000
1919	33.548.000	11.420.763
1918	36.000.000	12.040.522
1917	33.841.000	11.302.375
1916	34.985.000	11.449.930
1915	31.412.000	11.191.820
1914	36.832.000	16.134.930
1913	37.089.000	14.156.480
1912	34.283.000	13.703.421
1911	36.045.000	15.692.701
1910	32.402.000	11.608.616

Fonte: Fran Paxeco, 1923, p. 207.

Tabela 22 (A). Comércio internacional do Maranhão (valores em Réis).

Ano	Exportação	Importação
1901	1.894.830\$000	4.821.000\$000
1902	3.930.228\$000	6.207.000\$000
1903	5.209.446\$000	8.893.000\$000
1904	4.111.612\$000	8.857.000\$000
1905	2.558.905\$000	7.887.000\$000
1906	3.957.096\$000	7.325.000\$000
1907	4.094.086\$000	8.454.000\$000
1908	2.002.393\$000	6.102.000\$000
1909	1.617.224\$000	6.873.000\$000
1910	1.683.906\$000	9.054.000\$000
1911	1.718.991\$000	9.548.000\$000
1912	1.594.577\$000	9.986.000\$000
1913	2.592.305\$000	8.581.000\$000
1914	2.296.565\$000	5.079.000\$000
1915	2.538.337\$000	4.996.000\$000
1916	3.580.599\$000	5.387.000\$000
1917	6.080.456\$000	7.424.000\$000

Fonte: VIVEIROS, 1992. v. 3, p. 25.

Tabela 23 (A). Orçamentos deficitários: 1890-1898

Ano	Receita	Previsão de arrecadação
1890 a 1892	600 contos	852 contos
1893	1.384 contos	1.517 contos
1894	1.573 contos	1.911 contos
1895	1.525 contos	1.906 contos
1896	1.467 contos	1.682 contos
1897	1.660 contos	1.735 contos
1898	2.129 contos	1.321 contos

Fonte: VIVEIROS, 1992. v. 3, p. 40.

Tabela 24 (A). Detalhamento da arrecadação em 1896:

Impostos sobre gêneros de produção do Estado	600.000\$000
Imposto de indústria e profissão	200.000\$000
Direitos de exportação	160.000\$000
Imposto de consumo	150.000\$000
Selo	50.000\$000

Fonte: VIVEIROS, 1992. v. 3, p. 41.

Tabela 25 (A). Produção de açúcar: 1887-1906

1887	2.200.000 quilos
1888	1.120.000 quilos
1889	1.098.000 quilos
1890	1.700.000 quilos
1891	1.125.000 quilos
1892	1.120.000 quilos
1893	855.000 quilos
1894	634.000 quilos
1902	501.000 quilos
1903	517.000 quilos
1904	317.000 quilos
1905	106.000 quilos
1906	135.000 quilos

Fonte: Viveiros (1992, v. 3, pp. 2-3).

Tabela 26 (A). Produção de algodão: 1889-1908

1889 – 39.865 sacas	1899 – 24.137 sacas
1890 – 41.629 sacas	1900 – 34.106 sacas
1891 – 57.981 sacas	1901 – 28.993 sacas
1892 – 39.490 sacas	1902 – 34.644 sacas
1893 – 48.810 sacas	1903 – 36.380 sacas
1894 – 39.090 sacas	1904 – 28.869 sacas
1895 – 34.616 sacas	1905 – 31.744 sacas
1896 – 24.369 sacas	1906 – 43.874 sacas
1897 – 14.975 sacas	1907 – 31.111 sacas
1898 – 22.612 sacas	1908 – 24.110 sacas

Fonte: Viveiros (1992, v. 3, p.3).

ANEXO H – Dados sobre taxaço e receita do Estado entre 1838 e 1845

No capítulo XXIV, de Viveiros (1992), v. 2, ele trata das dificuldades enfrentadas para organizar a fazenda pública, que se via diante de problemas desde a forma o de quadro de pessoal, até a defini o da taxaço de impostos no bojo da ausência de uma legisla o tributária minimamente consistente. Ele segue o seguinte roteiro expositivo: apresenta a receita do período; os impostos conseguidos com as exporta es e as demais receitas e a d vida ativa, de 1838 a 1845 (pp. 321-316).

Em 1838-1839 a receita foi de **190:402\$724**.

Os direitos sobre a exporta o renderam:

5% sobre algodão	83:400\$206
5% sobre outros gêneros	20:325\$032
Sub-Total	103:725\$238

Por conseguinte os outros impostos produziram:

Dentro do ano	34:459\$023
D�vida ativa	52:218\$508
Sub-Total	86:677\$531

Obs. A soma dos dois "sub-totais"  : 190:402\$769.

Com o preço médio do algodão de 6\$435 a arroba

De 1839 a 1840, período da Balaiada, a receita foi de **118:376\$443**

A exporta o rendeu:

Algodão	80:117\$919
Couros	10:075\$909
Outros gêneros	9:455\$196
Sub-Total	99:649\$024

As outras imposi es deram 79:988\$952, sendo

Impostos do ano	42:144\$455
D�vida ativa	37:844\$497
Sub-Total	79:988\$952

Preços correntes:

Algodão – arroba	5\$702
Arroz – alqueire	1\$086
Couro	2\$455

A receita de 1841 – 1842 atingiu **188:859\$234**

A exportação deu 94:994\$658, assim:

Algodão	75:546\$136
Arroz	10:789\$398
Couro	8:659\$124
Sub-Total	94:994\$658

As demais imposições produziram:

Dentro do ano	58:458\$821
Dívida ativa	35:405\$755
Sub-Total	93:864\$576

A média de preços foi esta:

Algodão	4\$046
Arroz	1\$268
Couros	2\$277

Em 1842- 1843, a renda alcançou: **210:221\$519**.

Exportação:

Algodão	56:018\$122
Outros gêneros	14:415\$427
Couros	9:578\$789
Sub-Total	80:012\$338

Os outros impostos deram:

Dentro do ano	87:826\$656
Dívida ativa	42:382\$525
Sub-Total	130:209\$181

Termo médio de preços:

Algodão	4\$507
Arroz	1\$380
Couros	2\$654

Obs. Em 1943 a taxaço do imposto sobre o preço do algodão caiu de 5% para 3%. Tal medida teve o fito de incentivar a produção e exportação, mas obrigou o governo a fazer uma série de ajustes no orçamento público, reduzindo despesas. O resultado foi um crescimento nominal de apenas 2,09%.

No ano de 1843- 1844, a receita ordinária foi de **214:622\$848**.

A exportação rendeu:

Algodão	63:715\$510
Outros gêneros	8:418\$088
Couros	17:993\$803
Sub-Total	90:127\$401

Os outros impostos deram:

Dentro do ano	81:674\$266
Dívida ativa	42:821\$181
Sub-Total	124:495\$447

Média de preços:

Algodão	4\$324
Arroz	1\$259
Couros	2\$541

Em 1844-1845, arrecadou-se **178:350\$514**.

A exportação deu:

Algodão	36:262\$401
Arroz	9:391\$957
Couros	14:134\$893
Sub-Total	59:789\$251

Os impostos internos:

Dentro do ano	64:336\$915
Dívida ativa	54:224\$348
Sub-Total	118:561\$263

ANEXO I – Meireles: Exportações do Maranhão no período da Segunda Guerra

Tabela 27 (A). Exportações do período 1940-1945

PRODUTOS	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Babaçu						
Amêndoa	39.455.314,00	52.155.505,00	59.857.955,00	48.203.558,00	59.075.150,00	96.540.273,90
Óleo	8.873.306,00	2.757.749,00	4.328.662,00	3.547.648,00	8.628.531,00	12.826.898,00
Subtotal	48.328.620,00	54.913.254,00	64.186.617,00	51.751.206,00	67.703.681,00	109.367.171,90
Algodão						
Tecidos	9.698.474,00	11.529.505,00	20.550.896,00	28.490.793,00	31.112.953,20	47.515.179,60
Huma	3.326.997,00	2.224.724,00	2.151.750,00	3.273.609,00	3.123.343,10	4.306.806,40
Fio	1.781.859,00	2.169.827,00	2.614.476,00	2.090.467,00	3.230.312,00	-
Subtotal	14.807.330,00	15.924.056,00	25.317.122,00	32.854.869,00	37.466.614,30	51.821.986,00
Arroz						
Pilado	2.484.410,00	8.027.359,00	7.696.332,00	11.557.291,00	22.937.280,00	19.270.671,40
Casca	520.441,00	1.608.965,00	1.186.927,00	1.677.841,00	1.675.032,90	1.671.114,30
Subtotal	3.004.851,00	9.636.324,00	8.883.259,00	13.235.132,00	24.614.312,90	20.941.785,70
Carnaúba (cera)	11.601.886,00	18.951.979,00	16.391.663,00	16.887.735,00	17.881.137,50	18.633.696,80
Peles	2.848.109,00	4.632.923,00	2.172.789,00	2.083.567,00	2.243.403,30	2.876.482,40
Couros	1.448.289,00	2.011.290,00	1.660.831,00	1.766.490,00	1.402.178,30	1.281.026,50
Sabão	751.968,00	1.233.699,00	1.597.758,00	1.118.440,00	2.542.063,20	3.021.677,90
Gergelim	561.203,00	656.342,90	92.254,40	412.591,80	240.485,80	758.939,00
Mandioca (Farinha)	478.696,00	312.347,00	5.597.377,00	6.652.916,00	3.287.367,90	991.920,50
Mamona	472.420,70	693.029,00	373.472,00	646.479,40	215.731,20	438.860,50
Milho	97.846,00	201.392,00	1.195.411,00	609.671,00	819.206,00	305.520,00
Outros	4.858.884,10	12.325.072,70	15.760.612,40	18.998.346,30	21.698.668,70	29.575.823,90
Subtotal	23.119.301,80	41.018.074,60	44.842.167,80	49.176.236,50	50.330.241,90	57.883.947,50
TOTAL GERAL	89.260.102,80	121.491.708,60	143.229.165,80	147.017.443,50	180.114.850,10	240.014.912,20

Fonte: Meireles (1992, p.58).

Obs.1. Na tabela original há vários erros de soma, que foram corrigidos aqui (destaques).

Obs.2. Em 1942 entrou em vigor o Cruzeiro (Cr\$) em substituição ao Réis (Rs.), na razão de 1 para 1000.

ANEXO J - Pereira do Lago: Comando político do Maranhão – séculos XVII, XVIII e começo do XIX

MAPA 9 (A). Governadores e Capitães-Generais do Maranhão: 1626 - 1819

	Nomes	Gradações	Patentes	Tempo de posse			Tempo de Governo		
				Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1ª união do Pará com o Maranhão	Francisco Coelho de Carvalho ^a	Capitão-General	Capitão	1626	Set.	3	10	0	12
	Jácome Raimundo de Noronha ^b	Intruso Governador		1636	Out.	9	1	2	5
	Bento Maciel Parente ^c	Governador		1638	Jan.	27	2	9	28
	Antônio Muniz Barreiro	Capitão-Mor	Capitão-Mor	1642	Set.	30	0	3	3
	Antônio Teixeira de Melo	Dito	Capitão-Mor	1643	Jan.	3	0	6	10
	Pedro d'Albuquerque	Governador		1643	Jul.	13	2	11	4
	Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo	Dito	Major	1646	Jun.	17	2	8	0
Luís d Magalhães ^d	Dito		1649	Fev.	17	2	9	0	
1ª separação do Pará do Maranhão	Baltasar de Souza Pereira	Governador		1652	Nov.	17	2	5	24
2ª união do Pará com o Maranhão	André Vidal de Negreiros	Capitão-General	Mestre-de-Campo da Bahia	1655	Maio	11	3	4	7
	D. Pedro de Melo	Dito		1658	Set.	17	3	6	6
	Rui Vaz de Siqueira	Dito		1662	Mar.	26	5	2	25
	Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	Dito		1667	Jun.	22	3	11	16
	Pedro César de Menezes	Dito	Mestre-de-Campo	1671	Jun.	19	6	8	8
	Inácio Coelho da Silva	Dito	Capitão de Cavalaria	1678	Fev.	17	4	3	10
	Francisco de Sá e Menezes	Dito		1682	Maio	27	2	11	20
	Gomes Freire de Andrade	Dito	Tenente-General	1685	Maio	17	2	0	27
	Arthur de Sá e Menezes	Dito	Capitão de Infantaria	1687	Jun.	14	2	11	3
	Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	Dito	Capitão-Mor	1690	Maio	17	11	1	13
	Fernão Carrilho	Lugar-Tenente		1701	Jul.	30	1	0	8
	D. Manoel Rolim de Moura	Capitão-General		1702	Jul.	8	4	6	6
	Cristovão da Costa Freire	Dito	Mestre-de-Campo	1707	Jan.	14	11	5	4
	Bernardo Pereira de Berredo	Dito	Capitão de Cavalaria	1718	Jun.	18	4	1	2
	João da Maia da Gama	Dito		1722	Jun.	20	5	8	24
	Alexandre da Serra Freire	Dito	Mestre-de-Campo	1728	Abr.	14	4	3	2
	José da Serra	Dito	Chefe-de-Esquadra	1732	Jul.	16	4	2	1
	Antônio Duarte de Barros	Capitão-Mor	Capitão-Mor	1736	Set.	17	1	0	1
	João d' Abreu Castelo Branco	Capitão-General		1737	Set.	18	9	10	26
	Francisco Pedro Gurjão	Dito		1747	Ago.	14	4	1	18
	Luís de Vasconcelos Lobo	Gov. do Maranhão	Coronel	1751	Jul.	28	1	5	11
	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Capitão-General	Capitão-Tenente	1752	Set.	24	1	6	8
	Gonçalo Pereira Lobato e Sousa	Gov. do Maranhão	Brigadeiro	1753	Nov.	29	7	6	16
	Manoel Bernardo de Melo e Castro	Capitão-General	Tenente-General	1760	Mar.	2	1	6	12
	Joaquim de Melo e Póvoas	Gov. do Maranhão	Coronel	1761	Jul.	16	2	0	20
	Fernando da Costa d'Ataíde Teive	Capitão-General	Coronel	1763	Set.	14	9	2	7
	João Pereira Caldas	Dito	Coronel	1772	Nov.	21	3	3	13
	Joaquim de Melo e Póvoas ^e	Dito	Brigadeiro	1775	Ago.	7	4	2	19
D. Antônio de Sales e Noronha	Dito	Cap.-de-Mar-e-Guerra	1779	Nov.	6	4	3	6	
José Teles da Silva	Dito		1784	Fev.	13	3	10	3	
Fernando Pereira Leite de Foios	Dito	Brigadeiro	1787	Dez.	17	4	8	26	
D. Fernando Antônio de Noronha	Dito	Tenente-Coronel	1792	Set.	14	6	0	22	
D. Diogo de Sousa	Dito	Capitão	1798	Out.	7	5	7	24	
Antônio de Saldanha da Gama	Dito	Capitão-de-Fragata	1804	Jun.	1	1	7	5	
D. Francisco de Melo Manoel da Câmara	Dito	Tenente-Coronel	1806	Jan.	7	3	9	10	
D. José Tomás de Menezes ^f	Dito	Coronel	1809	Out.	17	1	7	7	
Bispo D. Luís de Brito Homem									
Bernardo José da Gama	Governo Interino	Era Juíz de Fora	1811	Maio	25	0	6	8	
Filipe de Barros Vasconcelos		Chefe-de-Esquadra							
Paulo José da Silva Gama	Capitão-General	Almirante	1811	Dez.	2	7	8	18	
Bernardo da Silveira Pinto ^g	Dito	Marechal	1819	Ago.	24	2	5	22	

Fonte Lago (2001, p. 98-99 - com base nos *Anais Históricas* de Berredo, 1988, 1. [ed. 1749]).

a) Achou-se na Restauração de Pernambuco.

b) Era Provedor da Fazenda Nacional, e com partidos fez-se Governador.

c) Entregou a Província aos holandeses em 25 de novembro de 1641 e foi mandado preso para Pernambuco, onde morreu.

d) Achou-se na Restauração de Pernambuco.

e) Primeiro Capitão-General do Maranhão quando se separou do Pará.

f) Embarcou para Lisboa em 24 de maio de 1811 e ficou o Governo interino.

g) Último Capitão-General e primeiro Governador Provisório, nomeado e aclamado pelo povo no dia 6 de abril de 1821.

ANEXOL - Pereira do Lago e Fran Paxeco: início dos séculos XIX e XX

Foto 1 (A). Teares da Fábrica Santa Amélia. (Atualmente teve seu prédio reformado pela UFMA, para fins de educação e cultura).



Fonte: Fran Paxeco, 1923.

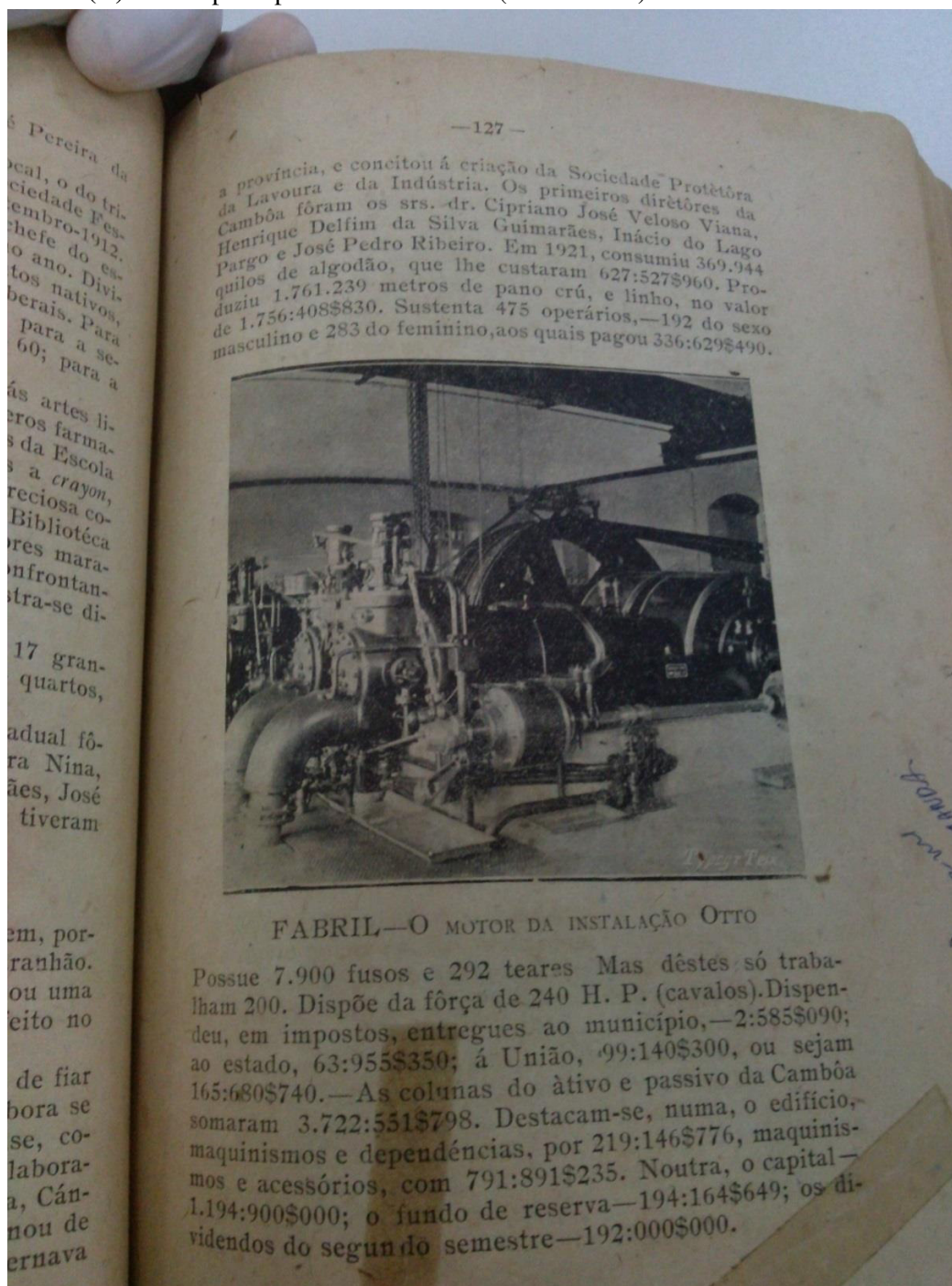
Foto 2 (A). Mapa dos valores agrícolas e pecuários do Maranhão, por município, década de 1920

Mapa dos valores agrícolas e pecuários do Maranhão

	VALOR AGRÍCOLA	VALOR PECUÁRIO	VALOR DE HIPOTÉCA
Aleântara.....	120:000\$	400:000\$	
Anajatúba.....	110:000\$	800:000\$	90:000\$
Arari.....	80:000\$	780:000\$	30:000\$
Araíóses.....	160:000\$	98:000\$	25:000\$
Axixá.....	205:000\$	130:000\$	30:000\$
Bacabal.....	145:000\$	2.200:000\$	55:000\$
Barra do Corda.....	2.000:000\$	1.000:000\$	100:000\$
Barão do Grajaú.....	800:000\$	2.700:000\$	150:000\$
Barreirinhas.....	280:000\$	700:000\$	60:000\$
Benedito Leite.....	140:000\$	800:000\$	90:000\$
Brejo.....	200:000\$	1.800:000\$	120:000\$
Burití.....	60:000\$	500:000\$	35:000\$
Cajapió.....	60:000\$	1.800:000\$	300:000\$
Carutapéra.....	70:000\$	160:000\$	25:000\$
Caxias.....	1.000:000\$	1.500:000\$	500:000\$
Carolina.....		5.000:000\$	
Codó.....	1.200:000\$	1.300:000\$	400:000\$
Coroatá.....	800:000\$	680:000\$	250:000\$
Chapadinha.....	200:000\$	750:000\$	110:000\$
Cururupú.....	1.400:000\$	520:000\$	400:000\$
Curralinho.....	140:000\$	200:000\$	45:000\$
Flôres.....	260:000\$	600:000\$	40:000\$
Guimarães.....	1.400:000\$	450:000\$	400:000\$
Icatú.....	110:000\$	160:000\$	25:000\$
Imperatriz.....		3.600:000\$	
Itapecurú.....	900:000\$	950:000\$	75:000\$
Lorêto.....		4.500:000\$	
Macapá.....	75:000\$	425:000\$	20:000\$
Mirador.....	900:000\$	2.000:000\$	200:000\$
Monção.....	130:000\$	900:000\$	55:000\$
Miritiba.....	150:000\$	250:000\$	
Monte Alegre.....			
Nova-Iorça.....	860:000\$		

Fran Paxeco, 1923, p. 217.

Foto 3 (A). Motor principal da fábrica Fabril (Santa Isabel). Foto de 1921.



Fonte: Fran Paxeco, 1923. Nota-se o estado precário do exemplar. Essa obra está a exigir reedição.

Foto 4 (A). Fábricas de São Luís – MA, em 1921

As fábricas de fiação e tecidos do estado do Maranhão,

FLSOS	Operários	Combustível	Matéria prima (Algodão, quilos)	Valor	Produção (metros)	Valor	Salários
7.000	475	106.139\$940	369.944	627.527\$990	1.761.239	1.756.408\$830	336.629\$490
14.148	650	254.876\$010	407.352	604.955\$250	1.886.291	1.606.586\$940	310.961\$120
12.720	160	20.227\$000	197.683	597.850\$680	1.055.330	812.604\$100	50.283\$190
	462	120.251\$770	296.941	476.395\$460	2.659.267	1.917.865\$670	279.222\$810
	292	87.045\$000					
11.800	248	109.889\$000	461.514	603.039\$540	3.189.772	3.225.653\$250	237.176\$000
4.500	260	66.150\$000	262.236	158.301\$180	745.000	600.000\$000	191.619\$000
7.800	350	66.150\$000	158.583	242.903\$950	1.002.786	528.165\$355	190.000\$000
6.800	300	85.050\$000	68.608	68.608\$000	526.586	322.477\$790	156.620\$330
5.540	300	36.000\$000	180.469	229.922\$416	917.140	798.278\$580	90.363\$160
1.300	60	23.625\$000	27.000	30.000\$000	231.000	208.600\$000	167.937\$700
71.608	3.557	975.403\$720	2.430.390	3.639.504\$466	13.974.411	11.776.640\$515	2.055.812\$800

Foto 5 (A). Exportações do Maranhão e Piauí, início do século XX

282

Mapa das exportações internacionais do Maranhão e do Piauí (1)

	Maranhão Valor-fob	Piauí Valor-fob	Amaração Valor-fob
1901	1.894:830\$	2.134:198\$	—
1902	3.930:228\$	2.615:526\$	—
1903	5.209:446\$	5.019:870\$	—
1904	4.111:612\$	5.737:066\$	—
1905	2.558:905\$	5.066:436\$	—
1906	3.957:096\$	5.811:096\$	—
1907	4.094:086\$	8.357:769\$	—
1908	2.002:393\$	3.731:576\$	—
1909	1.617:224\$	5.078:958\$	—
1910	1.683:906\$	4.747:480\$	—
1911	1.718:991\$	5.898:429\$	—
1912	1.594:577\$	4.944:987\$	—
1913	2.592:305\$	7.295:824\$	97:585\$
1914	2.296:565\$	5.578:288\$	—
1915	2.538:337\$	7.660:072\$	—
1916	3.580:599\$	8.249:569\$	—
1917	6.080:108\$	7.136:648\$	—
1918	4.680:456\$	8.145:160\$	—
1919	10.793:519\$	13.798:116\$	—
1920	8.370:000\$	13.160:000\$	—
1921	11.342:000\$	19.354:000\$	—
	76.647:184\$	140.521:078\$	97:585\$

(1) — De acordo com os quadros anêxos — Repetimos que o valor absoluto das exportações e das importações mercantis de Piauí se opõe pelo lado da Tabela com os dados do estado.

Fonte (das duas fotos desta página): Fran Paxeco, 1923.

Mapa 10 (A). Mapa geral e resumido das importações que fez a Praça do Maranhão, desde 1812 até 1820

Mapa geral e resumido das importações que fez a praça do Maranhão desde 1812 até 1820											Nº 16		
Reinos e portos da introdução	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	Termo médio dos primeiros 5 anos	Termo médio dos últimos 5 anos	
Brasil	244:506\$690	284:211\$812	416:508\$747	284:418\$270	271:326\$160	635:642\$720	687:505\$720	616:297\$520	271:501\$280	293:618\$720	300:194\$336	496:454\$680	
Portos Portugueses d'Africa	146:817\$000	181:610\$811	221:219\$843	371:238\$250	408:590\$000	988:100\$000	759:320\$000	943:069\$500	326:230\$200	193:583\$790	265:895\$180	685:061\$940	
Lisboa	167:431\$350	256:407\$277	417:018\$290	458:595\$340	752:051\$810	743:334\$230	569:961\$450	527:062\$435	474:282\$020	331:483\$280	410:380\$813	613:338\$389	
Porto	69:103\$210	74:842\$710	70:429\$900	98:399\$750	173:794\$080	255:289\$960	149:862\$520	144:469\$960	149:927\$250	112:652\$710	97:313\$930	175:674\$752	
Inglaterra	581:682\$700	654:891\$057	696:425\$620	465:997\$240	550:217\$190	878:979\$730	908:004\$920	562:534\$950	435:639\$960	442:757\$290	589:842\$761	667:075\$350	
Gibraltar	13:848\$800	-	3:246\$400	-	-	-	-	-	-	-	9:491\$000	-	
Estados Unidos	49:729\$600	-	-	12:250\$600	32:906\$840	77:940\$200	108:261\$640	92:154\$390	66:430\$800	116:099\$750	-	75:538\$774	
Ilhas de Oeste	-	2:964\$000	-	-	-	-	20:076\$200	14:947\$260	7:374\$460	2:325\$600	-	-	
França	-	-	-	60:662\$700	55:459\$000	102:164\$290	178:041\$520	75:136\$180	132:282\$730	40:091\$590	-	108:616\$774	
Holanda	-	-	-	-	-	-	13:625\$600	2:320\$000	12:091\$000	-	-	-	
Espanha	-	-	-	-	-	-	17:169\$400	-	-	-	-	-	
Valores das importações anuais	1:273:119\$350	1:454:927\$667	1:824:848\$800	1:751:563\$150 ¹	2:244:345\$080	3:681:451\$130	3:411:828\$970	2:983:022\$195 ²	1:885:250\$690	1:532:612\$730	1:709:760\$809 ³	2:841:179\$613 ⁴	
Artigos particulares e manufaturados só compreendidos nos valores acima	Mercadorias de seda; manufatura portuguesa	8:694\$300	9:836\$200	8:880\$920	11:622\$780	22:217\$900	27:706\$200	11:797\$100	6:059\$565	5:392\$360	-	12:250\$420	14:634\$625
	Ditas de dita; manufatura estrangeira	6:601\$600	6:447\$500	15:647\$400	22:720\$600	18:863\$200	33:375\$120	33:161\$620	13:619\$060	13:838\$600	-	14:056\$060	22:571\$520
	Mercadorias de linho; manufatura portuguesa	26:832\$100	22:170\$300	19:476\$800	29:872\$200	50:266\$000	57:456\$520	49:855\$700	23:041\$480	28:261\$380	-	29:723\$480	41:776\$216
	Ditas de dito; manufatura estrangeira	69:031\$100	125:357\$220	172:292\$860	74:989\$100	162:170\$280	307:923\$950	175:888\$560	111:670\$580	83:702\$900	-	120:768\$112	168:261\$274
	Mercadorias de algodão; manufatura portuguesa	3:085\$640	10:375\$730	10:859\$000	21:273\$380	54:732\$250	89:924\$400	44:665\$120	49:258\$310	33:272\$580	-	20:065\$200	54:370\$532
	Ditas dito da India; manufatura estrangeira	349:295\$440	324:792\$020	316:213\$050	377:886\$820	444:593\$640	506:977\$320	579:338\$910	359:983\$900	212:115\$710	-	362:556\$194	420:601\$896
	Mercadorias de lã; manufatura portuguesa	-	-	198\$720	27\$000	774\$000	1:746\$000	672\$000	490\$500	240\$000	-	-	784\$400
	Ditas dita; manufatura estrangeira	33:487\$300	39:377\$950	43:725\$900	17:259\$300	50:546\$900	103:453\$400	96:565\$780	55:042\$570	46:099\$960	-	36:879\$470	70:341\$748
	Chapéus finos; manufatura portuguesa	946	2\$292	4\$400	3\$402	5\$419	3\$663	3\$966	4\$579	5\$263	-	3\$292	4\$578
	Ditos ditos; manufatura estrangeira	4\$228	5\$140	8\$795	3\$193	7\$422	12\$826	21\$868	10\$196	9\$219	-	5\$755	12\$186
	Chapéus grossos; manufatura portuguesa	11\$689	9\$623	6\$225	9\$424	16\$380	27\$552	25\$224	9\$324	2\$876	-	10\$668	13\$662
	Ditas ditos; manufatura estrangeira	3\$774	2\$735	4\$976	17\$836	14\$555	22\$686	25\$224	4\$961	5\$122	-	8\$775	14\$509
	Fato e calçado; manufatura portuguesa	2:465\$600	1:817\$600	3:054\$600	3:346\$880	2:389\$100	1:254\$440	3:347\$040	7:002\$920	7:312\$400	-	2:614\$756	4:261\$180
	Dito dito; manufatura estrangeira	1:232\$000	500\$000	2:200\$000	1:729\$200*	1:080\$800	4:886\$400	6:934\$300	3:305\$000	1:477\$000	-	1:348\$400	3:536\$700
	Móveis; manufatura portuguesa	4:494\$600	3:360\$000	8:700\$000	10:600\$000	18:600\$000	22:220\$000	24:240\$000	23:590\$000	4:020\$000	-	2:298\$400	9:920\$000
	Ditos; manufatura estrangeira	1:244\$700	2:730\$000	1:120\$000	1:400\$000	5:000\$000	10:800\$000	17:400\$000	6:600\$000	9:800\$000	-	9:150\$920	18:534\$000
	Aguardente portuguesa, pipas	45	48	139	104	220	288	265	303	221	657	111	259
	Dita e genebra; estrangeira, ditas	46	11	20	21	38	76	109	132	269	-	27	124
	Vinhos portugueses, ditas	745	-	1\$427	1:320	761	2\$047	1\$694	1\$879	2\$226	1\$620	1\$179	1\$921
	Ditos estrangeiros, ditas	247	645	81	4	55	382	442	54	204	260	77	227
	Farinha de trigo, arrobas	10\$228	26\$524	18\$538	25\$872	21\$838	40\$080	53\$082	52\$689	45\$687	82\$221	20\$600	42\$675
	Bacalhau, quintais	401	252	296	818	938	2\$237	5\$786	15\$799	1\$669	-	541	2\$485
Manteiga, arrobas	5\$785	4\$628	4\$220	5\$198	4\$625	9\$624	10\$453	8\$187	8\$751	-	4\$891	8\$328	
Queijos, arrobas	1\$179	642	1\$243	1\$750	2\$229	3\$398	3\$621	2\$717	3\$541	-	1\$427	99	
Variedades	Balanco em favor desta Praça	-	190:867\$692	-	325:175\$700	1:090:305\$135	-	257:858\$230	-	352:145\$615	-	Saldo a favor da exportação nos 9 anos	1:379:412\$568
	Dito contra a dita	203:167\$456	-	30:586\$797	-	-	-	470:596\$983	-	-	-	-	
	Rendimentos da alfândega	74:648\$957	83:963\$025	83:429\$147	81:317\$345	112:633\$410	150:145\$175	247:213\$751	219:786\$377	158:517\$700	115:686\$300	87:198\$376	167:659\$582
	Embarcações portuguesas entradas	52	64	70	69	80	89	79	80	61	48	67	77
	Ditas estrangeiras entradas	34	29	12	43	58	63	100	57	80	56	35	71
	Todas as embarcações entradas	86	93	82	112	138	152	159	137	141	104	102	148 ⁵
	Escravos novos e ladinos d'Africa	992	1.221	1.592	2.692	2.615	5.797	3.377	4.784	2.381	1.718	1.822	3.790
	Ditos ditos ditos dos portos do Brasil	680	508	394	684	762	2.325	3.259	1.269	483	-	713	1.619
Todos os escravos importados por ano	1.672	1.729	1.986	3.376	3.377	8.122	6.636	6.053	2.864	1.718	2.535	5.409	

Fonte: LAGO, 2001, pp. 116-118.

¹ A soma é 1:751:562\$150.

² A soma correta é 2:978\$022\$195.

³ A soma correta é 1:663:627\$020.

⁴ A soma correta é 2:821:760\$629.

⁵ Na 1ª ed. está 149.

Mapa 11 (A). Mapa geral e resumido das exportações feitas pela Praça do Maranhão: 1812; 1816 e 1821.

Artigos principais de Exportação														
Algodão										Arroz				
Anos	Portos	Lisboa	Porto	Inglaterra	França	Estados Unidos	Diferentes Portos	Preços Mínimo e Máximo	Totalidades	Lisboa	Porto	Diferentes Portos	Preços Mínimo e Máximo	Totalidades
1812	Sacas e volum.	3:305	562	36:521	-	150	30	2:700 a 3:400	40:570	47:780	17:150	2:099	500 a 1:300	67:029
	arr.	17:391	2:997	196:154	-	827	185		217:754	253:890	90:080	10:676		354:646
	Valor do gen.	56:087:050	9:298:293	598:742:727	-	2:317:787	519:925		666:965:782	247:719:470	94:777:550	11:811:200		-
1816	Sacas e volum.	19:040	2:082	38:835	3:570	-	-	4:500 a 8:500	63:327	57:585	24:550	-	700 a 1:000	82:135
	arr.	105:448	10:822	814:538	19:413	-	-		350:257	293:787	123:830	-		417:617
	Valor do gen.	892:691:100	93:221:455	1:857:172:006	166:226:429	-	-		3:003:250:986	248:658:750	98:699:085	-		147:317:835
1821	Sacas e volum.	10:930	873	26:164	3:655	-	-	3:900 a 4:250	41:822	42:289	13:391	590	500 a 640	36:270
	arr.	58:836	4:592	143:771	28:899	-	-		226:118	212:824	68:969	1:428		284:721
	Valor do gen.	253:675:950	18:825:000	600:658:671	85:097:600	-	-		958:257:221	161:116:775	53:557:950	1:071:000		-

Fonte: LAGO, 2001, pp. 108-109

Mapa 12 (A). Mapa geral e resumido das exportações feitas pela Praça do Maranhão para países específicos, entre 1812 e 1821

Recopilação das Exportações												
Destinos	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	Termo médio dos primeiros 5 anos	Termo médio do segundos 5 anos
Lisboa	329:129\$250	431:940\$360	657:262\$706	850:902\$450	1:207:011\$150	1:377:936\$025	1:012:630\$550	730:509\$375	556:768\$709	483:451\$725	695:249\$183	976:971\$161
Porto	109:306\$653	147:234\$843	154:551\$839	146:581\$700	208:018\$640	309:450\$087	326:367\$700	196:421\$700	155:742\$814	88:312\$150	153:138\$735	237:200\$188
Inglaterra	601:688\$277	1:060:051\$156	917:043\$259	1:078:845\$100	1:852:712\$000	1:728:432\$950	2:084:502\$450	1:333:142\$354	1:406:996\$782	602:368\$671	1:102:068\$086	1:681:157\$307
França	-	-	63:971\$999	-	166:908\$425	132:448\$300	242:214\$100	203:392\$000	86:879\$600	85:130\$200	-	166:368\$485
Estados Unidos	10:304\$419	-	-	-	-	-	7:319\$000	48:720\$950	20:168\$000	43:332\$000	-	-
Diferentes Portos	19:522\$655	6:569\$000	1:432\$200	409\$690	-	595\$200	6:653\$400	238\$833	9:126\$400	1:020\$250	-	-
Totalidades das exportações	1:069:952\$894	1:645:795\$359	1:794:262\$003	2:076:738\$850	3:434:690\$215	3:548:862\$562	3:669:687\$200	2:512:425\$212	2:237:396\$305	1:304:685\$996	2:004:279\$664	3:080:604\$298
Direitos do algodão por saída	130:654\$878	196:016\$626	148:634\$103	166:727\$400	210:154\$200	241:037\$400	241:675\$800	215:568\$00	220:315\$800	153:319\$999	170:437\$441	229:750\$240
Embarcações nacionais saídas	52	62	66	66	77	86	77	78	63	49	64	76
Ditas estrangeiras saídas	35	27	14	39	54	65	78	66	70	65	34	66
Total de embarcações saídas	87	89	80	105	131	151	155	144	133	114	98	143

O número de sacas, peso e valor do algodão exportado é segundo os manifestos, e nestes, corrigindo alguns erros.

Fonte: LAGO, 2001, pp. 112-113

Mapa 13 (A). Mapa Geral da população da Província do Maranhão, 1821.

Anos de idade	Branços						Índios						Mulatos livres						Mulatos cativos						Pretos Livres						Pretos Cativos																							
	Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos																									
	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher	Homen	Mulher																								
de 5 a 10	2.132	1.886	-	-	-	-	1.875	1.342	-	-	-	-	1.803	1.925	-	-	-	-	615	533	-	-	-	-	803	879	-	-	-	-	6.720	4.950	-	-	-	-																		
de 10 a 15	1.695	1.530	38	48	-	-	589	560	10	43	-	-	1.497	1.510	22	24	-	-	813	297	-	-	-	-	1.368	1.42	15	26	-	-	4.880	3.320	-	-	-	-																		
de 15 a 20	2.203	2.046	298	490	5	69	501	443	86	109	2	13	1.660	1.257	456	610	128	129	301	357	146	152	-	-	245	196	62	60	-	-	6.186	5.153	504	676	-	-																		
de 20 a 30	1.256	810	863	1.040	32	102	403	475	259	311	133	72	1.112	1.597	840	910	133	184	318	416	200	187	14	26	249	325	134	174	32	29	6.797	4.423	2.012	2.174	192	343																		
de 30 a 40	767	493	840	776	112	223	176	154	240	253	48	57	1.648	549	685	628	68	161	665	229	173	174	25	37	169	235	376	388	33	65	4.077	3.047	2.435	2.342	245	282																		
de 40 a 50	361	185	659	464	138	185	112	106	188	169	54	73	1.325	364	620	504	196	182	122	124	61	51	35	55	106	139	266	262	30	72	3.027	2.023	1.392	1.267	339	829																		
de 50 a 60	230	176	410	239	149	223	97	77	146	85	34	71	182	204	458	341	92	194	62	66	35	36	26	45	86	80	235	204	56	95	1.696	1.155	784	729	300	820																		
de 60 a 100	96	78	245	121	127	143	45	46	91	47	29	63	107	113	213	133	174	173	36	37	15	16	44	36	42	47	91	60	36	86	953	790	184	170	257	481																		
Todos por sexos, estados, cores e condições	8.740	7.204	(1) 3.344	(2) 3.198	563	945	3.798	3.203	1.020	1.017	300	349	9.334	7.519	3.294	3.150	791	1.023	(4) 2.934	2.059	630	616	144	199	3.068	3.353	1.179	1.174	187	347	34.336	24.861	7.311	7.358	1.333	2.755																		
Todos por estados, cores e condições	15.944		6.542 (3) 6.531		1.508		7.001		2.037		649		16.853		6.444		1.814		4.991		1.246		343		6.421		2.353		534		59.197		14.669		4.088																			
Todos por cores e condições			23.994					9.687						25.111						6.580						9.308					77.954																							
Soma total na Província	População por freguesias																		População Resumida																		População por freguesias																	
Freguesias	Fogos						Casamentos						Almas						Eclesiásticos (6)						Freguesias																													
São Bento dos Perizes	434						12						5.472						Homens solteiros livres						24.940						São Félix de Balsas de Pastos Bons																							
São Bento dos Pastos Bons	1.312						210						6.609						Ditos casados ditos						8.837						São João Batista de Vinhais																							
Senhora da Conceição da Cidade	1.256						21						7.898						Ditos viúvos ditos						1.841						São José de Guimarães																							
Senhora da Conceição de Viana	444						21						4.659						Ditos todos ditos						35.618						Senhora das Lapas e Pias de São Miguel																							
Senhora da Conceição de Caxias	2.752						36						16.513						Mulheres solteiras ditas						21.279						Senhora da Luz do Paço do Lumiar																							
(5) Senhora da Conceição de São Bernardo	1.284						25						9.562						Ditas casadas ditas						8.539						São Matias d' Alcântara																							
(6) Senhora da Conceição de Araiozes	39						8						298						Ditas viúvas ditas						2.664						Senhora de Nazaré de Mearim																							
Senhora da Conceição do Icatu	929						29						7.265						Ditas todas ditas						34.482						Senhora de Nazaré de Tresidela (11)																							
Senhora da Conceição de Tutóia(7)	298						18						3.521						De ambos os sexos ditos (9)						68.100						Senhora do Rosário do Itapecuru																							
Senhora das Dores do Itapecuru-Mirim(8)	367						50						14.364						Homens todos escravos						46.686						Senhora da Vitória da Cidade																							
Senhora das Dores do Iguará	466						30						8.326						Mulheres todas ditas						37.848						Variedades (12)																							
São Francisco Xavier do Turiçá(4)	213						18						2.737						De ambos os sexos ditos (10)						84.534						Diferença a favor dos nascidos: 3.386																							
São Francisco Xavier de Monção	60						60						818						Soma total						152.893						Nove almas e um quarto por cada fogo																							

Fonte: LAGO, 2001, pp. 86-88.

(6) Esta freguesia, ainda que está em domínios do Pará, parte da sua população é em Santa Helena, que pertence ao Maranhão e por isso vem neste mapa.

(1) A soma das parcelas da 3.353 e não 3.344, como aparece na 1ª ed.

(2) Na 1ª ed. está erroneamente, 3.198.

(3) Em decorrência dos equívocos anteriores, a soma dos subtotais é 6.542, na 1ª ed.

(4) Erroneamente, a 1ª ed. consigna 2.934, embora a soma dos subtotais esteja correta - 4.991.

(5) Na 1ª ed. está Senhora da Conceição e São Bernardo, o que é erro evidente de revisão.

(6) Arayos na 1ª ed. Essa é também a forma consignada na obra Poranduba maranhense ou Relação histórica da Província do Maranhão (Revista trimestral do Inst. Hist. E Geográfico Brasileiro, Rio, t. LIV, Parte I, 1891), de autoria de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão, que começou a escrevê-la em 1819, quando ainda em São Luís.

(7) A obra anteriormente citada consigna, ao lado de Tutóia a variante Titóia.

(8) Na 1ª ed., Itapicuru-Mirim e Rosário do Itapicuru.

(9) Na 1ª ed., ditas.

(10) Idem, idem.

(11) Trizidela, na 1ª ed..

(12) Variedades no sentido atual de Variações. Interessante observar que a seqüência do quadro População por Freguesias é interrompida pela interposição do quadro População Resumida.

Mapa 14 (A). Receita tributária da Província do Maranhão: 1816-1821

RAMOS DE QUE PROVÉM A RECEITA	1816	1817	1818	1819	1820	1821
Saldos efetivos que passaram dos anos atecedentes	68:725\$417	153:991\$681	450:598\$751	387:396\$398	71:127\$912	14:258\$577
Rendimentos contratados	40:711\$158	47:767\$905	20:050\$591	31:095\$286	94:944\$848	52:378\$639
Dízimos do algodão	230:128\$518	238:272\$293	232:276\$225	167:137\$455	127:355\$528	86:012\$342 ^d
Novo imposto do dito	215:295\$248	243:725\$678	230:275\$800	225:272\$004	211:031\$369	153:319\$999
Dízima da Alfândega	110:636\$370	147:891\$502	221:367\$479	229:353\$902	175:470\$266	122:355\$355
Marcas da dita	293:\$760*	337\$200	317\$680	306\$000	272\$560	-
Guindaste da dita	614\$900	648\$560	803\$500	529\$840	911\$100	-
Décima	8:142\$145	7:578\$783	13:454\$353	16:746\$850	19:130\$855	12:634\$036
Novos direitos	750\$446	1:010\$057	1:048\$061	1:231\$915	1:125\$287	1:111\$855
Correio	867\$004	1:091\$448	1:297\$440	1:287\$696	1:485\$960	11:257\$688
Sisas	14:468\$619	16:253\$926	19:900\$672	13:926\$583	18:069\$214	1:777\$478
Meias ditas	6:310\$416	4:538\$465	6:091\$942	6:319\$711	7:112\$861	7:798\$945
Selos	8:045\$701	4:045\$880	10:679\$890	10:779\$155	15:799\$428	11:738\$933
Imposto para o Banco	3:266\$800	1:305\$100	440\$800	2:897\$200	2:129\$040	16:572\$508
Venda da pólvora	1:065\$704	3:507\$688	7:851\$445	5:000\$800	4:988\$346	4:281\$456
1% para a obra pia	1:417\$650	-	-	-	2:011\$360	-
Extinto Cofre dos índios	2:679\$174	991\$978	-	1:261\$487	585\$349	-
Ancoragens	-	-	426\$511	3:373\$800	3:831\$000	-
Toneladas	-	-	-	1:084\$920	1:168\$240	-
Rendimento do Patrão-Mor	-	-	-	428\$800	370\$400	-
Dízima da Chancelaria	430\$062	1:071\$734	2:426\$158	868\$226	4:003\$867	1:627\$218
Direitos da dita	-	27\$332	-	79\$421	110\$477	-
Gabelas da dita	29\$670	7\$200	-	13\$500	20\$700	-
Empréstimos	-	-	-	-	81:378\$267	-
Fazenda da Nazaré	-	425\$405	-	19\$000	2:099\$295	-
Dita de Guadalupe	93\$151	170\$000	-	-	60\$000	-
Propinas para a Casa da Pólvora	2:469\$721	-	-	-	3:345\$223	-
Ditas que pertenciam aos gerais	304\$010	-	-	-	411\$743	-
Alcances de tesoureiros ^a	562\$202	760\$362	1:700\$000	1:200\$000	1:146\$676	-
Extraordinárias ^b	18:891\$171	24:235\$670 ^c	863\$695	25:754\$338	23:870\$623	21:361\$936 ^e
Receita de cada ano	736:799\$017	899:655\$847	1:221:870\$933	1:133:374\$287	882:023\$297	518:516\$965

Fonte: LAGO, 2001, pp. 104-105.

Ver notas na página seguinte.

Notas referentes ao Mapa 14(A).

(^a) Entram aqui 3:518\$640 réis de cobre novo remetido pela Bahia.

(^b) São restos que no fim do ano entregam os tesoureiros parciais de quantias que haviam recebido.

(^c) Entram aqui 20:571\$017 de cobranças feitas de diversos devedores: 223\$200 réis que eram emolumentos que se remetiam para a Secretaria d' Estado da Marinha; 12\$000 réis de foros; e 555\$719 réis pelo excesso de soldo que ofereceu o Exmo. Governador Provisório.

(^d) Em dízimos do algodão, ano de 1821.

(^e) Entram aqui 20:571\$017 de cobranças feitas de diversos devedores: 223\$200 réis que eram emolumentos que se remetiam para a Secretaria d' Estado da Marinha; 12\$000 réis de foros; e 555\$719 réis pelo excesso de soldo que ofereceu o Exmo. Governador Provisório.

* Está assim mesmo no original.

ANEXO M - Balança comercial do Maranhão e do Brasil (2000-2010; 1995-2010)

Tabela 15 A - Balança comercial do Maranhão - 2000 - 2010 (US\$)

Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo US\$ FOB (A) - (B)
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	
2000	758.246.410	0,00	485.113.801	0,00	273.132.609
2001	544.347.795	-28,21	830.523.865	71,20	-286.176.070
2002	652.386.714	19,85	868.611.027	4,59	-216.224.313
2003	739.801.580	13,40	661.798.712	-23,81	78.002.868
2004	1.231.094.360	66,41	735.732.270	11,17	495.362.090
2005	1.501.053.397	21,93	1.156.715.991	57,22	344.337.406
2006	1.712.701.757	14,10	1.725.869.427	49,20	-13.167.670
2007	2.177.154.787	27,12	2.353.169.845	36,35	-176.015.058
2008	2.836.303.036	30,28	4.102.751.094	74,35	-1.266.448.058
2009	1.232.814.138	-56,53	1.993.435.662	-51,41	-760.621.524
2010	2.920.267.012	136,88	3.817.083.572	91,48	-896.816.560

Fonte: SECEX - MDIC/Balança Comercial: unidades da federação

Tabela 16 A - Balança comercial do Maranhão- 2000 - 2010 – exportações por fator de agregação

Ano	TOTAL	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Industrializados	Operações Especiais
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB (A)	US\$ FOB (B)	US\$ FOB (A) + (B)	US\$ FOB
2000	758.246.410	90.983.510	587.979.583	78.709.024	666.688.607	574.293
2001	544.347.795	78.361.769	396.199.650	69.261.651	465.461.301	524.725
2002	652.386.714	89.027.362	484.724.337	78.059.408	562.783.745	575.607
2003	739.801.580	182.140.357	462.366.248	94.522.763	556.889.011	772.212
2004	1.231.094.360	427.734.325	683.407.101	118.634.340	802.041.441	1.318.594
2005	1.501.053.397	559.242.120	774.417.372	157.252.677	931.670.049	10.141.228
2006	1.712.701.757	488.837.891	1.041.059.160	172.665.865	1.213.725.025	10.138.841
2007	2.177.154.787	702.463.943	1.282.306.389	176.193.514	1.458.499.903	16.190.941
2008	2.836.303.036	1.125.910.814	1.490.900.106	199.992.492	1.690.892.598	19.499.624
2009	1.232.814.138	516.931.319	567.763.894	130.062.348	697.826.242	18.056.577
2010	2.920.267.012	1.928.676.545	535.702.743	433.050.775	968.753.518	22.836.949
Total	16.306.170.986	6.190.309.955	8.306.826.583	1.708.404.857	10.015.231.440	100.629.591

Fonte: SECEX - MDIC/Balança Comercial: unidades da federação

Tabela 17 A. Exportações do Maranhão: principais empresas exportadoras – 2010-2011

Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

MARANHÃO

Principais Empresas Exportadoras

UF21_E6
19/10/15

Ord	Descrição	2011 (Jan/Dez)		2010 (Jan/Dez)		Var% 11/10
		US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B	Part%	
TOTAL DA ÁREA		3.047.103.050	100,00	2.920.267.012	100,00	4,34
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS		3.044.829.294	99,93	2.781.730.348	95,26	9,46
01	VALE S.A.	832.590.030	27,32	1.470.907.046	50,37	-43,40
02	ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA	442.197.334	14,51	227.300.779	7,78	94,54
03	BHP BILLITON METAIS SA	264.925.621	8,69	174.012.482	5,96	52,25
04	BUNGE ALIMENTOS S/A	255.362.326	8,38	157.011.758	5,38	62,64
05	ALCOA ALUMINIO S/A	193.386.380	6,35	264.161.307	9,05	-26,79
06	VIENA SIDERURGICA S/A	145.656.379	4,78	110.247.065	3,78	32,12
07	CARGILL AGRICOLA S A	144.049.067	4,73	65.353.067	2,24	120,42
08	COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE	116.403.855	3,82	12.418.501	0,43	837,34
09	GUSA NORDESTE S/A	111.670.608	3,66	61.867.249	2,12	80,50
10	ALCAN ALUMINA LTDA	83.493.282	2,74	33.115.343	1,13	152,13
11	ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO	71.971.024	2,36	77.669.531	2,66	-7,34
12	MINERACAO AURIZONA S/A	66.347.247	2,18	15.651.920	0,54	323,89
13	LOS GROBO BRASIL CENTRAL NEGOCIOS DE ORIGINACAO	65.505.480	2,15	---	---	---
14	MARGUSA-MARANHÃO GUSA S.A.	52.206.560	1,71	27.560.842	0,94	89,42
15	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	48.728.399	1,60	43.985.152	1,51	10,78
16	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	22.705.304	0,75	---	---	---
17	FAZENDA PARNAIBA EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA	18.609.740	0,61	8.615.090	0,30	116,01
18	QUERCEGEN AGRONEGOCIOS I LTDA	16.938.710	0,56	---	---	---
19	ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA	11.805.520	0,39	---	---	---
20	LUIZ FUGA INDUSTRIA DE COURO LTDA	10.242.310	0,34	2.520.142	0,09	306,42
21	COSIMA - SIDERURGICA DO MARANHÃO LTDA	9.984.500	0,33	10.426.214	0,36	-4,24
22	SLC AGRICOLA LTDA	9.486.194	0,31	8.325.543	0,29	13,94
23	PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	7.824.272	0,26	---	---	---
24	QUALY MARCAS COMERCIO E EXPORTACAO DE CEREAIS L	7.048.711	0,23	---	---	---
25	DISTRIBUIDORA DE CARNES EQUATORIAL LTDA	6.718.535	0,22	5.939.277	0,20	13,12
26	WEISUL AGRICOLA LTDA	6.242.723	0,20	---	---	---
27	COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	5.495.475	0,18	---	---	---
28	MINAS EXPORT LTDA	5.312.916	0,17	---	---	---
29	RITZ DO BRASIL S/A	3.282.973	0,11	---	---	---
30	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A.	2.299.820	0,08	---	---	---
31	INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA	1.120.498	0,04	1.642.330	0,06	-31,77
32	MERIDIONAL MEAT-IMPORTACAO E EXP DE ALIMENTOS L	1.049.454	0,03	839.839	0,03	24,96
33	ORIZON MARITIMA SAO LUIS LTDA	800.458	0,03	507.484	0,02	57,73
34	JOSE DINON & CIA LTDA	650.000	0,02	---	---	---
35	J N ALVES	612.986	0,02	338.440	0,01	81,12
36	CONTINENTAL SUPRIMENTOS MARITIMOS LTDA	544.926	0,02	467.146	0,02	16,65
37	ALMACOM TRADING COMPANY LTDA	507.493	0,02	---	---	---
38	COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGROEXTRATI	440.914	0,01	354.629	0,01	24,33
39	SETE MARES COMERCIO E EXPORTACOES LTDA	332.509	0,01	313.457	0,01	6,08
40	SUPPORTE - SUPRIMENTOS MARITIMOS LTDA	278.761	0,01	178.715	0,01	55,98
41	DEMAIS EMPRESAS	2.273.756	0,07	138.536.664	4,74	-98,36

Fonte: Secex - MDIC

Tabela 18 A – Brasil: exportações, importações e saldos em US\$ mil

PERÍODO FHC (1995-2002)				PERÍODO LULA (2003-2010)			
ANO	EXPORT	IMPORT	SALDO	ANO	EXPORT	IMPORT	SALDO
1995	46.506	49.664	-3.158	2003	73.084	48.291	24.793
1996	47.747	53.301	-5.554	2004	96.475	62.835	33.640
1997	52.990	61.347	-8.357	2005	118.309	73.551	44.758
1998	51.120	57.594	-6.474	2006	137.470	91.384	46.086
Sub-t-1	198.363	221.906	-23.543	Sub-t-1	425.338	276.061	149.277
1999	48.011	49.272	-1261	2007	160.649	120.621	40.028
2000	55.086	55.837	-751	2008	197.942	172.975	24.967
2001	58.223	55.572	2.651	2009	152.995	127.639	25.356
2002	60.362	47.240	13.122	2010	201.915	181.768	20.147
Sub-t-2	221.682	207.921	13.761	Sub-t-2	713.501	603.003	110.498
TOTAL	420.045	429.827	-9.782	TOTAL	1.138.839	879.064	259.775

Fontes: Secex-MDIC

ANEXO N – Mapa da contextualização geral

Ordem	Ciclos longos / Kondratieff	Duração em anos	Fases do Ciclo longo	Eventos marcantes da história mundial com repercussões, inclusive teóricas, na economia	Ciclos sistêmicos de acumulação	Eventos marcantes da história do Maranhão, Brasil e de Portugal	Obs.
				1750 – (+/-) Invenção da máquina a vapor	Séculos XIII, XIV e XV – Ciclo Genovês (Gênova, Veneza, Florença e Milão). - <i>Renascença</i>	1581 – 1640-União Ibérica, dominação espanhola	
1776 – Independência dos EUA/Adam Smith lança A Riqueza das Nações		1612 – Fundação da França Equinocial					
1789 – Revolução Francesa		1661 – Primeira expulsão dos Jesuítas do Maranhão					
1792 – Comuna de Paris		1755 – Cia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão					
1799 – 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte		1759 – Extingue Regime de capitânicas hereditárias					
		1763 – Muda capital de Salvador para o Rio de Jan.					
		1765 – Institui Derrama em Minas Gerais					
		1758 – atentado ao Rei D. José I, caso dos Távoras					
		1759 – Segunda expulsão dos Jesuítas do Maranhão					
		1778 – D. Maria I extingue a Cia do Comércio GPM					
		1808 – Brasil Reino Unido de Portugal/portos livres					
		1822 – Independência do Brasil					
		1823 – O Maranhão “adere” à independência					
		1825-1828 – Guerra Cisplatina-derrota e dívidas					
		1864-1870 – Guerra do Paraguai - endividamento					
		1888-Abolição da escravatura					
		1889-Proclamação da República					
		1890 – Inicia-se a “loucura industrial”					
		1895-MA é o 2º estado mais industrializado do BR.					
		1907 – Iniciada via férrea S. Luís - Caxias					
		1921 – Concluída via férrea S. Luís – Teresina					
		1928 – Babaçu lidera as exportações					
		1934 – O Babaçu passa a ser o motor da economia					
		1960 – Início do declínio do babaçu					
		1971 – Fechamento da última fábrica de tecidos*					
		1984 – Inauguração do complexo fabril da ALUMAR. (Em 2015 fechou sua produção de alumínio).					
		1985 – Inauguração da Estrada de Ferro Carajás					
		2010 – IBGE: Maranhão tem 20% de analfabetos					
		2010 – IBGE: MA, penúltima renda <i>per capita</i> do país					

MAPA 15(A). Quadro Cronológico da Contextualização das Ondas Longas de Kondratieff, eventos da história mundial, ciclos sistêmicos de acumulação e história econômica do Maranhão, Brasil e Portugal.

*Companhia Fabril Maranhense, criada em 1893, chegou a produzir 3 milhões de metros de riscados e tecidos domésticos de algodão.

** Há muita polêmica sobre a possibilidade de um 5º Kondratieff. Algumas cronologias esperavam que, a partir de 1989, deveria se iniciar a fase A de um novo ciclo (expansão), mas a recessão foi persistente e até se agravou com uma nova crise em 2009, mantendo-se no mundo, uma situação depressiva até os dias de hoje (2015). A crise estrutural do ciclo sistêmico de acumulação americano (EUA), iniciada em 1973, coloca o mundo no curso da transição para um novo ciclo, provavelmente com hegemonia da China, mas essa transição, se acontecer, só poderá ser melhor avaliada, quando se completar.